



RELATÓRIO

ESTATÍSTICO DE 2008



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TJSC / 2008

DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
Presidente



APRESENTAÇÃO



PRESIDÊNCIA

A partir de 1º de fevereiro deste ano, data em que ocorreu a posse da atual administração, alterações significativas foram introduzidas no primeiro e segundo graus do Judiciário Estadual.

Exemplo marcante dessa nova fase é o Conselho de Gestão, Modernização e Políticas Pública e Institucional, integrado por Desembargadores e dois Juízes de Direito, inteiramente vinculado ao Tribunal Pleno, que, à exceção do Presidente, escolhe os seus membros. Nesse contexto, cabe ressaltar a participação de juízes de primeiro grau na cúpula do Poder. Trata-se de enorme inovação, que contempla, com voz e voto, as aspirações dos magistrados que mais proximamente sentem os problemas da população junto aos fóruns. A finalidade do Conselho é colaborar na formulação da agenda pública, de discussão das questões direta ou indiretamente ligadas à Justiça, Segurança Pública e aos direitos da Cidadania, e na definição da agenda institucional, relativa a ações concretas para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários e afins, voltadas para uma gestão pública de qualidade e de resultados, com ênfase no cidadão catarinense, visando ao bem comum; emitir parecer prévio, quando

solicitado pelo Tribunal Pleno, sobre a proposta orçamentária anual e sobre os pedidos de abertura de créditos adicionais e especiais, submetidos a sua apreciação pelo Presidente do Tribunal; acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados, bem assim o cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Judiciário na lei de diretrizes orçamentárias; criar comissões e subcomissões de estudos, propostas e ações no campo da Justiça, da segurança pública, da cidadania e de outros assuntos que lhe forem pertinentes; desenvolver estudos na área do planejamento estratégico, com a participação ativa dos servidores, juízes e órgãos da administração, ouvidos a associação de classe da magistratura e o sindicato dos servidores, para a apresentação de planos e metas de gestão e geração de programas de avaliação institucional, objetivando o aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como maior acesso à Justiça; elaborar programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, propondo suas metas; exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno (Ato Regimental nº 87/2008). Recentemente, em face do Ato

PRESIDÊNCIA

Regimental nº 92/08-TJ, passaram a integrá-lo os Presidentes dos Fundos de Reaparelhamento da Justiça e do Sistema de Conta única. A Resolução nº 28/08-GP, vinculou a esse órgão a Assessoria de Planejamento (ASPLAN), estabelecendo também que a Coordenadoria de Controle Interno, até o dia 05 do mês subsequente, apresente objetivo relatório de suas atividades. Na área de contratos e convênios, à unanimidade, o Conselho decidiu que todos os aditamentos, prorrogações ou renovações de contratos e convênios de custo anual superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), envolvendo qualquer órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, devem-lhe ser submetidos com antecedência mínima de 60 dias, para posterior formalização, salvo casos de urgência excepcionados pelo próprio Conselho (Resolução nº 01/08 - CG, alterada pela Resolução nº 02/08 - CG). Com essas providências os seus membros têm informações adequadas para o exercício de suas atividades, que representam um novo conceito administrativo de autogoverno do Poder Judiciário.

Para concretizar o disposto no art. 125, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que prevê a descentralização do segundo grau, o

Pleno do Tribunal de Justiça, após aprofundados estudos, instituiu pela primeira vez no país uma Câmara Regional Especial, com sede em Chapecó, em regime experimental de 12 meses. O órgão pioneiro, composto por três Desembargadores voluntários, abrange 27 comarcas do Oeste e Extremo Oeste. Sua competência é restrita a matérias específicas, objeto do Ato Regimental nº 91/08-TJ e da Resolução nº 38/08-TJ.

A Lei Complementar nº 425/08, criou mais 06 cargos de Juízes de Direito de Segundo Grau, sendo 02 para terem exercício naquele novo órgão judiciário, e os demais a serem lotados no Tribunal de Justiça. É que, com a extinção das férias coletivas, há imperiosa urgência, inclusive para ser instituído também regime de cooperação na Câmara Especial de Agravos de Instrumento.

Importantíssimo aspecto diz respeito à extinção da entrância intermediária, antigo anseio da magistratura de primeiro grau, que objetivou compatibilizar a estrutura judiciária com a importância socioeconômica dos dezoito municípios-sedes das comarcas do nível extinto, e possibilitar maior tempo de fixação dos magistrados nas comunidades.

PRESIDÊNCIA

Desse modo, em decorrência da Lei Complementar nº 413/08 e da Resolução nº 16/08-TJ, passou a carreira no Estado a ter cinco patamares (juiz substituto, juiz de entrância inicial, juiz de entrância final, juiz de entrância especial e desembargador), circunstância que obviou as distorções criadas pela Lei Complementar nº 160/97, ao desvincular a categoria do juiz da categoria da comarca, permitindo que juízes com cargos de entrância mais elevada ocupassem postos em comarcas de menor entrância.

Notável impulso ganhou a carreira da magistratura, cujos números expressam o empenho do Tribunal Pleno em prover rápida e adequadamente os cargos vagos, para que as atividades judicantes ganhassem em agilidade. Foram promovidos três desembargadores e removidos dois juízes de segundo grau; com previsão de mais seis destes cargos para janeiro de 2009, sendo dois lotados na Câmara Especial Regional de Chapecó, conforme observado acima. No primeiro grau, fazendo-se publicar conjuntamente os editais de opção e promoção, conseguiu-se atingir um nível elevado de movimentação na carreira. Assim, ocorreram quarenta (40) promoções por merecimento, quarenta e três (43) por

antiguidade, e vinte e três (23) remoções. Além disso, foram nomeados e empossados vinte e cinco (25) novos juízes substitutos.

No ano passado, desenvolveu-se intensa atividade legislativa com a apresentação de 17 projetos ao Parlamento de Santa Catarina, os quais contaram com o inestimável respaldo dos senhores Deputados. As propostas objetivaram, precipuamente, reestruturar e aprimorar o Poder Judiciário. Dentre elas destacam-se: a já mencionada Lei Complementar nº 413/08, que extinguiu os cargos de juiz de entrância intermediária; Lei Complementar nº 408/08, que majorou ajuda de custo às Escrivanias de Paz; Lei Complementar nº 410/08, que criou 115 cargos de técnicos judiciários auxiliares; Lei Complementar nº 414/08, que transformou 47 cargos de juízes; Lei Complementar nº 415/08, que regionalizou os concursos públicos para cargos administrativos do Tribunal e reintroduziu o interstício para remoção de servidores; Lei Complementar nº 418/08, que instituiu o critério da antiguidade na remoção de todos magistrados e a quinta parte mais antiga no concurso de remoção para juiz de direito de segundo grau; Lei Complementar nº 423/08, que previu a alternância nas funções de juízes assessores e corregedores junto ao

■ PRESIDÊNCIA

Tribunal de Justiça; Lei Complementar nº 425/08, que criou seis cargos de juiz de direito de segundo, sendo dois para a Câmara Regional de Chapecó, além de mais 144 cargos de técnicos judiciários auxiliares; Lei Complementar nº 426/08, que consolidou a divisão e a organização judiciárias de inúmeras comarcas no Estado; Lei Complementar nº 428/08, que disciplinou a substituição preferencial da chefia de cartório e da chefia da secretaria do foro; Lei Complementar nº 429/08, que regulamentou a gratuidade dos serviços extrajudiciais.

Além disso, várias leis ordinárias cuidaram do patrimônio imobiliário do Tribunal, como, por exemplo, a permuta ou alienação de imóveis em Brusque, Balneário Camboriú e Palhoça.

A referida lei complementar nº 426/08 também criou, dentre outras, unidades jurisdicionais em Blumenau (duas varas), Capital (quatro varas), Chapecó (duas varas), Criciúma (uma vara), Joinville (quatro varas), Palhoça (duas varas), além de uma vara nas seguintes comarcas: Concórdia, Curitibanos, Mafra, Porto União, Rio Negrinho, São José, Içara, Maravilha, Navegantes e Xaxim. Por outro vértice, a Resolução nº 44/08-TJ,

instalou a comarca de Meleiro, no sul do Estado. Paralelamente, foram instaladas diversas unidades, por exemplo, as Varas da Família, Infância e Juventude nas comarcas de Araranguá, Palhoça e a 2ª, com a mesma competência, em São José. Foram contempladas com varas criminais as comarcas de Canoinhas, São Bento do Sul, Caçador, São Miguel do Oeste, Blumenau e Itajaí.

Inaugurados foram os prédios dos Fóruns de Piçarras, Catanduvas, São Domingos Pinhalzinho, iniciados na administração anterior, e o Fórum Des. Eduardo Luz, no antigo prédio do Palácio do Governo na Praça Tancredo Neves, que abrigará duas Varas de Família, Varas do Juizado Especial Cível e Criminal, além da Auditoria Militar Estadual. Inaugurou-se, também, o Fórum Municipal–Casa da Cidadania de Rio das Antas, município pertencente à comarca de Caçador. As construções do novo Fórum de Palhoça e do Fórum Municipal–Casa da Cidadania de Piratuba, foram iniciadas, estando as obras em fase adiantada.

No dia 11 de novembro próximo passado, sob a coordenação dos Drs. Felipe Locke Cavalcanti e Joaquim Falcão, o Conselho Nacional de Justiça distinguiu nosso Tribunal

PRESIDÊNCIA

com a realização do Encontro Regional do Judiciário, visando a integrar as boas práticas das Justiças Estaduais, Federal, Trabalhista e Eleitoral de Santa Catarina, Paraná e Goiás.

A reformulação da Academia Judicial era indispensável, inclusive para compatibilizá-la à Resolução nº 01/2007, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM-STJ), a qual estabeleceu o curso de formação para ingresso na carreira da magistratura, com carga horária mínima de 480 horas-aula em quatro meses, como a última etapa do respectivo concurso, sendo a primeira instituição no Brasil a cumpri-la. Prosseguiu a Academia Judicial na realização de diversos cursos de aperfeiçoamento de magistrados e servidores, que pormenorizadamente estão descrito no anexo.

De outro vértice, a reestruturação do conselho de tecnologia da informação (cginfo) foi também indispensável para atender à necessidade de expansão do SAJ (Sistema de Automação Judiciária), do SAG (Sistema de Automação de Gabinete dos Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau), e o peticionamento eletrônico, implantado em todas as comarcas. Isto foi possível com a compra de 2.200 novos

computadores de última geração, e o fortalecimento da equipe de servidores, ampliando, assim, o quadro próprio. Equipe de Juízes de Direito, quinzenalmente, tem encontro técnico visando à substituição da mídia papel pela eletrônica. Resultado deste trabalho é a conclusão do procedimento do Juizado Especial Cível, estando pronto, por outro lado, o procedimento da Ação de Execução Fiscal e respectivo Embargos do executado. Importante igualmente foi a iniciativa do Conselho de Tecnologia da Informação (CGINFO) de reunir no primeiro semestre, nesta Capital, magistrados e técnicos dos Tribunais de Justiça de vários Estados que utilizam o sistema da empresa Softplan para troca de experiências na implantação das tabelas processuais unificadas, programa desenvolvido pelo CNJ.

O Núcleo de Conciliação de Segundo Grau desenvolveu notável expansão, com o incremento de expressivo número de apelações e composições positivas. O mesmo pode ser afirmado da Coordenadoria dos Juizados Especiais, a qual, em trabalho conjunto com a Academia Judicial, reuniu nesta Capital os titulares de Varas do Juizado Especial e os membros das Turmas de Recursos, objetivando debater temas da

■ PRESIDÊNCIA

atualidade e fixar posições interpretativas. No segundo semestre, foram realizados os Fóruns Estadual e, posteriormente, o Nacional dos Juizados Especiais. A instalação de Postos de Atendimento e Conciliação persistiu em diversos pontos do território catarinense.

Dispondo o art. 3º, § 1º, X, da Lei Complementar Estadual nº 339/06, que os municípios que não sejam sedes de comarca são considerados comarcas não-instaladas, aprovou o Tribunal Pleno a Resolução nº 07/08-TJ, criando o Fórum Municipal junto à Casa da Cidadania, possibilitando, assim, a par dos serviços comunitários já disponibilizados, a presença do Juizado Especial, inicialmente Cível, sob a supervisão de Juiz de Direito da respectiva comarca. A necessidade de cuidadosa implementação, permitiu a instalação apenas em Guabiruba, município da comarca de Brusque, Canelinha, município da comarca de Tijucas, em São João do Sul, município da comarca de Santa Rosa do Sul, e em Nova Trento, pertencente à comarca de São João Batista. No mês de janeiro de 2009 instalou-se, em prédio próprio edificado pelo Poder Judiciário, o Fórum Municipal-Casa da Cidadania no município de Rio das Antas, comarca de Caçador.

Com a realização do i encontro Semestral de Diretores de Foro, em 15/08/08, consagrou-se um canal direto de diálogo com os juízes de primeiro grau no campo administrativo, com intuito de atualizá-los em relação às medidas adotadas pela Direção do Tribunal, inclusive sobre os desdobramentos da carreira, para que, posteriormente, difundam as iniciativas aos demais juízes e servidores das respectivas comarcas.

Relevante consignar que o Tribunal Pleno reconheceu, em sessões administrativas, vários direitos dos magistrados e servidores, que foram implementados no decorrer do ano de 2008.

A Resolução nº 17/08-GP, cumprindo a Lei Complementar Estadual nº 406/08, definiu as atribuições dos analistas jurídico e administrativo, ex-escrivães judiciais e ex-secretários do foro. A urgência de elevar o número de técnicos judiciários auxiliares (TJAs), diante do notável crescimento do serviço, resultou na Lei Complementar nº 410/08, criando 115 cargos, e na Lei Complementar nº 425/08, de 16 dezembro deste ano, com já enfatizado mais 144 cargos, para serem nomeados em 2009/2010. Aliás, nesse passo a Lei Complementar nº 415/08, que restabeleceu o interstício de remoção

■ PRESIDÊNCIA

para o servidor, evitando a sua constante movimentação, com sério prejuízo a regularidade do serviço, e restituiu a regionalização dos concursos, para assegurar maior eficiência na seleção de candidatos.

Por meio de recentes resoluções, o Tribunal Pleno tratou da criação do Conselho Gestor dos Documentos Arquivísticos, da disciplina da coleta e descarte de resíduos sólidos, e da regulamentação para a posse e exoneração nos cargos comissionados.

É valioso destacar a reformulação do espaço da Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça, e a entrega de nova área, com mais 258m². A reforma da Torre I do edifício sede da Corte foi acelerada, mais ainda não concluída, sendo ocupados novos gabinetes para Desembargadores e para Juízes de Direito de Segundo Grau.

Proporcionalmente, com as recentes nomeações após concurso público, o Poder Judiciário Catarinense é, no contexto da federação, aquele que ostenta o maior número de Assistentes Sociais. Diante de singularidades, para esses novos servidores foi realizado certame de qualificação específica para o desempenho de suas funções.

Exercendo o disposto no art. 18, § 4º, da lei complementar nº 90/93, com a redação da lei complementar nº 310/05, do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, o Tribunal Pleno reconheceu na data-base prevista e autorizou o pagamento das perdas da inflação dos servidores relativas a 2006,2007, até maio de 2008.

Ainda, torna-se imperioso reconhecer o desempenho essencial que teve o Tribunal Pleno, pela totalidade de seus ilustres Desembargadores, na adoção das inúmeras medidas de aprimoramento do Poder Judiciário.

Por derradeiro, devem ser expressados sinceros agradecimentos a todos os magistrados, servidores, membros do Ministério Público e integrantes da OAB/SC que colaboraram com a atual gestão, a qual buscou, no limite de suas possibilidades, contribuir para manter sempre altaneiro o nome da Justiça Catarinense.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	17
PRESIDÊNCIA	25
Coordenadoria de Magistrados	27
Assessoria de Imprensa	37
Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial	43
Assessoria de Planejamento	53
Auditoria Interna	59
Casa Militar	65
Ouvidoria dos Servidores	71
Ouvidoria Judicial	77
Programa de Implantação de Serviços e de Capacitação de Servidores	85
Anexos	95
1ª VICE-PRESIDÊNCIA	107
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	113
3ª VICE-PRESIDÊNCIA	119
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	123
ACADEMIA JUDICIAL	181
DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA	191
Diretoria Judiciária	203
Diretoria de Documentação e Informações	241
DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA	263
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	267
Diretoria de Informática	275
Diretoria de Infra-Estrutura	301
Diretoria de Material e Patrimônio	315
Diretoria de Orçamento e Finanças	321
Diretoria de Recursos Humanos	345
Diretoria de Saúde	351
JUSTIÇA MILITAR	361



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



DESEMBARGADORES

- Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente
- Des. Alcides dos Santos Aguiar
Primeiro Vice-Presidente
Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva
Des. Carlos Prudêncio
- Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Pedro Manoel Abreu
- Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça
Des. João Eduardo Souza Varella
Des. Cláudio Barreto Dutra
Des. Newton Trisotto
Des. Sérgio Torres Paladino
Des. Solon d'Eça Neves
Des. José Mazoni Ferreira
- Des. Volnei Ivo Carlin
Segundo Vice-Presidente
Des. Irineu João da Silva
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer
Des. Eládio Torret Rocha
Des. Wilson Augusto do Nascimento
- Des. Nelson J. Schaefer Martins
Terceiro Vice-Presidente
Des. José Volpato de Souza
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
- Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. Fernando Carioni
Des. José Antônio Torres Marques
Des. Luiz Carlos Freyesleben
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Des. Marcus Túlio Sartorato
Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu
Des. Salete Silva Sommariva
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes
Des. Salim Schead dos Santos
Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Des. Edson Nelson Ubaldo
Des. Cid José Goulart Júnior
Des. Hilton Cunha Júnior
Des. Jaime Ramos
Des. Alexandre d'Ivanenko
Des. Newton Janke
Des. Lédio Rosa de Andrade
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho
Des. Jorge Henrique Schaefer Martins
Des. Marli Mosimann Vargas
Des. Sérgio Izidoro Heil
Des. José Carlos Carstens Köhler
Des. João Henrique Blasi
Des. Jorge Luiz de Borba
Des. Victor José Sebem Ferreira
Des. Rejane Andersen

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Juiz Jaime Luiz Vicari

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa

Juiz Joel Dias Figueira Júnior

Juiz Henry Goy Petry Júnior

Juiz Roberto Lucas Pacheco

Juiz Rodrigo Antônio da Cunha

Juiz José Inácio Schaefer

Juiz Ricardo José Roesler

Juiz Domingos Paludo

Juiz Paulo Roberto Sartorato

Juiz Robson Luz Varella

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Juiz Cláudio Valdyr Helfenstein

Juiz Carlos Alberto Civinski

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente

Des. Newton Trisotto

Des. Luiz César Medeiros

Des. José Volpato de Souza
*Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento
da Justiça – FRJ*

Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Des. Salete Silva Sommariva
*Presidente do Conselho de Administração do Sistema
Financeiro da Conta Única de Depósitos*

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

Des. Alexandre d'Ivanenko

Des. Lédio Rosa de Andrade

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins

Des. João Henrique Blasi

Juiz José Agenor de Aragão

Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente

Des. Alcides dos Santos Aguiar
Primeiro Vice-Presidente

Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Volnei Ivo Carlin
Segundo Vice-Presidente

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins
Terceiro Vice-Presidente

Des. José Volpato de Souza

Des. Fernando Carioni

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
DA CONTA ÚNICA DE DEPÓSITOS**

Des. Salete Silva Sommariva
Presidente

Des. Sérgio Izidoro Heil

Juiz Luiz Neri Oliveira de Souza

Suzete Opilhar

Zenaide Teresinha Irber

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. José Volpato de Souza
Presidente

Des. Marcus Túlio Sartorato
Vice-Presidente

Zenaide Teresinha Irber
Diretora de Orçamento e Finanças

Dr. Gladys Afonso
Representante do Ministério Público

Dr. Paulo Marcondes Brincas
Representante da OAB

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. Vanderlei Romer
Presidente

Juiz Ricardo José Roesler
Coordenador

Juiz Dinart Francisco Machado

Juiz Luís Felipe Canever

Juiz Márcio Schiefler Fontes

Juiz André Alexandre Happke

Christiano Oliveira Carioni

Suzete Opilhar

Giovanni Moresco

João Luiz Martelli Moreira

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente

Des. Alcides dos Santos Aguiar
Primeiro Vice-Presidente

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Coordenador dos Juizados Especiais

Des. Marcus Túlio Sartorato
Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Juiz Luiz Neri Oliveira de Souza
Coordenador de Magistrados

Juíza Maria Terezinha Mendonça de Oliveira
Presidente da 1ª Turma de Recursos

Juíza Janice Goulart Garcia Ubialli

Juiz Vitoraldo Bridi

Juiz Joarez Rusch

Procurador Francisco José Fabiano
Representante da Procuradoria-Geral de Justiça

Dra. Ângela Regina da Cunha Leal
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/SC

■ NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DO TJSC

Des. Marcus Tulio Sartorato
Presidente

Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho
Conciliador Honorário

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi
Coordenador

Dr. Miguel Hermínio Daux
Conciliador Honorário

Dr. Carlos Boabaid Filho
Conciliador Honorário

Dr. Plínio Bueno
Conciliador Honorário

Dr. Eleazar Miguel do Nascimento
Conciliador Honorário

Sr. Roger Bernardo Colossi
Gerente do Projeto

Sra. Francine Vieira Tolotte - *Auxiliar*

■ CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho –
Presidente

Des. Salim Schead dos Santos
Vice-Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Jaime Ramos
Coordenador Pedagógico da Academia Judicial

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
*Coordenador Pedagógico da Escola de Serviços
Judiciários*

■ COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz Luiz Neri Oliveira de Souza

■ JUIZ ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Juiz Gerson Cherem II

■ CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Christiano Oliveira Carioni

■ CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Coronel PM Edson Luis Hosang

● **COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**

Ivan Bertoldi

● **ASSESSOR DE IMPRENSA**

Ângelo Lima Medeiros

● **ASSESSORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL**

Romilda Rocha

● **OUVIDOR JUDICIAL**

Des. José Mazoni Ferreira
Mariana da Silva Pioner – *Coordenadora*

● **OUVIDOR DOS SERVIDORES**

Edenir Murilo da Costa

● **COORDENADORA DA AUDITORIA INTERNA**

Maria Madalena Steinbach

● **DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA**

Suzete Opilhar

● **DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA**

Cleverson de Oliveira

● **DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES**

Almir Tadeu Peres

● **DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

Avany Camacho Júnior

● **DIRETORIA DE INFORMÁTICA**

Giovanni Moresco

● **DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA**

Alberto Pizzolatti Remor

● **DIRETORIA JUDICIÁRIA**

Rosângela Civinski

● **DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

Etor José Zorzi

● **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Zenaide Teresinha Irber

● **DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

Afonso Hoeltgebaum Filho

● **DIRETORIA DE SAÚDE**

Renato Grillo Flach

■ PRESIDÊNCIA

■ DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

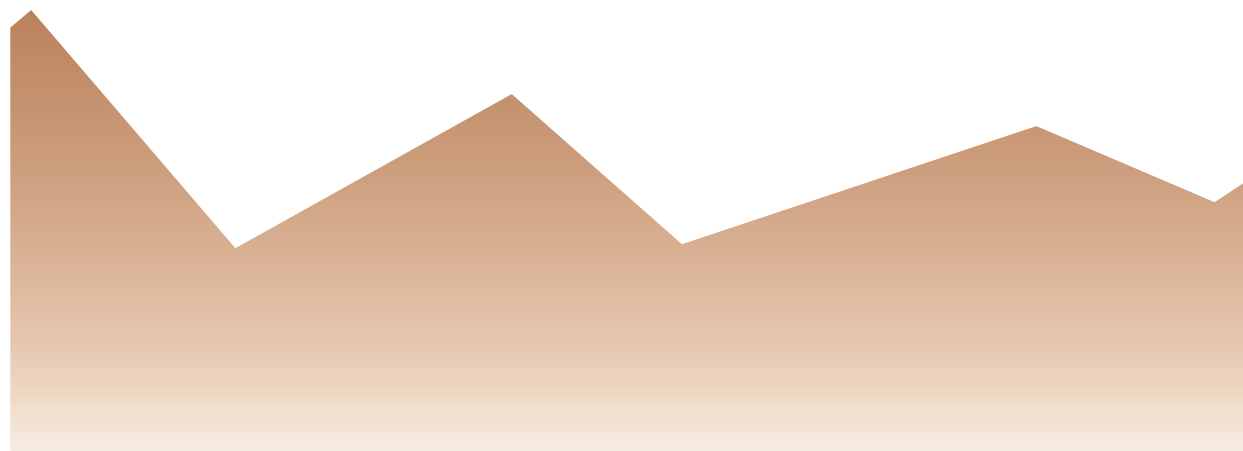
Presidente



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

JUIZ LUIZ NERI OLIVEIRA DE SOUZA

Coordenador



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, criada pela Resolução nº 3/2001-GP, de 24/01/2001, no ano de 2008 buscou sedimentar as mudanças introduzidas pela compactação das entrâncias, as questões relacionadas ao subsídio e além de outras originadas pela movimentação da carreira da magistratura. Foram prestadas informações ao Conselho

Nacional de Justiça em cumprimento às determinações Constitucionais, fornecendo dados e fundamentando estudos e programas de avaliação do Poder Judiciário.

Dentre os Processos Administrativos analisados por esta Coordenadoria, é importante destacar aqueles relacionados diretamente aos pedidos de interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

PROCESSOS

Aposentadoria	5	Férias	5
Abono de permanência	8	Licença amamentação	0
Auxílio funeral	3	Licenças de saúde	89
Auxílio moradia	5	Licença de saúde em pessoa da família	17
Autorização para frequência de curso no exterior/congresso	6	Licença gala	12
Averbação de tempo de serviço	20	Licença maternidade	13
Bolsa de estudos pós-graduação	8	Licença nojo	6
Contratação de estagiários/terceirizados/outros	0	Licença paternidade	9
Convênio	0	Licença prêmio	52
Consulta	3	Pedido de Providências/Informações ao CNJ	4
Designação/Substituição de juiz cooperador	2	Pensão Alimentícia	11
Desconto/Suspensão Contribuição Previdenciária	2	Processos associações de classe/ órgãos do Poder Judiciário/outros	89
Devolução de valores	152	Projeto de Resolução/Ato Regimental	2
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	3	Ressarcimento despesas/diárias	8
Isenção do IR	43	Revisão Subsídio/Proventos/Gratificação/Atrasados	64
Inclusão de dependente	9	Trânsito	1
Indenização férias/licença-prêmio	12		
Instalação/Criação/Varas/Câmaras	22	TOTAL	683

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo estudos, planilhas, estatísticas e a elaboração diversos atos, tais como:

OUTROS:

1. Afastamento da comarca / Comunicados Gerais	1585
2. Certidões ativos/inativos/pensionistas	82
3. Estudos de aposentadoria/abono de permanência	48
4. Ofícios	376
5. Portarias	-

Foram intensificados e agilizados os procedimentos de movimentação dos Magistrados, importando na expedição dos seguintes atos:

I – PROMOVIDOS PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR:

01. Jorge Luiz de Borba
02. Victor José Sebem Ferreira
03. Rejane Andersen

II - MAGISTRADOS REMOVIDOS PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1. Claudio Valdyr Helfenstein, para o 17º Cargo
2. Carlos Alberto Civinski, para o 18º cargo

III – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO:

01. João Batista Vieira Sell, para a comarca de São Carlos.
02. Sérgio Agenor de Aragão, para a 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos
03. Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva, para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

04. Margareti Moser, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital
05. Álvaro Luiz Pereira de Andrade, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital
06. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, para o cargo de 5º Juiz Especial da comarca da Capital
07. Roque Cerutti, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão
08. Cássio José Lebarbenchon Angulski, para a 2ª Vara da comarca de Canoinhas
09. Márcio Schiefler Fontes, para a comarca de Descanso
10. Maycon Rangel Favareto, para a 2ª Vara da comarca de Capinzal
11. Rogério Carlos Demarchi, para a comarca de Mondaí
12. Fernando Vieira Luiz, para a 1ª Vara da comarca de Videira
13. Ricardo Rafael dos Santos, para a 1ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul.
14. Sello de Oliveira, para 1º Juiz Especial da comarca de Joinville
15. Carlos Roberto da Silva, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
16. José Maurício Lisboa, para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital
17. Bettina Maria Maresch de Moura, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital
18. Flávio André Paz de Brum, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
19. Maximiliano Losso Bunn, para a comarca de Trombudo Central
20. Caroline Bundchen Felisbino Teixeira, para a comarca de Correia Pinto
21. Clarice Ana Lanzarine, para a comarca de Navegantes
22. Gilmar Antônio Conte, para a 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia
23. Dayse Herget de Oliveira Marinho, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão
24. Sílvio Dagoberto Orsatto, para 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
25. Roberto Lepper, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
26. Osmar Mohr, para 6º Juiz Especial da comarca da Capital
27. Roberto Ramos Alvim, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
28. Renato Maurício Basso, para a Segunda Vara Cível da comarca de Concórdia.
29. Eduardo Camargo para a Segunda Vara da comarca de São Bento do Sul
30. Gabriela Gorini Martignago Coral, para Segundo Juiz Especial da comarca de Joinville
31. Ana Karina Arruda Anzanello para o cargo de Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da comarca de Blumenau.
32. João Marcos Buch, para a Terceira Vara Criminal da comarca de Chapecó
33. Leandro Katcharowski Aguiar, para a 1ª Vara da comarca de Ituporanga
34. Rafael Maas dos Anjos, para a comarca de Santa Cecília
35. Fernando de Castro Faria, para a Vara Criminal da comarca de Canoinhas
36. Laudénir Fernando Petroncini, para a 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste
37. Otávio José Minatto, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
38. Eliza Maria Strapazon, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
39. Maria Paula Kern, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
40. Daniela Vieira Soares, para a 1ª Vara Cível da comarca de Laguna

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

PELO CRITÉRIO DE ANTIGÜIDADE:

01. José Agenor de Aragão, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
02. Joana Ribeiro Zimmer, para a 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras
03. Ana Paula Amaro da Silveira, para a 1ª Vara da comarca de Videira
04. Ermínio Amarildo Darold, para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital
05. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, para o Juizado Especial Cível da comarca de Joinville
06. Osvaldo João Ranzi, para a Vara de Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata da comarca da Capital
07. Haidée Denise Grin, para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital
08. João Batista da Cunha Ocampo Moré, para a comarca de Ascurra
09. Cíntia Gonçalves Costi, para a 2ª Vara Cível da comarca de Timbó
10. Maria da Conceição dos Santos Mendes, para a 1ª Vara Criminal da comarca de São José
11. Maria Eloisa Neves May, para a 1ª Vara da comarca de Porto Belo
12. Sérgio Renato Domingos, para a comarca de Armazém
13. Vera Regina Bedin, para a 1ª Vara da comarca de Tijucas
14. Ricardo Alexandre Fiuza, para a 2ª Vara da comarca de Campos Novos
15. Antônio Zoldan da Veiga, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
16. Luiz Felipe Siegert Schuch, para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital
17. Maria Teresa Visali da Costa, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital
18. Ana Lia Barbosa Moura Vieira Lisboa Carneiro, para a Vara de Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata da comarca da Capital
19. Luiz Felipe Canever, para a 2ª vara da comarca de Urussanga
20. Janine Stiehler Martins, para a 2ª Vara da comarca de Canoinhas
21. Antônio Carlos Ângelo, para a comarca de Capivari de Baixo
22. Guilherme Mattei Borsoi, para a comarca de Rio do Oeste
23. Edenildo da Silva, para a 1ª Vara Cível da comarca de São José
24. Sônia Maria Mazzetto Moroso, para a 1ª Vara Criminal da comarca de São José
25. José Carlos Bernardes dos Santos, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
26. Edir Josias Silveira Beck, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
27. Márcio Rocha Cardoso, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
28. Stephan Klaus Radloff, para 3º Juiz Especial da comarca da Capital
29. Giuseppe Battistotti Bellani, para a 1ª Vara da comarca de Capinzal.
30. Tânia Regina Vieira Luiz, para a 2ª Vara Criminal da comarca de São José
31. Ana Cristina Borba Alves, para o cargo de Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da comarca de São José.
32. Renato Luiz Carvalho Roberge, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
33. Emanuel S. do Amaral e Silva, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

34. Antônio Carlos Junckes dos Santos, para 6º Juiz Especial da comarca da Capital
35. Marivone Koncikoski Abreu, para a 1ª Vara da comarca de Itapema
36. Fernando Seara Hickel, para a 2ª Vara da comarca de Imbituba
37. Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste
38. Fernando Speck de Souza, para a Vara Criminal da comarca de Caçador
39. Vitoraldo Bridi, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
40. Yhon Tostes, para 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
41. João Alexandre Dobrowolski Neto, para 6º Juiz Especial da comarca da Capital
42. Alexandre Morais da Rosa, para a 4ª Vara Criminal da comarca de Joinville
43. Uziel Nunes de Oliveira, para a Vara Criminal da comarca de Concórdia

IV - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

01. Gustavo Henrique Aracheski, para a 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul
02. Fernando Speck de Souza, para a comarca de Herval do Oeste
03. Sílvio José Franco, para o cargo de Juiz Especial da comarca de Brusque
04. Denise Helena Schild de Oliveira, para a Vara Criminal da comarca de Palhoça
05. Bianca Fernandes Figueiredo, para a 8ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de São José
06. Alexandre Murilo Schramm, para a 8ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de São José
07. Cristina Lerch Lunard, para a 14ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Rio do Sul
08. Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, para a 2ª Vara da comarca de Itapema
09. Leone Carlos Martins Júnior, para a 2ª Vara Cível da comarca de Palhoça
10. Rafael Maas dos Anjos, para a 1ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca da Capital
11. Cíntia Werlang, para a 27ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Palhoça
12. Alexandre Dittrich Bühr, para a 1ª Vara Cível da comarca de Joaçaba.
13. Augusto César Allet Aguiar, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão.
14. Margani de Mello, para o Juizado Especial Cível da comarca de Tubarão.
15. Rafael Sandi, para a comarca de Seara.
16. Edson Marcos de Mendonça, para a 1ª Vara Cível da comarca de Timbó
17. Cesar Otávio Scirea Tesserolli, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da comarca de São Bento do Sul
18. Simone Boing Guimarães Zobot, para a 3ª Vara Cível da comarca de Palhoça
19. Luiz Neri Oliveira de Souza, para a Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages
20. Pedro Aujor Furtado Júnior, para a 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul
21. Mauro Ferrandin, para a 3ª Vara Cível da comarca de Brusque
22. Rodrigo Tavares Martins, para a 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital
23. Taynara Goessel para a 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

V – FORAM APRECIADOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTE MAGISTRADOS:

1. Vilmar Cardozo, da Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de Palhoça.
2. Débora Driwin Rieger Zanini, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Urussanga
3. Andréa Cristina Rodrigues Studer, da 1ª Vara Cível para a Vara da Fazenda Pública da comarca de São José
4. Davidson Jahn Mello, da 3ª Vara Criminal para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Joinville
5. Luiz Felipe Sierget Schuch, do cargo de 3º Juiz Especial para a Vara de Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata da comarca da Capital
6. Osmar Tomazoni, da 1ª Vara Criminal para a Vara da Fazenda Pública da comarca de Blumenau
7. Roberto Márius Fávero, da 2ª Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de São José
8. Roberto Lepper, da 2ª Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau
9. Osmar Mohr, do cargo de 6º Juiz Especial para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital
10. Fábio Nilo Bagattoli, da Vara Criminal e da Infância e Juventude para a 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá.
11. Cesar Otávio Scirea Tesseroli, da 1ª Vara cível para a Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste
12. Maria da Conceição dos Santos Mendes, da Vara da Infância e Juventude e anexos para a 2ª Vara da Família da comarca de São José
13. Márcio Renê Rocha, da 1ª Vara Cível para a Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul
14. Ana Cristina Borba Alves, da Vara Criminal para a Vara da Infância e Juventude da comarca de São José
15. Edenildo da Silva, da Vara da Fazenda para a 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul
16. Renato Maurício Basso, da 2ª para a 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia
17. Eliane Alfredo Cardoso Luiz, da 2ª Vara Cível para a Vara da Fazenda da comarca de Jaraguá do Sul
18. Edir Josias Silveira Beck, da 1ª Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma
19. Maurício Cavalazzi Póvoas, da 3ª Vara da Família para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville.
20. Fábio Nilo Bagattoli, da 3ª para a 2ª Vara Cível da Comarca de Araranguá.
21. Carlos Roberto da Silva, da 2ª I para a 3ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.
22. Luis Francisco Delpizzo Miranda, da 1ª para a 2ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

VI – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Foram nomeados e empossados 25 (vinte e cinco) novos Juízes Substitutos.

VII- DIREÇÃO DO FORO

Foram apreciadas e deferidas 25 (vinte e cinco) indicações para as funções de Diretor do Foro.

VIII – APOSENTADORIA

Foi apreciada a aposentadoria dos Exmos. Senhores Desembargadores Orli de Ataíde Rodrigues e Anselmo Cerello.

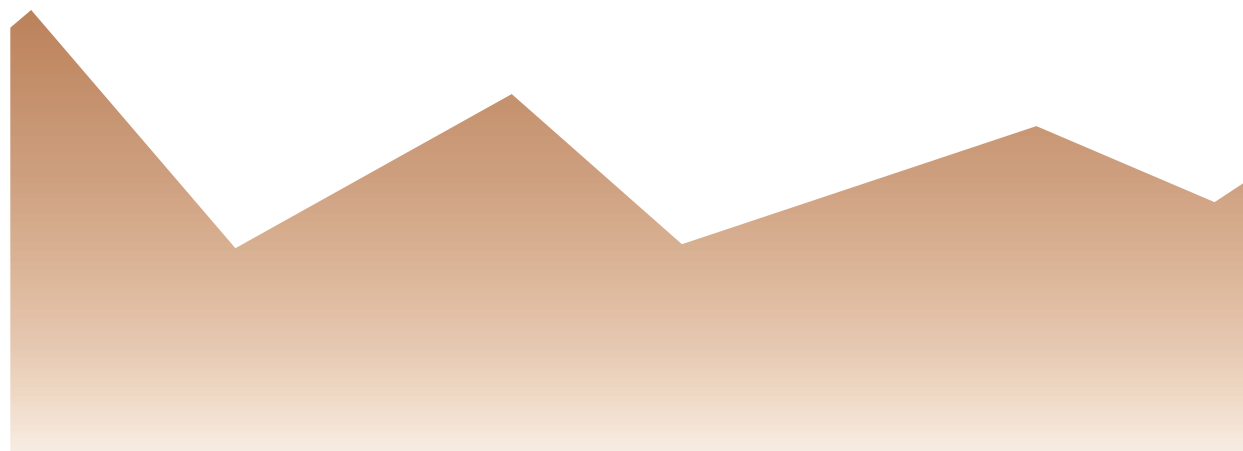
IX - PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE

1. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
2. Preenchimento de cargo de Primeiro Juiz Substituto, categoria Desembargador
3. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito

ASSESSORIA DE IMPRENSA

ÂNGELO MEDEIROS

Jornalista Responsável



ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2008, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 2.066 informes oficiais, assim divididos: 976 releases (matérias jornalísticas) e 1.091 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Este número, 2.066 informes oficiais, representa um acréscimo de 10% sobre a produção desenvolvida no ano anterior. Em 2007, foram redigidos 1.949 informes oficiais. Neste ano, em média, registrou-se 8,26 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 90% de todo o material enviado às redações. A produção deste ano é a maior já registrada desde o início da coleta deste dado estatístico junto ao setor, em 1998. Credita-se tal resultado ao esforço da equipe em desenvolver um trabalho sério e comprometido.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta desta

interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens do Presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º grau, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da INTRANET e INTERNET, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”. Tivemos também, ao longo do ano, a manutenção do boletim eletrônico Veredicto, com 22 edições lançadas durante o período. Ele sofreu reformulação em seu eixo editorial na atual gestão, com destaque para as

ASSESSORIA DE IMPRENSA

peças que integram o Judiciário, responsáveis com seu trabalho cotidiano – e muitas vezes anônimo – pelo sucesso da instituição. Magistrados e servidores, na condição de personagens da história, passaram a contar o passado, o presente e o futuro do Judiciário catarinense. Todas as edições são também disponibilizadas na página do TJ na Intranet/Internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na assessoria de imprensa, a partir de projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2008, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve seu espaço na grade da TV Justiça, emissora de canal a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, onde veiculou 48 programas inéditos e mais 76 reprises, num total de 3.720 minutos de exibição. No Estado, o TJ também manteve espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, veiculado semanalmente pelas retransmissoras da Rede Bandeirantes (TVBV) em todo o território catarinense, com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Firenze Produções – contratada através do devido processo licitatório. Foram retransmitidas 48 edições neste período, num total de 1.440 minutos de programação. Por fim, o Justiça Legal, em continuação a convênio firmado com a Câmara de

Vereadores ainda em 2006, também manteve espaço na grade de programação da TV Câmara. Foram veiculados 52 programas inéditos e 104 reprises, num total de 4.680 minutos de exibição em canal a cabo. Na soma dos tempos exibidos nas três emissoras – um canal aberto e dois a cabo – o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 6.660 minutos ao longo deste ano.

Ainda neste meio, a Assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio a Rádio Justiça, com a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses para veiculação não só naquela emissora como também para aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser sintonizada no Estado através da Internet. Em conjunto com este importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc) e instituições afins (universidades, PGJ, OAB-SC, etc) na Capital e no interior do Estado; produção de material diferenciado para publicação dominical em página de jornal diário; acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º graus) e servidores (notadamente diretores) na divulgação de

ASSESSORIA DE IMPRENSA

realizações e projetos localizados.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder

Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidas com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS - RELEASES E NOTAS (EVOLUÇÃO ANUAL)

ANO

2006 1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases. Média produção/dia útil(*) = **6,34**

2007 1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases. Média produção/dia útil(*) = **7,80**

2008 2.066 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases. Média produção/dia útil(*) = **8,26**

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2006

Licitação – modalidade carta convite.
Programa Semanal de 30 minutos. Veiculação em canal aberto e a cabo. Contrato com TV Barriga Verde/TV Justiça/TV Câmara

**Número de Programas: 135
(76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de Exposição: 4.050 min.**

2007

Licitação – modalidade carta convite
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara

**Número de Programas: 416
(208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de Exposição: 12.480 min.**

2008

Licitação - modalidade Pregão
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara

**Número de programas: 328
(148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de Exposição: 6.660 min.**

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

ROMILDA ROCHA

Assessora de Relações Públicas



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, integrante do Núcleo de Comunicação Institucional, está regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP e tem em sua competência a preparação, supervisão, e coordenação dos eventos para público interno e externo; coordenação do Cerimonial; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça.

Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Presidente; coordenação e

acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são: Assinatura de Convênios; Lançamento de Livros de Magistrados; Almoços e Jantares Oficiais; Inaugurações de Fóruns, Casas da Cidadania, e Instalações de novas Varas; Posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; Transmissão de Cargo do Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; Solenidades alusivas ao Aniversário de Instalação do Tribunal de Justiça; Encerramento e Abertura do Ano Judiciário. A seguir, serão arrolados os eventos realizados pela Assessoria, ao longo do ano de 2008:

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Solenidade de premiação aos vencedores da Mostra de Talentos**
9 de janeiro
- ▶ **Inauguração do Protocolo Judicial Expresso da Comarca de Blumenau**
23 de janeiro
- ▶ **Instalação do Juizado Especial na UNIFEBE da Comarca de Brusque**
23 de janeiro
- ▶ **Instalações do Juizado Especial Criminal, Juizado Especial Cível da Univille, e Unidade Regional de Direito Tributário e Execuções Fiscais Estaduais da Comarca de Joinville**
24 de janeiro
- ▶ **Inauguração do Fórum Universitário Desembargador Genésio Nolli da Comarca de Itajaí**
24 de janeiro
- ▶ **Ato de entrega das novas instalações do auditório do Tribunal Pleno**
31 de janeiro
- ▶ **Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes – Biênio 2008/2009**
1º de fevereiro
- ▶ **Solenidade de Posse dos Juízes Substitutos**
28 de fevereiro
- ▶ **Instalação do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) da Enseada, Comarca de São Francisco do Sul**
8 de abril
- ▶ **Instalação do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) da Praia do Ervino, Comarca de São Francisco do Sul**
8 de abril



*Solenidade
de Posse
dos Novos
Dirigentes
– Biênio
2008/2009*

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Inauguração do Fórum Des. Luiz Carlos Cercato Padilha, Comarca de Catanduvas**
9 de maio
- ▶ **Reunião de Trabalho dos Tribunais que utilizam SAJ, CGInfo**
12 a 14 de maio
- ▶ **Assinatura do Convênio da Casa da Cidadania de Piratuba, Fórum de Capinzal**
9 de maio
- ▶ **Visita Protocolar do Embaixador da Polônia, Jacek Junosza Kisielewski**
20 de maio



Instalação do PAC da Enseada de São Francisco do Sul



Instalação do PAC da Praia do Ervino de S. Francisco do Sul



Solenidade de Posse dos Juizes Substitutos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ Solenidade de Abertura da 5ª Semana do Mutirão da Conciliação em Lages**
 26 de maio
- ▶ Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Guabiruba**
 30 de maio
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Marilha Zanin**
 2 a 13 de junho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Lucio Lanzone**
 16 a 27 de junho
- ▶ 74º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil**
 26 e 27 de junho
- ▶ Solenidade de Transmissão de Posse Governador e Presidente TJSC**
 30 de junho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Roseli Farias**
 2 a 11 de julho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição do Museu do Judiciário**
 14 a 29 de julho
- ▶ Sessão Solene de Posse do Desembargador Jorge Luiz de Borba**
 16 de julho
- ▶ Inauguração do Fórum Desembargador Osvaldo Areas Hörn, Comarca de Balneário Piçarras**
 18 de julho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Marga Ramlow**
 30 de julho a 8 de agosto
- ▶ Inauguração do Fórum Des. Maurillo da Costa Coimbra, Comarca de Guarimir**
 8 de agosto
- ▶ Solenidade em comemoração ao Dia de Santa Catarina**
 11 de agosto
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Galdino Vieira**
 11 a 22 de agosto



Visita protocolar do Embaixador da Polônia, TJSC



Inauguração do Fórum de Balneário Piçarras

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Instalação do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) da UNIASSELVI e do IBES, Comarca de Blumenau**
14 de agosto
- ▶ **1º Encontro Semestral de Diretores do Foro**
15 de agosto
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Juliana Schirmer**
2 a 12 de setembro
- ▶ **Instalação dos Juizados Especiais Cível e Criminal do Distrito de Sto. Antônio de Lisboa, do Foro Reg. do Norte da Ilha, Comarca da Capital**
10 de setembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Ana Burigo**
15 a 19 de setembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Rosange Sena**
22 a 30 de setembro
- ▶ **Instalação da 3ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Araranguá**
22 de setembro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Canoinhas**
26 de setembro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de São Bento do Sul**
26 de setembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição do Museu do Judiciário**
1º a 10 de outubro
- ▶ **Solenidade de Lançamento do Selo e Carimbo dos Correios em comemoração aos 117 anos do Tribunal de Justiça**
1º de outubro
- ▶ **Sessão Solene da Ordem do Mérito Judiciário de Santa Catarina**
1º de outubro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Tânia Paupitz**
13 a 24 de outubro



74º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil



Comemoração ao Dia de Santa Catarina, Praça dos Três Poderes

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de São Miguel do Oeste**
 23 de outubro
- ▶ **Inauguração do Fórum Doutor Zulmiro Soncini, Comarca de Pinhalzinho**
 23 de outubro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Caçador**
 24 de outubro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas dos alunos do Atelier Armazém de Arte**
 29 de outubro a 7 novembro
- ▶ **Instalação da 3ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Palhoça**
 30 de outubro
- ▶ **Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Rejane Andersen e Victor José Sebem Ferreira**
 7 de novembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de cerâmicas de Vânia Bueno e alunas**
 10 a 21 de novembro
- ▶ **Encontro Regional do Judiciário – Conselho Nacional de Justiça**
 11 de novembro
- ▶ **XXIV FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais**
 12 de novembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de trabalhos em patchwork de Maria Ivani de Souza Gerlach**
 24 de novembro a 5 de dezembro
- ▶ **Exposição de patchwork de Maria Ivani Gerlach**
- ▶ **Instalação da 2ª Vara da Família da Comarca de São José**
 24 de novembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Miguel Angel e de cartoons de Juliana Panchiniak**
 9 a 19 de dezembro
- ▶ **Semana da Conciliação na Região Sul**
 1º de dezembro



Exposição de telas de Rosange Sena, TJSC



Exposição de patchwork de Maria Ivani Gerlach

- ▶ **Instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau**
5 de dezembro
- ▶ **Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul**
16 de dezembro
- ▶ **Instalação da 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville**
16 de dezembro
- ▶ **Instalação da Unidade Universitária dos Juizados Especiais da Comarca de Biguaçu**
18 de dezembro
- ▶ **Inauguração do Fórum Desembargador Eduardo Luz da Comarca da Capital**
19 de dezembro



Solenidade de outorga das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário



Exposição de telas dos alunos do atelier Armazém da Arte, TJSC



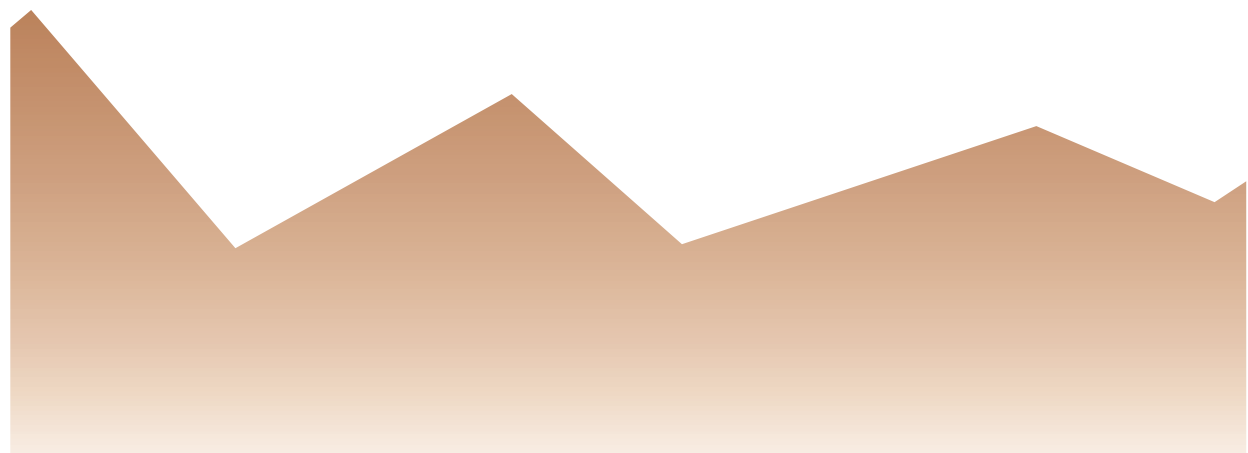
Solenidade de outorga das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário



Instalação da 2ª Vara da Família, Comarca de São José

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

IVAN BERTOLDI
Coordenador



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. Planejamento Estratégico e Balanced Scorecard (BSC)

A Assessoria de Planejamento, dando seqüência aos trabalhos de implantação da metodologia do BSC no Poder Judiciário, concluiu a medição dos resultados da gestão referentes ao ano de 2007 e 1º semestre do ano de 2008. O modelo propicia a tradução do Planejamento Estratégico em ações operacionais, por meio de um sistema de indicadores que retratam a performance organizacional, chamado de Painel de Bordo. Os resultados foram disponibilizados no site deste Tribunal. Além disso, foram realizadas 6 reuniões envolvendo todo o corpo diretivo do Tribunal para análise do desempenho da gestão e definição de metas para o exercício de 2009. Por fim, com vistas ao alcance das metas estipuladas, foram coletadas e priorizadas oportunidades de melhorias com vistas a execução pelas áreas responsáveis a partir do exercício de 2009.

2. Programa 5S

O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas no trabalho, promover organização, limpeza e disciplina, tornar o ambiente agradável, seguro e

produtivo, melhorar as atitudes das pessoas diante das suas tarefas.

Em 2009 foram capacitados 19 servidores para atuarem como avaliadores, sendo realizadas, nos meses de setembro e outubro, avaliações em 55 setores do Tribunal (áreas administrativas, Gabinete da Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça, gabinetes de Desembargadores e Juizes de 2º Grau).

Dentre os setores avaliados, constatou-se que 58% deles obtiveram pontuação superior ao período anteriormente avaliado, 24% mantiveram-se na mesma escala e em 18% a pontuação diminuiu. Os avaliadores observaram 28 quesitos (pontos de controle), dentre os 5 sentidos (utilização, ordenação, limpeza e conservação, higiene e saúde e disciplina).

Cabe destacar, ainda, que 13 unidades avaliadas obtiveram a pontuação máxima possível (excelente), representando 23,63% dos setores.

3. Conselho Nacional de Justiça

Esta Assessoria é responsável pelo atendimento à Resolução n. 15, de 26 de abril de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, no que tange ao fornecimento de dados estatísticos relacionados a:

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

- **orçamento e finanças;**
- **quadro de pessoal;**
- **parque de informática (software e hardware);**
- **área (espaço físico dos imóveis);**
- **informações processuais;**
- **mecanismos de acesso à justiça.**

Desde de novembro de 2007, este Tribunal, representado pela Assessoria de Planejamento, está participando de um grupo de âmbito nacional, de estudos que visa à atualização da referida resolução e cujo término ocorrerá no mês de março de 2009.

4. Orçamento de 2008

A Assessoria de Planejamento, juntamente com a Diretoria de Orçamento e Finanças, coordenou reuniões realizadas em abril, agosto e novembro visando avaliar os gastos dos

projetos/atividades de cada unidade. Neste exercício os orçamentos do Tribunal, do Fundo de Reparcelamento da Justiça e do Sistema Financeiro da Conta Única estão divididos em 277 projetos/atividades.

5. Proposta orçamentária para 2009

Já a proposta orçamentária para o exercício de 2009, que compreende a estimativa das receitas e a fixação das despesas, foi elaborada observando as prioridades e metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos estão distribuídos em 281 projetos/atividades, e a elaboração foi realizada em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças, contando com a efetiva participação das diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça. As receitas/despesas constantes nas propostas orçamentárias totalizaram R\$ 797.655.101,00, assim distribuídos:

► PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2009

UNIDADE	VALOR	%
Tribunal de Justiça	656.719.891,00	82,3%
Fundo de Reparcelamento da Justiça	93.986.942,00	11,8%
Sistema Financeiro da Conta Única	46.948.268,00	5,9%
TOTAL	797.655.101,00	100,0%

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

6. Gerenciamento de projetos

Durante o ano de 2008, esta Assessoria acompanhou o desenvolvimento dos projetos de instalação de novas varas, nas comarcas de Araranguá, Canoinhas, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Caçador, Palhoça, São José, Blumenau, Jaraguá do Sul e Joinville, bem como a ocupação de novos prédios nas comarcas de Piçarras, Guaramirim, Bom Retiro e Catanduvas, além do acompanhamento das atividades à ocupação do Fórum Desembargador Eduardo Luz (Comarca da Capital).

Além desses projetos, diversos outros foram cadastrados no sistema específico, denominado SisProject, que permite o registro das operações, ações e respectivas datas de conclusão, além dos responsáveis, cujo gerenciamento é realizado mediante reuniões periódicas de acompanhamento de prazos.

7. Outras atividades

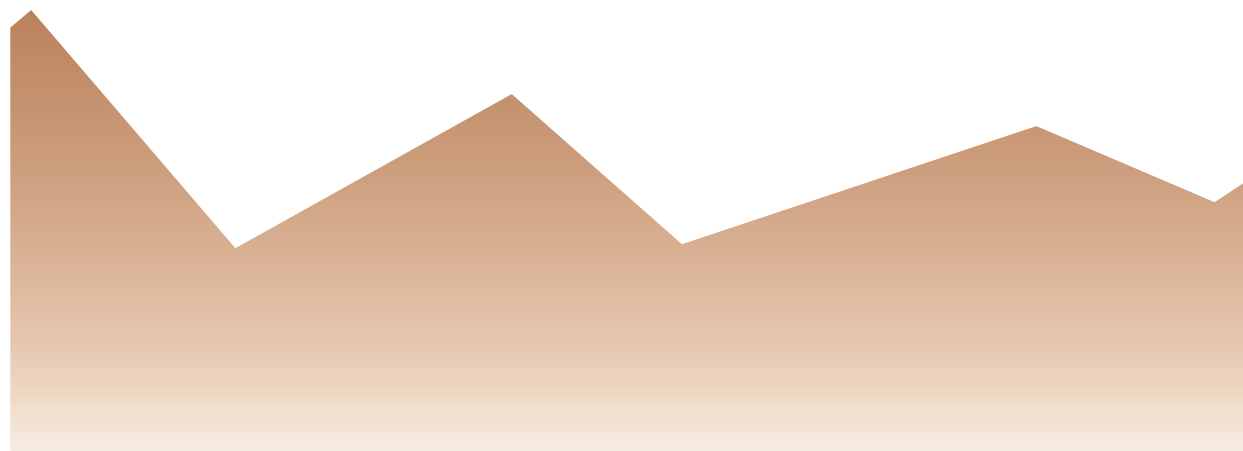
A Assessoria de Planejamento coordenou e/ou participou de reuniões com as diversas áreas, onde foram abordados diversos temas relacionados à administração do Poder Judiciário, com especial destaque para a migração da conta salário para o Banco do Brasil, a instalação de novas varas e a ocupação de novos prédios. Representantes da Assessoria de Planejamento participaram das reuniões dos conselhos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça-FRJ, do Sistema Financeiro da Conta Única-SCU e de Gestor de Tecnologia da Informação-CGINFO. Além disso, a gestão estratégica e orçamentária deste Tribunal de Justiça foi apresentada ao Tribunal de Justiça do Piauí e a Justiça Federal-Seção Judiciária de Santa Catarina

Por fim, de acordo com a Resolução n. 28/2008-GP, a Assessoria de Planejamento foi colocada à disposição dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juizes de Direito membros do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, para qualquer iniciativa que se faça necessária.

AUDITORIA INTERNA

MARIA MADALENA STEINBACH

Coordenadora



AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2008, dentre outros trabalhos:

- 281 relatórios, com pareceres de regularidade ou de irregularidade e as devidas recomendações;
- 347 pareceres em processos administrativos;
- 26 informações envolvendo assuntos de controles diretos e indiretos.

Os trabalhos de auditoria, voltados aos procedimentos de verificação das despesas, de geração de receitas e aperfeiçoamento dos controles internos, foram divididos nas seguintes áreas:

1. Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de admissão de servidores;
- Pagamentos de gratificação de substituição aos servidores do TJ e 1º grau;
- Relatórios mensais de acompanhamento do crescimento vegetativo da folha de pagamento.

2. Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos processos de licitação, de

- dispensa e de inexigibilidade;
- Avaliação dos Termos Aditivos de contratos;
- Análise dos pagamento de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Auditoria nas aquisições e controles dos bens permanentes e de consumo da Diretoria de Saúde.

3. Auditoria de Obras

- Visitas semanais ao Fórum Des. Eduardo Luz, com apresentação de relatórios de acompanhamento da reforma;
- Participação em reuniões de planejamento para ocupação do Fórum Des. Eduardo Luz;
- Visitas aos Fóruns de Piçarras e Guaramirim para avaliação dos problemas de fissuras;
- Visitas de acompanhamento da construção do Fórum de Palhoça;
- Cooperação com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura para elaboração de orçamento de projetos.

4. Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e balanços anuais;
- Elaboração dos relatórios de gestão fiscal;
- Elaboração dos relatórios bimestrais de controle interno encaminhados ao Tribunal

AUDITORIA INTERNA

- de Contas do Estado;
- Análise da Carteira do Fundo de Investimento de renda fixa – BESC;
- Análise nas Prestações de contas de recursos antecipados;
- Continuidade nos procedimentos de regularização e cancelamento dos CNPJ's dos cartórios Judiciais, junto à Secretaria da Receita Federal;
- Apuração da cota-parte do Ministério Público para celebração de novo convênio para 2009;
- Acompanhamento da Regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governo Estadual e Municipal e Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Informações no SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Análise dos Relatórios Gerenciais referente a gastos com combustível e manutenção (peças e serviços) da frota do Poder Judiciário.

5. Auditoria de Sistemas e Bens de Informática

- Verificação das autorizações dos usuários de sistemas: SAJ-SG, Folha de Pagamento, Cadastro;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro das

- informações do e-Sfinge Obras e e-Sfinge – Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência, ajuste de relatórios, importação de arquivos e transmissão de dados do Sistema e-Sfinge ao Tribunal de Contas do Estado;
- Auditoria dos cargos comissionados e das gratificações de artigo 85 concedidas a servidores lotados no Tribunal de Justiça;
- Auditoria na disponibilização de serviços de conexão à internet (ADSL).

6. Auditoria Judicial

- Auditoria nos processos judiciais, em parceria com a Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF, nas comarcas de Joinville, Campos Novos, Joaçaba, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Lages, Araranguá, Braço do Norte, Tubarão, Criciúma, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Caçador, São Joaquim, Rio do Sul, Fraiburgo, Indaial, São Francisco do Sul, Gaspar, Videira, São Bento do Sul, São José, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Fórum Distrital do Estreito e Capital:
- 104.023 Processos inseridos no Sistema e retirados fisicamente dos cartórios (arquivados);
- 53.930 processos auditados;
- R\$ 7.633.115,61 (sete milhões, seiscentos e

AUDITORIA INTERNA

trinta e três mil, cento e quinze reais e sessenta e um centavos) arrecadados até novembro;

- Orientação e capacitação dos contadores das comarcas auditadas;
- Auditorias especiais, solicitadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- Elaboração de relatórios das auditorias realizadas;
- Elaboração da RAIS (Registro Anual de Informações Sociais) dos Cartórios Judiciais.

7. Aperfeiçoamento de Controles

- Elaboração do Manual da Auditoria Interna;
- Proposta de revisão no convênio com o Ministério Público, alterando a forma de cobrança da restituição de valores;
- Proposta de aperfeiçoamento nos Boletos Bancários para fins de controle do recolhimento do Fundo de Reparelhamento da Justiça - FRJ;
- Proposta de adoção de critérios para aquisição direta, a fim de evitar o fracionamento de despesas;
- Proposta de cobrança, via Boleto Bancário, da taxa de porte de remessa e retorno de processos remetidos ao STJ;
- Reuniões de estudo para definição do Sistema de Automação do Extrajudicial para possibilitar auditoria à distância;
- Participação e orientação nos trabalhos de

auditoria realizados nas diversas áreas;

- Participação em reuniões para elaboração do contrato do Banco do Brasil.

8. Auditoria Extrajudicial – FRJ

- Elaboração de Relatórios das auditorias realizadas;
- Ofícios de Notificações;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise de processos referente a quitação de valores;
- Fiscalização nas cobranças de valores destinados ao Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ (*).

AUDITORIA INTERNA

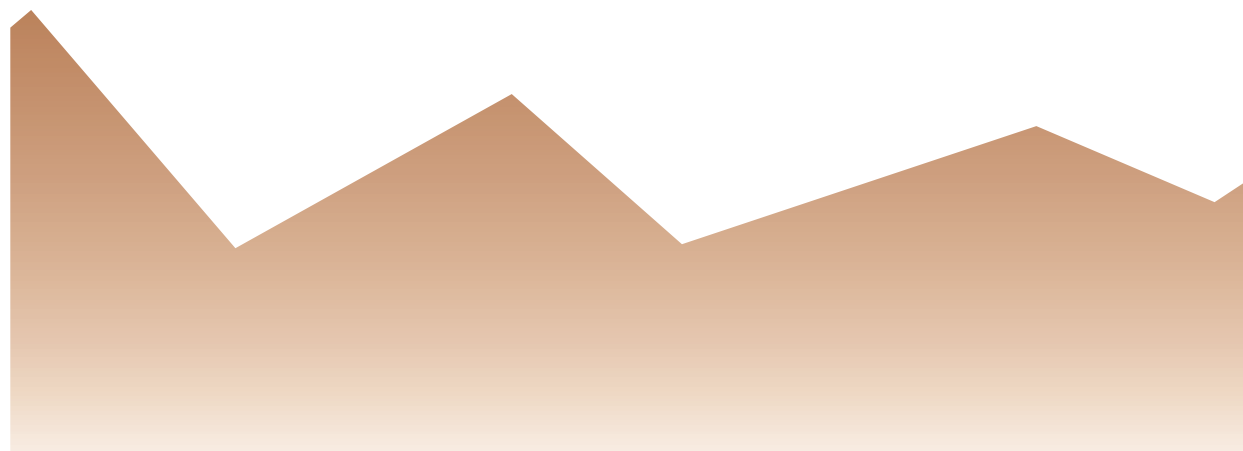
DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS REALIZADAS POR COMARCA EM 2008

COMARCA	PERÍODO DA AUDITORIA	VALOR NOTIFICADO	VALORES JUSTIFICADOS APÓS AUDITORIA	VALORES RECOLHIDOS APÓS A AUDITORIA	SALDO A RECOLHER	OBSERVAÇÃO
TIMBÓ	fev/08	25.587,31	0,00	25.587,32	0,00	
ASCURRA	fev/08	0,00	0,00	0,00	0,00	
BRUSQUE	fev/08	32.810,74	205,00	32.605,75	0,00	
CRICIÚMA	mar/08	186.797,65	10.714,93	45.689,40	129.739,82	Parcelamento de um ou mais cartórios
FORQUILHINHA	abr/08	19.069,87	7.893,49	9.489,37	1.567,51	Parcelamento de um ou mais cartórios
LAURO MULLER	abr/08	3.001,02	0,00	3.001,02	0,00	
URUSSANGA	abr/08	9.047,37	0,00	5.089,18	2.339,92	Parcelamento de um ou mais cartórios
PALHOÇA	mai/08	10.882,57	0,00	10.882,57	0,00	
ANCHIETA	mai/08	6.538,85	5.015,13	1.523,74	0,00	
CAMPO ERÊ	mai/08	29.696,14	3.014,85	17.737,72	8.943,57	Parcelamento de um ou mais cartórios
DIONÍSIO CERQUEIRA	mai/08	6.382,07	1.356,04	5.036,87	0,00	
SÃO JOSÉ DO CEDRO	jun/08	8.130,11	3.094,53	5.035,78	0,00	
STO AMARO DA IMPERATRIZ	jun/08	11.518,81	998,12	10.520,69	0,00	
SÃO JOÃO BATISTA	jun/08	9.958,69	58,68	8.495,03	1.406,72	
CAPITAL	jul/08	310,34	206,15	103,99	0,00	
CHAPECÓ	jul/08	67.379,69	14.307,91	21.128,39	31.943,39	Parcelamento de um ou mais cartórios
XAXIM	jul/08	15.963,63	5.500,91	6.244,17	4.218,55	
BIGUAÇU	jul/08	16.366,81	4.387,21	11.979,60	0,00	
BOM RETIRO	ago/08	28.935,47	5.177,83	9.997,35	13.760,89	Parcelamento de um ou mais cartórios
SÃO JOSÉ	ago/08	6.151,58	1.471,37	4.680,21	0,00	
SÃO BENTO DO SUL	ago/08	57.609,96	483,95	54.897,17	2.228,84	
CANOINHAS	set/08	32.704,97	1.667,38	29.165,14	1.872,46	Parcelamento de um ou mais cartórios
ITÁ	set/08	14.616,54	1.408,30	2.929,41	10.278,83	
IPUMIRIM	set/08	4.732,98	0,00	4.732,98	0,00	
CONCÓRDIA	set/08	11.063,55	0,00	2.753,38	8.310,17	
SEARA	set/08	5.072,13	0,00	0,00	5.072,13	
GUARAMIRIM	set/08	8.166,43	0,00	4.352,35	3.814,08	Parcelamento de um ou mais cartórios
JARAGUÁ DO SUL	set/08	19.614,09	0,00	0,00	19.614,09	
PAPANDUVA	set/08	3.430,98	95,17	3.335,81	0,00	
PRESIDENTE GETÚLIO	out/08	42.788,11	2.310,30	4.356,70	36.121,11	
RIO DO SUL	out/08	49.670,25	553,02	152,01	48.965,22	
CAPINZAL	nov/08	44.712,47	0,00	0,00	44.712,49	
CATANDUVAS	nov/08	16.288,27	0,00	0,00	16.288,27	
LEBON RÉGIS	dez/08	41.153,73	0,00	0,00	41.153,73	
FRAIBURGO	dez/08	47.056,37	0,00	0,00	47.056,37	
SANTA CECÍLIA	dez/08	30.569,70	0,00	0,00	30.569,70	
TOTAL	= 37 COMARCAS = 155 CARTÓRIOS	923.779,25	69.920,27	341.503,10	509.977,86	Dif. de R\$ 2.378,02 referente à atualização das parcelas

■ **CASA MILITAR**

■ **CORONEL PM EDSON LUÍS HOSANG**

Chefe



CASA MILITAR

Embara a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete, atuando de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores de Fóruns. As atividades desenvolvidas são relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária especialmente os magistrados e os funcionários.

1. Guarda dos seguintes estabelecimentos judiciais na Grande Florianópolis:

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Infância e Juventude
- Fórum do Continente (Estreito)
- Fórum de São José
- Almoarifado e Gráfica

2. Guarda permanente nos Fóruns de:

- Canoinhas
- Lages
- Joaçaba
- Tubarão
- São José

3. Guarda durante horário de expediente em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, pode-se oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do estado, área especialmente carentes de policiais militares do corpo ativo. Hoje dez Fóruns contam com este serviço sendo que a tendência é de aumento deste número.

Ainda há policiais do corpo ativo em um número de 56 durante o horário de funcionamento da unidade, prestando segurança pessoal e patrimonial, especialmente aos magistrados.

4. Projeto de Monitoramento e alarme em todas as comarcas do Estado

Este ano está sendo realizado a execução do projeto de Consultoria. O objetivo deste é proporcionar ao setor de engenharia do TJSC e a Casa Militar as condições estruturais de todos os Fóruns em relação ao sistema de segurança, especialmente quando aos alarmes existentes. Após este levantamento será colocado em prática o monitoramento geral de todas as Unidades Judiciárias de modo padronizado e atendido preferencialmente por uma única empresa contratada.

CASA MILITAR

5. Instrução específica de Armamento e Tiro aos Magistrados

Conforme a Lei do Desarmamento, a Casa Militar do Tribunal de Justiça realizou no ano de 2008 os “testes de tiro” para aquisição de arma de fogo e renovação do Registro de Arma de Fogo, item este exigido pela legislação.

O teste baseia-se em informações primordiais quanto a arma do Magistrado: como portar, atirar, guardar, carregar, descarregar e manutenção em primeiro escalão.

Na oportunidade é realizado teste de armas curtas como revólveres e pistolas e armas longas como rifles, carabinas e espingardas. Além da instrução específica ministrada, a Casa Militar orienta os Magistrados na aquisição de armas, documentação e tramitação; além de propiciar conhecimento técnico quanto a arma ideal conforme as características pessoais do adquirente.

6. Gerenciamento e Recolhimento de armas dos fóruns.

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado, é uma das atividades imprescindíveis a segurança dos Fóruns do interior.

Além do armamento recolhido, há também o envio de munições e produtos congêneres, tais

como munições, cartuchos, chumbo e pólvora a granel.

A atuação da Casa Militar neste evento é imprescindível pois além das orientações específicas referentes á armas em geral, há a ligação entre os Diretores de Fórum /Secretárias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades.

Neste ano de 2008 foram recolhidas armas de 47 Fóruns no Estado conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço em 2006, foi recolhidas um número superior a oito mil armas.

► TOTAL DE ARMAS RECOLHIDAS

Revólver	1.737
Pistola	251
Espingarda	884
Garrucha	203
Carabina	35
Rifle	28
TOTAL	3.152

Além destas tratativas, há a condução das armas com segurança armada da Casa Militar.

CASA MILITAR

7. Acompanhamento e Orientação na elaboração do Projetos de Segurança

A Casa Militar acompanha e executa, através de técnicos especializados, a elaboração de Projetos de CFTV do Anexo do Fórum da Capital e do Complexo Almoarifado e Gráfica do TJSC, assim como a instalação de controles de acesso.

8. Serviço de Proteção/orientação aos magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a orientação rotineira aos magistrados ou mesmo quando há um a evento pontual relativo a segurança pessoal.

9. Implementação do Plano de Evacuação em Caso de Sinistro

Realizado um antigo projeto da Presidência, através da Casa Militar, com a participação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, que foi a execução de palestras de conscientização para aproximadamente 1600 funcionários do Tribunal de Justiça. Na seqüência, foi realizado o Treinamento de Combate a Incêndio e Socorros de Urgência, com aproximadamente 150 participantes.

10. Apoio nas Enchentes

Com o advento das enchentes que assolaram alguns municípios, a Casa Militar participou no levantamento de dados e demais informações tanto em relação aos funcionários atingidos, quanto aos Fóruns atingidos, proporcionando segurança seja através da Polícia Militar ou através das empresas contratadas para o setor.

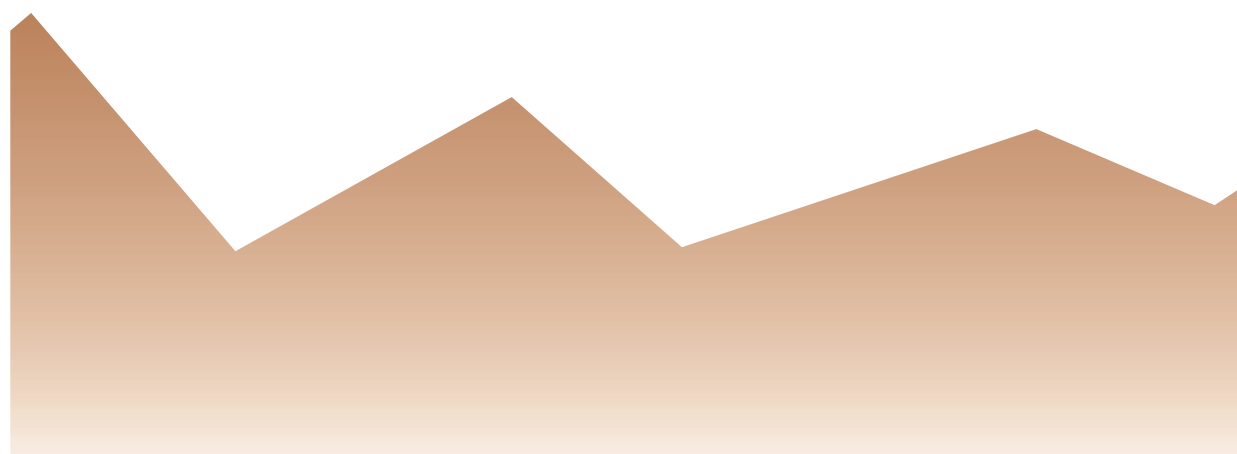
11. Participação nos eventos de conciliação e visitas as instalações penitenciarias

A partir deste ano ocorreu a participação de um Oficial da Casa Militar nos eventos que compõe o programa de conciliação a exemplo dos Núcleos de Conciliação, assim como também acompanhamento a membros da Corregedoria do TJSC, nos estabelecimentos penais.

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

EDENIR MURILO DA COSTA

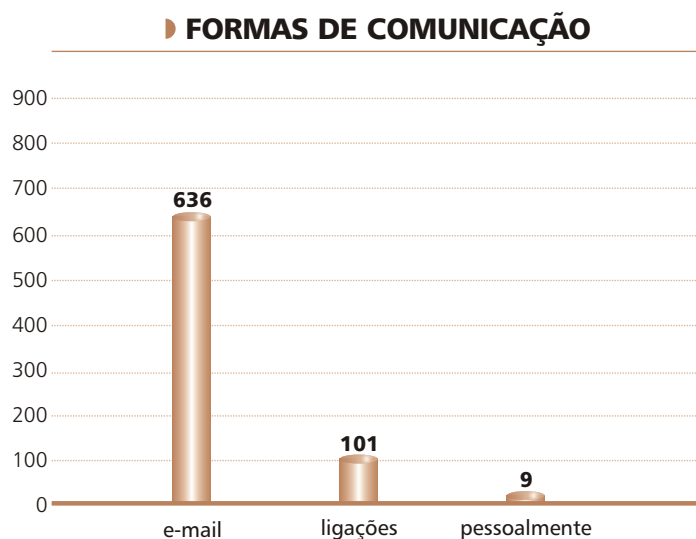
Ouvidor dos Servidores



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

ESTATÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS

1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria

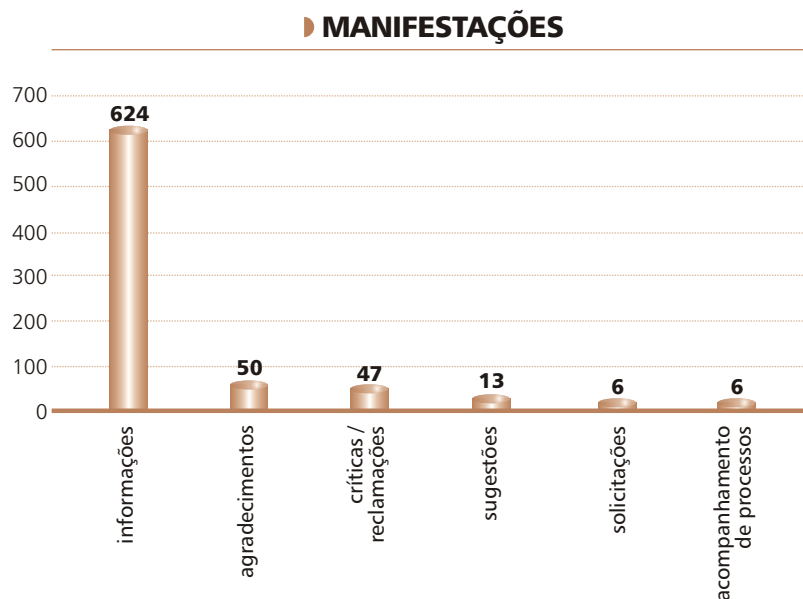


2 - Atendimentos solucionados

No ano de 2008 foram solucionados 746 atendimentos:

3 - Tipos de manifestações

Foram diversas as manifestações dos servidores, dentre elas:



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

4 - Assuntos abordados pelos servidores

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ASSUNTOS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ASSUNTOS
168	Informações Diversas	005	Acompanhamento de Processos
091	Lei Complementar 406/08	005	Jogos da Família Forense
070	Conta Salário	005	Promoções
050	Agradecimentos	004	Relatório de Situação das Comarcas
044	Curso de Direito a Distância	004	Data Base
040	Gratificação	004	Licença Maternidade
033	Disfunção	004	Recesso
022	Remoção	004	Gratificação Natalina
022	Precatório	004	Resolução 6/2008 GP – Máquinas Fotocopiadoras
019	Ass. Relacionado a Saúde		
018	VPNI	003	Exercício Findo
017	Questão Salarial	002	Vacina da Gripe
014	Horário	002	Concursos
012	13º Salário	002	Estágio Probatório
012	Bolsa Estudo	002	Requisição de Móveis
010	Cursos	002	Digitadores
010	Aposentadoria	001	Tabagismo
010	Manutenção	001	PEC 190
009	Abono	001	Férias
008	Licença	001	Relotação
008	Conta BB	001	Reposição Salarial
005	Oficiais de Justiça	001	Incorporação do Vale Alimentação
005	Congresso Catarinense de Direito de Família	001	Arrecadação de Donativos
		001	IPREV

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

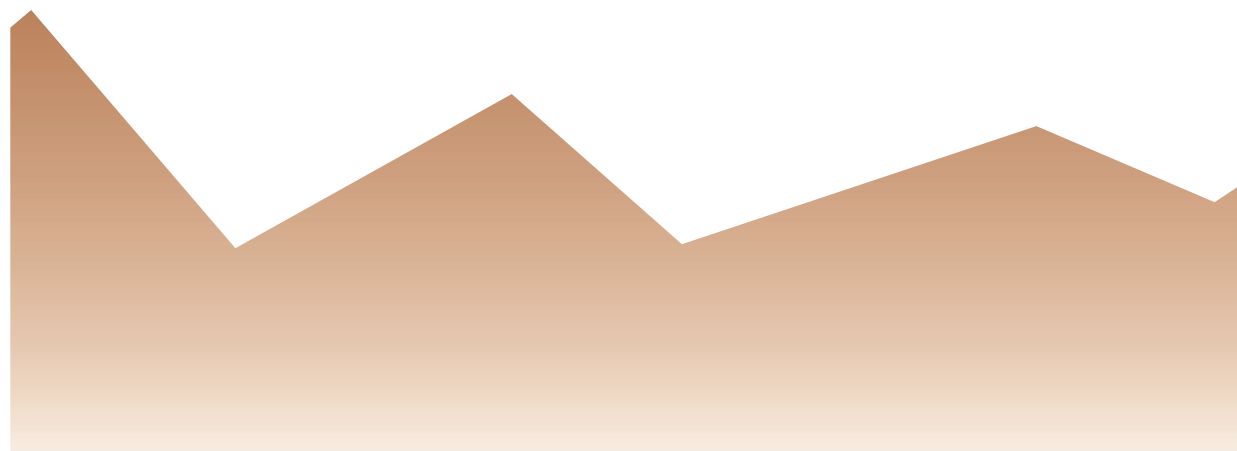
5 - Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria

NÚMERO DE ACESSOS	COMARCA	NÚMERO DE ACESSOS	COMARCA	NÚMERO DE ACESSOS	COMARCA
96	Capital	07	Canoinhas	03	Mafra
53	Tribunal de Justiça	07	São Bento do Sul	03	Mondaí
46	Blumenau	07	Videira	03	Sombrio
27	Criciúma	06	Araranguá	03	Tijucas
24	Chapecó	06	Capivari de Baixo	03	Xanxerê
24	Joinville	06	Correia Pinto	02	Armazém
23	Herval do Oeste	06	Içara	02	Campo Erê
20	Balneário Camboriú	06	Rio do Oeste	02	Norte da Ilha
18	Lages	05	Coronel Freitas	02	Catanduvas
17	Curitibanos	05	Guaramirim	02	Cunha Porã
15	Braço do Norte	05	Orleans	02	Descanso
15	São José	05	São Francisco do Sul	02	Garuva
14	Itapema	05	São Joaquim	02	Indaial
12	Itajaí	04	Imaruí	02	Itaiópolis
11	Caçador	04	Otacílio Costa	02	Itapiranga
10	Concórdia	04	Palhoça	02	Lauro Müller
09	Araquari	04	Porto União	02	Maravilha
09	Ascurra	04	Rio do Sul	02	Porto Belo
09	Ibirama	04	Rio Negrinho	02	Tangará
09	Joaçaba	04	São Carlos	02	Anchieta
09	Santa Rosa do Sul	04	Turvo	01	Campo Belo do Sul
09	Timbó	04	Urussanga	01	Campos Novos
08	Piçarras	04	Xaxim	01	Forquilha
08	Brusque	03	Bom Retiro	01	Gaspar
08	Estreito	03	Fraiburgo	01	Laguna
08	Ituporanga	03	Garopaba	01	Modelo
08	Rio do Campo	03	Imbituba	01	Navegantes
08	Santo Amaro da Imperatriz	03	Ipumirim	01	Pomerode
08	São Miguel do Oeste	03	Itá	01	Presidente Getúlio
08	Tubarão	03	Itapoá	01	São João Batista
07	Biguaçu	03	Jaraguá do Sul	01	Taió

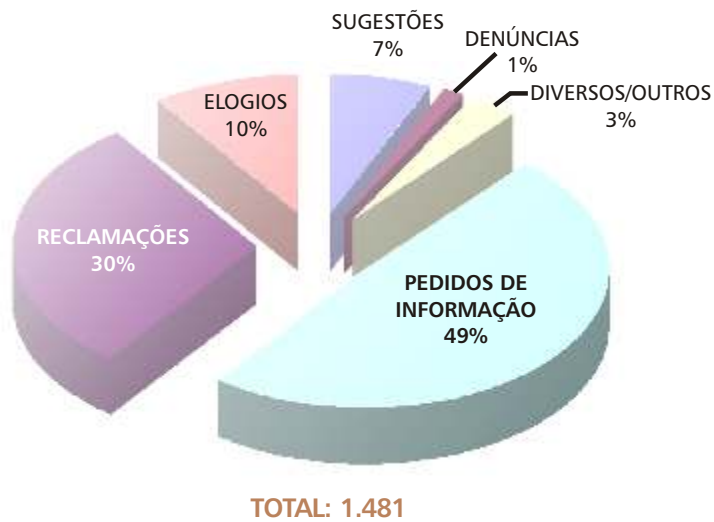
OUVIDORIA JUDICIAL

DES. JOSÉ MAZONI FERREIRA
Ouvidor Judicial

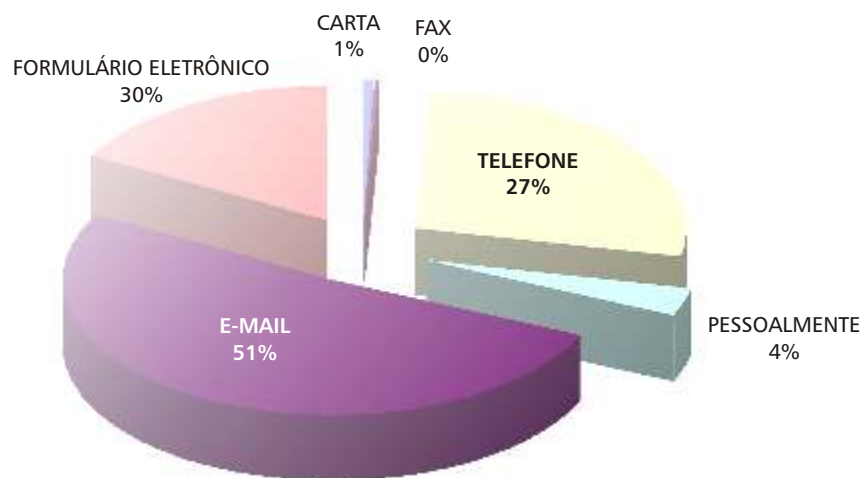
MARIANA DA SILVA PIONER
Coordenadora



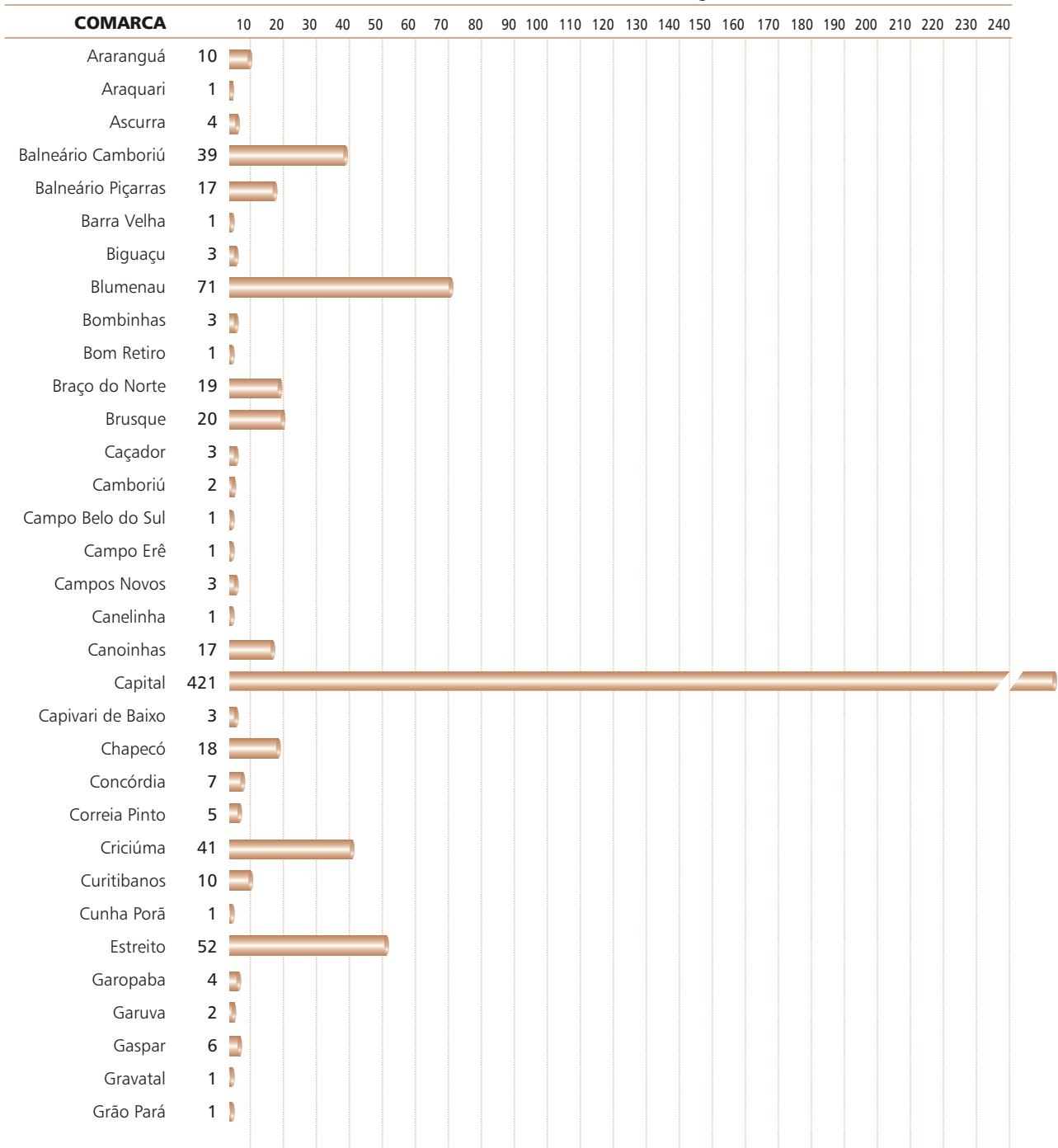
▶ ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS



▶ FORMA DE RECEBIMENTO

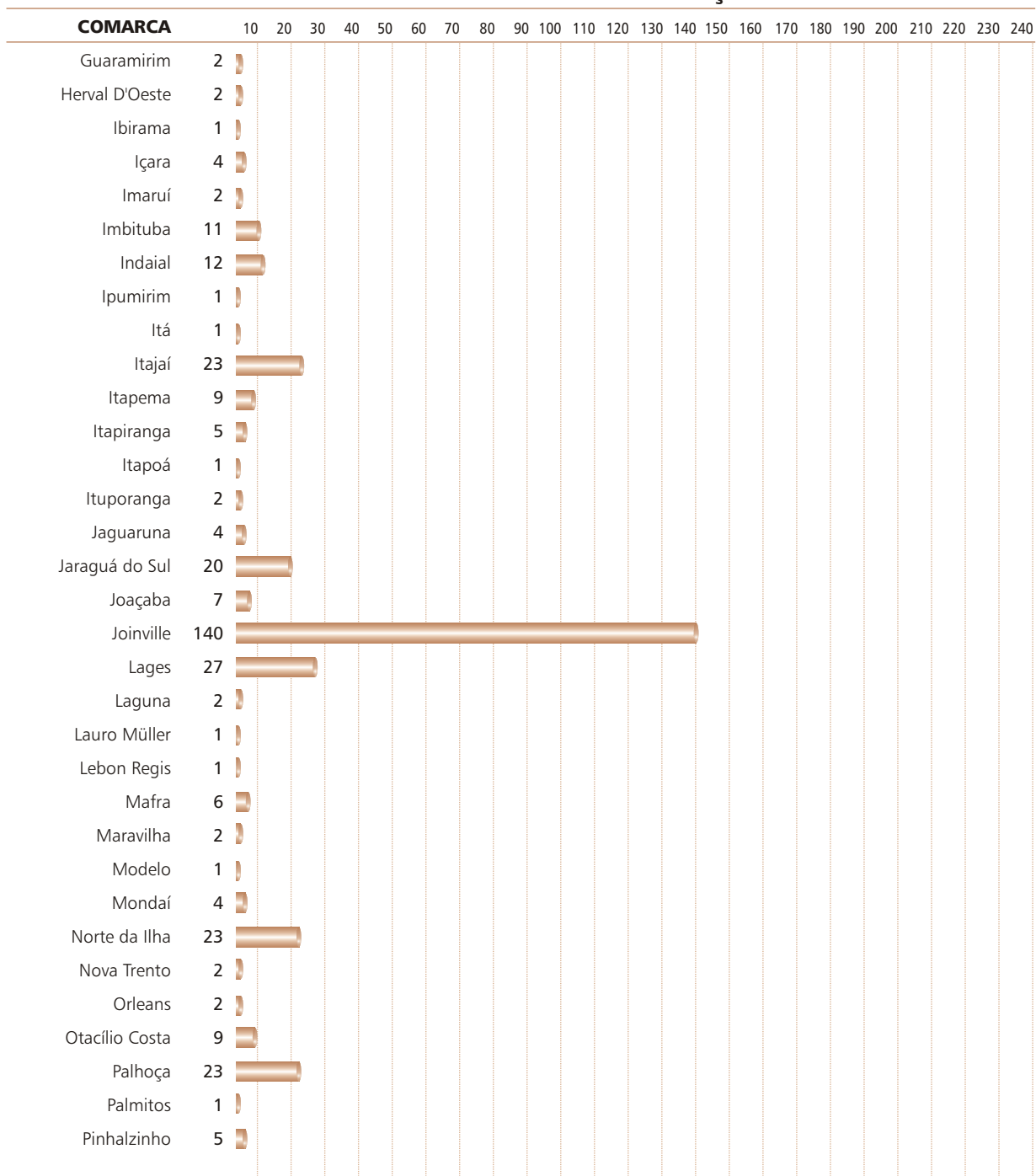


COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



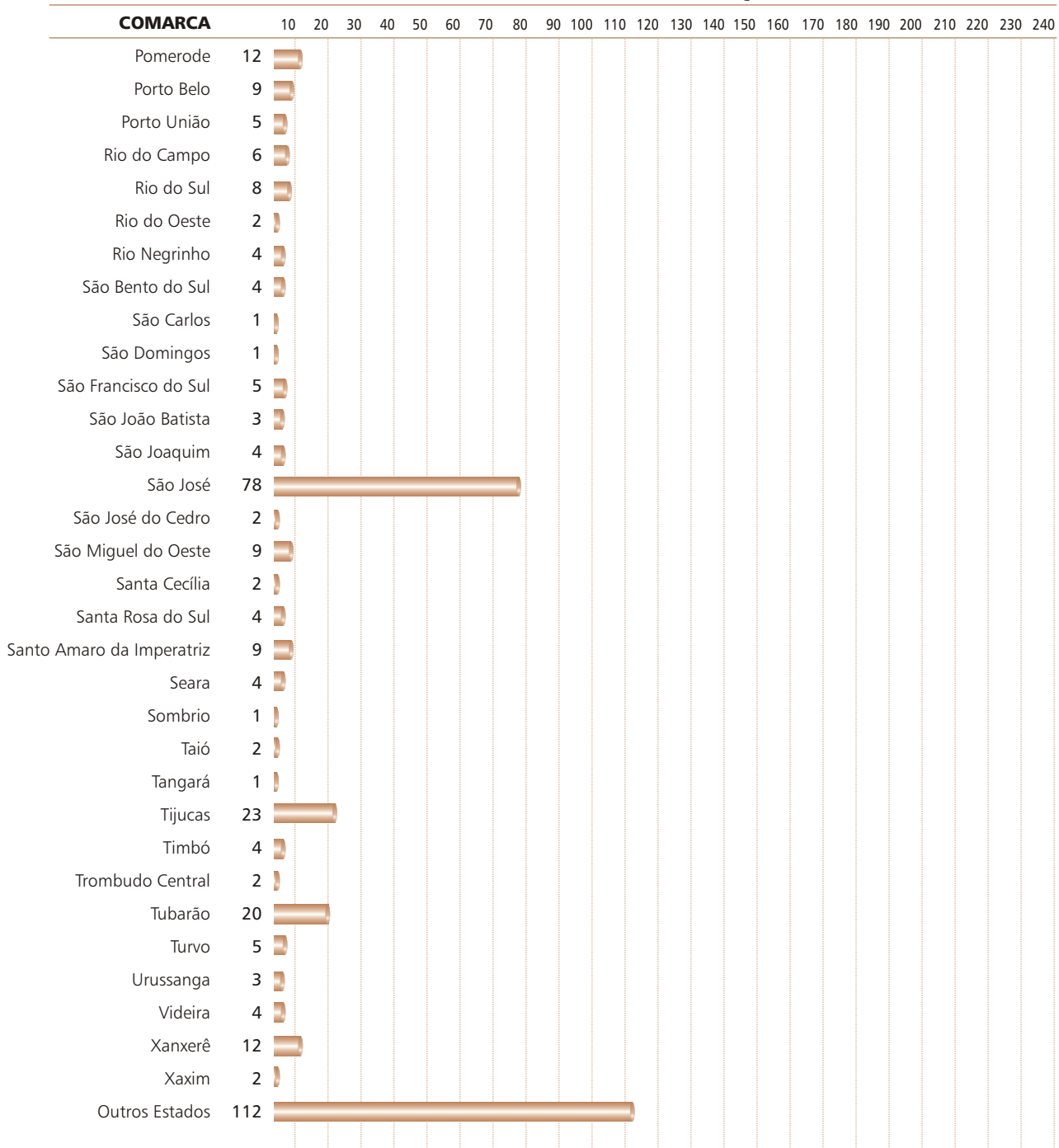
OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

CLÁUDIA TURNES DA SILVA MARTINS
Coordenadora



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Projeto de Instalação de Unidades – Comarcas e Varas

Criado em março de 2003, o Programa de Implantação de Serviços Judiciários tem, como plataforma, a efetivação de projetos de instalação de unidades judiciárias – comarcas e varas, a partir de modelos de concepção e de execução desenvolvidos por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. A iniciativa decorre de que, anteriormente, a criação e a instalação de unidade careciam de critérios e de métodos essencialmente técnicos, o que implicava condições avessas ao planejamento e aos serviços de infra-estrutura e de organização. Somavam-se problemas: ausência de coordenação para elaboração e desenvolvimento de projeto, improvisação, carência de padronização de rotinas funcionais, falta de foco na atividade fim, indefinição quanto à capacitação de servidores e, por conseguinte, atenção inconsistente à política de atendimento aos clientes interno e externo. Resultado: Poder Judiciário ineficaz e ineficiente, sem credibilidade, opondo-se, em verdade, à missão institucional de humanização, com excelência na prestação jurisdicional. Assim, a partir dos efeitos de tal dimensão empírica, de que mormente resultavam prejuízos à imagem da Justiça e

questionamentos quanto à qualidade do produto apresentado à sociedade, optou-se por instrumento que, considerando a conjuntura e as peculiaridades judiciárias, concebesse filosofia de renovação e proposta de atuação essencialmente profissional. Daí, o Programa de Implantação de Serviços Judiciários. O Programa dispõe de Coordenação Executiva - servidor efetivo, responsável pelo planejamento e pela execução das atividades gerais delineadas e quatro subcoordenações, também ocupadas por servidores efetivos: infra-estrutura e de pessoal, instalação (ações relativas às fases de instalação), treinamento dos servidores, acompanhamento (consultoria às unidades instaladas) e saneamento processual (auditoria do acervo de unidades já instaladas, com atualização de atos e de procedimentos). Foram instaladas em 2008 onze varas. A atuação tem base em planejamento estratégico, de gerenciamento de pessoal.

Modo de operação: reuniões técnicas com juízes e servidores acerca das áreas de fluxo processual, redistribuição de processos; uniformização de procedimentos e rotinas cartorárias e treinamento dos servidores.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

SEQÜÊNCIA I:

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇO

1 - Mensuração do acervo

- 1.1 - Caracterização do mobiliário
- 1.2 - Disposição dos equipamentos
- 1.3 - Arranjo da área

2 - Senso de Ocupação

- 2.1 - Adoção do fluxo de produção
- 2.2 - Conscientização acerca do caráter público de espaço
- 2.3 - Orientação quanto à responsabilidade de manutenção
- 2.4 - Determinação no tocante ao planejamento para alteração

3 - Nova Expressão de Ambiente

- 3.1 - Expansão do novo conceito
- 3.2 - Estímulo à organização do posto de trabalho
- 3.3 - Associação da relação limpeza produtividade
- 3.4 - Agregação da idéia de bem-estar físico-mental

SEQÜÊNCIA II:

IMPLANTAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

1 - Seleção e Separação Eletrônicas de Processos

- 1.1 - Elaboração de relatórios acerca dos processos
- 1.2 - Formação e preparação das equipes de triagem e auditoria

2 - Conferência e Preparação de Processos

- 2.1 - Fixação dos parâmetros de conferência
- 2.2 - Conclusão e organização dos relatórios
- 2.3 - Agrupamento das planilhas
- 2.4 - Composição dos processos para redistribuição à nova unidade

3 - Coleta de Processos – Vara de Origem

- 3.1 - Localização
- 3.2 - Organização do acervo
- 3.3 - Elaboração do Protocolo de Transferência
- 3.4 - Remessa à nova vara

4 - Organização de Processos – Nova Vara

- 4.1 - Recebimento dos processos e de outros materiais
- 4.2 - Juntada de documentos
- 4.3 - Conferência e certificação
- 4.4 - Regularização e organização do acervo

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

SEQÜÊNCIA III:

DESENVOLVIMENTO (Capacitação)

1 - Pessoal

- 1.1 - Discussão sobre o serviço público
- 1.2 - Orientação sobre perfil e postura
- 1.3 - Estudo dos níveis de aprendizagem
- 1.4 - Reflexão sobre desenvolvimento profissional

2 - Social I

- 2.1 - Exame de formas de relacionamento
- 2.2 - Fortalecimento da comunicação interpessoal
- 2.3 - Sensibilização quanto a noções comportamentais
- 2.4 - Exercício sobre liderança

3 - Social II

- 3.1 - Introdução à cultura do atendimento
- 3.2 - Elaboração do modelo de clientes interno e externo
- 3.3 - Criação de cenários ideais da relação com o público
- 3.4 - Valorização da informação – conteúdo e forma

4 - Técnico

- 4.1 - Análise de conceitos jurídico-administrativos
- 4.2 - Interpretação de rotinas do sistema de automação
- 4.3 - Avaliação de novas concepções nos ritos
- 4.4 - Aplicação de fluxo processual

SEQÜÊNCIA IV:

BUSCA DE PRODUTIVIDADE

1 - Levantamento e Diagnóstico

- 1.1 - Registro de formas de trabalho
- 1.2 - Compreensão de procedimentos
- 1.3 - Elaboração e interpretação de relatório
- 1.4 - Apreciação de resultados

2 - Eliminação e Manutenção

- 2.1 - Identificação e eliminação de problemas
- 2.2 - Verificação de variáveis decorrentes do subitem 2.1
- 2.3 - Aproveitamento de rotinas eficazes
- 2.4 - Ajustamento ao novo modelo

3 - Introdução e Aperfeiçoamento

- 3.1 - Aplicação de novas ferramentas
- 3.2 - Estudo de casos e simulações situacionais
- 3.3 - Operacionalização de elementos incorporados
- 3.4 - Agregação do processo de mudança

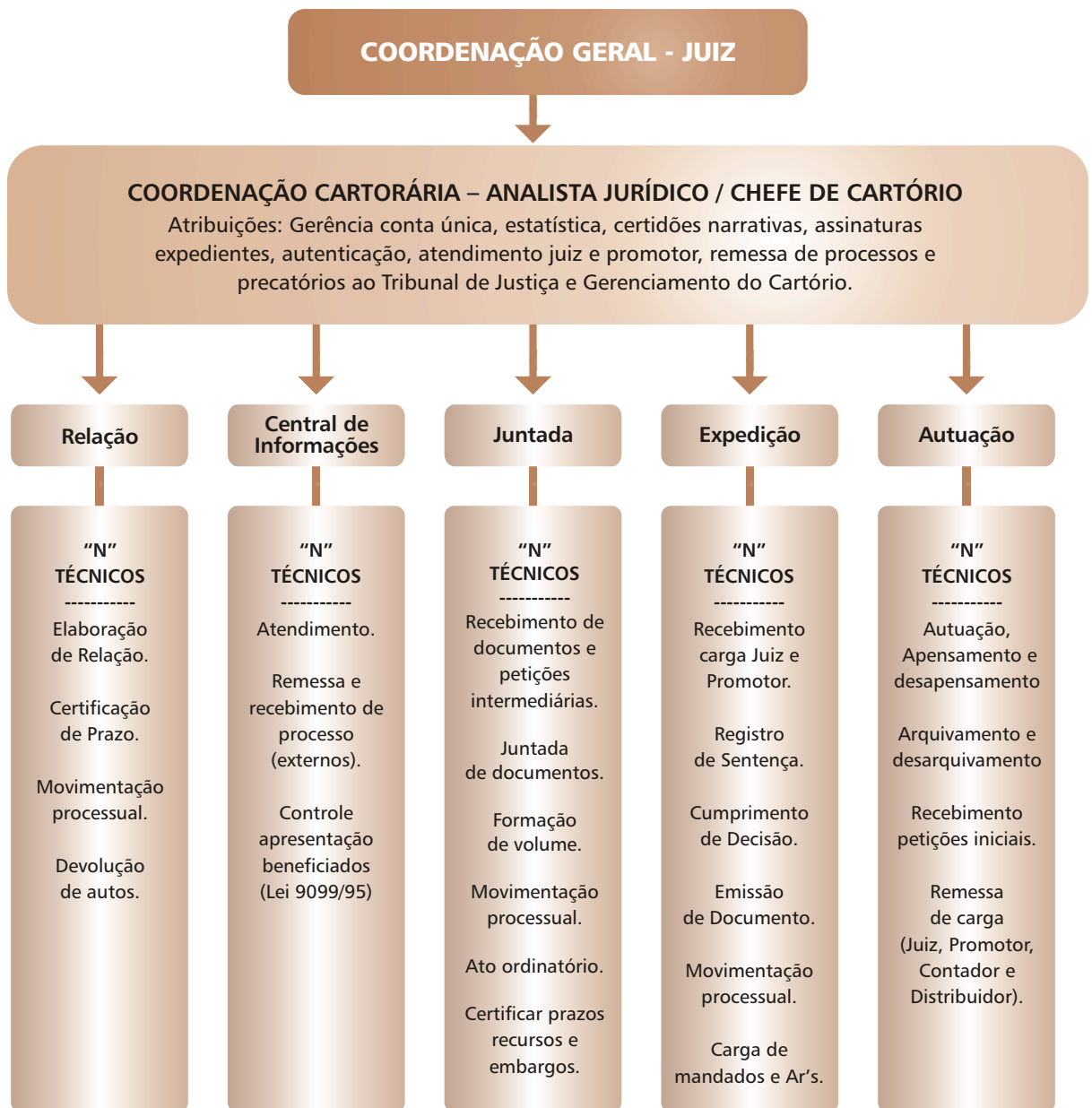
4 - Organização e Conhecimento

- 4.1 - Arranjo metódico de atividades
- 4.2 - Acomodação e harmonização de idéias
- 4.3 - Incentivo a pragmatismo e a bom senso
- 4.4 - Acompanhamento

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

A implantação do sistema de produção obedece a padrões do Programa, a partir de fluxograma que evidencia produção em série, racionalização e uniformidade de procedimentos, socialização

de rotinas de trabalho e rodízio de funções. O modelo infracitado reflete tal divisão de trabalho, por exemplo, na Terceira Vara Cível da comarca de Araranguá:



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Consolidando o exemplo da Terceira Vara Cível da Comarca de Araranguá, observasse abaixo o leiaute resultante da leitura processual e, na

seqüência, quatro fotografias de setores com obra civil concluída e já devidamente organizados:



Central de Informações



Sala de Audiência



Gabinete de Juiz



Cartório

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

QUADRO DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA NOS PROJETOS DE INSTALAÇÃO, DE SANEAMENTO PROCESSUAL E DE ACOMPANHAMENTO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

COMARCA DE ATUAÇÃO	OBJETIVO
ARARANGUÁ	INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CÍVEL SANEAMENTO PROCESSUAL
BIGUAÇÚ	INSTALAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
BLUMENAU	INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL
CAÇADOR	INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS CAPACITAÇÃO DO ANALISTA ADMINISTRATIVO
CAMPO BELO DO SUL	CAPACITAÇÃO DO ANALISTA JURÍDICO
CANOINHAS	INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL SANEAMENTO PROCESSUAL
CAPITAL – VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	SANEAMENTO PROCESSUAL E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES
CAPITAL – VARA DE ROGATÓRIAS, PRECATÓRIOS, PRECATÓRIAS, FALÊNCIA E CONCORDATA	SANEAMENTO PROCESSUAL E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
IMARUÍ	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CARTÓRIO
JARAGUÁ DO SUL	INSTALAÇÃO DA VARA DA FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE
JOINVILLE	ORIENTAÇÃO ATINENTE A PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DO FORO INSTALAÇÃO DA QUARTA VARA CRIMINAL
MAFRA	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS
NAVEGANTES	SANEAMENTO PROCESSUAL CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CARTÓRIO CAPACITAÇÃO – CONTADORIA E DISTRIBUIÇÃO
PALHOÇA	INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CÍVEL
SÃO BENTO DO SUL	INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS
SÃO JOSÉ	INSTALAÇÃO DA SEGUNDA VARA DA FAMÍLIA
SÃO MIGUEL DO OESTE	INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL SANEAMENTO PROCESSUAL CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	ENCONTRO DE PREPARAÇÃO PARA AGENTE DE IMPLANTAÇÃO

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Aturam no Programa de Implantação de Serviços Judiciários, 118 servidores oriundos de 45 comarcas: Araranguá, Araquari, Armazém; Balneário Camboriú; Balneário Piçarras, Blumenau, Brusque, Caçador, Camboriú, Campos Novos, Canoinhas, Capinzal, Capital, Chapecó, Concórdia, Curitibanos, Descanso, Garopaba, Garuva, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Imbituba, Indaial, Ipumirim, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra,

Modelo, Mondaí, Otacílio Costa, Palhoça, Papanduva, São Bento do Sul, São Joaquim, Sombrio, Tubarão, Urussanga, Videira, Xanxerê e Xaxim.

A implantação de tal modelo comprova investimento com retorno técnico-social e ressalta satisfação dos clientes interno e externo, representando iniciativa de aceitação plural ante instituições judiciárias e outros segmentos da sociedade.

ANEXOS**SUMÁRIO**

ATO REGIMENTAL N. 87/08-TJ	97
ATO REGIMENTAL N. 91/08-TJ	97
ATO REGIMENTAL N. 92/08-TJ	98
RESOLUÇÃO N. 01/08-CGMJPPI	99
RESOLUÇÃO N. 02/08-CGMJPPI	99
RESOLUÇÃO N. 07/08-TJ	100
RESOLUÇÃO N. 12/08-TJ	100
RESOLUÇÃO N. 16/2008-TJ	102
RESOLUÇÃO N. 38/08-TJ.....	103
RESOLUÇÃO N. 41/08-TJ	104
RESOLUÇÃO N. 44/08-TJ	104
RESOLUÇÃO N. 17/08 – GP, 30 DE SETEMBRO DE 2008.	105
RESOLUÇÃO N. 28/08-GP	106

ATOS REGIMENTAIS

ATO REGIMENTAL N. 87/08-TJ

Institui o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, resolve aprovar o seguinte Ato Regimental:

“Art. 1º Fica instituído o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, órgão auxiliar do Tribunal Pleno que, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, será composto pelo Presidente do Conselho do Fundo de Reparelhamento da Justiça, pelo Presidente do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos, e por mais oito desembargadores e dois juizes indicados pelo referido órgão”. Alterada a redação do caput do artigo 1º pelo Ato Regimental n. 92/08-TJ.

Redação anterior:

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, órgão auxiliar do Tribunal Pleno que, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, será composto por mais oito desembargadores e dois juizes indicados pelo referido órgão.

§ 1º Em seus afastamentos e ausências o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente.

§ 2º Poderão, em face da natureza da matéria, ser ouvidos membros das funções essenciais da Justiça e entidades associativas e sindicais.

Art. 2º Ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, compete:

I – colaborar na formulação da agenda pública, de discussão das questões direta ou indiretamente ligadas à Justiça, Segurança Pública e aos direitos da Cidadania, e na definição da agenda institucional, relativa a ações concretas para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários e afins, voltadas para uma gestão pública de qualidade e de resultados, com ênfase no cidadão catarinense, visando o bem comum;

II – emitir parecer prévio, quando solicitado pelo Tribunal Pleno, sobre a proposta orçamentária anual e sobre os pedidos de abertura de créditos adicionais e especiais, submetidos a sua apreciação pelo Presidente do Tribunal;

III – acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados, bem assim o cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Judiciário na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – criar comissões e subcomissões de estudos, propostas e ações no campo da Justiça, da segurança pública, da cidadania e de outros assuntos que lhe forem pertinentes;

V – desenvolver estudos na área do planejamento estratégico, com a participação ativa dos servidores, juizes e órgãos da administração, ouvidos a associação de classe da magistratura e o sindicato dos servidores, para a apresentação de planos e metas de gestão e geração de programas de avaliação institucional, objetivando o aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como maior acesso à Justiça;

VI – elaborar programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, propondo suas metas;

VII – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo

Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Para as comissões e subcomissões de que trata o inciso IV, poderão ser convidados integrantes da sociedade civil ou de outras instituições.

Art. 3º O Tribunal Pleno aprovará o regimento interno do Conselho. Parágrafo único. Por medida de conveniência administrativa, o Conselho poderá fracionar-se para atender à área de políticas públicas e institucionais.

Art. 4º Este Ato Regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial as Resoluções n. 2/2000-TJ e n. 3/2002-TJ

Florianópolis, 10 de março 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

(Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 406, de 19.03.08, págs. 01/02)

ATO REGIMENTAL N. 91/08-TJ

Institui, em caráter experimental, a Câmara Especial Regional de Chapecó e dá outras providências.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando o disposto nos arts. 5º, XXXV, e 125, §§ 6º e 7º, da Constituição Federal, combinados com o art. 88, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, resolve aprovar o seguinte Ato Regimental:

Art. 1º Fica instituída a Câmara Especial Regional de Chapecó, em caráter experimental e transitório, pelo prazo de doze meses, contados a partir de sua instalação, com competência na VIII Região Judiciária, que funcionará, para os efeitos legais, como Câmara Isolada.

Art. 2º A Câmara Especial Regional de Chapecó constituir-se-á de três Desembargadores voluntários e de dois Juizes de Direito de Segundo Grau, cujo período de designação será fixado pelo Tribunal Pleno.

Art. 3º Compete à Câmara Especial Regional de Chapecó conhecer, processar e julgar os processos de competência originária das Câmaras Isoladas de Direito Civil e Comercial do Tribunal de Justiça, definindo o Tribunal Pleno, mediante resolução específica, a forma e o volume de distribuição à Câmara Especial, dentre outras providências para o seu bom desempenho.

§ 1º A Câmara Especial Regional de Chapecó funcionará de forma descentralizada e será presidida pelo Desembargador mais antigo.

* “Art. 1º Suspender, por um período de 12 (doze) meses, contados da data da instalação da Câmara Especial Regional de Chapecó, a eficácia da parte final do § 1º do art. 3º e o caput do art. 4º do Ato

ATOS REGIMENTAIS

Regimental n. 91/2008-TJ. " Suspensão temporária de dispositivos pelo Ato Regimental n. 94/08-TJ.

§ 2º Nos seus afastamentos, faltas e impedimentos, os Desembargadores serão substituídos pelos Juizes de Direito de Segundo Grau, respeitado o princípio do juiz natural e os arts. 93, III, 94 e 98, I, da Constituição Federal.

Art. 4º Os Desembargadores voluntários não poderão pertencer à mesma Câmara Isolada do Tribunal de Justiça, ficando dela afastados durante o exercício na Câmara Especial.

* "Art. 1º Suspende, por um período de 12 (doze) meses, contados da data da instalação da Câmara Especial Regional de Chapecó, a eficácia da parte final do § 1º do art. 3º e o caput do art. 4º do Ato Regimental n. 91/2008-TJ. " Suspensão temporária de dispositivos pelo Ato Regimental n. 94/08-TJ.

Parágrafo único. O Desembargador integrante da Câmara Especial manterá as demais competências junto ao Tribunal de Justiça.

Art. 5º Após o período experimental, o Tribunal Pleno pronunciar-se-á sobre a instalação definitiva da Câmara Especial Regional ou a prorrogação de seu funcionamento.

Art. 6º Caberá ao Presidente da Câmara Especial Regional a sua coordenação administrativa, devendo contar com o apoio do Juiz Diretor da VIII Região Judiciária ou do Foro de Chapecó.

Art. 7º Os cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau, vinculados à Câmara Especial Regional, serão preenchidos para atuação em Chapecó, com dedicação exclusiva, retornando à sua competência originária, no caso de não efetivação ou prorrogação do funcionamento da Câmara Especial Regional.

Art. 8º Este Ato Regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

(Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 574, de 18.11.08, pág. 01)

ATO REGIMENTAL N. 92/08-TJ

Altera a redação do caput artigo 1º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ, para incluir entre os integrantes do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais os Presidentes do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, nos termos do artigo 83, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina, resolve aprovar o seguinte Ato Regimental:

Art. 1º O caput do artigo 1º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, órgão auxiliar do Tribunal Pleno que, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, será composto pelo Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, pelo Presidente do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos, e por mais oito desembargadores e dois juizes indicados pelo referido órgão".

Art. 2º Este Ato Regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

(Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 586, de 04.12.08, pág. 01)

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 01/08-CGMJPPI

ORIGEM: CGMJPPPI

DATA DA ASSINATURA: 19.11.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 576 PÁG 17

DATA: 20.11.2008.

OBS.: Dispõe sobre o controle de atos, convênios e contratos administrativos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Alterado o art. 1º e seu § 1º, pela Resolução n. 02/08-CGMJPPI.

RESOLUÇÃO N. 01/08-CGMJPPI

Dispõe sobre o controle de atos, convênios e contratos administrativos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O Presidente do Tribunal de Justiça, ad referendum, do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, considerando

- que lhe compete “acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados”, na forma do art. 2º, inc. III, do Ato Regimental nº 87/08-TJ;
- a aplicação subsidiária do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, ex vi do art. 16, do Regimento Interno do CGMJPPPI;
- a necessidade de aprimoramento do controle dos atos, convênios e contratos administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º Todos os contratos, convênios, aditamentos, prorrogações ou renovações, que envolvam qualquer órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, devem ser apresentados com antecedência mínima de trinta dias ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, para posterior formalização.

§ 1º Cabe à Secretaria do Conselho o recebimento do processo e conseqüente inclusão em pauta ou, se for o caso, distribuição para o relator sorteado.

§ 2º A manifestação do Conselho dar-se-á diretamente em ata ou por voto do relator aprovado em sessão.

§ 3º Para subsidiar seu voto, o relator poderá converter os autos em diligência, requisitar documentos, marcar prazos, pedir pareceres, consultar a auditoria interna, dentre outras medidas que entender cabíveis junto à administração.

Art. 2º Até o quinto dia útil do mês subsequente, os diretores do Tribunal de Justiça deverão encaminhar à Secretaria do Conselho, por intermédio da respectiva Direção-Geral, objetivo relatório circunstanciado de suas atividades mensais.

Parágrafo único. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura, além da providência mencionada no caput e no mesmo prazo, remeterá relatório sintético acerca do estado das obras de construção e reforma dos prédios do Poder Judiciário, com previsão da data de sua conclusão, apontando e quantificando, justificadamente, eventuais atrasos.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 02/08-CGMJPPI

ORIGEM: CGMJPPPI

DATA DA ASSINATURA: 15.12.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 594 PÁG 44

DATA: 17.12.2008.

OBS: Altera o art. 1º e seu § 1º, da Resolução nº 01/08-CGMJPPI.

RESOLUÇÃO N. 02/08-CGMJPPI

Altera a Resolução nº 1/2008-CGMJPPI.

O Presidente do Tribunal de Justiça, ad referendum, do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, considerando a constante necessidade de aprimoramento do controle dos atos, convênios e contratos administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º e seu § 1º, da Resolução nº 1/2008-CGMJPPI, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Todos os aditamentos, prorrogações ou renovações de contratos e convênios de custo anual superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que envolvam qualquer órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, devem ser apresentados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, para posterior formalização, salvo casos de urgência excepcionados pelo próprio Conselho.

“§ 1º Cabe à Secretaria do Conselho o recebimento do processo e conseqüente inclusão em pauta ou, se for o caso, distribuição para o relator da área respectiva.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO
 Nº 07/08-TJ
 ORIGEM: TJ
 DATA DA ASSINATURA: 10.03.2008.
 PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
 PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO n. 403 PÁG
 01 DATA: 14.03.2008.
 OBS: Cria os Fóruns Municipais – Casas da Cidadania

RESOLUÇÃO N. 07/08-TJ**Cria os Fóruns Municipais – Casas da Cidadania**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando,

- o disposto no artigo 241 da Constituição Federal;
- o fato de ser todo o município catarinense definido como comarca não instalada, na forma do artigo 3º, § 1º, inciso IX, da Lei Complementar Estadual n. 339, de 8 de março de 2006;
- a disciplina instituída pelo artigo 71 da Lei Complementar Estadual n. 339, de 8 de março de 2006; e
- a necessidade de racionalizar a utilização das Casas da Cidadania na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1º Às Casas da Cidadania, além dos Juizados Especiais Cíveis ou Criminais, poderão ser acrescentadas Unidades Judiciárias Fiscais e passarão a denominar-se “Fórum Municipal – Casa da Cidadania”, em cujo âmbito serão priorizadas as práticas de pacificação social, de conciliação e mediação e os demais meios não adversariais de solução de conflitos.
 Parágrafo único. Fica mantida a denominação Casa da Cidadania àquelas instaladas em sede de comarca.

Art. 2º A Unidade Judiciária Fiscal destina-se à cobrança descentralizada da dívida ativa, mediante convênio com o Município e, se for o caso, com o Estado de Santa Catarina, conforme a Lei Estadual n. 14.266, de 21 de dezembro de 2007.
 Parágrafo único. O convênio de que trata o caput deste artigo dependerá de prévia lei autorizadora do respectivo ente federado, disporá sobre o funcionamento no próprio Poder Executivo ou na Casa da Cidadania e terá por objeto a cooperação material e técnica para a prestação jurisdicional de cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa, sem prejuízo de outras estipulações que se fizerem necessárias.

Art. 3º Nas unidades judiciárias fiscais, serão priorizadas as práticas alusivas aos incrementos de recursos de informática e virtualização dos atos e procedimentos nelas verificados e desenvolvidos.

Art. 4º Caberá à Presidência do Tribunal determinar as datas de instalação das novas unidades, observadas a conveniência do serviço forense e a disponibilidade orçamentária, além de dar prelação aos municípios de maior contingente populacional e

maior distância física da sede da comarca, bem como os de menor índice de desenvolvimento humano (IDH).

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 10 de março de 2008.

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO
 Nº 12/08-TJ
 ORIGEM: TJ
 DATA DA ASSINATURA: 14.04.2008.
 PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
 PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 430 PÁGS
 01/02 DATA: 25.04.2008.
 OBS: Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.
 VIDE: Ato Regimental n. 87/2008-TJ
 VIDE: Alterada a redação do caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais pela Resolução n. 41/08-TJ.

RESOLUÇÃO N. 12/08-TJ**Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, com fulcro no artigo 3º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, nos termos do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 14 de abril de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS**CAPÍTULO I**

Disposições iniciais

Art. 1º Este Regimento disciplina o funcionamento, a composição e a atribuição do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

Art. 2º O Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, que atua como órgão auxiliar do Tribunal Pleno, tem por finalidade a definição de opções e formulações estratégicas, considerando as situações atuais e as possibilidades do futuro, elaborando subsídios para o Plano Plurianual e ações de desenvolvimento de longo prazo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

Da composição e do funcionamento

Art. 3º O Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais será composto do Presidente deste Tribunal, de oito desembargadores e de dois juízes indicados pelo referido órgão.

Parágrafo único. Os membros do Conselho exercerão mandato de dois anos, coincidentes com o período de exercício dos cargos diretos do Tribunal de Justiça.

Art. 4º O *quorum* mínimo para instalação e funcionamento das sessões do Conselho de Gestão será de 6 (seis) membros.

Art. 5º Atuará, como Secretário do Conselho, o Chefe de Gabinete da Presidência, ou, na falta deste, servidor indicado pelo Presidente.

CAPÍTULO III

Das atribuições

Seção I

Do Conselho

Art. 6º Ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais compete:

- I – colaborar na formulação da agenda pública, de discussão das questões direta ou indiretamente ligadas à Justiça, Segurança Pública e aos direitos da Cidadania, e na definição da agenda institucional, relativa a ações concretas para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários e afins, voltadas para uma gestão pública de qualidade e de resultados, com ênfase no cidadão catarinense, visando o bem comum;
- II – emitir parecer prévio, quando solicitado pelo Tribunal Pleno, sobre a proposta orçamentária anual e sobre os pedidos de abertura de créditos adicionais e especiais, submetido pelo Presidente do Tribunal à apreciação do Tribunal Pleno;
- III – acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados, bem como o cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Judiciário na lei de diretrizes orçamentárias;
- IV – criar comissões e subcomissões de estudos, propostas e ações no campo da Justiça, da segurança pública, da cidadania e

de outros assuntos que lhe forem pertinentes;

V – desenvolver estudos na área do planejamento estratégico, com a participação ativa dos servidores, juízes e órgãos da administração, ouvidos a associação de classe da magistratura e o sindicato dos servidores, para a apresentação de planos e metas de gestão e geração de programas de avaliação institucional, objetivando o aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como maior acesso à Justiça;

VI – elaborar programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, propondo suas metas;

VII – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno.

Seção II

Do Presidente

Art. 7º São atribuições do Presidente do Conselho de Gestão:

- I – presidir as sessões, dirigir os trabalhos, manter a ordem, orientar a discussão e proclamar o resultado das votações;
- II – velar pelas prerrogativas do Conselho e representá-lo;
- III – convocar sessões extraordinárias;
- IV – distribuir entre os outros membros do Conselho os feitos de sua competência;
- V – proferir voto de qualidade em caso de empate na votação;
- VI – expedir os atos necessários ao cumprimento das deliberações do Conselho;
- VII – designar, *ad referendum*, membro para substituir integrante de comissão ou subcomissão em caso de urgência;
- VIII – praticar os demais atos previstos em lei ou em regimento.

Art. 8º Em seus afastamentos e ausências, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente.

Seção III

Das Comissões

Art. 9º É facultada a criação de comissões e subcomissões para realizar estudos e apresentar propostas e ações no âmbito das atribuições do Conselho.

§ 1º Para as comissões e subcomissões de que trata o inciso IV, do art. 6º, poderão ser convidados integrantes da sociedade civil ou de outras instituições.

§ 2º Sempre que houver conveniência em razão da matéria, as demais comissões e subcomissões contarão com a colaboração de pessoas não pertencentes ao Poder Judiciário.

§ 3º A criação de comissões também poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal Pleno, com posterior designação e instalação pelo Conselho de Gestão.

Art. 10º A composição, o modo de funcionamento e o prazo para conclusão dos trabalhos das comissões e subcomissões serão definidos no momento de sua criação pelo Conselho ou na determinação da instalação quando a comissão for criada pelo Tribunal Pleno.

CAPÍTULO IV

Das sessões

Art. 11º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na primeira e terceira segundas-feiras de cada mês, no período matutino.

RESOLUÇÕES

Parágrafo único. O Presidente poderá convocar sessão extraordinária, designando data e horário para sua ocorrência.

Art. 12º As votações serão abertas e as decisões serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

§ 1º Em caso de empate, caberá ao Presidente da sessão proferir o voto de qualidade.

§ 2º Cabe ao Secretário do Conselho de Gestão a preparação, para aprovação, da ata da sessão.

§ 3º As sessões poderão ser transmitidas pela rede intranet do Tribunal de Justiça.

Art. 13º Quando for necessária ou pertinente a comparência de representantes de instituições auxiliares da Justiça, bem como de outras associações, o convite será feito pelo Presidente do Conselho de Gestão.

CAPÍTULO V**Da distribuição**

Art. 14º A distribuição de autos no Conselho de Gestão será feita por processamento eletrônico de dados, mediante sorteio aleatório e uniforme.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho não receberá distribuição dos processos; poderá, todavia, apresentar matérias em mesa.

Art. 15º Não se submetem a sorteio os feitos cuja matéria já se encontra vinculada à comissão ou subcomissão.

CAPÍTULO VI**Disposições finais**

Art. 16º Aplica-se subsidiariamente, no que couber, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Art. 17º Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 16/08-TJr

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 04.06.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 472 PÁG 01

DATA: 26.06.2008.

OBS: Eleva de entrância comarcas e extingue a entrância intermediária na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO N. 16/2008-TJ**Eleva de entrância comarcas e extingue a entrância intermediária na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando,

– a extensão territorial, o crescente número de habitantes, expresso também, na majoração de seu eleitorado, assim como a forte receita tributária dos Municípios que integram as comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê;

– o alto movimento forense dessas comarcas, com a conseqüente concentração de várias Unidades Judiciárias; e

– o disposto no artigo 4º da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Elevar as comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê da entrância intermediária para a entrância final.

Art. 2º A transformação dos cargos de Juiz de Direito das Comarcas elevadas será estabelecida por lei.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional.

Art. 3º Fica extinta a entrância intermediária.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 4 de junho de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 38/08-TJ

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 13.11.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 574 PÁGS 01/02 DATA: 18.11.2008.

OBS.: Define a competência da Câmara Especial Regional de Chapecó e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N. 38/08-TJ**Define a competência da Câmara Especial Regional de Chapecó e dá outras providências.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando:

- o disposto nos arts. 5º e 25 da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006; e
- o Ato Regimental n. 91/2008-TJ, que criou a Câmara Especial Regional de Chapecó,

RESOLVE:

Art. 1º Compete à Câmara Especial Regional de Chapecó, restrita ao direito privado:

I – conhecer, processar e julgar os recursos de apelação, agravos e embargos declaratórios relativos às:

- a) execuções de títulos extrajudiciais do art. 585 do Código de Processo Civil e seus embargos;
- b) causas de arrendamento rural e parceria agrícola (art. 275, II, "a", do Código de Processo Civil);
- c) causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre (art. 275, II, "d", do Código de Processo Civil);
- d) execuções especiais e impugnações de que tratam o Decreto-lei n. 70/1996, o Decreto-lei n. 167/1997, o Decreto-lei n. 413/1969, e a Lei n. 6.840/1980;
- e) ações de busca e apreensão abrangidas pelo Decreto-lei n. 911/1969, e aquelas que lhe forem conexas ou correlatas; e
- f) ações de alimentos da Lei n. 5.478/1968, desde que inexistente a conexão.

II – conhecer, processar e julgar:

- a) os recursos relativos ao cumprimento das sentenças referentes às matérias das alíneas "b", "c", "e" e "f" do inciso I; e
- b) os habeas corpus e mandados de segurança relativos ao inciso I.

Art. 2º A jurisdição da Câmara Especial Regional de Chapecó será exercida, nos termos do Ato Regimental n. 91/2008-TJ, na VIII Região, que abrange as comarcas de Chapecó, Coronel Freitas, Xaxim, Concórdia, Ipumirim, Itá, Seara, São Miguel do Oeste, Descanso, Itapiranga, Xanxerê, Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Domingos, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Campo Erê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Anchieta, Dionísio Cerqueira e São José do Cedro (Resolução n. 8/2007-TJ).

Art. 3º A distribuição dos recursos dar-se-á a partir da data da instalação da Câmara Especial Regional.

Parágrafo único. Serão redistribuídos os processos abrangidos pelo art. 1º desta Resolução, aforados na sede do Tribunal de Justiça nos trezentos e sessenta e cinco dias anteriores à instalação do órgão fracionário.

Art. 4º Em se tratando de agravo de instrumento, para os fins previstos nos incisos I, II e III do art. 527 do Código de Processo Civil, o feito será preliminarmente concluso ao juiz de direito de segundo grau integrante da Câmara Especial Regional, que analisará a necessidade ou não da respectiva tutela e, em seguida, se for o caso, determinará a redistribuição ao relator. Parágrafo único. O recurso que desafiar a decisão de que trata o caput deverá ser julgado pela Câmara Especial Regional, funcionando como relator o juiz prolator da decisão impugnada.

Art. 5º Os embargos infringentes, as ações rescisórias de acórdão e a interposição dos recursos aos Tribunais Superiores continuarão a ser manejados na sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 6º A Câmara Especial Regional deverá realizar no mínimo uma sessão por semana, facultando-se ao colegiado a deliberação sobre a necessidade de sessões extraordinárias. Parágrafo único. A primeira sessão da Câmara Especial Regional de Chapecó deverá ser realizada em, no máximo, 15 (quinze) dias após sua instalação.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 41/08-TJ

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 03.12.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 586 PÁG 01
DATA: 04.12.2008.

OBS.: Altera a redação do caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, a fim de incluir entre os seus integrantes os Presidentes do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos.

Vide: Ato Regimental n. 87/08-TJ e Resolução n. 12/08-TJ.

RESOLUÇÃO N. 41/08-TJ**Altera a redação do caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, a fim de incluir entre os seus integrantes os Presidentes do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, com fulcro no artigo 3º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ,

RESOLVE:

Art. 1º O caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, aprovado pela Resolução n. 12/2008-TJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, será composto pelo Presidente deste Tribunal, pelo Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, pelo Presidente do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos, e por mais oito desembargadores e dois juizes indicados pelo referido órgão".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 44/08-TJ

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 03.12.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 590 PÁG 01
DATA: 11.12.2008.

OBS.: Instala a comarca de Meleiro, estabelece seus limites territoriais e a competência do Juízo, e dá outras providências.

OBS.: Altera o art. 1º, que se incorpora ao Anexo Único, da Resolução n. 08/07-TJ.

RESOLUÇÃO N. 44/08-TJ**Instala a comarca de Meleiro, estabelece seus limites territoriais e a competência do Juízo, e dá outras providências.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando:

– o disposto nos arts. 3º, § 1º, IX e § 2º, 4º, 5º, 13 e parágrafo único, 14, 73 e 74 da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006; e

– o exposto no Processo n. 321146-2008.0,

RESOLVE:

Art. 1º Instalar a comarca de Meleiro, de entrância inicial, constituída pelo município sede e pelo município de Morro Grande, a qual integrará a 11ª Circunscrição Judiciária.

§ 1º A comarca de Turvo, da qual foi desmembrada, passa a constituir-se do município sede e dos municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Ermo.

§ 2º Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão optar por continuar exercendo suas atribuições na comarca de Turvo ou nas serventias que eventualmente venham a ser criadas na comarca de Meleiro.

Art. 2º A competência do Juiz de Direito da comarca de Meleiro é a definida nos arts. 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 110 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979.

Parágrafo único. Enquanto não provida a comarca instalada por esta Resolução, sua jurisdição continuará a ser exercida pelo Juiz de Direito da comarca de Turvo.

Art. 3º A data da instalação da comarca de Meleiro será definida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, observadas a oportunidade e a conveniência.

Parágrafo único. Após a instalação da comarca, para ela serão transferidos todos os processos de sua jurisdição, em curso e findos, salvo aqueles com a instrução concluída.

Art. 4º O art. 1º da Resolução n. 8/2007-TJ, de 4 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O território do Estado de Santa Catarina, para a administração da Justiça, fica dividido em 3 (três) subseções, 9

RESOLUÇÕES

(nove) regiões, 40 (quarenta) circunscrições, 111 (cento e onze) comarcas e 182 (cento e oitenta e duas) comarcas não instaladas, conforme descrito no Anexo Único desta Resolução.”

Art. 5º As alterações introduzidas nesta Resolução incorporam-se ao Anexo Único da Resolução n. 8/2007–TJ, de 4 de abril de 2007.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 17/08-GP

ORIGEM: GP

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 543 PÁGS
02/03 DATA.: 03.10.2008.

OBS.: Define as atribuições dos cargos de Analista Administrativo e Analista Jurídico.

RESOLUÇÃO Nº 17/08 – GP, 30 DE SETEMBRO DE 2008.

Define as atribuições dos cargos de Analista Administrativo e Analista Jurídico.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO

a necessidade de definir as atribuições dos cargos de Analista Jurídico e Analista Administrativo, conforme determinação do art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 406, de 25 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam definidas as atribuições dos cargos de Analista Jurídico e Analista Administrativo, integrantes do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Art. 2º São atribuições do cargo de Analista Jurídico o exercício de atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, estudo, pesquisa, elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade, a fim de fornecer suporte jurídico-administrativo aos órgãos do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau, conforme exemplos de atividades descritos no ANEXO I.

Art. 3º São atribuições do cargo de Analista Administrativo o

exercício de atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, estudo, pesquisa, elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade, relativas às áreas da Administração, Economia, Contabilidade e Direito, a fim de fornecer suporte administrativo aos órgãos do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau relacionado a recursos humanos, material e patrimônio, licitações e contratos, orçamento e finanças, controle interno e auditoria, segurança e transporte e outras atividades complementares de apoio administrativo, conforme exemplos de atividades descritos no ANEXO II.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ANEXO I

Exemplos de atividades decorrentes das atribuições do cargo de Analista Jurídico, ressalvada a atribuição de atividade específica por norma especial:

- dar andamento a processos administrativos e judiciais e ao expediente do órgão em que estiver lotado;
- elaboração de certidões, informações, relatórios, pareceres e expedientes diversos, de acordo com a natureza do órgão no qual estiver lotado;
- atendimentos às partes e interessados, em processos judiciais e administrativos;
- análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência;
- orientação e execução de tarefas e elaboração de estudos e projetos nos assuntos relacionados à sua área de formação;
- exercer, quando designado pela Direção do Foro, a Chefia de Cartório, nos termos da Lei Complementar 406/08, com os encargos de fedatário;
- outras atividades correlatas e de mesma natureza e grau de complexidade.

ANEXO II

Exemplos de atividades decorrentes das atribuições do cargo de Analista Administrativo, ressalvada a atribuição de atividade específica por norma especial:

- dar andamento a processos administrativos e ao expediente do órgão em que estiver lotado;
- elaboração de certidões, informações, relatórios, pareceres e expedientes diversos, de acordo com a natureza do órgão no qual estiver lotado;
- atendimento às partes e interessados em processos administrativos;
- orientação e execução de tarefas e elaboração de estudos e projetos nos assuntos relacionados à sua área de formação;
- exercer, quando designado pela Direção do Foro, a Chefia da Secretaria do Foro, nos termos da Lei Complementar 406/08;
- outras atividades correlatas e de mesma natureza e grau de complexidade relativas à sua área de formação.

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 28/08-GP

ORIGEM: GP

DATA DA ASSINATURA: 10.12.2008

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 589 PÁG 01

DATA: 10.12.2008.

OBS.: Estabelece mecanismos de auxílio e informação às atividades do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

VIDE: Ato Regimental 87/08-TJ.

RESOLUÇÃO N. 28/08-GP

Estabelece mecanismos de auxílio e informação às atividades do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de dotar o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais dos instrumentos essenciais à consecução de seus objetivos, estabelecidos no Ato Regimental n. 87/2008-TJ,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juízes de Direito membros do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, a Assessoria de Planejamento – ASPLAN, para qualquer iniciativa que se faça necessária.

Art. 2º Até o quinto dia útil após o encerramento do mês anterior, o(a) Coordenador(a) da Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina apresentará ao Presidente e aos Membros do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, relatório objetivo das auditorias realizadas e suas conclusões.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. ALCIDES DOS SANTOS AGUIAR

1º Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental n. 48/01, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público. Além disso, compete ao 1º Vice-Presidente a Presidência das Comissões Permanentes de Divisão e Organização Judiciárias, Regimento Interno, Concursos, Jurisprudência, Assuntos Legislativos e de Assuntos Institucionais.

Informações relativas ao período compreendido entre 1º/2/2008 e 12/12/2008:

1. ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

1.1 Total de Feitos Encaminhados à 1ª Vice-Presidência para Exame	28
1.1.1 Pedidos de Suspensão Deferidos	6
1.1.2 Pedidos de Suspensão Indeferidos	20
1.1.3 Pedidos de Suspensão Deferidos Parcialmente	2
1.2 Média Mensal de Pedido de Suspensão de Eficácia de Liminar ou Sentença no Período: 2,55	2,55

2. AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

2.1 Total de Agravos Internos Interpostos	6
2.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Inadmissível	2
2.1.2 Negado Provimento	3
2.1.3 Sobrestado o julgamento – possibilidade de acordo	1
2.2 Média Mensal dos Agravos Internos Interpostos no Período	0,55

3. AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

3.1 Total de Agravos Regimentais Interpostos	2
3.1.1 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente inadmissível	1
3.1.2 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente prejudicado	1
3.2 Média Mensal de Agravos Regimentais Interpostos no Período	0,18

4. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

4.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência	120
4.1.1 Remessa à Presidência para conclusão	38
4.1.2 Feitos conclusos para apreciação	6
4.1.3 Em Diligências Junto a outros Órgãos Administrativos para Providências	23
4.1.4 Apensado e/ou juntado	22
4.1.5 Arquivado	31
4.2 Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Processo n. 210686-2004.8).	
4.2.1 Elaboração do projeto pela Assessoria Especial da 1ª Vice-Presidência à luz da doutrina, da jurisprudência e de outros textos legais, adequando principalmente à realidade do servidor do judiciário catarinense. Texto base concluído e encaminhado para a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias.	
4.3 Reuniões	14

5. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

5.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência	5
5.1.1 Remessa à Presidência para conclusão	3
5.1.2 Arquivados	2
5.2 Projeto do Regimento Interno do TJSC (Processo n. 224179-2005.0).	
5.2.1 Fase final. Deliberação pelo Tribunal Pleno para que a Comissão Permanente de Regimento Interno, atual e anterior, aprecie as propostas de alteração. A Comissão, atual e anterior, e os convidados, apreciaram e procederam às alterações. Deliberado pelo encaminhamento do Projeto do Regimento Interno à Presidência deste egrégio Tribunal.	
5.3 Reuniões	9

6. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

6.1 Manutenção da Revista de Jurisprudência Catarinense

6.2 Reunião

1

7. COMISSÃO DE CONCURSOS

7.1 Concurso para Ingresso na Magistratura:

7.1.1 Edital 016/2006 – Concluído.

7.1.2 Edital 005/2008 – Fase final. Candidatos habilitados para efetivar a inscrição definitiva.

Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009.

7.2 Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro:

7.2.1 Edital 084/2007 – Divulgação da lista dos candidatos aprovados na prova preliminar.

Conclusão prevista para o exercício de 2009.

7.3 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores Públicos Cíveis do TJSC:

7.3.1 Edital 141/2007 – Médico – Concluído.

7.3.2 Edital 142/2007 – Farmacêutico – Concluído.

7.3.3 Edital 143/2007 – Engenheiro Civil – Concluído.

7.3.4 Edital 144/2007 – Psicólogo – Concluído.

7.3.5 Edital 145/2007 – Engenheiro Eletricista – Concluído.

7.3.6 Edital 146/2007 – Contador – Concluído.

7.3.7 Edital 194/2007 – Bibliotecário – Concluído.

7.3.8 Edital 195/2007 – Oficial de Justiça – Concluído.

7.3.9 Edital 197/2007 – Assistente Social – Concluído.

7.3.10 Edital 334/2007 – Agente Administrativo Auxiliar – Concluído.

7.3.11 Edital 335/2007 – Analista de Sistemas – Concluído.

7.3.12 Edital 336/2007 – Revisor – Julgamento dos recursos interpostos às notas dos títulos apresentados.

Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. VOLNEI IVO CARLIN

2º Vice-Presidente



MOVIMENTAÇÃO EM 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO EM 2008*	SAÍDA EM 2008*	SOBRESTADOS (ART. 543-B, CPC)	SOBRESTADOS (ART. 543-C, CPC)	PENDENTES
RECURSO ESPECIAL	2585	2115	--	122	348
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	829	708	48	12	61
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	33	33	--	--	--
AGRAVO DE INSTRUMENTO (REsp)	964	908	--	56	--
AGRAVO DE INSTRUMENTO (RE)	485	474	8	3	--
AGRAVO REGIMENTAL	3	3	--	--	--
MEDIDA CAUTELAR	14	14	--	--	--
TOTAL	4913	4255	65	184	409

* Período de 02/01/2008 a 30/11/2008

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências (Período 02/01/2008 a 30/11/2008)

SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos (Período 02/01/2008 a 30/11/2008)

SajSG – Relação de movimentação de processos 25091e 25092 (Período de 02/01/2008 a 30/11/2008)

DADOS ESTATÍSTICOS

JANEIRO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	138	203
Recursos Extraordinários	50	72
Embargos de Declaração	7	7
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	188	282

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 02/01/2008 a 31/01/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 02/01/2008 a 31/01/2008)

FEVEREIRO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	155	120
Recursos Extraordinários	60	43
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	215	164

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/02/2008 a 29/02/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/02/2008 a 29/02/2008)

MARÇO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	367	230
Recursos Extraordinários	140	84
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	511	318

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/03/2008 a 31/03/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/03/2008 a 31/03/2008)

ABRIL 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	169	191
Recursos Extraordinários	64	49
Embargos de Declaração	2	2
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	235	242

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/04/2008 a 30/04/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/04/2008 a 30/04/2008)

MAIO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	192	167
Recursos Extraordinários	61	43
Embargos de Declaração	2	2
Medida Cautelar	1	1
TOTAL	256	213

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/05/2008 a 31/05/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/05/2008 a 31/05/2008)

JUNHO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	233	269
Recursos Extraordinários	66	88
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	1	1
TOTAL	301	359

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/06/2008 a 30/06/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/06/2008 a 30/06/2008)

DADOS ESTATÍSTICOS

JULHO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	289	204
Recursos Extraordinários	89	105
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	379	310

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/07/2008 a 31/07/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/07/2008 a 31/07/2008)

AGOSTO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	294	263
Recursos Extraordinários	83	78
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	5	5
TOTAL	386	350

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/08/2008 a 31/08/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/08/2008 a 31/08/2008)

SETEMBRO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	232	142
Recursos Extraordinários	69	39
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	2	2
TOTAL	307	189

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/09/2008 a 30/09/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/09/2008 a 30/09/2008)

OUTUBRO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	280	183
Recursos Extraordinários	84	52
Embargos de Declaração	3	3
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	367	238

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/10/2008 a 31/10/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/10/2008 a 31/10/2008)

NOVEMBRO 2008

NATUREZA	DISTRIBUIÇÃO	SAÍDA
Recursos Especiais	236	143
Recursos Extraordinários	63	55
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	5	5
TOTAL	308	207

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/11/2008 a 30/11/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/11/2008 a 30/11/2008)

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. NELSON J. SCHAEFER MARTINS

3º Vice-Presidente



DADOS ESTATÍSTICOS

▶ DESPACHOS PROFERIDOS - 2008

MÊS	REC ESP ADMITIDO	REC ESP NEGADO	REC EXT ADMITIDO	REC EXT NEGADO	PUBLICADO DESPACHO (OUTROS)
Jan	60	603	3	26	92
Fev	64	262	1	15	95
Mar	133	226	0	10	72
Abr	137	303	3	25	164
Mai	122	451	2	54	120
Jun	181	520	0	52	199
Jul	89	535	3	69	220
Ago	17	174	0	38	1090
Set	12	99	0	11	380
Out	27	263	2	29	741
Nov	31	200	0	12	687
Dez(*)	12	114	0	7	543
TOTAL GERAL	885	3750	14	348	4403

TOTAL DE DESPACHOS PROFERIDOS EM AI: 541

(*) até 17/12/08

▶ PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - 2008

MÊS	REsp	RE	MEDIDA CAUTELAR	EMB. DECL.	AGRAVO REG.
Jan	175	8	0	9	0
Fev	480	29	0	1	0
Mar	576	55	0	1	0
Abr	646	58	1	3	0
Mai	619	61	1	5	1
Jun	1182	147	1	11	0
Jul	417	57	1	5	1
Ago	612	80	3	7	1
Set	981	164	1	4	1
Out	688	123	1	2	0
Nov	866	165	0	13	2
Dez(*)	516	75	1	4	0
TOTAL GERAL	7758	1022	10	65	6

(*) até 17/12/08

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ **TOTAL SOBRESTADOS EM DECORRÊNCIA DA LEI N. 11.672/2008:**

ART. 543-C CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	2291
ART. 543-B CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	12
TOTAL SOBRESTADOS:	2303

▶ **TOTAL DE PROCESSOS**

TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	8861
TOTAL DE DESPACHOS PROFERIDOS	9941

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DES. JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS

Corregedor-Geral da Justiça

DES. JOSÉ GASPAR RUBIK

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

JUÍZES-CORREGEDORES

JUIZ DINART FRANCISCO MACHADO

JUIZA SORAYA NUNES LINS

JUIZ JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO

JUIZ VOLNEI CELSO TOMAZINI

RIZA QUARESMA BUTTER

Secretário



INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei n. 5.624/7 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina -, apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça, nos diversos setores que a compõem, referentemente ao exercício de 2008. É de esclarecer que, tendo este Corregedor tomado posse em 3 de novembro último, o relatório engloba também as atividades realizadas durante a gestão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Anselmo Cerello, até a data de sua aposentação.

No breve período em que estamos à testa deste Órgão Correicional nos dedicamos mais à orientação dos Magistrados e, com ênfase, à reestruturação dos serviços correicionais extrajudiciais.

Mesmo neste curto lapso de tempo, incumbe-nos ressaltar a valiosa e prestimosa colaboração que nos foi dada pelos Juízes-Corregedores Drs. Soraya Nunes Lins, Dinart Francisco Machado, Júlio César Ferreira de Melo e Volnei Celso Tomazini, bem como de todos os servidores que atuam neste Órgão, planejando a forma de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição para o exercício vindouro, sem deixar se exercer, entretanto, a necessária e indispensável fiscalização.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Atribuições do Corregedor Geral da Justiça

As atribuições da Corregedoria-Geral da Justiça foram atendidas por meio de viagens e reuniões de orientação aos Magistrados e servidores, dando-se ênfase aos seguintes pontos:

- a)** divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;
- b)** informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça;
- c)** divulgação do relatório de estabelecimentos penais (Res. n. 47 do CNJ) e sobre o Cadastro Nacional de Adoção - CNJ, e;
- d)** apresentação do projeto de alteração/aperfeiçoamento da avaliação da produtividade nos processos de promoção.

2.1.1 Visitas às comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de:

- Porto Belo (17/03/2008): orientação em processo judicial;
- Balneário Camboriú (08/04/2008): orientação em processo judicial;
- Itajaí (29 e 30/05/2008): reunião com Magistrados;

- Chapecó (01º a 2/04/2008): visita a convite da 6ª Coordenadoria Regional da AMC;
- São Miguel do Oeste (17/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondaí, São José do Cedro, São Miguel do Oeste;
- Chapecó (18/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Abelardo Luz, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Seara, Xanxerê, Xaxim;
- Videira (19/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Fraiburgo, Herval do Oeste, Joaçaba, Lebon Régis, Porto União, Santa Cecília, Tangará, Videira;
- Lages (20/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Lages, Otacílio Costa, São Joaquim - 1ª Vara, Urubici;
- Blumenau (24/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Ascurra, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode, Timbó, Brusque, São João Batista;
- Rio do Sul (25/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Ibirama, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Cam-

ATIVIDADES

- po, Rio do Oeste, Rio do Sul, Taió, Trombudo Central;
- Criciúma (30/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Araranguá, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo, Urussanga;
 - Tubarão (1º/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Tubarão;
 - Canoinhas (08/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Papanduva, Rio Negrinho;
 - Joinville (09/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Araquari, Garuva, Guarimir, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul;
 - Itajaí (10/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Porto Belo, Tijucas;
 - Capital (11/07/2008): Capital- Continente, Norte da Ilha, Juizados Especiais, Justiça Militar, Substitutos, Questões Agrárias, Unidade Sucessões e Direito Bancário), Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Palhoça.
 - Lages: participação em inspeção correicional (08 e 09/09/2008)

2.1.2 Participação em eventos e reuniões

- I Reunião do Corregedor Nacional da Justiça com os Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal – Brasília (28/02/2008);
- XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana no Plenário do STJ – Brasília (05/03/2008);
- XLVII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – Belém/PA (12 a 14/03/2008);
- XI Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Rio de Janeiro (08 e 09/05/2008);
- XLVIII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – Maceió/AL (14 a 16/05/2008);
- XLIX Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – São Luís/MA (13 a 15/08/2008);
- Reunião com Des. Rui Stocco sobre cobrança de custas nos Juizados Especiais – São Paulo/SP (22/08/2008) e
- L Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça – Tocantins/TO (12 a 14/11/2008).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2008 - altera a redação do art. 508 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;

ATIVIDADES

- Provimento 02/2008 - altera da redação e inclui parágrafos do art. 58 e altera a redação do art. 59, ambos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõem sobre a inspeção nos estabelecimentos penais;
- Provimento 03/2008 - dispõe sobre o procedimento de recebimento de peças transmitidas por fax e a proporcionalidade na suspensão da distribuição de mandados nos afastamentos dos oficiais de justiça por período inferior a trinta dias, alterando a redação dos arts. 86, 88 e 410 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 04/2008 - determina comunicação específica à Justiça Eleitoral acerca do pagamento ou não de multa penal, alterando o § 4º do art. 265-A do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 05/2008 - altera o prazo da "carga rápida, contido no § 1º do art. 206 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 06/2008 - altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça para adequar a realização dos exames de DNA em conformidade com o Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina – Prodnasc;
- Provimento 07/2008 - dispõe sobre a dispensa da impressão da certidão de remessa de relação de intimação de advogados para a publicação no Diário da Justiça, alterando o art. 451 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 08/2008 - dispõe acerca da dispensa de livros e também sobre o cumprimento de mandados relativos a pessoas recolhidas em estabelecimento penal, alterando a redação de artigo e incluindo novo dispositivo no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 09/2008 - altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e inclui novos dispositivos em relação ao serviço do Protocolo Unificado;
- Provimento 10/2008 - regula a emissão de certidões relativas às pessoas jurídicas, incluindo novos dispositivos no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 11/2008 - dispõe sobre a informação do número de inscrição das partes no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal do Brasil;
- Provimento 12/2008 - altera o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, modificando a redação de artigos e incluindo novos dispositivos;
- Provimento 13/2008 - altera o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, modificando a redação de artigos e incluindo novos dispositivos;
- Provimento 14/2008 - altera a redação do artigo 805 e parágrafos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;

ATIVIDADES

- Provimento 15/2008 - altera as redações dos §§ 5º e 6º do artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 17/2008 - altera o artigo 70, caput, no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 18/2008 - dispõe sobre o exame do pedido de transferência de presos condenados no Estado para outra unidade federativa, incluindo artigos ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Provimento 19/2008 - Inclui ao artigo 72 o parágrafo 6º, do Código de Normas: Isenção. Juizado Especial. Despesas. Protocolo Unificado.
- Provimento 20/2008 - Inclui parágrafos no artigo 208 do Código de Normas: Devolução. Autos. Baixa. Livro Físico. Informatizado. Anotação. Imediata.
- Provimento 21/2008 - Altera a redação do artigo 436-A do Código de Normas: Segredo de Justiça. Editais. Citação. Nome por Extenso. Demais Partes. Abreviado.
- Provimento 22/2008 - Altera a redação do artigo 497 do Código de Normas: Contador. Petição Inicial. Guia de Recolhimento/Boleto. Pagamento.
- Provimento 23/2008 - Inclui a Subseção VIII - Atestado de Pena a Cumprir à Seção X - Execuções Penais, do Capítulo X - Procedimentos Relativos ao Âmbito Penal, artigo 360-A do Código de Normas: Atestado de Pena a Cumprir.
- Provimento 24/2008 - Altera a redação do parágrafo 6º do artigo 213-A do Código de Normas: CPF. Cadastro Saj/PG. Existência . Desnecessária intimação.
- Provimento 25/2008 - Revoga o item "k" do Provimento n. 06/04, que altera a competência da Unidade de Direito Bancário na Comarca da Capital. Competência. Unidade Direito Bancário da Capital. Seguro.
- Provimento 26/2008 - Renumerar e acrescenta ao artigo 300 do Código de Normas. É autorizado o envio de alvará por meio de fac-símile, desde que emitido e recebido diretamente pelos equipamentos dos estabelecimentos de origem e destino, seguido de imediata confirmação telefônica.
- Provimento 27/2008 - Inclui parágrafo no artigo 72 do Código de Normas. A interposição de recuso em processo do Juizado Especial determina a perda de isenção prevista no parágrafo anterior e as despesas realizadas a título de protocolo unificado deverão ser recolhidas, inclusive as do próprio recurso.
- Provimento 28/2008 - Altera a redação do caput do artigo 102, transforma o parágrafo único em § 2º e acrescenta o § 1º no Código de Normas. Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais.
- Provimento 29/2008 - Inclui Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares, no Código de Normas. Bacen Jud. Infoseg. Orientações. Procedimentos Saj-PG.

ATIVIDADES

2.1.4 Tribunal Pleno

Foram julgados no Conselho da Magistratura:

- Consulta n. 2007.900061-9;
- Consulta n. 2007.900057-0;
- Processo Administrativo nº 2007.900072-4;
- Processo Administrativo nº 2007.900032-8;
- Processo Administrativo nº 2007.900071-6;
- Vista dos autos de Consulta nº 2008.900032-8;
- Recurso de Decisão nº 2008.900027-1;
- Decisão monocrática lavrada nos autos nº CGJ 0405/2008.
- Decisão Monocrática lavrada nos autos do Pedido de Providências nº 2008.900064-6;
- Decisão monocrática lavrada nos autos CGJ 799/2008.

E no Tribunal Pleno:

- Processos GC 0391/2007, GC 0392/2007, GC 0455/2007, GC nº 0946/2007 e GC nº 0282/2008;
- Declaração de voto vencido nos autos de Agravo REgimental nº2008.011949-9/0001.00;
- Vista dos autos de Recurso de Decisão nº2007.015292-2;
- Declaração de voto vencido nos autos do Mandado de Segurança nº 2008005540-1;
- Declaração de voto vencido nos autos das ADi nº 2007013782-7 e 2008.011981-5.

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

- a)** De um total de 471 processos distribuídos, foram emitidos 427 pareceres finais e 60 intermediários. Atualmente, aguardam parecer 29 processos;
- b)** Quanto aos telefonemas atendidos, a Juíza Corregedora realizou 1143, restando para a sua assessoria 4.164 telefonemas.
- c)** Com relação às correspondências eletrônicas, o Núcleo prestou 3.212 informações através desse meio de contato.
- d)** Além dos atendimentos realizados pelos meios de comunicação acima citados, a Juíza Corregedora atendeu pessoalmente 239 pessoas e, a sua assessoria, outras 533.
- e)** A Juíza Corregedora analisou, ainda, 598 expedientes despachados diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições não autuadas, petições intermediárias, correspondências eletrônicas e ofícios.

O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 11.080 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

PROJETOS

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Módulo de Assistência Judiciária – SAJ	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGInfo	Regulamentado pela CGJ em 2007. Necessidade de atualização do sistema para acesso das Delegacias.
Central de Cobrança de Custas	Assessoria de Planejamento (Asplan), Direção-Geral Administrativa (DGA), Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Infra-Estrutura (DIE), Diretoria de Documentação e Informações (DDI) e Diretoria de Informática (DI).	CGJ	GECOF implantada em todo o Estado. Conclusão em 07/11/08. Iniciadas as reuniões para definição de migração dos fluxos para o SAJ 5.
SAJ/Estatística	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGJ	Em fase de testes. Solicitadas melhorias. Aguarda provimento alterando forma de captação da estatística. Circular CGJ n. 57/08 determina casos de aplicação de novas movimentações.
Índice Estadual – Certidão estadualizada	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGInfo	Aquisição de Equipamentos realizada. Necessita definições de consultas.
Fundo de Ressarcimento de Condições de Oficiais de Justiça	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda., Presidência, CGJ	CGJ	Encaminhamento à ASPLAN.
Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais	CGJ, Diretoria de Informática.	CGJ	Piloto na Capital – Juizado Especial – Dr. Newton Varela
Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais.	CGJ e Diretoria de Informática	CGJ	Piloto em Joinville – Juizado Especial – Dr. Zoldan
Bacen Jud 2.0	CGJ, Coordenadoria de Magistrados, Diretoria de Informática (DI), e Divisão de Conta Única	CGJ	Em plena atividade. Migração das ordens de transferência para o Banco do Brasil em fase de ajustes.
Inscrição de custas em dívida ativa via SAT	CGJ, Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)	CGJ	Implantado em 2007. Em plena atividade. Cadastro de usuários via núcleo II da CGJ. Projeto de transferência eletrônica dos dados via GECOF.
Programa de DNA em Audiência – PRODNASC	CGJ, Presidência	Presidência	Implantado em 2007. Em plena atividade. Criado site na CGJ. Criado controle eletrônico de pedido de kits. Em fase de desenvolvimento de um cadastro de exames em andamento (ficha de identificação eletrônica).

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PROJETOS (CONT.)

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Mutirão do Júri – 2008	CGJ, Presidência	CGJ	<i>Iniciado em 2007. Em 2008 não foi realizado em razão do pouco volume de processos.</i>
INFOJUD	CGJ, Presidência	CGJ	<i>Firmado convênio (adesão ao do CNJ com a SRF). Certificados Digitais adquiridos. Aguarda cadastro de unidades e juizes, bem como regulamentação do uso.</i>
Transferência eletrônica de informações ao TRE/SC	CGJ, DI	CGJ	<i>Envio das informações eletrônicas em substituição aos ofícios dos juizes. Arquivos de testes enviados em dezembro/08.</i>
Peticionamento Eletrônico Portal e-SAJ	Presidência, CGInfo, DI, CGJ	CGInfo	<i>Editada resolução conjunta que regulamenta o uso do sistema. Necessidade de atualização do CNCJG.</i>
Portal para credenciar Corretores de Imóveis para Alienação por Iniciativa Particular	CGJ, DGJ, DI, CGInfo	CGJ	<i>Realizada reunião para iniciação do projeto. Proposta encaminhada à Presidência.</i>
Banco de Idéias com formulário na web	CGJ	CGJ	<i>Aguardando aprovação da monografia apresentada na UDESC (Paulo Remor e Sérgio Zitta)</i>
Sistema de Comunicações Oficiais da CGJ	CGJ, DI, CGINFO	CGJ	<i>Sistema HERMES do TJRN. Proposta encaminhada à Presidência.</i>
Mapa interativo com informações das Comarcas – telefone, endereço, abrangência, competência (Judicial e Extrajudicial)	CGJ	CGJ	<i>Em fase de especificação do projeto pelo Núcleo II.</i>
CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional	Presidência, CGJ	CGJ	<i>Adesão ao convênio com o BACEN assinado. Aguarda-se o recebimento de senha MASTER. Necessidade de regulamentação do uso.</i>
RENAJUD	Presidência, CGJ	CGJ	<i>Adesão ao convênio do CNJ. Em fase de cadastramento das unidades judiciárias. Necessidade de regulamentação do uso.</i>
Índice de Provimentos, Circulares e Ofícios-Circulares	CGJ	CGJ	<i>Criação de ementa dos atos emitidos pela CGJ. Relativo ao ano de 2008 foi disponibilizado em novembro.</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
12/02/2008	17:30h	CGJ	<i>Apresentação das atividades e projetos de todos os setores da CGJ ao novo Corregedor</i>
13/02/2008	14h	CGJ	<i>Proposta de publicação das pautas de audiências no site do TJSC à DI, CGInfo e DGJ. Proposta de criação de portal para tratar da Alienação por Iniciativa Particular.</i>
13/02/2008	16h	CGJ	<i>Apresentação dos projetos administrados pelo Núcleo II ao Corregedor</i>
14/02/2008	9:30h	CGJ	<i>Apresentação do SAJ/EST ao Corregedor e ao Des. Gastaldo Buzzi</i>
15/02/2008	14h	CGJ	<i>Proposta de criação de novo regimento de custas, separando os temas "custas" e "emolumentos".</i>
19/02/2008	14h	CGJ	<i>Criação de movimentações para atender Juizado Especial e Infância e Juventude</i>
22/02/2008	14h	CGJ	<i>Sistema de Gravação de telefone</i>
29/02/2008	14h	10º and. - plenário	<i>Reunião da CGInfo</i>
10/03/2008	9:30h	ASPLAN	<i>Definição de grupo de trabalho para adoção tabelas unificadas CNJ</i>
11/03/2008	16h	Gab. Dr. Dinart	<i>Equipamentos de informática da CGJ</i>
12/03/2008	16h	ASPLAN	<i>GECOF – definições novas Comarcas e plano para 2008</i>
14/03/2008	10h	CGJ	<i>Com Correios, DMP e DGJ sobre devolução de AR e reclamações das Comarcas</i>
19/03/2008	14h	Delegacia SRF	<i>Tratativas para convênio INFOCONV e esclarecimentos sobre o INFOJUD.</i>
24/03/2008	16h	CGJ	<i>GECOF – SALTs pendentes com a Softplan – apresentação do Custas na Web.</i>
25/03/2008	16h	CGJ	<i>Peticionamento Eletrônico – definição do portal e cobrança de custas</i>
26/03/08	14 h	CGJ	<i>SAJ-Estatística. Solicitações à Softplan de ajustes para homologação do sistema e implantação em caráter oficial. Inclusão de relatórios do Inspeção Virtual.</i>
31/03/08	10h	Escola Faz.– SEF	<i>Ajustes para evitar ocorrência de erros na inclusão de devedores para inscrição em dívida ativa.</i>
02/04/08	14h	CGJ	<i>Proposta de alterações do Protocolo Postal Integrado – mudança da denominação para "Serviço Protocolo Postal".</i>
04/04/2008	9:30h	10º andar	<i>Tabelas Unificadas do CNJ – criação de grupo de trabalho</i>
09/04/2008	17h	CGJ	<i>Definições da GECOF – instalação em São José e força tarefa em navegantes</i>
10/04/2008	9:30h	CGJ	<i>Grupo de Trabalho das tabelas Unificadas do CNJ</i>
14/04/2008	10h	CGJ	<i>Tabelas de classes de 1º grau – tabelas CNJ</i>
16/04/2008	11h	CGJ	<i>Conta Única – valores de fiança e valores apreendidos. Criação de sistema para depósito via web independente de distribuição do inquérito previamente.</i>
17/04/2008	9:30h	CGJ	<i>Reunião da equipe sobre classes de 1º grau – tabelas CNJ</i>
23/04/2008	16h	CGJ	<i>Reunião da CGJ com Gráfica acerca de modelo de carta auto-envelopável com AR para a GECOF</i>
28/04/2008	9:30h	CGJ	<i>Reunião do Grupo de Trabalho sobre tabelas unificadas do CNJ</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
29/04/2008	14h	CGJ	<i>Problemas com as comunicações oficiais da CGJ. Proposta de utilização de sistema que permita controle de envio e recebimento com identificação do leitor, data e hora.</i>
30/04/2008	14h	Asplan	<i>Definições sobre cronograma de implantação da GECOF</i>
05/05/2008	14h	Lages	<i>Avaliação do PRODNASC</i>
06/05/2008	14h	10º andar – TJ	<i>Definição nova padronização de cores das capas</i>
07/05/2008	14h	ASPLAN	<i>Definições da GECOF</i>
07/05/2008	16h	ASPLAN	<i>Definição de novas filas para os fluxos da GECOF e utilização da carta de intimação auto-envelopável</i>
08/05/2008	9:30h	CGJ	<i>Tabelas do CNJ</i>
09/05/2008	9:30h	10º andar – TJ	<i>Tabelas do CNJ – apresentação da Softplan da proposta de adaptação do SAJ</i>
20/05/2008	9:30h	CGJ	<i>GECOF – definições para o SAJ 5</i>
26/05/2008	16h	CGJ	<i>Orçamento da Corregedoria</i>
27/05/2008	13:30h	11º and.–CGINFO	<i>Tabelas unificadas do CNJ – Assuntos, Movimentações e Classes.</i>
28/05/2008	14h	Torre II – hall superior	<i>Integração das procuradorias no SAJ 5</i>
29/05/2008	14h	Softplan	<i>Migração da GECOF para o SAJ 5</i>
29/05/2008	17h	ASPLAN	<i>Instalação da GECOF em Joinville</i>
05/06/2008	16h	CGJ	<i>SAJ/AJ – reunião com OAB/SC, Polícia Civil, DI e Softplan</i>
10/06/2008	16:30h	CGJ	<i>Alteração Resolução n. 02/05-TJ – a respeito do Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça e da comarca de Blumenau</i>
11/06/2008	14h	CGJ	<i>Consulta da pauta de audiências na internet</i>
11/06/2008	15:30h	CGJ	<i>SAJ/Estatística – problemas e implementações</i>
12/06/2008	14h	CGJ	<i>Portal da Infância e Juventude - definições</i>
13/06/2008	13:30h	Escola Fazendária	<i>Integração do SAJ (GECOF) com o SAT</i>
20/06/2008	14:30h	Lages	<i>PRODNASC – avaliação e ações a serem implementadas</i>
18/07/2008	15h	ASPLAN	<i>Sistema de conta única e Bacenjud (transferência ao Banco do Brasil)</i>
21/07/2008	14h	ASPLAN	<i>Sistema de tabelas unificadas do CNJ</i>
28/07/2008	14h	CGJ	<i>Apresentação dos relatórios da auditoria nas Comarcas em que houve instalação da GECOF</i>
29/07/2008	14h	CGINFO	<i>Tabelas unificadas do CNJ</i>
31/07/2008	14h	CGINFO	<i>Tabelas unificadas – movimentações do SAJ e do CNJ</i>
01/08/2008	14:30h	10º andar	<i>Apresentação da Kenta para a CGINFO</i>
06/08/2008	16h	CGJ	<i>Definição de projetos</i>
18/08/2008	10h	CGJ	<i>Definição com a PGE acerca do pagamento de Requisições de Pequeno Valor contra o Estado e Honorários periciais decorrentes de processos com Assistência Judiciária.</i>

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
20/08/2008	10:30h	CGJ	<i>Depósito de moeda estrangeira (participação do BB, DOF e Justiça Federal)</i>
28/08/2008	15h	CELESC	<i>Reunião acerca do acesso ao endereço da base de clientes da CELESC</i>
29/08/2008	14:00	CGInfo	<i>Reunião mensal – Torre I</i>
04/09/2008	15:30h	ASPLAN	<i>Definições acerca despesas com correios</i>
10/09/2008	14h	ASPLAN	<i>Definições acerca de circular sobre despesas com os correios</i>
23/09/2008	8h	HS – Pleno	<i>Indicadores do TJ</i>
23/09/2008	13:30h	10º andar	<i>Implementações de relatórios estatísticos das Turmas de Recursos – adequações do SAJ/SG ou SAJ/Turmas</i>
24/09/2008	14h	CGInfo	<i>Definições acerca das tabelas unificadas para o SAJ</i>
30/09/2008	14h	ASPLAN	<i>Alterações na resolução conjunta do IRRF. Mudanças na retenção de requisições de pequeno valor. Adequações da Conta Única.</i>
30/09/2008	16h	CGInfo	<i>Tabelas processuais unificadas</i>
01/10/2008	14h	CGInfo	<i>Integração do SAJ/AJ com a Polícia Civil</i>
02/10/2008	10h	Pleno	<i>Indicadores de Gestão</i>
02/10/2008	14h	CGInfo	<i>Produtividade do 2º Grau</i>
06/10/2008	17h	CGInfo	<i>Classe Habilitação de Crédito – definições no SAJ</i>
09/10/2008	11h	Gabinete	<i>Definição do curso de capacitação dos distribuidores e SAJ/AIP</i>
14/10/2008	14h	CGInfo	<i>Acertos da tabela de movimentações</i>
14/10/2008	17h	Auditoria	<i>Definições sobre o IRRF (resolução) e requisições de pequeno valor</i>
15/10/2008	14h	CGInfo	<i>Tabela de movimentação – finalização</i>
30/10/2008	14h	CGJ	<i>Ajuste da tabela de movimentações (novas sugestões)</i>
30/10/2008	15h	CGJ	<i>Bacenjud – migração das ordens de transferência para o Banco do Brasil – inativação do BESC no BACEN.</i>
06/11/2008	14h	CGJ	<i>Integração do SAJ com o Ministério Público</i>
11/11/2008	9h	DOF	<i>Repasses da SEF ao TJSC</i>
12/11/2008	16h	CGJ	<i>Definição com o TRE/SC sobre a certidão de antecedentes para fins eleitorais e também sobre a troca de informações por meio eletrônicos (condenações, etc.)</i>
13/11/2008	10h	CGInfo	<i>Classes de incidentes no SAJ/PG – tabela processual unificada do CNJ</i>
13/11/2008	14h	Softplan	<i>Migração do fluxo da GECOF para o SAJ 5.0</i>
14/11/2008	9h	DOF	<i>Definição dos códigos de infração e de receita para ajustes no SAT</i>
14/11/2008	13:30h	SAT-SEF	<i>Ajustes no SAT e criação de novos códigos de infração; alteração de natureza de algumas infrações; alteração das receitas e repasses</i>
17/11/2008	10h	BB/BESC	<i>Bacenjud – definição de relatórios e arquivos para ajustar e solucionar problemas da transição para o BB e pendências.</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
18/11/2008	14:30h	DOF	Transferências do BB relativas ao Bacen Jud.
19/11/2008	9h	CGINFO	Planejamento aula Distribuidores
19/11/2008	14h	Softplan	Fluxos da GECOF para o SAJ 5
20/11/2008	9:30h	CGINFO	Definições acerca das Tabelas Processuais Unificadas
20/11/2008	14h	CGJ	Assistência Judiciária. Definições de procedimentos com a OAB. Fixação de padrão ou parâmetro para concessão.
21/11/2008	9:30h	CGINFO	Tabelas Processuais Unificadas
27/11/2008	9:30h	CGINFO	AIP – cálculo de pena cumprida. GECOF – modelo de carta AR.
29/11/2008	16h	ASPLAN	Gastos com os correios.
01/12/2008	10h	CGJ	Apresentação ao Corregedor e Juízes-Corregedores do Projeto de modificação da avaliação de produtividade de magistrados.
01/12/2008	14h	Softplan	Migração dos fluxos da GECOF para o SAJ 5

PARECERES

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0068/2007	Criação de vara regional de execuções penais de Blumenau
CGJ 0799/2007	Lançamento no rol de antecedentes criminais – importação dos dados
CGJ 0244/06	Instalação na distribuição de impressora configurada para recebimento de fax
CGJ 0771/2007	Diário da Justiça Eletrônico – Eliane Scheidt – Comarca de Blumenau – não localização do nome do advogado na pesquisa do DJE
CGJ 0737/2007	Solicitação do Prefeito de Laguna para a implantação da Terceira Vara da Comarca de Laguna
160648-2002.4	Consulta. Conflito competência – Distribuição de inventários e arrolamentos em Itajaí
CGJ 1104/2007	Transferência do Fórum de Herval d'Oeste para outro local
CGJ 0191/2007	Redefinição de competências das Varas de Família de Blumenau
CGJ 0457/2007 e 274938-2007.6	Solicita revisão da resolução 03/98-TJ. Protocolo de cooperação firmado com o Poder Judiciário do Paraná. Cartas precatórias cumprimento nas cidades limítrofes com o Estado do PR. Diligências
0862/2007	Encaminhamento da pesquisa de avaliação do usuário
231279-2005.4	Consulta se há possibilidade de servidor público abrir empresa especializada em recursos contra infrações de trânsito
CGJ 0738/2006	CNJ – ofício circular 582/CNJ/GP e Pedido de Providências nº 491 – identificação automática de prevenções – SAJ
258978-2006.6	Solicita racionalização do uso de papel nas dependências dos Fóruns

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0634/2006	<i>Instalação 3ª Vara Criminal Comarca de Itajaí</i>
CGJ 0805/2007	<i>Justificação criação novas unidades judiciárias</i>
CGJ 0093/2008	<i>Custas iniciais em embargos</i>
CGJ 0477/2007	<i>Determina estabelecimento de regras específicas de designação de magistrados para o cumprimento das visitas de inspeção mensal nas unidades carcerárias do Estado</i>
CGJ 0097/2008	<i>Solicita seja baixado ato normativo definindo uma vara específica, ou seja competente para julgar processos provenientes da Câmara de Mediação e Arbitragem de Joinville</i>
CGJ 0432/2005	<i>Averbação de penhora . Responsabilidade do credor. Expedição de precatória para averbação indevida.</i>
CGJ 0400/2005	<i>Requer medidas urgentes no intuito de melhorar os serviços judiciários da Comarca (autos n. 220076-2005.7)</i>
CGJ 0118/2005	<i>Pedido de providências – protocolo unificado da Capital</i>
CGJ 0717/2007	<i>Consulta sobre pedidos de certidões referentes aos cartórios judiciais e extrajudiciais existentes na comarca</i>
CGJ 0061/2008	<i>Convênio com CELESC para acesso ao SIGA de informações dos consumidores (autos CGJ 0907/2007)</i>
297561-2008.0	<i>Comissão de Informatização da Corregedoria-Geral da Justiça – CNJ. Projeto integração de bancos de dados entre tribunais. Integração de indicadores de gestão.</i>
CGJ 0409/2007	<i>Envio de petição por fac-símile e proporcionalidade na suspensão de mandados aos oficiais de justiça nos afastamentos inferiores a trinta dias. Alteração dos arts. 86 e 88 e 410 do CNECJ.</i>
CGJ 0112/2008	<i>Pedido de providências. Processos não distribuídos por falta de funcionário. Protocolo unificado</i>
CGJ 0113/2007	<i>Lavratura de Termos Circunstanciados pelas Polícias Militar e Rodoviária</i>
CGJ 0237/2006,	<i>Criação de Varas Regionais e Juizado Especial Criminal na Comarca de Itajaí</i>
275874-2007.1 e 286464-2007.9	<i>Fazenda Nacional. Execução fiscal. Dispensa de condução de oficial de justiça.</i>
280821-2007.8	<i>Realização de estudos sobre a possibilidade de o SAI apresentar níveis de prioridade de tramitação e julgamento</i>
CGJ 0465/2007	<i>Realização de estudos sobre a possibilidade de o SAI apresentar níveis de prioridade de tramitação e julgamento de autos</i>
CGJ 0095/2006	<i>Proposta instalação de Comarca no Município de Campo Alegre. Parecer pelo não acolhimento.</i>
CGJ 0635/2007	<i>Ofício n. 152/2006-GP – Solicita instalação de uma Comarca no Município de Corupá. Parecer pela rejeição do pedido.</i>
285920-20073.	<i>Consulta sobre central de atendimento. Advogados e partes. Adoção de senha única – Não colhimento.</i>
244962-2006.5	<i>Consulta de processos crimes apenas pelo número e não pelo nome da parte</i>
CGJ 1058/2007	<i>Consulta. Emissão ou não de certidão nos casos de execução de sentença provisória</i>
CGJ 0630/2006	<i>Reclamação atendimento Cartório 1ª vara da Família de Blumenau – Arquivamento.</i>
CGJ 0114/2008	<i>Eliminação de autos findos – Arquivo Central - requisitos</i>
CGJ 0009/2007	<i>Arquivo Central do Poder Judiciário – ajuste de regulamentação</i>
CGJ 0313/2004	<i>Pedido de providências – Unidade de Direito Bancário da Capital – encaminhamento à Presidência.</i>
CGJ 0456/2006	<i>Pedido de isenção taxa – protocolo unificado – Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão – indeferimento.</i>
CGJ 0188/2008	<i>Pedido de criação de vara virtual em Itajaí – despacho da Presidência e Conselho da Magistratura contrários. Levantamento de varas virtuais no estado. Encaminhamento ao Pleno.</i>

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 1079/2007	<i>Levantamento de varas virtuais no estado. Encaminhamento ao Pleno.</i>
CGJ 0491/2006	<i>Pedido de providências de Joinville – PRODNASC – kits de coleta insuficientes. Expedição de Ofício-Circular. Nova forma de distribuição por demanda.</i>
CGJ 0959/2007	<i>Comunicação à justiça eleitoral – referência expressa do pagamento ou não da pena de multa quando comunicada a cessação dos efeitos da sentença penal condenatória. Alteração do § 4º do art. 265-A do CNCJG.</i>
CGJ 1064/2007	<i>Aumento do prazo para carga rápida – provimento alterando art. 206 CNCJG – pedido da OAB de Blumenau – atendimento.</i>
CGJ 0130/2008	<i>Sugestões da OAB/SC sobre custas do TJSC – Informações sobre custas na web.</i>
CGJ 0871/2007	<i>Deferido pedido para realização de reuniões da CEJA para divulgação do CUIDA nos abrigos.</i>
CGJ 0234/2008	<i>Pedido da OAB Blumenau – diversos itens – arquivamento do pedido eis que avaliado nos autos CGJ 0130/2008.</i>
CGJ 0932/2007	<i>Unificação dos cartórios judiciais da 1ª e 2ª Varas</i>
260861-2006.8c/c 301679-2008.0	<i>Consulta. Protocolo unificado. Poder Público. Isenção de despesas. Confecção de carimbo de anotação para inclusão na conta final</i>
2007.900061-9	<i>Protocolo Integrado – Pagamento de despesas de postagem pela Fazenda Nacional.</i>
CGJ 0467/2007	<i>Blumenau – pedido de ampliação do protocolo judicial expresso</i>
299132-2008.2	<i>Providências para utilização de carimbo “marca d’água”</i>
247344-2006.5	<i>Protocolo Integrado – Pagamento de despesas de postagem pela Fazenda Nacional.</i>
CGJ 0467/2007	<i>São José – OAB sugere ao Dir. do Foro a edição de portaria conjunta fixando critérios objetivos para Assist. Judiciária</i>
CGJ 0289/2008	<i>Recebimento de objetos de processos criminais. Risco de Manuseio e Guarda. Encaminhamento ao CGINFO.</i>
CGJ 0126/2008	<i>Solicitação do TJ/SP – Bacen Jud – Conta Única para bloqueio - informação</i>
301231-2008.0	<i>CNJ – Banco de dados – Juízes TQQ e Cartórios Judiciais e Extrajudiciais</i>
CGJ 0257/2008	<i>Arquivo Central do Poder Judiciário – ajuste de regulamentação – conferência da minuta de resolução.</i>
CGJ 0456/2006	<i>Solicita contratação bolsistas, e aquisição de equipamentos para o Juizado Especial Criminal de Itajaí</i>
257080-2006.7	<i>Bacen Jud – solicitação do TJSP de provimento do TJRS</i>
301231-2008.0	<i>Portaria de instalação de unidade de cooperação em Araranguá</i>
CGJ 0182/2008	<i>Problemas relacionados às comunicações oficiais da Corregedoria-Geral da Justiça enviados por correio eletrônico. Análise do software Hermes</i>
CGJ 0358/2008	<i>Ofício n. 013/2008 – proposta visando redefinir competências das Varas da Comarca de São Bento do Sul</i>
302952-2008.2	<i>Consulta ao TCE – servidores – contratação. Encaminhamento à Presidência.</i>
CGJ 0271/2008	<i>Dificuldade na nomeação de advogados – competência do júri – Assistência Judiciária – Comarca de Santa Cecília.</i>
CGJ 0899/2007	<i>Certidão de Antecedentes – vítima figurando na certidão – Comarca de Chapecó. Reclamação de Juiz da Capital.</i>
CGJ 0184/2008	<i>Pagamentos da conta única – depósitos em conta corrente de advogado – informações</i>
CGJ 1139/2007	<i>Requerimento nº 31/2006 – solicita a implantação da 2ª Vara na Comarca de Pomerode</i>
254799-2006.6	<i>Of. N. 92/2008 – solicita instalação da unidade jurisdicional criada pela Lei Estadual n. 224/2002</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
300137-2008.7	Moção nº 02/2007. Criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no Vale do Itajaí - Lei nº 11.340/2006
280816-2007.1	Portarias de Suspensão de Prazo – regulamentação solicitação de autorização prévia em algumas situações ;
CGJ 0761/2007	Portarias de suspensão de prazo – centralização do recebimento das informações para publicação.
234020-2005.8	Requer criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste, pleito pela OAB/SC – 5ª Subseção de Chapecó
CGJ 0258/2008	Solicita criação na comarca de Araranguá
299334-2008.1	Cópia da moção n. 119/2006 – solicita implantação da Vara Criminal na comarca de São Bento do Sul
301063-2008.5	Pedido de instalação da 3ª Vara na Comarca de São Miguel do Oeste
299105-2008.5	Solicita viabilização na instalação da 3ª Vara da Comarca de Canoinhas
288561-2007.1	Moção para criação de uma vara da Infância e Juventude na comarca de Lages
300138-2008.5	Proposta para a instalação da nova vara da comarca de Jaraguá do Sul
301429-2008.0	Solicita informações acerca do “número” e “demandas de processos em cada vara/comarca
308117-2008.6	Digitador para atender o PRODNASC em Lages (seção ao Laboratório DNA/UDESC)
308507-2008.4	Solicita a criação e instalação da 4ª Vara Criminal de Joinville
299215-2008.9	Criação de Vara em São Lourenço do Oeste – pela rejeição do pedido
CGJ 0544/2002	Implementação do acesso das delegacias de polícia ao SAJ/AJ – implementação em andamento – arquivamento dos autos.
CGJ 0279/2008	Consulta OAB para criação da 3ª Vara na Comarca de Videira
CGJ 0548/2002	Solicita criação de uma terceira unidade judicial relativa a ações da Vara da Família – Palhoça
299484-2008.4	Processo CGJ 0805/2007 – Portaria . 149/2007 – determina no âmbito da CGJ a realização de estudos visando à criação de nova vara criminal na comarca de Itajaí
0304979-2008.4	Solicita instalação de mais uma vara na Comarca de Biguaçu
CGJ 0240/2004	Solicita instalação da 2ª Vara na Comarca de Papanduva
CGJ 0550/2002	Requer a criação de Varas na Comarca de São Lourenço do Oeste
CGJ 0544/2002	Solicita criação de varas em Canoinhas.
CGJ 0549/2002	Circular CGJ n. 29/2008 – elevação gratificação dos Oficiais de Justiça e criação do fundo de ressarcimento de conduções.
CGJ 0430/2008 e autos 307422-2008.6	Intimações pessoais dos Procuradores do INSS. Carta precatória – AR/MP Contrato EBCT
CGJ 0543/2008	Solicita criação de nova vara/redistribuição de competências – Curitibaanos
CGJ 0889/2007	Sistema de acompanhamento das inspeções nos estabelecimentos penais do CNJ – Acesso disponível, solicita preenchimento e envio de dados
CGJ 0351/2008	Requer criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste, pleito pela OAB/SC – 5ª Subseção de Chapecó

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
297971-2008.3	<i>Elevação da comarca de Tubarão da entrância final para especial</i>
273593-2007.8	<i>Ofício n. 81/2007 – Conforme solicitação da Coordenadoria de Magistrados, comunica que de acordo com o julgamento dos juízes daquela comarca são necessárias mais 04 novas unidades judiciárias</i>
CGJ 0395/2008	<i>Encaminha solicitação do Dr. Márcio Locks (OAB/SC 7869) requerendo exclusão de registro existente no sistema de antecedentes criminais (autos n. 023972398055)</i>
0184/2008	<i>Pedido de providências – certidão de antecedentes criminais positiva – Réu Raul Angelo Minosso – Chapecó</i>
CGJ 0201/2008	<i>Aumento do nº de varas da família – Comarca da Capital. Criação de centrais de atendimento.</i>
0703/2007	<i>Relatório n. 220/2005 – avaliação nas receitas repassadas ao fundo do reaparelhamento da Justiça pelas contadorias judiciais</i>
CGJ 0515/2004	<i>Extinção de Livros</i>
259797-2006.7 250582-2006.7 216613-2005.5	<i>Auditoria nos procedimentos pertinentes aos processos de precatórios</i>
CGJ 0254/2008	<i>Doação de veículo em favor do conselho da comunidade</i>
299224-2008.8	<i>Conselho Nacional de Justiça. Cópia da Resolução n. 46 do CNJ</i>
CGJ 0502/2008	<i>Centralização da dívida ativa de autarquia e fundações federais. Novas atribuições das seções de créditos da PGF-PF/SC</i>
300406-2008.6	<i>Juízo de Direito de Caçador – solicita a instalação da 3ª Vara</i>
CGJ 0537/2008	<i>Inclusão de precatórias para envio por Protocolo Unificado</i>
CGJ 0571/2008	<i>Advogado sem procuração nos autos – autorização para extração de cópias – não ocorrência de intimação.</i>
216926-2005.6	<i>Utilização do SAT para inclusão de custas processuais e multas penais em dívida ativa – implantação – orientações e criação de logins e senhas aos usuários.</i>
311343-2008.4	<i>Solicita, mediante proposição, implantação de um segunda vara na Comarca de Navegantes</i>
CGJ 0550/2008	<i>Pedido de providências – carga de autos a advogados.</i>
CGJ 0076/2008	<i>Requer identificação e prioridade no trâmite de ações judiciais que envolvem grandes devedores de créditos fiscais</i>
CGJ 0930/2007	<i>Solicita novas vagas para assistente social na Comarca de Lages.</i>
299132-2008.2	<i>Blumenau – pedido de ampliação do protocolo judicial expresso</i>
309041-2008.8	<i>Of. N. 22/2008 – Solicitação – alteração de competências das varas</i>
CGJ 0519/2008 c/c 308079-2008.0	<i>Solicita agilização da liberação de alvarás judiciais (308079-2008.0)</i>
CGJ 0071/2008	<i>Comunica falta de pessoal técnico (assistente social, psicólogo) junto à Vara da Infância e Juventude</i>
CGJ 0368/2008	<i>Cobrança de valores para o serviço de “Protocolo Unificado”, praticado pelo e. TJSC, solicita adoção do protocolo integrado/unificado sem custos (Justiça Federal), petições enviadas às comarcas destinatárias por malote interno</i>
CGJ 0656/2007	<i>Procedimento administrativo (Portaria n. 103/2007). “Projeto Mutirão de sentenças 2007”. Juízo Família, Órfãos, Sucessões do Estreito</i>
CGJ 0219/2008	<i>Solicita modificação dos editais nas ações de usucapião</i>
CGJ 0794/2007	<i>Proposta de Resolução CNJ para Autorização Judicial de Crianças adolescentes ao exterior</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0543/2008	<i>Intimações pessoais dos Procuradores do INSS. Carta precatória – AR/MP. Contrato EBCT</i>
CGJ 0605/2008	<i>Execuções fiscais relativas a contribuições previdenciárias</i>
CGJ 0051/2005	<i>Consulta vigência da Circular n. 24/91 e Provimento 07/92. Transferência de réus presos</i>
276234-2007.0	<i>Convênio INFOJUD – indicação de masters</i>
CGJ 0536/2008	<i>Requer a exclusão da folha de antecedentes criminais em nome de Wilson Bruno Barros – nomeação e posse em concurso público</i>
CGJ 0310/2008	<i>Solicita sugestões e/ou emendas aos projetos de lei que alteram as LC's 366/06, 339/06, 367/06 e 398/07 (quadro de pessoal do Poder Judiciário)</i>
CGJ 0511/2006	<i>Protocolo unificado. Isenção de pagamento. UDESC</i>
CGJ 0236/2008	<i>Sugere adequações quanto à retirada e devolução de processos nos cartórios judiciais e extrajudiciais (processo n. 02/08-CDA)</i>
CGJ 0632/2008	<i>Consulta se há necessidade da permanência das ações de seguro na esfera de competência das Unidades de Direito Bancário – UDB -, vez que se assevera conflito de competência</i>
CGJ 0686/2008	<i>Solicita remessa de processos em que a União (Fazenda Nacional) e parte para a Vara da Justiça Federal, em especial os processos do grande devedor – ACOPEÇAS – Indústria de Peças de Aço LTDA.</i>
305231-2008.1	<i>Relatório n. 83/2008 – Auditoria nas Unidades Judiciais – 1ª e 2ª Varas – Comarcas de São Bento do Sul – Edição de Ofício-Circular com orientações da Assessoria de Custas</i>
CGJ 0728/2008	<i>Consulta de Criciúma acerca da competência para feitos do juizado especial criminal com citação editalícia. Distribuição livre entre as varas criminais.</i>
CGJ 0256/2008	<i>Comunicações aos cartórios extrajudiciais por meio eletrônico. Desenvolvimento de sistemas em andamento. Utilização iminente do RENAJUD.</i>
CGJ 0710/2008	<i>Despesas com correios. Pedido da Presidência. Edição de Circular.</i>
CGJ 0236/2008	<i>Retirada e devolução de processos nos cartórios judiciais. Orientações ao distribuidor. Comunicação à OAB.</i>
CGJ 0178/2008	<i>Encaminhamento de pedido de informações ao juiz titular da Vara de Precatórias, Precatórios, Falências e Concordatas</i>
CGJ 0731/2008	<i>Consulta ao CNJ e BACEN acerca das moedas estrangeiras apreendidas</i>
CGJ 0119/2005	<i>Solicita aplicar, no âmbito da Justiça Estadual, o disciplinado na resolução n. 399/04 do Conselho da Justiça Federal, depósito em banco oficial</i>
CGJ 0104/2008	<i>Pedido de providências. Fotografia de autos por meio de máquinas digitais. Como proceder?</i>
CGJ 0184/2008	<i>Pedido de providências – certidão de antecedentes criminais positiva – Réu Raul Angelo Minosso – Chapecó</i>
CGJ 1116/2007 C/c 1107/2007	<i>Redefinição de competência das Varas Criminais</i>
CGJ 0607/2008e 313463-2008.6	<i>Termo de adesão ao convênio de cooperação institucional celebrado entre o Banco Central do Brasil, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal</i>
CGJ 0693/2008	<i>Portaria de Fraiburgo – Adequação ao CNUCJ – determinadas providências e consertos dos feitos.</i>
CGJ 0710/2008	<i>Despesas com correios. Pedido da Presidência. Retificação da Diretoria de Infra-Estrutura. Edição de nova Circular.</i>
CGJ 0727/2008	<i>Consulta. Nomeação de Assistente Judiciário. Ato avulso. Mudança do SAJ/AJ para permitir sem limitação. Impossibilidade.</i>

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0630/2006	<i>Advogado condenado. Extinção da Pena. Pedido de exclusão do nome do SAJ. Multa penal não recolhida. Indeferimento do juiz. Questão jurisdicional. Pedido não acolhido.</i>
303293-2008.0	<i>Cadastro de Segurança do Município de São João Batista. Inacolhimento.</i>
CGJ 0371/2008	<i>Análise de portarias da Unidade de Direito Bancário da Capital. Autorizar a dispensa temporária de procedimento de intimação de advogados pelo DJE para pagamento de custas, enquanto não implantada a GECONF</i>
304407-2008.6 e 259301-2006.7	<i>Balneário Camboriú. Pedido de criação de cargo de juiz especial. Pelo inacolhimento.</i>
289042-2007.9	<i>Pedido da OAB. Reclamação relativa a devolução de autos. Falta de recibo. Edição de Provimento (art. 208, CNCGJ)</i>
CGJ 0263/2006	<i>Processo de adoção – certificação de trânsito em julgado – publicação no Diário da Justiça com o nome inteiro</i>
CGJ 0044/2006	<i>Requer providências para conter morosidade, sugere modelos de despachos implementados pela Justiça Federal</i>
CGJ 0806/2007	<i>Portaria n. 150/2007 – Determina no âmbito da CGJ, a realização de estudos visando a redefinição das competências nas Varas Cíveis da Comarca de Joinville e a necessidade de serem criadas novas unidades, cíveis e criminais</i>
CGJ 0718/2007	<i>Consulta sobre as atribuições da Infância e Juventude quanto ao transporte de adolescentes apreendidos e cumprimento de medidas provisórias</i>
257427-2006.6	<i>Solicita audiência com o Presidente do TJSC, conforme ofício n. 007/2006</i>
CGJ 0452/2006	<i>Expedição de carta precatória para cumprimento de pena em regime aberto ou pena restritiva de direito</i>
286465-2007.7	<i>Of. Gabinete nº 02/07. Problemas enfrentados por advogados de várias comarcas no que se refere ao pagamento das URH's</i>
CGJ 0415/2007	<i>Prazo para recolhimento de custas iniciais. Prévio à distribuição. Edição de provimento.</i>
250389-2006.1	<i>Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº 03, de 30 de maio de 2006</i>
CGJ 0332/2007	<i>Pedido de Busca e Apreensão – Segredo de Justiça no SAJ – pedido de esclarecimento</i>
CGJ 0746/2008	<i>Projeto de revitalização de execução penal – Dr. Júlio</i>
CGJ 0654/2008	<i>Pedido de providências, reclamação contra o cartório da 5ª Vara Cível da Comarca de Blumenau. Negativa de vistas e de juntada de procuração</i>
250389-2006.1	<i>Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº 03, de 30 de maio de 2006</i>
CGJ 0621/2008	<i>Solicitação anônima requerendo: fim da nomeação de oficiais ad hoc, produtividade para oficiais de justiça controladas pelas varas, permissão para a parte indicar cartório extrajudicial de Títulos e Documentos e publicação de despachos na internet</i>
CGJ 0774/2008	<i>Pedido de providências. Emissão de certidões de antecedentes criminais incompletos, constando só arquivado, quando houve condenação, registrados na base de dados por parte da Vara Criminal da Comarca</i>
CGJ 0787/2008	<i>CNJ – Ofício Circular n. 19/CNJ/COR/2008 e Instrução Normativa n. 01 – Interceptações telefônicas. Informações estatísticas ao CNJ.</i>
CGJ 0572/2006	<i>Pedido de instalação de vara do Juizado Especial Criminal no Foro do Continente – Comarca da Capital. Opinado contrariamente à modificação da competência.</i>
CGJ 0013/2007	<i>Anotação de gravames judiciais em veículos sucessivamente alienados. Inacolhimento do pedido para fazer constar dos Certificados de Registro de Veículo – CRV.</i>
CGJ 0094/2006	<i>Autorização de carga enviada por fax. Inacolhimento da proposta. Arquivamento dos autos.</i>
CGJ 0225/2005	<i>Especificação de provas – utilização inadequada por servidores. Expedição de ofício-circular.</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0664/2008	<i>Redefinição das competências das 1ª e 2ª Varas da Comarca de Mafra. Pelo acolhimento da proposta.</i>
CGJ 0623/2007 (apensos: 0120/2006, 0106/2006, 0495/2006 e 161514-2002.9)	<i>Redefinição da competência das varas cíveis da Comarca da Capital. Pelo acolhimento da proposta dos magistrados. Encaminhar a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias.</i>
CGJ 0875/2007	<i>Procedimento de encaminhamento de alvará de soltura. Autorização para envio por fac-símile.</i>
CGJ 0821/2008	<i>Destinação de valores de transações penais para entidades beneficentes. Possibilidade às entidades cadastradas.</i>
CGJ 0421/2008	<i>Cobrança de multa e custas penais em processos criminais. Competência do juízo da condenação ou da execução. Isenção e parcelamento. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.</i>
CGJ 0212/2008	<i>Arquivamento de processos criminais com custas pendentes. Assistência Judiciária. Possibilidade de deferimento para fins de isenção das custas antes do envio para inscrição em dívida ativa. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.</i>
CGJ 0621/2007	<i>Cooperativa Regional Alfa. Desbloqueio de conta corrente. Aplicação do Bacenjud correta. Indeferimento. Cadastro de conta única junto ao STJ conforme Resolução 61 do CNJ.</i>
281878-2007.7	<i>Portobens Administradora de Consórcios Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i>
281879-2007.5	<i>CNF Consórcio Nacional Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i>
281877-2007.9	<i>Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i>
CGJ 0850/2008	<i>BCP S/A (Grupo claro) e BADESC – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i>
CGJ 0305/2008	<i>Certidão para fins de agravo de instrumento. Não cobrança da taxa de expedição de certidões. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.</i>
293925-2007.8	<i>Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de conflitos. PAC e Casa da Cidadania em Lages. Participação do Ministério Público. Pelo acolhimento. Ajustes na competência das varas criminais de Lages (autos CGJ 1116/2007).</i>
CGJ 0671/2006	<i>Movimentação de arquivamento – Inquéritos Policiais. Pedido Dr. Jaber Farah Filho. Tabela do CNJ. Pelo arquivamento dos autos.</i>
CGJ 0876/2007	<i>Reclamação Blumenau – Bacenjud - conta bloqueada na CEF. Ordens anteriores. Saldo indisponível. Informações da CEF fornecidas.</i>
266518-2007.2	<i>Convênio INFOCONV. Resolução CNJ n. 46. Convênio nacional com a RFB. Oficiado o CNJ.</i>
CGJ 1022/2008	<i>Remessa de dados para a Justiça Eleitoral – deferimento – expedição de ofício comunicando. Solicitação de reciprocidade e comunicação de óbitos.</i>
CGJ 0298/2007	<i>Devolução de correspondência recebida no foro da Capital – sem indicação de setor específico. Reclamação de advogado. Procedimento ajustado.</i>
CGJ 0358/2008	<i>Utilização do Sistema Hermes. Solicitação de versão ao TJRN. Encaminhamento à Presidência para adesão ao “Acordo de Cooperação Técnica n. 004/2008” do CNJ.</i>
CGJ 0902/2008	<i>Banco Itaú S/A. Descumprimento de ordens judiciais de bloqueio da própria instituição financeira. Bacen Jud. Ofício ao banco para justificativa.</i>
304516-2007.1	<i>Comunica problemas encontrados no sistema de nomeação dos defensores dativos. Expedição de ofício-circular.</i>
CGJ 0868/2008	<i>Projeto – Depoimento sem dano – Infância e Juventude – Comarca de Itajaí. Encaminhamento à Presidência.</i>

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

PROCESSO	ASSUNTO
CGJ 0749/2008	<i>Registro de candidaturas na Justiça Eleitoral. Antecedentes criminais. Requer esclarecimentos sobre o art. 102 do Código de Normas da CGJ. Edição de provimento.</i>
321938-2008.0	<i>Pedido de Providências 10/2008 – DOF. Orientação acerca de movimentações do SAJ relativas a expedição de alvarás da Conta Única. Expedição de Ofício-Circular.</i>
320790-2008.0	<i>Criação de um posto de Commissariado de Menores no Aeroporto de Navegantes. Pelo indeferimento.</i>
308479-2008.5	<i>Orientações sobre o IRRF na conta única.</i>
CGJ 0207/2008	<i>Rol de antecedentes criminais. Certidão incorreta. Circular 09/2007.</i>
CGJ 0787/2008	<i>Encaminha a instrução normativa n. 01 de setembro de 2008, requerendo envio de dados relativos às interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática em curso, de forma mensal até o dia 10 de cada mês, a começar por outubro</i>
CGJ 0681/2008	<i>Solicita aplicação da Lei n. 10.741/03, art. 71, §§ 1 e 2 (dispõe sobre o Estatuto do Idoso), prioridade em todos os atos processuais</i>
CGJ 0778/2008	<i>Sistema de Conta Única – transferência de valores entre subcontas – alteração de sistemática – orientação aos chefes de cartório. Orientações.</i>
CGJ 0076/2008	<i>Requer identificação e prioridade no trâmite de ações judiciais que envolvem grandes devedores de créditos fiscais.</i>

OUTRAS ATIVIDADES

DATA	LOCAL	ASSUNTO
24/03/2008	CGJ	<i>Recepção de Flávio e Ivanilde (CGJ do MT) – 065-3617-3197.</i>
17/07/2008	TJ – 10º andar	<i>Apresentação do sistema de gravação de audiências da empresa Kenta</i>
03/09/2008	Auditório do 11º Andar – TJ	<i>Capacitação de instrutores para instalação de varas acerca das orientações, sistemas da CGJ e IR</i>
06/10/2008	CGInfo – 9º andar	<i>Apresentação – sistema de gravação de audiência Softplan</i>
09/10/2008	CGJ	<i>Oitiva autos CGJ 0410/2007</i>
14/10/2008	CGJ	<i>Oitiva autos CGJ 0603/2008</i>

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

VIAGENS

DATA	LOCAL	ASSUNTO
07/04/2008	Joinville	Audiência dia 08/04 - Processo Administrativo 0356/2006 e 0450/2006
05/05/2008	Lages	Reunião PRODNASC
16/06/2008	São Miguel do Oeste	Apresentação projeto produtividade e outros
17/06/2008	Chapecó	Apresentação projeto produtividade e outro
18/06/2008	Videira	Apresentação projeto produtividade e outro
19/06/2008	Lages	Apresentação projeto produtividade e outro
24/06/2008	Blumenau	Apresentação projeto produtividade e outro
30/06/2008	Criciúma	Apresentação projeto produtividade e outro
01/07/2008	Tubarão	Apresentação projeto produtividade e outro
03/07/2008	Rio do Sul	Apresentação projeto produtividade e outro
04/07/2008	Indaial	Audiência – Processo Administrativo 0202/2005
08/07/2008	Canoinhas	Apresentação projeto produtividade e outro
09/07/2008	Joinville	Apresentação projeto produtividade e outro
10/07/2008	Itajaí	Apresentação projeto produtividade e outro
19/08/2008	Joinville	Projeto Piloto – gravação de áudio e vídeo em audiências
02/09/2008	Imaruí	Audiência dia 02/09/2008 - CGJ 410/2007
08 e 09/09/2008	Santa Rosa do Sul e Braço do Norte	Projeto Piloto da Gravação de Áudio e Vídeo em audiências
08 e 09/09/2008	Lages	Dr. Dinart viagem com Desembargador
10/10/2008	Blumenau	Para oitiva no processo administrativo 0410/2007
29/10/2008	Brasília – DF	RENAJUD. Orientações

EVENTOS

DATA	LOCAL	ASSUNTO
12, 13 e 14/05/08	AMC	Unificação de Tabelas do CNJ
14 a 16/05/08	Maceió – AL	ENCOGE
25 e 26/06/08	Brasília – DF	II Encontro de Tribunais no CNJ sobre as tabelas processuais unificadas
11/07/2008	Capital	Apresentação projeto produtividade e outro
13 a 15/08/2008	São Luís – MA	ENCOGE
12 a 14/11/2008	Palmas - TO	ENCOGE

■ NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

► OFÍCIOS/OFIÍCIOS-CIRCULARES/CIRCULARES

NÚMERO	TIPO	DATA	ASSUNTO
008/2008	Ofício-Circular	14/03/2008	PRODNASC – nova forma de distribuição de kits
018/2008	Ofício-Circular	03/04/2008	PGFN – comunicação da transferência e solicitação de prazo para envio de execuções fiscais
055/2008	Ofício-Circular	28/07/2008	PGFN – solicitação postergação do prazo para envio de execuções fiscais
022/2008	Ofício-Circular	22/08/2008	Orienta acerca da intimação dos procuradores federais nas ações do INSS.
046/2008	Circular	09/09/2008	Orienta acerca das despesas de correio e indica seleção dos serviços adequados para cada situação
048/2008	Circular	19/09/2008	Retifica orientações acerca das despesas de correio e indica seleção dos serviços adequados para cada situação, bem como proibição de uso particular.
107/2008	Ofício-Circular	10/11/2008	Utilização do código 8045 para retenção de IRRF em algumas situações, em razão de consulta realizada à SRF.
063/2008	Circular	26/11/2008	Indica conta do Fundo Estadual da Defesa Civil para destinação de penas pecuniárias.
115/2008	Ofício-Circular	19/11/2008	Nomeação de defensores dativos. Sistema SAJ/AJ.
116/2008	Ofício-Circular	27/11/2008	Orientação aos Chefes de Cartório acerca da utilização de movimentações do SAJ relativas a expedição de alvarás da Conta Única.

► MINUTAS DE PROVIMENTO

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
0001/2008	07/02/2008	Altera o art. 508 do CNCGJ – custas iniciais de embargos
0002/2008	08/02/2008	Altera os arts. 58 e 59 do CNCGJ – relatório eletrônico de inspeção em estabelecimento prisional
0003/2008	22/02/2008	Altera arts. 86, 88 e 410 do CNCGJ – petição por fax e afastamento oficiais de justiça
004/2008	18/03/2008	Altera redação do art. 265-A do CNCGJ – comunicações à Justiça Eleitoral
005/2008	19/03/2008	Altera redação do art. 206 do CNCGJ – prazo da carga rápida = 2 horas
006/2008	25/03/2008	Altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça para adequar a realização dos exames de DNA em conformidade com o Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina - Prodnasc. Altera os arts. 119 e 120 do CNCGJ.
007/2008	25/03/2008	Dispõe sobre a dispensa da impressão da certidão de remessa de relação de intimação de advogados para a publicação no Diário da Justiça, alterando o art. 451 do CNCGJ.
008/2008	25/03/2008	Dispõe acerca da dispensa de livros e também sobre o cumprimento de mandados relativos a pessoas recolhidas em estabelecimento penal, alterando a redação de artigo e incluindo novo dispositivo no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Altera a redação do parágrafo único do art. 197 e inclui o art. 407-A ao CNCGJ.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

MINUTAS DE PROVIMENTO (CONT.)

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
009/2008	25/03/2008	Altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e inclui novos dispositivos em relação ao serviço do Protocolo Unificado. Incluir o art. 70-A e alterar a redação do art. 71, caput, e § 1º, incluindo o seu § 3º, bem como alterar a redação do art. 72, caput, incluindo nesse os §§ 3º, 4º e 5º, todos do CNCJG.
010/2008	30/05/2008	Regula a emissão de certidões relativas às pessoas jurídicas, incluindo novos dispositivos no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Inclui os arts. 99-A, 101-A e 101-B no CNCJG.
011/2008	30/05/2008	Dispõe sobre a informação do nº de inscrição das partes no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal do Brasil. Inclui os arts. 213-A e 489-A no CNCJG.
012/2008	30/05/2008	Altera a redação dos artigos 115, 118, 175, 355, 452, 453, 488, 515 e 516 do CNCJG, incluindo novos dispositivos.
013/2008	03/06/2008	Altera a redação dos artigos 23, 25, 30, 31, 66, 76, 81, 82, 224, 238, 293, 294, 482 e 485 do CNCJG, incluindo novos dispositivos;
017/2008	04/08/2008	Altera o art. 70 do CNCJG, incluindo as precatórias no Protocolo Unificado.
020/2008	19/09/2008	Inclui dispositivos no art. 208 do CNCJG. Recibo de devolução de autos em carga
022/2008	19/09/2008	Altera o art. 497 do CNCJG. Recolhimento de custas iniciais.
023/2008	29/09/2008	Inclusão dos arts. 360-A, 360-B e 360-C – atestado de pena cumprida
026/2008	06/11/2008	Alteração do art. 300 do CNCJG – envio de alvará de soltura por fax
028/2008	17/11/2008	Alteração do art. 102 do CNCJG – certidão para fins eleitorais
027/2008	18/11/2008	Acrescenta o § 7º ao art. 72 do CNCJG – retira isenção do protocolo unificado em caso de recurso nos processos dos Juizados Especiais
028/2008	18/11/2008	Altera a redação do caput do artigo 102, transforma o parágrafo único em § 2º e acrescenta o § 1º no Código de Normas. Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais.
029/2008	28/11/2008	Inclui Capítulo XXIII – Sistemas Auxiliares, no Código de Normas. Bacen Jud. Infoseg. Orientações. Procedimentos Saj-pg.

PROGRAMAS ADMINISTRADOS PELO NÚCLEO II

PROGRAMA	USUÁRIOS/SENHAS	CONSULTAS
BACEN JUD	1.526	1.431
SAT	146	339
Honorários Peritos e Advogados - Assistência Judiciária – Comp. Delegada	13	43
PRODNASC	ND	94

O Núcleo II participou da elaboração de diversas minutas de Resoluções e Resoluções Conjuntas, de respostas a aproximadamente 1.200 e-mail's relacionados com dúvidas acerca de

procedimentos do foro judicial. Também foram atendidos pessoalmente vários consulentes, entre pessoas físicas, representantes de pessoas jurídicas e Advogados.

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.3 Núcleo de Assessoramento III – Correicional e de Instrução Disciplinar

INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2008

NÚMERO	COMARCA	DATA
1	Itajaí –Infância e Juventude	13 e 14 de fevereiro
2	São José – 2ª cível	19 a 22 de fevereiro
3	Xaxim	3 a 7 de março
4	Blumenau – varas da família	26 a 27 de abril
5	Tangará	6 a 9 de maio
6	Indaial – 1ª vara	12 a 16 de maio
7	Palhoça – 2ª cível	26 de maio
8	Araranguá – 1ª cível	16 a 20 de junho
9	São José – Vara Criminal	28 e 29 de julho
10	Fraiburgo – 1ª e 2ª vara	25 a 29 de agosto
11	Porto União – 1ª e 2ª vara	01 a 05 de setembro
12	Santo Amaro da Imperatriz	15 a 19 de setembro
13	Capital – Vara Exec. Fiscal Municipal	02 a 05 de dezembro

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

INSTRUÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, COM INQUIRIÇÕES - 2008

NÚMERO	DATA	COMARCA	PROCESSO	PESSOAS OUVIDAS
1	29/02/2008	Capital - CGJ	GC 387/06	01
2	12/03/2008	Criciúma	GC 946/07	02
3	13/03/2008	Tubarão	GC 946/07	16
4	14 e 15/04/2008	Correia Pinto	CGJ 482/05	05
5	22/04/2008	Laguna	CGJ 196/02	05
6	27/04/2008	Indaial	GC 701/02	04
7	06/05/2008	Joaçaba	GC 946/07	01
8	07 a 09/05/2008	Tangará	GC 387/06	06
9	20/05/2008	Balneário Camboriú	CGJ 680/02	01
10	20/05/2008	Itajaí	CGJ 680/02	01
11	22 e 23/05/2008	Sombrio e Araranguá	527/07	04
12	10/06/2008	Capital CGJ	CGJ 527/07	01
13	16/06/2006	Laguna	CGJ 196/07	02
14	19/06/2008	Itajai/Bal.Camboriú	CGJ 0680/02	04
15	15/07/2008	Guaramirim/Joinville	CGJ 405/08	12
16	07/08/2008	Criciúma	CGJ 0220/06	07
17	21/08/2008	Joaçaba/Tangará	Inq.Judicial	09
18	22/08/2008	Concórdia/Seara	GC 0431/08	05
19	03/09/2008	Canoinhas	CGJ 1109/07	06
20	01/10/2008	Capital CGJ	CGJ 0375/05	01
21	08/10/2008	Itapema	CGJ 0743/07	01
22	09/10/2008	Capital CGJ	CGJ 0743/07	01
23	10/10/2008	Itapema	CGJ 0743/07	04
24	29/10/2008	Porto Bello	CGJ 0717/08	13
			TOTAL	112

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.4 Atividades da Escrivania Correicional

Integraram a Escrivania Correicional no ano de 2008 as escrivãs correicionais Perla Maria Fusinato Schappo e Melissa Cavalca Andrade, sendo que a última permaneceu no cargo até 19/09/2008. No período de fevereiro a novembro de 2008, as atividades das escrivãs correicionais ocorreram nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

■ 3.4.1 DE ORIENTAÇÃO - 2008

MÊS/ATIVIDADE	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
Telefonemas recebidos	54	64	66	70	84	122	60	55	27	27	630
Telefonemas efetuados	8	18	16	8	10	16	20	10	0	0	106
E-mail respondidos	38	47	71	53	75	69	44	49	37	51	534
Pandions respondidos	18	15	16	18	33	30	15	13	10	12	180
Atendimento pessoal	3	0	0	3	1	1	0	0	2	0	10

3.4.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a) De reclamações referentes aos serviços prestados pelos Correios;
 - b) Destinação de bens e valores apreendidos;
 - c) Definição das novas capas de processos do Poder Judiciário;
 - d) Método de intimação eletrônica das Comarcas de documentos encaminhados pela CGJ (sistema Hermes);
 - e) Providência a serem tomadas após a apresentação dos relatórios da GECOF, decorrentes da implantação nas Comarcas;
 - f) Regulamentação dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor pela Procuradoria Geral do Estado;
 - g) Das intimações dos procuradores do INSS;
 - h) Da destinação dos valores apreendidos em processos criminais em moeda estrangeira;
 - i) do cronograma de viagens do Núcleo III, para

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

realização de inspeções correicionais e apoio operacional;

j) de alterações e adaptações no sistema SAJ/PG;

l) de temas referentes ao Mutirão de Sentenças e Despachos;

m) certidões encaminhadas ao TER;

3.4.3 De inspeção

No trabalho de campo, os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

As escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

■ ACOMPANHAMENTO DAS ESCRIVÃES

Nº	COMARCA	DATA
1	Itajaí – Infância e Juventude	13 e 14 de fevereiro
2	São José – 2ª cível	19 a 22 de fevereiro
3	Xaxim	3 a 7 de março
4	Blumenau – varas da família	26 a 27 de abril
5	Tangará	6 a 9 de maio
6	Indaial – 1ª vara	12 a 16 de maio
7	Palhoça – 2ª cível	26 de maio
8	Araranguá – 1ª cível	16 a 20 de junho
9	São José – Vara Criminal	
10	Fraiburgo – 1ª e 2ª vara	25 a 29 de agosto
11	Porto União – 1ª e 2ª vara	01 a 05 de setembro
12	Santo Amaro da Imperatriz	15 a 19 de setembro
13	Capital – Vara Exec. Fiscal Municipal	02 a 05 de dezembro

3.4.4 Participação na revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ.

3.4.5 Diversas

Assessoramento dos Juízes Corregedores na instrução de processos disciplinares, no âmbito judicial.

Participação da elaboração da minuta de provimento que regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2008.

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.4.5.1 Do Mutirão de Sentenças

A atividade da escrivania correicional no Mutirão de Sentenças 2008 correspondeu a secretariar o Corregedor-Geral da Justiça Desembargador Anselmo Cerello e a Juíza-Corregedora Dra. Soraya Nunes Lins, especificamente no controle:

- a) das unidades participantes do Mutirão de Sentenças;
- b) dos juízes participantes do Mutirão;
- c) do acervo de processos deslocado no Estado, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ.

Ainda:

- 1) destinação dos processos sentenciados encaminhados à CGJ para as respectivas Comarcas auxiliadas;
- 2) verificação e análise da situação das Comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário;
- 3) por fim, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças para encaminhamento à Presidência para inclusão em folha.

3.5 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

A criação do Núcleo IV propiciou condições de especializar magistrados e servidores para atua-

rem na área extrajudicial, sendo considerado pelo Tribunal de Justiça e pelos senhores serventuários extrajudiciais como um grande avanço para uma melhor orientação e fiscalização dos serviços extrajudiciais. Foi, desta forma, viabilizado um acompanhamento mais efetivo das serventias, conhecendo seus serviços, suas dificuldades e suas deficiências.

A atuação na área extrajudicial tem sido desenvolvida por um trabalho amplo, nas mais diversas frentes, investindo na fiscalização, por meio de inspeções correicionais e na orientação aos serventuários, bem como na revisão e atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e na resolução de dúvidas e consultas encaminhadas por correio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br), servindo tanto aos delegados do serviço notarial e registral quanto à população em geral. As participações nos eventos promovidos pela ANOREG – Associação dos Notários e Registradores, trouxeram subsídios para o aperfeiçoamento na prestação dos serviços extrajudiciais.

3.5.1 Atividades Desenvolvidas

- Participação nos Encontros Estaduais em Chapecó (16.8.2008) e Lages (26 e 27.9.2008), ambos promovidos pela ANOREG, tendo sido proporcionado espaços ao Núcleo IV para divulgar o trabalho desenvolvido e apresentar novas matérias extrajudiciais.

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

- Participação do Vice-Corregedor-Geral nos Encontros de Corregedores-Gerais do Brasil – ENCOGE realizados em Belém (PA) (12 a 14.03.08 e São Luiz (MA) (13 a 15.08.08), sendo proporcionadas discussões visando encontrar caminhos para um aprimoramento nas orientações, fiscalizações e também soluções para as dificuldades encontradas pelos senhores cartorários. Em 2008 esta Corregedoria se fez presente nos Encontros.
- Campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes (Grande Florianópolis, Videira, Sul do Estado).
- Implementação da Lei Complementar n. 408/08, dando nova redação ao caput do art. 14 da Lei Complementar nº 175, de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 365, de 2006, que institui a ajuda de custo para as Escrivanias de Paz do Estado, alterando e ampliando os valores destinados às serventias deficitárias, assim consideradas aquelas com menos de 10.000 habitantes, tendo o pagamento ocorrido em outubro, retroagindo a 8 de maio do corrente ano.
- Pagamento da ajuda de custo no exercício de 2008.
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2008.
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos retroativos a 2005/2007.
- Aquisição e controle de aproximadamente 18.000.000 de selos de fiscalização, para uso em todas as Serventias Extrajudiciais em atividade.
- Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo.
- Levantamento do acervo de informática (hardware) e condições de internet, pertencentes as Serventias Extrajudiciais, para planejamento da implantação de sistemas e aquisição de equipamentos de informática. (Circular n. 20/08)
- Alteração do sistema informatizado para a renovação das contas bancárias junto ao Banco do Brasil, tendo em vista a obrigatoriedade determinada pelo TJ.
- Conferência mensal de relatório mensal da fatura para pagamento da ABNC – American BankNote Company, relativamente ao contrato celebrado para confecção, distribuição dos Selos de Fiscalização.
- Confecção e distribuição de cartazes elucidativos dos Selos de Fiscalização.
- Confecção e distribuição do Manual do Selo de Fiscalização, para esclarecimento geral sobre o Selo, de forma impressa, bem como, disponibilizadas as informações em formato eletrônico junto à página da Vice-Corregedoria.
- Ampliação do espaço físico do Núcleo IV, com a aquisição de uma sala própria para os serviços relacionados ao Selo de Fiscalização.
- Participação da Comissão para análise, planejamento e elaboração de projeto para posterior desenvolvimento Sistema de Automação do

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

Extrajudicial, Comissão multidisciplinar ainda em atividade.

- Planejamento da Gestão Financeira e Orçamentária dos recursos do TJ destinados à Corregedoria-Geral da Justiça, bem como dos recursos oriundos da venda dos Selos de Fiscalização, destinado às atividades extrajudiciais, para o exercício de 2008 e 2009.
- Elaboração de sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais.
- Elaboração e implantação do Sistema de Boletim Bancário, em parceria com o TJ, para recolhimento dos valores devidos ao FRJ e para a aquisição de selos pagos.
- Parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda para divulgação estadual aos serventários do Sistema informatizado – ITCMD fácil.
- Por orientação do CNJ a CGJ, por intermédio do Núcleo Extrajudicial coordenou no Estado de Santa Catarina o mutirão Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, de 17 a 21 de novembro de 2008, com ampla divulgação em todo o Estado, por intermédio da Imprensa escrita, falada e televisada, bem como com a distribuição de cartazes do evento à todas as Serventias Extrajudiciais, Diretores de Foro, Anoreg, Ministério Público, Secretaria Estadual de Educação (divulgação nas escolas da rede estadual). Foram mobilizadas todas as serventias e comarcas para a divulgação e acompanhamento do mutirão.
- Foram editados três Provimentos, a saber: a) Provimento n. 13/08, que deu nova redação aos art. 862 e 896, V e VI do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina (CNCGJSC); b) Provimento nº 014/2008, alterando a redação do artigo 805 e do Código de Normas da CNCGJSC; e, c) Provimento n. 15/08 Altera as redações dos §§ 5º e 6º do artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e c) Provimento nº 16/2008, dando nova redação ao art. 963 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Com relação às inspeções correicionais primeiramente informamos que o Estado de Santa Catarina conta com 574 (quinhentas e setenta e quatro) serventias em atividades, requerendo uma grande estrutura para as inspeções. É oportuno esclarecer, que a maioria das correições acontecem em duas oportunidades: na primeira, são relatadas as constatações com as respectivas determinações e, na segunda, os assessores, após o encerramento de prazo para regularização oferecido à serventia, retornam para verificar o cumprimento das irregularidades encontradas. Nesta segunda etapa, a título de experiência, os retornos estão ficando sob a responsabilidade da Direção do Foro de cada comarca inspecionada.
- Foram inspecionadas 53 (cinquenta e três) serventias durante o ano, sendo que muitas delas por mais de uma vez, conforme quadro 1.
- É importante frisar, que o resultado das inspeções para algumas serventias foi apenas de

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

determinações disciplinares branda, mas, em outras, houve a necessidade de multa, intervenção ou até mesmo nova designação.

- Além de toda a atividade fiscalizadora, a equipe de servidores atendeu, durante a gestão, a 545 (quinhentos e quarenta e cinco) consultas encaminhadas por magistrados, cartórios, e pela população em geral. O Núcleo

IV auxiliou ainda na instrução dos processos de desdobros (Resolução n. 08/05-CM) para decisão do egrégio Tribunal Pleno.

- Elaboração, para a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, do quadro de serventias vagas para o concurso de provimento para Ingresso e de Remoção na Atividade Notarial e de Registro.

► 3.5.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

COMARCA/SERVENTIA	PROCESSO
Araquari - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 713/08
Araquari – Registro de Imóveis	CGJ-E – 714/08
Biguaçu – Escritania de Paz do município de Antônio Carlos	CGJ-E – 514/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Aiurê, município de Grão-Pará	CGJ-E – 672/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Aiurê, município de Grão-Pará (retorno)	CGJ-E – 118/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Invernada	CGJ-E – 016/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do município de Grão-Pará (Constatação)	CGJ-E – 012/08
Braço do Norte – Escritania de Paz do município de Santa Rosa de Lima (Constatação)	CGJ-E – 010/08
Braço do Norte – Registro de Imóveis	CGJ-E – 021/08
Campo Belo do Sul – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 268/08
Capital – Escritania de Paz do distrito de Saco dos Limões, município de Florianópolis	CGJ-E – 218/08
Chapecó – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 383/08
Chapecó – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 377/08
Chapecó – Escritania de Paz do distrito de Marechal Bormann, município de Chapecó (constatação)	CGJ-E – 389/08
Chapecó – Escritania de Paz do distrito de Sede Figueiras, município de Chapecó	CGJ-E – 373/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Campo Alegre	CGJ-E – 384/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Caxambu do Sul	CGJ-E – 379/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Cordilheira Alta	CGJ-E – 385/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Guatambú	CGJ-E – 378/08
Chapecó – Escritania de Paz do município de Nova Itaberaba	CGJ-E – 380/08
Chapecó – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 396/08

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.5.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS (CONT.)

COMARCA/SERVENTIA	PROCESSO
Chapecó – Registro de Imóveis	CGJ-E – 372/08
Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de Águas frias	CGJ-E – 067/08
Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de Coronel Freitas	CGJ-E – 069/08
Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de Jardinópolis	CGJ-E – 075/08
Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de União D'Oeste	CGJ-E – 074/08
Correia Pinto – Escrivania de Paz do município de Ponte Alta	CGJ-E – 173/08
Criciúma – Escrivania de Paz do município de Nova Veneza	CGJ-E – 689/08
Criciúma – Escrivania de Paz do município de Siderópolis (retorno)	CGJ-E – 364/07
Guaramirim – Escrivania de Paz do município de Schroeder	CGJ-E – 622/08
Içara – Registro de Imóveis	CGJ-E – 799/08
Itajaí – Registro de Imóveis (retorno)	CGJ-E - 598/06
Jaraguá do Sul – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 590/08
Joaçaba – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 641/08
Joaçaba - 1º Tabelionato de Notas e Protesto e Títulos (retorno)-	CGJ-E – 087/07
Joaçaba – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 542/08
Joaçaba – Escrivania de Paz do município de Treze Tílias	CGJ-E – 544/08
Laguna – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (retorno)	CGJ-E – 368/06
Laguna – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (transmissão do acervo)	CGJ-E – 368/06
Pinhalzinho – Escrivania de Paz do município de Nova Erechim	CGJ-E – 068/08
Pinhalzinho – Escrivania de Paz do município de Saudades	CGJ-E – 073/08
Pinhalzinho – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 072/08
Pinhalzinho – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	CGJ-E – 070/08
Porto União – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de títulos	CGJ-E – 531/08
Porto União – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de títulos	CGJ-E – 530/08
Porto União – Escrivania de Paz do distrito de Poço Preto, município de Irineópolis	CGJ-E – 533/08
Porto União – Escrivania de Paz do distrito de Santa Cruz do Timbó	CGJ-E – 534/08
Porto União – Escrivania de Paz do município de Irineópolis	CGJ-E – 529/08
Porto União – Escrivania de Paz do município de Matos Costa	CGJ-E – 535/08
Porto União - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas	CGJ-E – 532/08
Porto União – Registro de Imóveis	CGJ-E – 079/08
Porto União – Registro de Imóveis	CGJ-E – 523/08
Timbó – Escrivania de Paz do município de Rio dos Cedros	CGJ-E – 776/07

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.5.3 TABELA 1 – SELOS ADQUIRIDOS
PELAS SERVENTIAS

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Selos Isentos	561.840
Selos Isentos 02 atos	1.200
Selos Pagos Tipo 2	15.447.840
Selos Pagos Tipo 3	1.191.504
Selos Pagos 02 atos (Normal)	366.192
Selos Pagos 02 atos (Emergencial)	5.472
Selos Pagos 04 atos (Normal)	106.800
Selos Pagos 04 atos (Emergencial)	1.056
D.U.T. (Normal)	577.584
D.U.T. (Emergencial)	34.464
Selos Escritura Valor (Normal)	121.440
Selos Escritura Valor (Emergencial)	5.904
TOTAL	18.421.296

3.5.4 TABELA 2 –
AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR (R\$)
Janeiro	103.500,00
Fevereiro	103.500,00
Março	103.500,00
Abril	103.500,00
Maio	103.000,00
Junho	103.000,00
Julho	103.000,00
Agosto	103.000,00
Setembro	103.000,00
Outubro	366.661,60
Novembro	137.500,00
Dezembro	
TOTAL	1.433.161,60

3.5.5 TABELA 3 –
RESSARCIMENTO

MÊS	VALOR (R\$)
Janeiro	334.929,90
Fevereiro	414.050,02
Março	446.662,75
Abril	463.154,93
Maio	368.463,33
Junho*	926.857,30
Julho	401.515,16
Agosto	396.627,31
Setembro	640.490,34
Outubro**	633.367,07
Novembro	-
Dezembro	-
TOTAL	5.026.118,11

* No mês em referência foram pagos os atrasados referentes ao período de Janeiro/2005 a Julho/2007

** Atrasados pagos referentes ao período de agosto à dezembro de 2007.

Encontra-se em fase de implementação o Projeto "Revitalização da Execução Penal para o Estado de SC".

O projeto tem por objetivos específicos:

- a - conhecer a real situação do sistema prisional no Estado de Santa Catarina;
- b - implementar política de auxílio aos juizes e serventuários na execução penal, visando padronizar procedimentos, com um núcleo de apoio no TJSC;
- c - implantar novo modelo de gestão de cartório para execução penal tendo como referência o Cartório da Vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis;
- d - incentivar a participação das universidades nas atividades jurídicas e sociais desenvolvidas nos presídios de Santa Catarina.

4. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

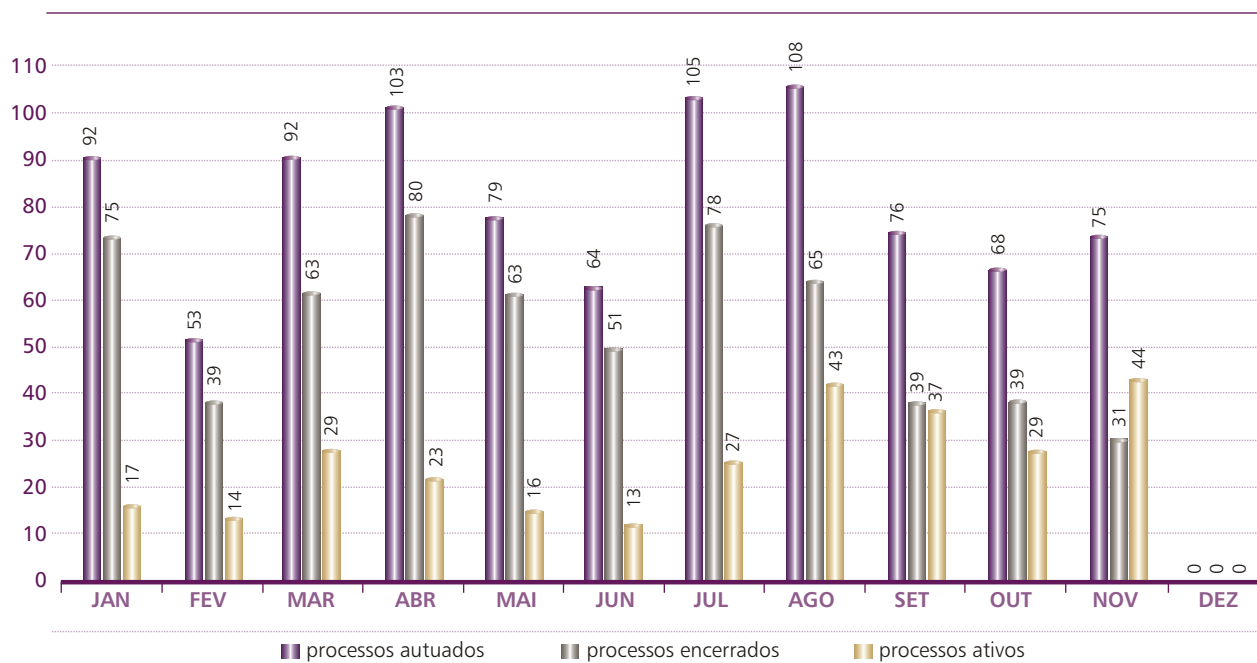
Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais e da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, praticou os seguintes atos e funções:

- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos e circulares;
- digitalização de processos;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- controle a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
PROCESSOS AUTUADOS	92	53	92	103	79	64	105	108	76	68	75
PROCESSOS ENCERRADOS	75	39	63	80	63	51	78	65	39	39	31
PROCESSOS ATIVOS	17	14	29	23	16	13	27	43	37	29	44

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Ressalta-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Participação das reuniões de trabalho nas comarcas/pólo do Estado, nos meses de junho e julho/2008, com magistrados, assessores e analistas jurídicos, para orientações, esclarecimentos e discussão acerca dos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria e unidades judiciárias. Dentre os temas tratados destacamos a apresentação do projeto de melhoria das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição. Com o intuito de apresentar e esclarecer o conteúdo do projeto, bem como colher sugestões de melhorias, debateu-se acerca dos principais aspectos da nova sistemática de agrupamento da atividade judicante e cartorária. Como resultado destas reuniões tivemos a incorporação ao projeto de várias contribuições formuladas por magistrados e servidores.
- Aperfeiçoamento do Saj/Estatística, com a criação de novos relatórios e formas de pesquisa, possibilitando a ampliação do leque de informações estatísticas.
- Implementação, em Santa Catarina, do projeto "Justiça Aberta", da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Além do cadastramento das serventias e respectivos usuários, a Divisão Judiciária trabalhou na montagem dos dados estatísticos solicitados, assumindo a responsabilidade pela alimentação do site do Conselho. De igual forma, em conjunto com a Assessoria de Informática desta CGJ, envidamos esforços junto ao setor técnico do CNJ para que a remessa das informações passem a ser feitas de forma eletrônica, sem a necessidade de execução de retrabalhos.
- Adaptação do relatório eletrônico de "Inspeção em Estabelecimento Prisional" ao modelo determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 47). Em conjunto com as Assessorias de Informática e Informática Jurídica procedeu-se as alterações necessárias para que as informações prestadas pelos magistrados (art. 58 do CNCGJ) atendam ao solicitado pelo CNJ e permitam o seu envio de forma eletrônica.
- Desenvolvimento de formulário eletrônico na página da CGJ para a coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania. Em fase de implantação, o sistema web permitirá que os responsáveis pelas Casas informem, pela internet, o movimento mensal das unidades, dispensando a remessa de planilhas e a redigitação dos dados na Divisão.
- Reformulação do "Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências". Visando a adoção do Sistema de Índices da Softplan, iniciou-se processo de reformulação da captu-

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- ra das informações junto aos bancos das comarcas. A nova sistemática contará com dispositivos que irão permitir identificar as principais deficiências na alimentação do saj/pg das comarcas, possibilitando uma pronta intervenção da Corregedoria para que as unidades observem o correto preenchimento das informações.
- Participação do III Encontro da Rede Infoseg, em Brasília. Além das matérias tratadas na pauta, com painéis que enfocaram vários temas relacionados à Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, destacamos os contatos mantidos com os integrantes da SSP/SC, quando ficou definido que a atualização dos mandados de prisão na base do Infoseg será feita utilizando as informações existentes no banco da Corregedoria. Decorrente disto, a Assessoria de Informática reiniciou os trabalhos que visam a exportação das informações diretamente ao Infoseg, os quais tinham sido suspensos no aguardo de definição por parte da SSP/CIASC.
 - Participação de treinamento em Brasília para a implantação, em Santa Catarina, do sistema Renajud (Restrições Judiciais de Veículos Automotores), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça. Três servidores da Corregedoria foram designados como másters e serão os responsáveis pelo cadastro de usuários e gerenciamento da utilização do sistema.
 - Fornecimento de informações estatísticas ao Tribunal Pleno, Conselho Nacional de Justiça, Diretorias do Tribunal, Magistrados, Ministério Público Estadual e público externo em geral.
 - Controle e atualização, na intranet/internet, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense, etc.).
 - Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Detranet, Infoseg, Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências e aplicativos do Conselho Nacional de Justiça.
- Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão até o mês de novembro do corrente ano:**
- Mapas estatísticos processados ou digitados: **5.058**
 - Mapas estatísticos auditorados/regerados (correção de problemas): **78**
 - Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): **129**
 - Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos – não considerados quando inscritos em mais de um processo para a mesma pauta): **403**
 - Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: **26.280 (*)**
 - Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 cap-

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- tados via SAJ: **19.586 (*)**
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: **21.580 (*)**
 - Registros de mandados de prisão captados via SAJ: **23.118 (*)**
 - Fornecimento de Certidões de antecedentes: **618**
 - Informações prestadas em processos administrativos (criação varas, alteração de competências das unidades e etc): **58**

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem acostados:

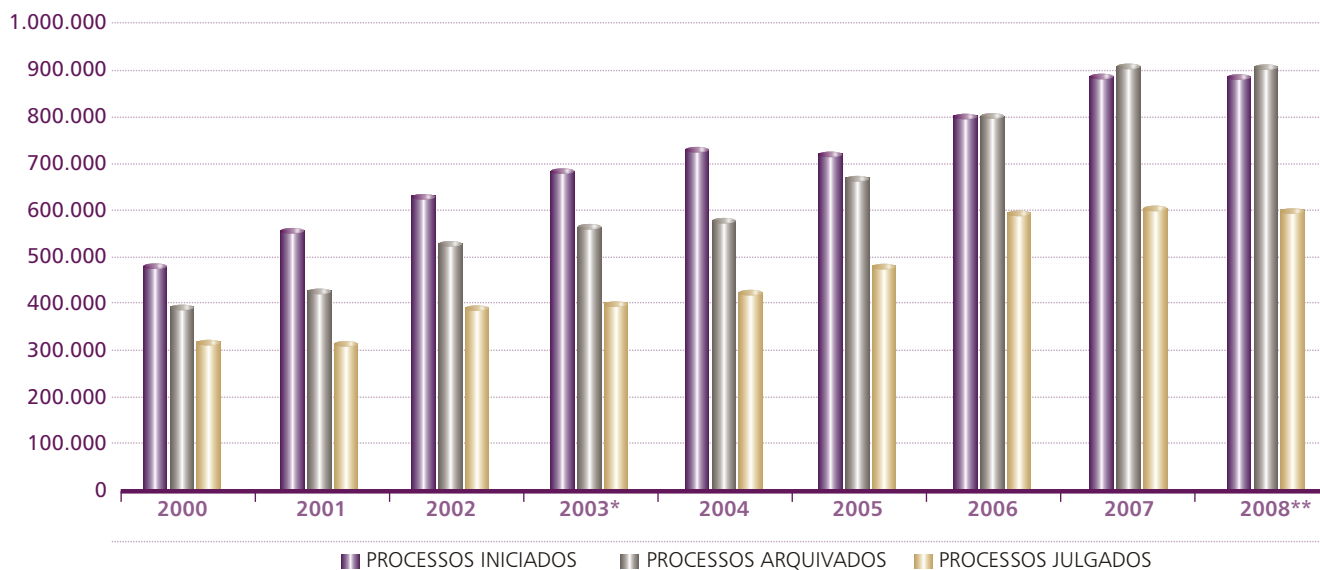
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

	2000	2001	2002	2003*	2004	2005	2006	2007	2008**
PROCESSOS INICIADOS - TOTAL	464.945	542.599	616.933	667.280	714.434	704.333	783.871	870.628	869.112
EXECUÇÕES FISCAIS INICIADAS	69.436	116.352	135.412	142.118	136.602	101.933	132.055	128.800	102.650
INICIADOS SEM EXECUÇÕES	395.509	426.247	481.521	525.162	577.832	602.400	651.816	741.828	766.462
PROCESSOS ENCERRADOS TOTAL	377.205	412.812	514.959	550.014	565.341	648.175	787.952	893.971	895.248
EXECUÇÕES FISCAIS ENCERRADAS	61.736	51.785	84.123	89.987	81.688	88.502	104.927	150.143	179.513
ENCERRADOS SEM EXECUÇÕES	315.469	361.027	430.836	460.027	483.653	559.673	683.025	743.828	715.735
PROCESSOS JULGADOS - TOTAL	305.556	302.947	378.885	385.996	412.680	465.628	580.244	588.234	585.065
EXECUÇÕES FISCAIS JULGADAS	64.570	46.747	86.175	70.788	77.236	92.492	110.014	113.106	116.386
JULGADOS SEM EXECUÇÕES	240.986	256.200	292.710	315.208	335.444	373.136	470.230	475.128	468.679
EM ANDAMENTO FINAL DO ANO - TOTAL (*)	839.081	987.981	1.114.686	1.408.976	1.634.389	1.722.546	1.769.731	1.835.910	1.907.995
EXECUÇÕES FISCAIS EM ANDAMENTO	275.897	328.167	381.478	513.020	586.379	614.827	662.419	665.860	651.850
EM ANDAMENTO SEM EXECUÇÕES	563.184	659.814	733.208	895.956	1.048.010	1.107.719	1.107.312	1.170.050	1.256.145

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ.

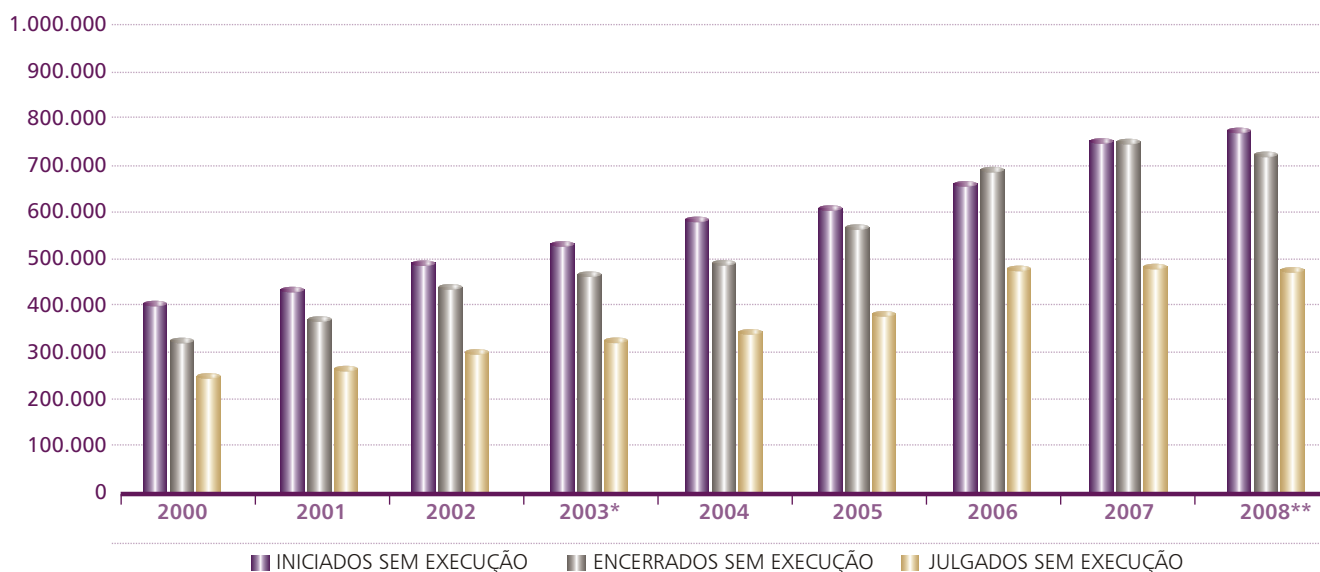
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (TOTAL GERAL)



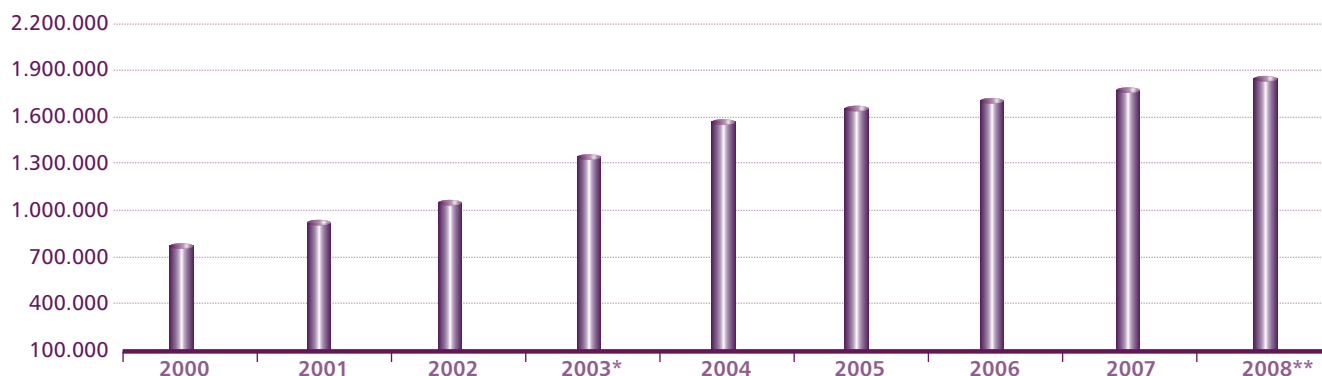
(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI.
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (SEM EXECUÇÕES FISCAIS)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI.
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI.

(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (DADOS RELATIVOS AO PERÍODO: JANEIRO A NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	% DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
TOTAL		8.607	3.959	46%
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	44	19	43%
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	6	3	50%
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	29	27	93%
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	5	3	60%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	109	65	60%
ASCURRA	ASCURRA	340	226	66%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	421	236	56%
BRAÇO DO NORTE	SÃO LUDGERO	91	39	43%
BRUSQUE	BOTUVERÁ	24	15	63%
BRUSQUE	GUABIRUBA	17	2	12%
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	46	30	65%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	277	44	16%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	64	33	52%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	81	61	75%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	101	70	69%
CAPINZAL	IPIRA	47	35	74%
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	19	18	95%
CAPINZAL	OURO	66	28	42%
CAPINZAL	PIRATUBA	140	67	48%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	28	10	36%
CATANDUVAS	JABORÁ	54	18	33%

DIVISÃO JUDICIÁRIA

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (CONT.)

(DADOS RELATIVOS AO PERÍODO: JANEIRO A NOVEMBRO)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	% DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
TOTAL		8.607	3.959	46%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	65	36	55%
CORREIA PINTO	CORREIA PINTO	23	6	26%
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	72	31	43%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	59	36	61%
CRICIÚMA	PRÓSPERA	127	17	13%
CRICIÚMA	RIO MAINA	205	7	3%
CRICIÚMA	CRICIÚMA	297	16	5%
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	204	17	8%
FRAIBURGO	FRAIBURGO	312	218	70%
FRAIBURGO	MONTE CARLO	189	149	79%
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	387	84	22%
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	30	15	50%
INDAIAL	INDAIAL	393	285	73%
ITUPORANGA	IMBUÍA	18	15	83%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	6	5	83%
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	16	14	88%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	13	5	38%
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	73	47	64%
JOAÇABA	JOAÇABA	80	23	29%
JOAÇABA	LUZERNA	4	1	25%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	7	2	29%
MARAVILHA	IRACEMINHA	74	64	86%
ORLEANS	CELSO RAMOS	122	74	61%
PRES. GETÚLIO	DONA EMMMA	51	21	41%
PRES. GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	31	14	45%
PRES. GETÚLIO	VITOR MEIRELES	50	29	58%
PRES. GETÚLIO	WITMARSUM	102	59	58%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	10	10	100%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	221	98	44%
RIO DO OESTE	LAURENTINO	18	10	56%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	35	16	46%
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	50	32	64%
RIO DO SUL	AURORA	50	29	58%
RIO DO SUL	LONTRAS	258	171	66%
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	10	6	60%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	128	53	41%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	83	42	51%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	114	105	92%
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	761	97	13%
TIJUCAS	TIJUCAS	898	604	67%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	222	31	14%
TIMBÓ	DOCTOR PEDRINHO	56	50	89%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	66	54	82%
TIMBÓ	TIMBÓ	106	68	64%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	69	48	70%
TUBARÃO	TUBARÃO	433	96	22%
TOTAL		8.607	3.959	46%

ASSESSORIA DE CUSTAS

6. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS**6.1 Atendimento a consultas por telefone**

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registros de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;
- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria-Geral da Justiça.

6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 35 pareceres em processos;
- 51 pareceres envolvendo cálculos.

6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 2.688 e-mails;
- 2.460 telefonemas.

6.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 64 pessoas atendidas.

6.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Participação da Assessoria no projeto de implantação da GECOF;
- Participação nas reuniões acerca da implementação do novo sistema de Custas e Cálculo Processual (CCP), Fundo de Reparcelhamento da Justiça, sistema de distribuição de títulos, criação da Gerência de Custas;
- Capacitação dos contadores judiciais para a operacionalização do novo sistema de cobrança de custas (CCP);
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para integração do SAJ/PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

- (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;
- Participação nas forças-tarefas realizadas nas Comarcas já providas do novo sistema de cobrança de custas (CCP);
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet;

6.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano 2008, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacio-

nal da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:

7.1 Site da Corregedoria-Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do site da Corregedoria para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as informações, ressaltam-se:

- Acesso ao Portal da Infância e Juventude;
- Jurado Voluntário;
- Mutirão de Sentenças 2008;
- Portal de Peritos;
- Atualização Monetária;
- Programa DNA;
- Código de Normas em HTML revisado;
- Intranet da CGJ;

7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

A novidade do projeto foi o novo Módulo de Abrigos que permite aos coordenadores de abrigos informarem imediatamente a entrada e saída de crianças. Este módulo permite ao Poder Judiciário uma visão imediata da situação dos abrigamentos no Estado.

No projeto anterior, foram realizadas atualizações nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi. No Sistema Web, foram incorporados os novos recursos em atendimento às solicitações das Assistentes Sociais e demais usuários do sistema; no Sistema Administrativo, continuou-se a desenvolver relatórios gerenciais e estatísticos com capacidade de cruzamento de diversos dados. O suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo executado.

7.3 Sistema Bacen Jud

A assessoria tem auxiliado na função de Master do sistema e na função de suporte aos usuários, respondendo diariamente aos questionamentos encaminhados por e-mail ou telefone, bem como, intercedendo junto às instituições financeiras, Mesa Bacen Jud e Comitê Gestor do sistema quando necessário.

7.4 Sistema de Jurados Voluntários

O sistema está em pleno funcionamento. No seu terceiro ano de atividade, a lista de jurados pode ser gerada e encaminhada às unidades judiciárias respectivas, para a composição do corpo de jurados.

7.5 Provimentos e Circulares

Foi dada continuidade na alimentação dos provimentos no banco de dados e atualizado todo o banco de circulares, de modo que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no site da CGJ.

Está na fase de testes e estruturação das tabelas a apresentação do índice de provimentos, circulares e ofícios-circulares no site da Corregedoria-Geral da Justiça, visando facilitar o acesso e a organização dos documentos, com ementa e indicação do foro de alteração no código de normas, no caso de provimentos.

7.6 Projeto Cadastro de Magistrados

O projeto Cadastro de Magistrados tem sua manutenção realizada, de modo que se atenda aos requisitos levantados pela Corregedoria.

7.7 SAJ Estatística

O sistema continua sendo disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto está em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema.

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

7.8 Sistema de Inspeção Virtual

Foram realizadas manutenções nas duas novas versões do Sistema de Inspeção Virtual, além da versão anterior para a Corregedoria. A primeira versão é para as comarcas e uma segunda para o Ministério Público.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais.

7.9 Projeto de Selos

O sistema passou por diversos ajustes, principalmente com o desenvolvimento de novos relatórios, bem como mudanças no processo de aquisição de selos, incorporando a possibilidade de uso do boleto. Desenvolveu-se um controle para o pagamento de ajuda de custo, pagamento de novos tipo de atos e os respectivos relatórios. Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

7.10 Projeto Ressarcimento de Selos

Desenvolveu-se, no Sistema Web, em linguagem Java, a solicitação de novos tipos de atos praticados pelos cartórios extrajudiciais a serem ressarcidos. Também implementou-se, no Sistema Web, recursos para cadastramento de solicitações de atos gratuitos ainda não ressarcidos, para estudo

de viabilidade econômica, além da solicitação de Selos de Fiscalização do tipo Isento.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

7.11 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché

Desenvolveram-se os Mapas Estatísticos da área criminal e, por demanda, realiza-se o atendimento às solicitações das divisões administrativa e judiciária, onde os seguintes sistemas foram ajustados: Mapas Estatísticos, Magistrados, Acompanhamento de Processos.

7.12 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária

Realizaram-se inovações no Sistema Web, em linguagem Java, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária, com a possibilidade de se estabelecer juros com datas distintas do período da atualização e escolha do tipo de juros. O novo sistema permite a exportação da tabela resultante para vários formatos.

7.13 Projeto Banco de Peritos

O projeto, em seu sistema de consulta interna, já disponível para a sociedade, também o foi

para magistrados e servidores. A assessoria presta suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário.

7.14 Emissão de relatórios estatísticos

Emitiram-se diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

7.15 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais

- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

7.16 Sistema de Gravação de Audiências

Após implantado um sistema de gravação de audiência na Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital, como projeto piloto homologado pelo CGINFO, a assessoria participou junto à Diretoria de Informática da instalação do software da Empresa KENTA, como projeto piloto nas Comarcas de Joinville (Juizado Especial), Santa Rosa do Sul e Braço do Norte. Acompanhando a instalação do software Kenta DRS e repassando informações contidas no Provimento n. 10/2007, que dispõe sobre a gravação fonográfica ou audiovisual das audiências.

7.17 Sistema de Intimação por Telefone

Além das Comarcas de Joinville e Blumenau, nas varas do Juizado Especial Cível, onde já haviam sido instalados equipamentos de gravação de conversa telefônica para intimação por meio de telefone, o juizado Especial Cível de Criciúma teve equipamento semelhante instalado. Com a instalação das centrais digitais (VOIP),

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

em parceria com a Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi desenvolvido um ambiente próprio para a alimentação dos dados para a utilização das centrais digitais na intimação pelo telefone. O projeto será avaliado em fase de piloto na Comarca de Joinville ou outra a ser designada.

7.18 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2008

Uma ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no banco.

7.19 Site da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça

Desenvolveu-se novo site, visando ampliar a comunicação com os usuários das serventias extrajudiciais e informar sobre as atividades da Vice-Corregedoria.

7.20 Banco de Conhecimento

Um banco de conhecimento com diversos tipos de arquivos foi criado, permitindo o compartilhamento de documentos, busca textual com

escore, e diversos filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado, em breve, para toda a Corregedoria.

No site da Corregedoria poderá ser disponibilizada uma consulta ao banco de conhecimento para auxiliar o trabalho de todas as comarcas do Estado.

7.21 Banco de Sentenças

Em fase de testes, o banco de sentenças gerado com cerca de 7 mil documentos, está em avaliação, de modo que se possibilite aos magistrados e assessores, consultas de matérias decididas em todo o estado.

O banco de sentenças permite que se consulte por assunto, classe, tipo de sentença, dentre outras funções.

7.22 Programa DNA

Desenvolveu-se um Sistema Web para solicitação e distribuição de kits de coleta para todas as unidades do Estado. Atualmente está em desenvolvimento um Sistema para informação dos dados da coleta, de modo que se automatize o processo de identificação no laboratório da UDESC.

7.23 Portal da Infância e da Juventude

A assessoria gerenciou o projeto do portal,

conforme deliberado no Encontro dos Comissários da Infância e da Juventude, realizado em outubro de 2007.

O layout e a parte web ficou a cargo da Diretoria de Informática desta Corte; já os menus e o conteúdo foram compilados pela Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça. A Assessoria também auxiliou no conteúdo dos modelos da categoria 16 do SAJ-pg, relativos aos expedientes da Infância e da Juventude, criados no sistema pela Diretoria de Informática.

7.24 Instalação do SAJ-pg

Após o deferimento do pedido para instalação e aplicação do SAJ-pg na Corregedoria-Geral da Justiça, pelo CGINFO, esta Assessoria vem tratando diretamente com a Divisão de Dados da Diretoria de Informática, para preparação de um equipamento exclusivo para utilização da CGJ.

7.25 Instalação de Rede Wireless

Aquisição de 02 (dois) aparelhos access point wireless (rede sem fio), haja vista a carência de pontos físicos e a utilização de notebooks por Magistrados e Servidores, com a criação da WCorregedoria.

7.26 Aparelho de Televisão LCD

Aquisição de aparelho de televisão tipo LCD de 40 polegadas para a Sala de Reuniões da CGJ, visando melhorar a projeção quando das reuniões, bem como, suprir a falta de equipamento quando o projetor está em viagem com outra equipe de trabalho ou em manutenção. Já está em uso e testes para validar a utilização de mouse e teclado wireless, utilizando o televisor LCD acoplado a um microcomputador ou notebook, proporcionando comodidade nas apresentações, com acesso remoto.

7.27 Troca de microcomputadores e periféricos

Tendo em vista a instalação do SAJ-pg na Corregedoria-Geral da Justiça, está sendo trocada toda máquina (microcomputador) abaixo de 1.1 MHz de "clock" por equipamento novo, com processador Dual Core. Haverá troca de impressoras laser que estão em situação precária, bem como a substituição da laser color e aquisição de leitores ópticos para agilizar a alimentação do sistema SAJ-pg.

7.28 Relatório Eletrônico de Inspeção em Estabelecimento Prisional

Disponibilizado o Relatório Eletrônico de Inspe-

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

ção em Estabelecimento Prisional com base na Resolução CNJ n.47, no site deste órgão (<http://cgj.tj.sc.gov.br/consultas/restrito/index.htm>), com alimentação mensal de dados, conforme preceitua o artigo 58 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O sistema foi alterado para atender a solicitação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mantendo a base de dados da CGJ, com a geração de relatórios e demais ferramentas de estatísticas das informações coletadas. A Assessoria aguarda o desenvolvimento de ferramenta, pelo CNJ, para migração de dados.

7.29 Cadastro de Abrigos

Disponibilizado o sistema de informações para os abrigos do Estado, de forma que a comunicação da entrada, saída e ocorrências com as crianças institucionalizadas seja realizada *on line* e no momento do ocorrido. No primeiro semestre de 2008, houve uma capacitação em diversas regiões do estado e os abrigos passaram a informar diariamente a movimentação de crianças, o que antes só era realizado uma vez por mês.

7.30 Sistema Casa da Cidadania

O sistema *web* para prestação de informações da movimentação das Casas da Cidadania está em fase de implantação e disponibilização para

os secretários das Casas, que poderão informar o movimento pela internet. Com isso será possível realizar pesquisas estatísticas e disponibilizar à sociedade os mapas da instituições.

7.31 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

Os bancos de mandados, suspensos, beneficiados e culpados foi totalmente revisado, de modo uma nova sistemática de consulta seja realizada, com o objetivo de alinhar o atual sistema ao sistema de índices da Softplan. Diversas manutenções foram realizadas de modo a acelerar o processo de captura de novas informações. A nova sistemática de consulta relacionará os dados exatamente como está alimentado no SAJ da Comarca de origem, não havendo mais a união de dados de Comarcas distintas. Isto permitirá que a Corregedoria cobre melhor qualificação das partes e, ao adotarmos o sistema de índices, a união de partes poderá ser melhor realizada e realizada de forma automatizada, ou seja, sem interferência humana no processo. Dois servidores da Corregedoria participaram de uma reunião de trabalho na SENASP, em Brasília, com o objetivo da integração do Poder Judiciário de Santa Catarina à Rede INFOSEG. A Assessoria de Informática está trabalhando na exportação de informações à Secretaria de Segurança Pública do Estado e ao Tribunal Regional Eleitoral.

8. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

8.1 Quadro de pessoal:

O quadro é composto por duas servidoras do quadro do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;
- 1 agente administrativo auxiliar - acadêmica do curso de Serviço Social na UFSC.

8.2 Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulado por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA; .
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto à organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à forma-

ção de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;

- Acompanhamento aos programas de abrigo através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de abrigo;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;
- Viabilizar a adoção de crianças em condições jurídicas para tal à famílias estrangeiras cadastradas na Comissão.

8.3 Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

A utilização do sistema é acompanhada pela CEJA e avaliada nos encontros anuais de assistentes sociais, que no corrente ano ocorreu em

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

Balneário Camboriú, no mês de agosto. Já incorporado na rotina de trabalho das técnicas, o sistema hoje é estável, e sua utilização vem produzindo os resultados inicialmente desejados: racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, entre outros.

Com a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, pelo Conselho Nacional de Justiça, no último mês de junho, as CEJA's do Brasil foram designadas como gestores estaduais do referido cadastro, o que amplia as competências no que diz respeito aos cadastro de pretendentes à adoção.

O Cadastro Nacional foi criado a partir do modelo do CUIDA, razão pelo qual não será necessário alterar o sistema hoje utilizado em Santa Catarina.

Projeto de acompanhamento e supervisão às Instituições de Abrigo

Neste ano, desenvolveu-se o módulo dos abrigos, concluindo assim todos os módulos do CUIDA.

Ministrou-se treinamento aos 132 abrigos do Estado, que hoje acessam o sistema via internet, informando de imediato sobre a entrada e saída das crianças nos abrigos.

Com isto, além de agilizar as informações sobre as crianças de abrigos, passamos a estabelecer

uma relação de maior integração com as instituições, uma vez que estas passam a ser, assim como os profissionais do judiciário, operadores do sistema.

8.4 Eventos/Treinamentos

A CEJA participou e colaborou com a organização dos eventos/treinamentos:

- 09 e 10 de maio: XI Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília (DF).
- Abril e maio: Encontros regionais de capacitação aos abrigos.
- 21 de agosto: Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário – Balneário Camboriú (SC).
- 22 de agosto : V Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção - Balneário Camboriú (SC).
- 04 e 05 de dezembro: Encontro Brasil-Itália de Autoridades Centrais e Organismos de Adoção Internacional – Brasília-DF

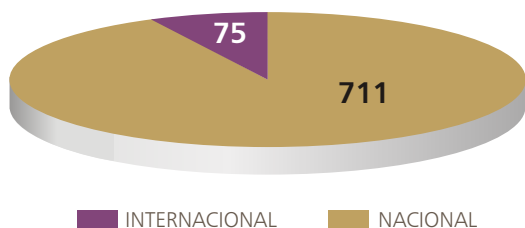
8.5 Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional:

5	sessões realizadas
101	processos julgados

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

ADOÇÕES REALIZADAS (CEJA)



As adoções internacionais

711 nacionais - crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

75 crianças adotadas por estrangeiros sendo:

- 67** já finalizadas
- 8** em estágio de convivência

As adoções internacionais, via de regra, ocorrem com grupos de irmãos, assim temos:

Itália: 26 casais italianos adotaram 57 crianças
 França: 3 casais franceses adotaram 10 crianças
 Espanha: 5 casais espanhóis adotaram 8 crianças.

Pretendentes Habilitados: 3367

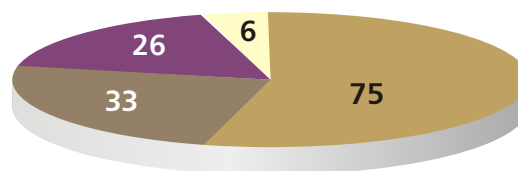
- residentes em Santa Catarina: 2.412 (72 %)
- residentes em outros Estados: 666 (20%)
- estrangeiros: 289 (8 %)

Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

140 programas de abrigo, sendo:

- 75 abrigo institucional (54%)
- 33 Casas Lares (24%)
- 26 Projetos Famílias Acolhedoras (18%)
- 06 Casas de Passagem (4%)

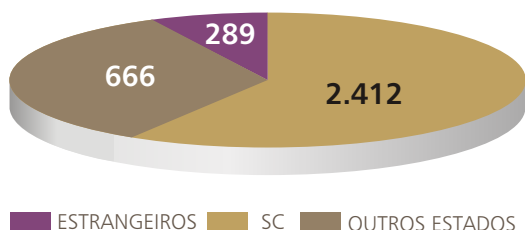
ABRIGOS CADASTRADOS NA CEJA



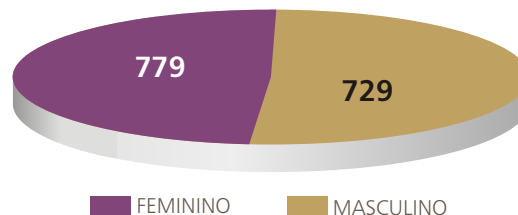
Crianças/Adolescentes Abridados

- 1508 crianças/adolescentes abrigados.
- Sexo feminino – 779 (52%)
- Sexo masculino – 729 (48%)

PRETENDENTES HABILITADOS

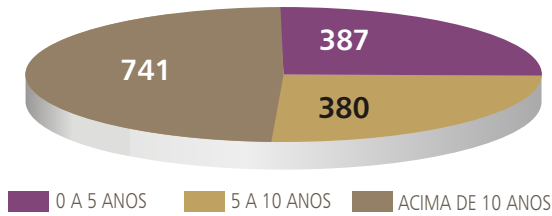


CRIANÇAS/ADOLESCENTES ABRIGADOS



COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

▶ CRIANÇAS/ADOLESCENTES ABRIGADOS



0 a 5 anos – 387 (26%)

5 a 10 anos – 380 (25%)

acima de 10 anos – 741 (49%)

Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

31 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

8.6 Propostas

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.
- Organização do 6º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Gaspar, mês de setembro/2009.
- Visita aos abrigos do Estado para acompanhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.
- Continuidade ao trabalho de acompanhamen-

to e supervisão às instituições de abrigo através de relatórios e visitas eventuais às instituições.

- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.

8.7 Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto às propostas de racionalização do trabalho de habilitação de candidatos brasileiros a adoção, a partir do cadastro único e, principalmente, a agilização dos encaminhamentos de adoção.

Já os eventos realizados mobilizaram os 31 grupos de estudos e apoio à adoção do Estado, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, somando mais de 700 pessoas na discussão de assuntos relacionados a infância e juventude.

A capacitação aos abrigos, ministrada nos meses de abril e maio, contou com a participação de três representantes por instituições, totalizando mais de 400 pessoas treinadas para o uso do sistema.

SECRETARIA GERAL

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional permitiram dar encaminhamento a um número expressivo de processos e, por consequência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

Registramos o apoio do Desembargador Anselmo Cerello que, na qualidade de Presidente da CEJA, prestou incentivo a estes projetos; a confiabilidade no trabalho de equipe, e sua presença em todos os eventos promovidos pela Comissão e sessões de julgamento, além do respaldo público manifestado a todas as ações da CEJA, são fatores resultantes de ações eficazes, neste período.

Da mesma forma, a disponibilidade e atenção dos Juízes Corregedores, todos sensíveis à causa da infância e da juventude, tem auxiliado no encaminhamento dos projetos.

Cabe registrar, também, o apoio da secretária e de todo o corpo de funcionários da Corregedoria, sempre receptivos e disponíveis para auxiliar nas atividades desenvolvidas na comissão.

9. ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições dispostas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ;
- assessoramento e agendamento de compromissos do Corregedor Geral da Justiça ;
- organização das viagens realizadas pelo Corregedor Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitações de diárias e ressarcimentos de combustível para viagens pela Corregedoria-Geral da Justiça, dos servidores, Juízes Corregedores e Corregedor Geral da Justiça;
- prestação de contas referentes às diárias e ressarcimentos de combustível deferidos;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça.

CONCLUSÃO

10. CONCLUSÃO

No encerramento de mais um ano de atividades desta Corregedoria-Geral de Justiça, é de se destacar que, conquanto a situação anômala aqui vivida, dada a brevidade do mandato do Exmo. Sr. Des. Anselmo Cerello, passando pela interinidade do Exmo. Sr. Des. José Gaspar Rubik e, por fim, pela nossa posse no cargo em 3 de novembro último, na gestão prematuramente encerrada trabalhos profícuos foram realizados, dando-se continuidade às inspeções virtuais, ao mutirão de sentenças, ao cadastro de adoções, ao mutirão de julgamento pelos Tribunais do Júri, além de outras atividades dos gêneros.

Inspeções em Varas e comarcas foram efetivadas, todas com absoluto êxito e com um excelente grau de resultados positivos.

No nosso curto período de exercício neste Órgão Censor, foram aprimorados os critérios visando uma mais justa e equânime apuração do merecimento dos magistrados catarinenses, para a formação de listas de promoção e de remoção.

A par disso, fizemos realizar correição na Vara dos Feitos Executivos Municipais, bem como no Cartório de Registro de Imóveis de Içara, esta que redundou no afastamento liminar do respectivo titular.

Da mesma forma, participamos ativamente do

Congresso de Corregedores, realizado na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

No exíguo período de pouco mais de um mês, tentamos contribuir, pelas mais diversas formas, para o aprimoramento do serviço judiciário, seja no tocando ao foro judicial, seja no referente ao foro extrajudicial, conscientes de que o ano vindouro será bastante árduo.

E, em arremate, reiteramos nossos agradecimentos aos Juízes-Corregedores Auxiliares que integram a equipe desta Corregedoria, já nominados na parte introdutória do presente relatório, bem como ao excelente quadro funcional de que dispomos que, embora em número insuficiente, não mediu esforços para, sob a regência firme da Dra. Riza Quaresma Butter, Secretária Geral da Corregedoria, cumprir todas as metas traçadas.



ACADEMIA JUDICIAL

DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ
Diretor Executivo

DES. SALIM SCHEAD DOS SANTOS
Vice-Diretor Executivo



APRESENTAÇÃO

As competências institucionais da Academia Judicial estabelecidas pelo art. 70 da Lei Complementar Estadual n. 339/2006, são as seguintes, *in verbis*:

I - *promover a preparação dos Juízes Substitutos em fase de vitaliciamento, com prioridade para o caráter pragmático da atividade judicante, bem como a especialização e o aperfeiçoamento dos Magistrados em geral e dos Servidores do Poder Judiciário;*

II - *realizar cursos de caráter permanente para a formação dos Juízes e Servidores e para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários;*

III - *promover congressos, simpósios e conferências sobre temas relacionados com a formação e com o aperfeiçoamento dos Magistrados, dos Servidores e dos serviços judiciários;*

IV - *promover estudos destinados à apresentação, pelo Tribunal de Justiça, de sugestões aos demais Poderes para a adoção de medidas ou a elaboração de normas tendentes à melhoria da prestação jurisdicional; e*

V - *manter o banco de dados do Poder Judiciário.*

Para atender suas finalidades institucionais definidas na norma, no exercício de 2008, foi seguido um cronograma de atividades dividido por categoria, assim estabelecido:

Cursos

Foram promovidos e custeados pela Academia Judicial os seguintes cursos e eventos:

- 4 (quatro) cursos de Pós-graduação, *lato sensu*: Curso de Modernização da Gestão do Poder Judiciário, concluído em agosto, em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL; Curso em Gestão e Controle do Setor Público, Turma I concluída; e Turma II com as disciplinas concluídas, sendo que a monografia deve ser entregue em 2009, realizada pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Curso de Direito e Gestão Judiciária - Turma VI, concluída, em parceria com Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Formação Profissional para Magistrados Vitaliciandos – Turma VII, concluída; e Curso de Direito e Gestão Judiciária - Turma VII, realizado pela Academia Judicial, em razão do credenciamento como Instituição de Ensino pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina para a oferta de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e Programas de Educação Continuada para Magistrados e Servidores da Justiça Estadual, conforme Resolução nº 086, de 09 de outubro de 2007;

APRESENTAÇÃO

- 1 (um) curso de Mestrado, com 10 vagas para Magistrados, com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, de acordo com a Resolução 09/05-GP;
- 1 (um) curso de Graduação, sendo para formação em bacharel em Direito, modalidade Virtual, com a Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina. O projeto encontra-se concluído, sendo que o curso iniciar-se-á em 2009;
- 3 (três) cursos de Capacitação Profissional para funções de Distribuidores e Cadastradores, Conciliadores dos Juizados Especiais e o Projeto Movimento pela Conciliação;
- 1 (um) Curso de Aperfeiçoamento Profissional para Promoção por Merecimento de Magistrados- Portaria nº 27/2008 – ENFAM/STJ;
- 4 (quatro) cursos de Aprimoramento das Atividades, especificamente, para Redação Jurídica na modalidade presencial e telepresencial, Redação de Relatório de Auditoria, Controle de Patrimônio – telepresencial e Atualização para Bibliotecários;
- 1 (uma) Reunião Técnica de Coordenadores do Serviço de Mediação Familiar;
- Fórum Estadual de Juizados Especiais e Encontro de Magistrados de Turmas Recursais de Santa Catarina - FEJESC;
- Fórum Nac. dos Juizados Especiais – FONAJE;
- WorkShop dos Juizados Especiais e Meios Não Adversariais de Resolução de Conflitos.
- Cursos e Eventos Custeados: Foram realizados 37 (trinta e sete) eventos por instituições públicas e privadas, com o objetivo de atender a demanda de pedidos individuais e coletivos, pleiteados por Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

Conselho Editorial

- criado pela Resolução 01/07-Cejur com o objetivo de apreciar o conteúdo de obras literárias e científicas escritas por Magistrados e servidores. Foi realizado o lançamento de várias obras de cunho científico na área do direito em 31 de janeiro 2008.

Programa de Residência Judicial - Resolução 02/2007-Cejur

- Formaram-se 16 (dezesesseis) residentes e 6 (seis) ainda estão atuando nos gabinetes dos Magistrados da Justiça de primeiro grau.

Congressos

Foram realizados 3 (três) eventos:

Os dados estatísticos das realizações das atividades da Academia Judicial estão apresentados nos Anexos I e II.

ANEXO 1

CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS

Foram realizados em 2008 cursos e eventos destinados ao público interno e externo, para os Magistrados, Servidores e Cooperadores. Para estes últimos, especialmente, relativos aos

Cursos de Conciliação e Mediação Familiar. Para a realização dos cursos e eventos custeados pelo Tribunal de Justiça, constantes da tabela infracitada, houve gastos com o pagamento de instrutores, deslocamento e hospedagem dos participantes.

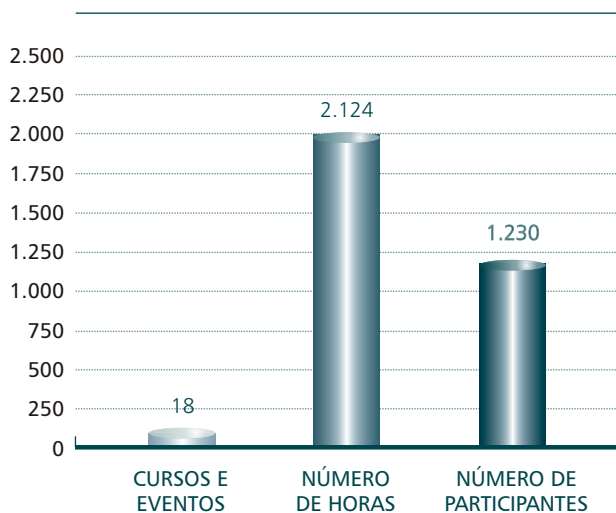
CURSOS PROMOVIDOS

NOME	Nº DE HORAS	PARTICIPANTES		PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
		INTERNO	EXTERNO				
V FÓRUM ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS E VI ENCONTRO DE MAGISTRADOS DE TURMAS RECURSAIS DE SANTA CATARINA	15	32	0	MAGISTRADOS	18/09/2008	19/09/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
REUNIÃO DE COORDENADORES TÉCNICOS DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR	8	18	4	SERVIDORES E COOPERADORES	29/09/2008	29/09/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
XXIV FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE	20	66	211	MAGISTRADOS, SERV. E COOPERADORES	12/11/2008	14/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE PREPARAÇÃO PARA OS CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS	40	11	81	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COOPERADORES	23/11/2007	22/02/2008	XANXERE/ JOINVILLE/ BLUMENAU/SC
WORKSHOP JUIZADOS ESPECIAIS E MEIOS NÃO ADVERSARIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	8	31	0	MAGISTRADOS	28/03/2008	28/03/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO - PROJETO MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO EM SÃO MIGUEL DO OESTE	9	46	1	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COOPERADORES	17/04/2008	17/04/2008	S. MIGUEL DO OESTE/SC
CURSO SOBRE REDAÇÃO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA	24	21	1	MAGISTRADOS, SERV. E COOPERADORES	04/08/2008	08/08/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO	240	105	0	MAGISTRADOS E SERVIDORES	24/08/2007	24/08/2008	PALHOÇA/SC
CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA MAGISTRADOS VITALICIANDOS E CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA	150	30	0	MAGISTRADOS	19/03/2007	13/09/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROMOÇÃO POR MERECEAMENTO - PORTARIA Nº 27/2008 - ENFAM/STJ - CHAPECÓ	20	103	0	MAGISTRADOS	30/10/2008	01/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC

ANEXO 1

CURSOS PROMOVIDOS (CONT.)

NOME	Nº DE HORAS	PARTICIPANTES		PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
		INTERNO	EXTERNO				
CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS AACR2	20	10	0	SERVIDORES	17/11/2008	21/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE CAPACITAÇÃO AOS DISTRIBUIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA - PRESENCIAL	17	121	0	SERVIDORES	10/11/2008	28/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CAPACITAÇÃO DOS CADASTRADORES PARA ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO 46 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ	9	20	0	SERVIDORES	04/12/2008	04/12/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE REDAÇÃO JURÍDICA - TELEPRESENCIAL	36	86	0	SERVIDORES	11/08/2008	29/04/2009	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE REDAÇÃO JURÍDICA - PRESENCIAL	36	161	0	SERVIDORES	11/08/2008	29/04/2009	FLORIANÓPOLIS/SC
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA PARA MAGISTRADOS - TURMA 7	570	30	0	MAGISTRADOS	27/06/2008	05/12/2009	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE CONTROLE PATRIMONIAL - TELEPRESENCIAL DIRETORIA DE INFORMÁTICA	2	19	0	SERVIDORES	28/11/2008	28/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
RESIDÊNCIA JUDICIAL	900	22	0	SERVIDORES E COOPERADORES	01/10/2007	11/12/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
TOTAL	2.124	932	298				

CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS
(2008)

Fonte: Sistema da Academia Judicial – Dez/2008.

ANEXO 2

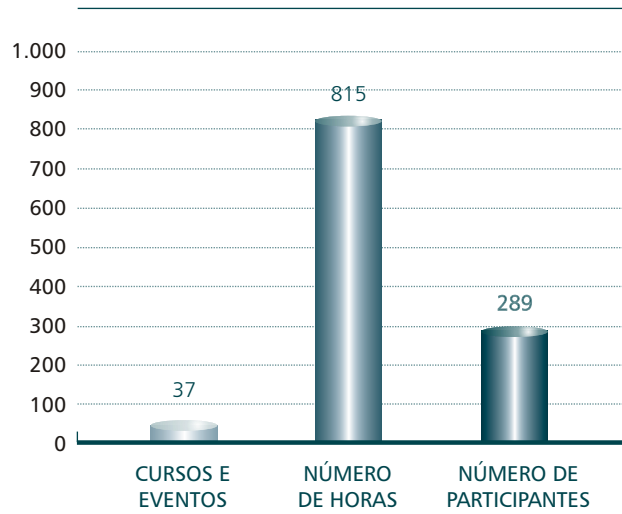
Nos Cursos e Eventos Custeados pelo Tribunal de Justiça, foram realizados por entidades públicas e privadas de outras Instituições, conforme nominata que segue abaixo:

CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS

NOME	Nº DE HORAS	PARTICIPANTES	PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
I CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL	21	2	MAGISTRADOS	03/03/2008	05/03/2008	BRASÍLIA/DF
16ª FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO	20	1	SERVIDORES	08/04/2008	12/04/2008	SÃO PAULO/SP
CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA (WINDOWS XP; EXCEL, WORD 2007)	65	1	SERVIDORES	20/05/2008	18/07/2008	SÃO JOSÉ/SC
CURSO DE DESENHO ANIMADO	60	1	SERVIDORES	08/03/2008	19/07/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA (WINDOWS XP; EXCEL, WORD 2007)	40	1	SERVIDORES	09/05/2008	22/07/2008	SÃO JOSÉ/SC
FORMAÇÃO EM CABEAMENTO ESTRUTURADO - FCP FUNDAMENTAL	40	1	SERVIDORES	07/07/2008	01/08/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CORE EJB - CORE ENTERPRISE JAVA BENS: DESENVOLVIMENTO DE COMPONENTES	32	2	SERVIDORES	22/07/2008	14/08/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
VIII ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS TUTELARES E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	30	1	SERVIDORES	09/09/2008	11/09/2008	ITAJAÍ/SC
CURSO AUTOCAD 2D	50	1	SERVIDORES	12/08/2008	30/09/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A LEI MARIA DA PENHA	22	2	MAGISTRADOS	05/11/2008	07/11/2008	BRASÍLIA/DF
CURSO DE ANALISTA DE NEGÓCIOS	16	1	SERVIDORES	30/06/2008	01/07/2008	SÃO PAULO/SP
CURSO DE CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM OUVIDORIA	20	1	SERVIDORES	02/07/2008	04/07/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM OUVIDORIA	20	1	SERVIDORES	02/07/2008	04/07/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSOS: TESTE ZULLIGER, TESTE PALOGRÁFICO E TESTE PMK	21	1	SERVIDORES	13/06/2008	15/06/2008	CURITIBA/PR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM SAÚDE PÚBLICA PARA MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	16	4	MAGISTRADOS	27/03/2008	28/03/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	24	6	SERVIDORES E COOPERADORES	14/10/2008	17/10/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E CONTROLE DO SETOR PÚBLICO ESAG/UDESC TURMA 2	240	40	SERVIDORES	09/07/2007	12/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
MULTIPLICADORES	16	19	MAG. SERV. E COOP.	28/04/2008	29/04/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
XXII CONGRESSO DA ABMP	25	86	SERVIDORES	09/04/2008	11/04/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
XXIII FONAJE - FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS	27	1	MAGISTRADOS	23/04/2008	26/04/2008	BOA VISTA/RR

CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS (CONT.)

NOME	Nº DE HORAS	PARTICIPANTES	PÚBLICO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
SEMINÁRIO: QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	22	1	SERVIDORES	19/05/2008	21/05/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
VII JORNADA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL	32	1	MAGISTRADOS	26/05/2008	30/05/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
VII JORNADA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL	32	7	MAGISTRADOS E SERVIDORES	26/05/2008	30/05/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
XIII ENAPA - ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO	24	1	SERVIDORES	29/05/2008	31/05/2008	RECIFE/PE
VII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DE SOFTWARE (SBQS) - 2008	40	2	SERVIDORES	02/06/2008	06/06/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
III CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	24	4	SERVIDORES	04/06/2008	06/06/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
CICLO DE PALESTRAS SOBRE MERCADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	9	2	MAGISTRADOS	05/06/2008	07/06/2008	SÃO PAULO/SP
CICLO DE PALESTRAS SOBRE O MERCADO DE CAPITAL PARA MAGISTRADOS	10	1	MAGISTRADOS	05/06/2008	08/06/2008	SÃO PAULO/SP
1º SIMPÓSIO JUDICIÁRIO & IMPRENSA	9	5	MAG. E SERVIDORES	31/07/2008	01/08/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
ENCONTRO ESTADUAL DE MAGISTRADOS, PROMOTORES E TÉCNICOS DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA E V ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO	22	92	MAGISTRADOS E SERVIDORES	21/08/2008	22/08/2008	BAL. CAMBORIÚ/SC
VI CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO DE FAMÍLIA	36	2	SERVIDORES	28/08/2008	30/08/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
I SEMINÁRIO SOBRE EXECUÇÃO PENAL	8	2	MAGISTRADOS	11/09/2008	11/09/2008	BRASÍLIA/DF
19º CONGRESSO CATARINENSE DE RECURSOS HUMANOS - CONCARH	24	1	SERVIDORES	17/09/2008	19/09/2008	SÃO JOSÉ/SC
II CONGRESSO INTERNACIONAL IBDFAM E XV SEMANA JURÍDICA DA UNIC	50	1	MAGISTRADOS	15/10/2008	17/10/2008	CUIABÁ/MT
1º CONGRESSO BRASILEIRO DO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	20	2	SERVIDORES	05/11/2008	07/11/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
SEMINÁRIO FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO	12	3	SERVIDORES	05/12/2008	06/12/2008	SÃO PAULO/SP
XXVII PAINEL: BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA	16	2	SERVIDORES	27/12/2008	28/12/2008	FLORIANÓPOLIS/SC
TOTAL	815	289				

▶ CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS
(2008)

Fonte: Sistema da Academia Judicial – Dez/2008.



DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA

CLEVERSON OLIVEIRA

Diretor-Geral Judiciário



DADOS ESTATÍSTICOS

1. ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES

1.1 QUADRO ESTATÍSTICO
2008

INSTITUIÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
UNIVALI – Campus Balneário Camboriú	34
UNISUL – Campus Araranguá	60
UNISUL – Campus Tubarão	80
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Caçador	40
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Concórdia	20
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Curitibanos	35
UNOESC – Campus Joaçaba	26
UNIDAVI – Campus Rio do Sul	60
UNIDAVI – Campus Taió	40
UNIASSELVI – Guaramirim	61
FACVEST – Lages	51
UNERJ – Jaraguá do Sul	25
SOCIESC – Blumenau	40
UNIPLAC – Lages	76
TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS	14
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	648

DADOS ESTATÍSTICOS

2. SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

2.1 QUADRO ESTATÍSTICO
2008

DESEMBARGADORES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Souza Varella	-	-	1
Newton Trisotto	-	-	2
Mazoni Ferreira	-	-	2
Eládio Torret Rocha	-	-	1
Francisco Oliveira Filho	-	-	-
Alcides dos Santos Aguiar	1	6	6
Anselmo Cerello	-	7	7
José Gaspar Rubik	14	7	6
Orli de Ataíde Rodrigues	-	4	4
José Trindade dos Santos	17	-	-
Volnei Ivo Carlin	3	3	2
Irineu João da Silva	4	5	5
Nelson Schaefer Martins	3	5	5
José Volpato	4	-	3
Fernando Carioni	2	3	2
Torres Marques	2	9	8
Luiz Carlos Freyesleven	3	3	3
Rui Fortes	4	2	2
Marco A. Gastaldi Buzzi	-	1	1
Marcus Tulio Sartorato	-	1	1
TOTAL	57	56	61

Fonte: Sistema SAI do Conselho da Magistratura

Observação: Foram apresentados 13 processos para julgamento em mesa, sendo quatro da Corregedoria-Geral da Justiça, três da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça e seis processos administrativos. (TJ Adm). Distribuídos: 74 processos. Assinados = 61

DADOS ESTATÍSTICOS

3. SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

3.1 NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

DES. MARCUS TULIO SARTORATO

Presidente do Núcleo de Conciliação

DES. CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI

Coordenador do Núcleo de Conciliação

CONCILIADORES

Dr. Carlos Boabaid Filho

Dr. Eleazar Miguel do Nascimento

Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho

Dr. Miguel Hermínio Daux

Dr. Plínio Bueno

RESPONSÁVEL

Roger Bernardo Colossi

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente à partir de maio do ano de 2006.

3.1.1 AUDIÊNCIAS ITINERANTES REALIZADAS NO ANO DE 2008

3.1.1.1 COMARCA DE JOINVILLE 14.03.2008

PROCESSOS PAUTADOS	30
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	08
Conciliação Inexitosa	06
Conciliação Suspensa	06
Audiência designada em que as partes não compareceram	10
Ausência de ambas as partes	01
Ausência de pelo menos uma das partes	30
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	66,6%
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	57,1%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.2 COMARCA DE CONCÓRDIA 17.04.2008

PROCESSOS PAUTADOS	30
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	06
Conciliação Inexitosa	06
Conciliação Suspensa	02
Audiência designada em que partes não compareceram	16
Ausência de ambas as partes	04
Ausência de pelo menos uma das partes	12
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	46,6%
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	50%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

DADOS ESTATÍSTICOS

3.1.1.3 COMARCA DE RIO DO SUL

14 E 15.08.2008

PROCESSOS PAUTADOS	83
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	22
Conciliação Inexitosa	22
Conciliação Suspensa	00
Audiência designada em que as partes não compareceram	39
Ausência de ambas as partes	10
Ausência de pelo menos uma das partes	29
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	53%
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	50%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.5 COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL

23 E 24.10.2008

PROCESSOS PAUTADOS	90
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	14
Conciliação Inexitosa	14
Conciliação Suspensa	11
Audiência designada em que as partes não compareceram	51
Ausência de ambas as partes	14
Ausência de pelo menos uma das partes	37
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	43,33%
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	50%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.4 COMARCA DE TUBARÃO

18 E 19.09.2008

PROCESSOS PAUTADOS	91
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	25
Conciliação Inexitosa	18
Conciliação Suspensa	11
Audiência designada em que as partes não compareceram	37
Ausência de ambas as partes	18
Ausência de pelo menos uma das partes	19
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	59,34%
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	58,13%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.6 COMARCA DA CAPITAL

2008

PROCESSOS PAUTADOS	17
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa	13
Conciliação Inexitosa	02
Conciliação Suspensa	01
Audiência designada em que as partes não compareceram	01
Ausência de ambas as partes	00
Ausência de pelo menos uma das partes	01
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	94,11%
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	86,66%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

DADOS ESTATÍSTICOS

3.1.2 QUADRO GERAL ESTATÍSTICO
2008

PROCESSOS PAUTADOS	341
Conciliação Adiada	00
Conciliação Exitosa nas audiências	66
Conciliação Exitosa extrajudicialmente	22
Conciliação Inexitosa	68
Conciliação Suspensa	31
Conciliação não comparecimento	154
PERCENTUAL DE ACORDOS(*)	56,12%

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

4. CASA DA CIDADANIA E FÓRUM
MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA

Responsável: Alcebir Dal Pizzol

Amparado no que dispõe o artigo 241 da Constituição Federal e no fato de ser todo o município catarinense definido como comarca não instalada, na forma do artigo 3º, § 1º, inciso IX, da Lei Complementar Estadual n. 339/06, o Tribunal de Justiça aprovou, em 10-3-2008, a Resolução n. 7/08 – TJ que cria os Fóruns Municipais – Casa da Cidadania. Desde então as Casas da Cidadania localizadas em comarcas não instaladas passaram a denominar-se Fórum Municipal – Casa da Cidadania, mantida a denominação Casa da Cidadania àquelas que são sede de comarcas.

CASA DA CIDADANIA E FÓRUM
MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA

1 – Serviços Instalados	Guabiruba: 30 de maio Orleans: 24 de junho
2 – Renovação de Convênio	12 de Casa da Cidadania 20 de Fórum Municipal – Casa da Cidadania TOTAL: 32 renovações
3 – Pedidos de Instalação	11 processos de pleito para instalação de serviços e outros que aguardam novos impulsos
4 – Capacitação	Conclusão do Curso de Formação de Base para Secretários e Conciliadores iniciado em 2007
5 – Número de	Conciliadores 81 Secretários 198

DADOS ESTATÍSTICOS

5. JUIZADOS ESPECIAIS

Responsável: Antônio Julião da Silva

5.1 Programa: Justiça Presente –
Estádios de FutebolPARTIDAS ACOMPANHADAS
2008

CAMPEONATO	Nº DE PARTIDAS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Catarinense	134	
Copa do Brasil	3	47 em 24 partidas
Brasileiro – Série A	19	
Brasileiro – Série B	39	
TOTAL	195	

5.2 Programa: Justiça Presente –
Outros Eventos

- Apresentação no 7º Fórum Internacional de Esportes. Florianópolis – 4 de julho de 2008

5.3 Programa: Acadêmico Conciliador
(veja o quadro ao lado)5.4 Projeto: Cartilha dos Juizados Especiais
Cíveis e Criminais

- Disponibilizada na página eletrônica do TJSC e remetida às comarcas do Estado

CONVÊNIOS COM 14 INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÃO	DATA DE ASSINATURA
CESUSC	6-7-2007
UNC	
UNOCHAPECÓ	17-10-2007
UNOESC	
FURB	
UNERJ	5-11-2007
UNESC	
UNIBAVE	
UNIDAVI	
UNIFEBE	
UNIPLAC	
UNISUL	
UNIVALI	
UNIVILLE	

5.5 Projeto: Simplificação e Padronização dos
Atos Processuais dos Juizados Especiais
Cíveis e Criminais

- Estruturado e encaminhado à Academia Judicial para base na elaboração do Manual de Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis

6. COMISSÃO PERMANENTE DE MUTIRÃO
DA CONCILIAÇÃO E DA CIDADANIA

Responsável: Lizete Luiza Weber

DADOS ESTATÍSTICOS

Criada pela Resolução nº 10/2004-GP, com o propósito de implantar ações que minimizem o retardamento na entrega da prestação jurisdicional, pela busca de soluções capazes de prevenir e/ou de restaurar o entendimento entre as partes e a harmonia nas relações individuais e coletivas, com a aplicação do instituto da Conciliação como forma eficiente e eficaz de composição de interesses, diante do aumento extraordinário do número de processos instaurados no âmbito da Justiça Catarinense, a Comissão Permanente de Mutirão da Conciliação e da Cidadania, no ano de 2008 realizou a 5ª Semana do Mutirão da Conciliação:

6.1 5ª Semana do Mutirão da Conciliação

SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

PROCESSOS PAUTADOS	20.231
PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO	68% ⁽¹⁾
PERCENTUAL DE CONCILIAÇÕES EXITOSAS	54% ⁽²⁾
PERCENTUAL DE AUDIÊNCIAS SEM ÊXITO	46%
Nº APROXIMADO DE PARTES ENVOLVIDAS	24.400
Nº APROXIMADO DE JUÍZES QUE ATUARAM	180
Nº APROXIMADO DE PROMOTORES QUE ATUARAM	152
Nº APROXIMADO DE SERVIDORES, ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS:	3.200
Nº DE COORDENADORES DAS VARAS/COMARCAS	176
Nº APROXIMADO DE CONCILIADORES QUE ATUARAM	560

¹ Considerando todos os processos pautados, não excluídos aqueles em que a parte, ou uma das partes não foi intimada. No Mutirão anterior foi de 63%. Nas audiências regulares oscila entre 55% e 65%.

² Das audiências realizadas

Das 110 comarcas que compõem a Justiça de primeiro grau, em 95 realizaram a 5.ª Semana do Mutirão da Conciliação, no período de 26 a 30 de maio, realizando audiências conciliatórias em processos que tratam das mais diversas matérias, como Família, Executivos Fiscais, Juizados Especiais e todas aquelas em que possa haver acordo, consoante se observa dos dados estatísticos (veja o quadro).

6.2 Registro fotográfico - 5ª Semana do Mutirão da Conciliação



Solenidade de Abertura



Audiências

DADOS ESTATÍSTICOS

7. POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC

Nos Postos de Atendimento e Conciliação, segundo o Conselho Nacional de Justiça, pessoas previamente selecionadas, indicadas por entidades locais e pela OAB, com nomes submetidos ao Ministério Público e treinadas pelo Judiciário, atuarão na busca da composição de conflitos, divulgando-se na região o oferecimento dos serviços para o atendimento da comunidade.

No local de atendimento à população, dá-se o recebimento inicial do interessado e o registro da natureza da sua reclamação, a designação de data, a expedição da carta-convite para a outra parte e a realização da audiência informal preliminar de conciliação.

7.1 Unidades instaladas no ano de 2008

7.1.1 Comarca de Blumenau

- IBES – Instituto Blumenauense de ensino Superior
- UNIASSELVI/FAMEBLU – Centro Universitário Leonardo da Vinci

7.1.2 Comarca de Canoinhas

- UnC – Fundação Universidade do Contestado – Campus Canoinhas

7.1.3 Comarca de Itajaí

- Distrito de Limoeiro

7.1.4 Comarca de Indaial

- UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci

7.1.5 Comarca de Mafra

- UnC – Fundação Universidade do Contestado

7.1.6 Comarca de São Francisco do Sul

- Bairro Balneário da Enseada
- Bairro Balneário do Ervino

7.1.7 Comarca de Xanxerê

- Faxinal dos Guedes

8. SEMANA NACIONAL PELA CONCILIAÇÃO

1º a 5 de dezembro de 2008

8.1 Abrangência

<i>Comarcas</i>	28
<i>Varas</i>	42
<i>Juízes</i>	42
<i>Conciliadores</i>	120
<i>Servidores e colaboradores</i>	280

DADOS ESTATÍSTICOS

8.2 RESULTADOS

Audiências Cíveis:	TOTAL
Audiências de Conciliação Designadas	2.924
Audiências de Conciliação Realizadas	1.745
Acordos Cíveis:	
Total de acordos homologados	786
Total dos valores de acordos homologados (R\$)	2.121.114,53
Audiências Criminais:	
Audiências de conciliação designadas	471
Audiências de conciliação realizadas	281
Decisões criminais:	
Sentenças homologatórias de transação penal	103
Composição civil	51
Abrangência das ações desenvolvidas pela conciliação:	
Número de pessoas atendidas	5.226
Números de eventos paralelos	21
Percentual de Acordos Cíveis	45%
Percentual de Acordos Criminais	55%

9. SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Responsável: Flávia de Novaes Costa

9.1 Encontro de 18 Coordenadores Técnicos

29 de setembro / 8 horas-aulas

Local: Tribunal de Justiça – Torre I

9.2 Lançamento de CD-ROM

12 a 14 de novembro, por ocasião do XXIV

FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais

9.3 Serviços de Mediação Familiar

Implantados

São Domingos: 1º de fevereiro,

Cunha Porã: 14 de fevereiro e

Canoinhas: 11 de março

Em Implantação

Campo Erê, Campos Novos, Coronel Freitas,

Garopaba e Modelo

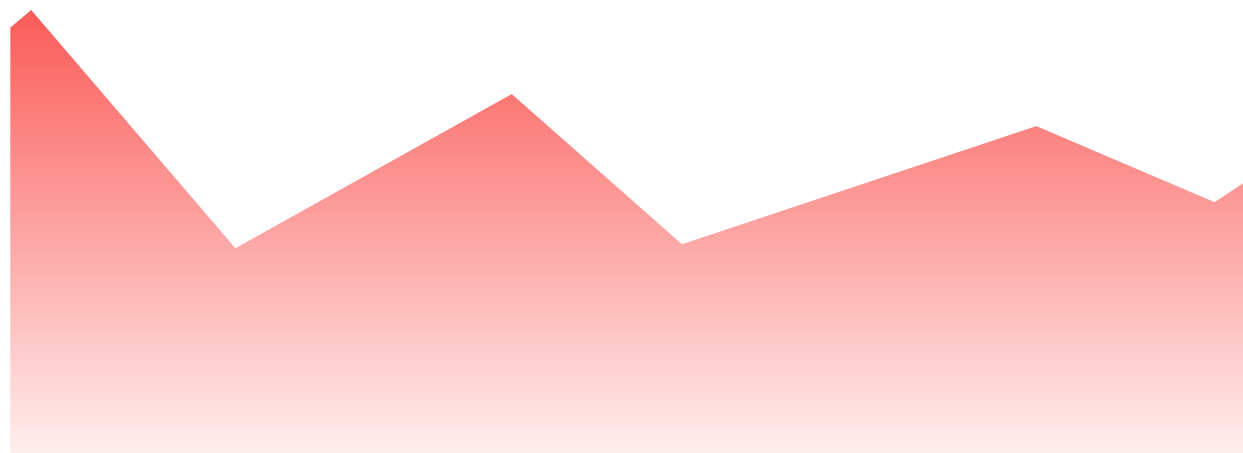
9.4 CONSULTORIA CONTÍNUA

ATOS E PROCEDIMENTOS PARA CONSECUÇÃO
DOS RESULTADOS INFRACITADOS

COMARCA	Nº DE CASOS	Nº DE ACORDOS	% DE ACORDOS
Abelardo Luz	225	188	83,55%
Anchieta	3	1	33,33%
Balneário Camboriú	54	14	25,92%
Canoinhas	394	151	38,32%
Capital - Fórum Central	449	141	31,40%
Capital - Norte da Ilha	49	16	32,65%
Chapecó	77	75	97,40%
Descanso	14	05	35,71%
Dionísio Cerqueira	190	143	75,26%
Joinville	121	44	36,36%
Mondáí	49	47	95,91%
Orleans	29	21	72,41%
São José	155	69	44,51%
São Lourenço do Oeste	231	177	76,62%
São Miguel do Oeste	122	107	87,70%
Tubarão	99	50	50,50%
TOTAL	2.261	1.249	55,24%

DIRETORIA JUDICIÁRIA

ROSÂNGELA CIVINSKI
Diretora



DIRETORIA JUDICIÁRIA

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2008, desenvolveu as atividades que serão apresentadas a seguir. Foram realizadas **793** sessões ordinárias, **11** extraordinárias e **4** solenes, assim distribuídas:

SESSÕES

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	27	3	4
SECÇÃO CIVIL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO CIVIL	11	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL	9	1	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO	11	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL	45	1	0
SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL	44	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL	46	0	0
QUARTA CÂMARA DTO CIVIL	47	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	44	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL	47	1	0
TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	43	2	0
QUARTA CÂMARA DTO COMERCIAL	44	2	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	46	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO	44	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	45	0	0
QUARTA CÂMARA DTO PÚBLICO	47	0	0
SEÇÃO CRIMINAL	10	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	50	0	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	44	0	0
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	48	0	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	23	0	0
CONSELHO DA MAGISTRATURA	8	1	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **72.143**, **14.363** incidentes, julgados **58.305** por acórdão, **17.797** por despacho e assinados **58.476** processos, a seguir relacionados:

PROCESSOS CÍVEIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	publicados
Ação Civil Pública	2	0	0	1	0
Ação Direta de Inconstitucionalidade	110	0	67	3	72
Ação Popular	0	0	1	1	1
Ação Rescisória	339	0	372	48	346
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	1	3	0	2
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	1	0	0	0
Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Mandado de Segurança	0	3	1	0	1
Agravo Art. 4º, Lei 4348/64 em Ped. Susp. Liminar	0	2	2	0	2
Agravo Art. 522 do CPC	0	0	2	0	2
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Art. 532 do CPC	0	4	3	1	3
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	6	1	0	1
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	16	7	5	7
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	4370	4041	256	4028
Agravo de Instrumento	12168	0	6079	5759	6197
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	45	85	2	85
Agravo Regimental em ADIN	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	315	88	202	87
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	2	3	1	3
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	141	148	5	142
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	3	4	0	3
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	136	119	7	109
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	3	2	0	2
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	0	2	1	1
Agravo Regimental em Pedido de Assistência	0	0	0	0	0
Agravo Regimental em Reclamação	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Recurso Especial em Emb. Infringentes	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Reexame Necessário	0	1	1	0	1
Agravo Retido em Apelação Cível	3498	0	2506	660	2491
Apelação Cível	51011	0	33707	8493	33876
Apelação Cível (MS)	842	0	865	107	853
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	3	0	5	1	4
Arguição de Inconstitucionalidade	12	0	20	0	11
Conflito de Competência	325	1	193	60	193
Consulta	1	0	0	0	0
Emb. à Execução Pedido de Exec. de Honorários Advocáticos	0	0	1	0	1
Emb. de Divergência	1	0	0	0	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	111	99	11	101
Emb. Declaração em ADIN	0	10	9	1	9
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1333	1048	280	1037
Emb. Declaração em Agravo do Art. 532 do CPC	0	6	5	1	6

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	7426	6388	676	6368
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	143	112	6	114
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	29	37	1	33
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	4	3	1	3
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	6	4	2	4
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	102	78	19	85
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	2	1	2	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	2	1	1	1
Emb. Declaração em Pedido de Intervenção Estadual no Município	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	0	0	0	1
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	25	9	1	10
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	4	5	0	4
Emb. Infringentes	78	1	83	5	86
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	11	0	0	0	0
Exceção de Impedimento	0	0	1	0	1
Exceção de Incompetência	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	36	0	23	5	23
Habeas Corpus	297	0	247	33	249
Habeas Data	10	0	5	6	4
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	0	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	14	7	20	3	26
Incidente de Falsidade em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Incidente de Falsidade em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Inquérito	4	0	4	4	5
Inquérito Judicial	2	0	2	0	3
Interpelação Judicial	1	0	1	1	1
Mandado de Injunção	4	0	2	1	2
Mandado de Segurança	1606	0	1058	349	1043
Medida Cautelar	12	0	3	7	3
Medida Cautelar de Seqüestro	0	3	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	1	53	29	32	30
Medida Cautelar Inominada	28	0	8	11	8
Medida Protetiva de Urgência	1	0	1	0	2
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Ordinária	5	0	0	4	0
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios	0	0	0	2	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN	0	0	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão	1	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	2	2	3
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	17	1	20	1
Pedido de Explicações	2	0	0	2	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	0	0	0	5	0
Pedido de Intervenção Município	12	0	0	17	0
Pedido de Reconsideração	0	3	0	3	0
Pedido de Seqüestro	1	0	0	1	0
Petição em Apelação Cível	0	0	2	2	2
Petição em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
Precatório (Agravo Regimental)	1	1	0	1	0
Processo Administrativo	8	0	6	0	6
Processo Crime	4	0	1	4	1

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	publicados
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	3	0	1	0	0
Queixa Crime	2	0	4	0	4
Reclamação	19	0	9	6	8
Reclamação em Agravo de Instrumento	277	1	90	144	90
Reclamação em Apelação Cível	0	5	0	4	0
Recurso de Decisão	2	0	3	0	2
Recurso Inominado	0	0	1	0	1
Reexame Necessário	982	0	335	399	332
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	1	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	399	0	220	104	222
Representação	3	0	1	0	2
Termo Circunstanciado	2	0	1	0	1
TOTAL	72143	14363	58305	17797	58476

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **9.923** processos, **340** incidentes, julgados **9.677** por acórdão, **601** por despacho e assinados **9.719** processos, a seguir relacionados:

PROCESSOS CRIMINAIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	21	16	3	15
Agravo de Instrumento	25	0	14	7	14
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	2	1	1	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	5	3	1	3
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	2	1	2
Agravo Regimental em Recurso Criminal	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Revisão Criminal	0	1	0	1	0
Apelação Cível (MS)	4	0	1	0	1
Apelação Criminal	5882	0	5741	259	5771
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	185	0	171	2	170
Carta Testemunhável	7	0	5	0	5
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Conflito de Jurisdição	30	0	31	0	30
Embargos de Nulidade	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	221	212	12	204
Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	27	23	5	24
Emb. Declaração em Inquérito	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	21	18	1	18
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	11	10	1	10
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	11	9	0	10
Emb. Infringentes	13	0	17	1	14
Exceção de Suspeição	15	0	9	7	6
Habeas Corpus	2325	0	2132	155	2155
Incidente de Falsidade em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Inquérito	42	0	21	10	23
Justificação Judicial	1	0	0	1	0
Mandado de Segurança	75	0	45	23	43
Medida Cautelar	0	0	0	1	0
Notícia Criminal	2	0	0	1	0
Pedido de Correição	2	0	1	1	1
Pedido de Desaforamento	10	0	10	0	10
Pedido de Explicações	1	0	1	0	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	1	1	0	1
Perda de Graduação	2	0	1	0	1
Processo Crime	21	0	14	7	14
Queixa Crime	2	0	4	1	4
Reclamação	68	0	56	11	56
Recurso Criminal	692	0	647	31	654
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	2	1	0	1
Recurso de Agravo	311	0	287	31	284
Recurso de Habeas Corpus	4	0	2	0	3
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	8	0	6	1	6
Representação	1	0	0	1	0
Revisão Criminal	176	0	148	21	146
Termo Circunstanciado	17	0	4	3	5
TOTAL	9923	340	9677	601	9719

DIRETORIA JUDICIÁRIA

▶ PROCESSOS JULGADOS NO CÍVEL
COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

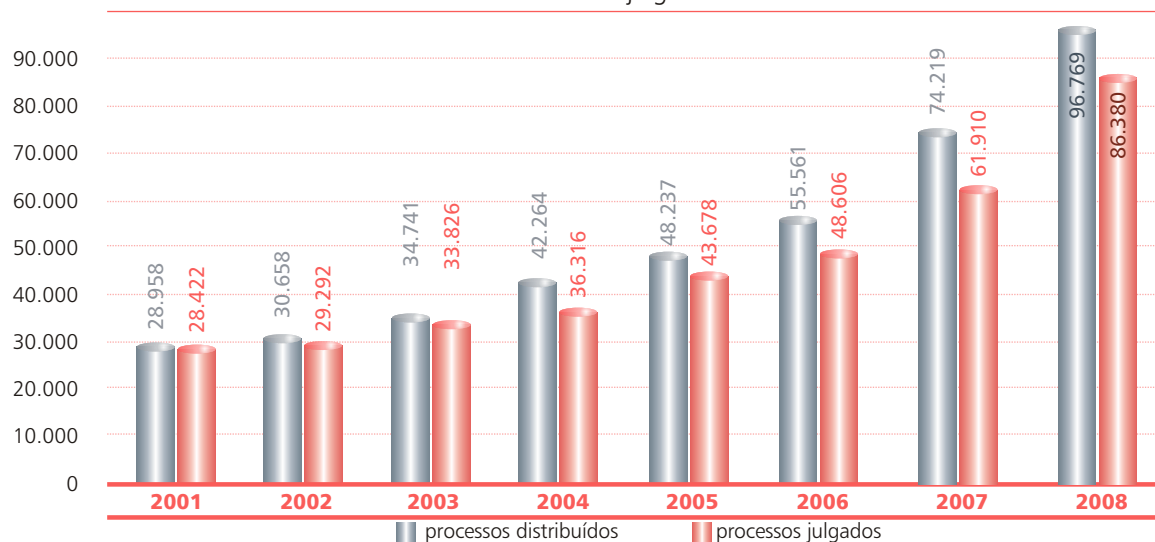
COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	15306
Blumenau	14427
Criciúma	7253
Joinville	7204
Lages	5054
Itajaí	3631
Rio do Sul	3044
São José	2956
Tubarão	2529
Chapecó	2288
Balneário Camboriú	1856
Araranguá	1682
Brusque	1561
Timbó	1463
Palhoça	1251
Laguna	1164
Urussanga	1058
Ituporanga	1030
Joaçaba	1004
Capital/Estreito	971

▶ PROCESSOS JULGADOS NO CRIME
COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	1189
Chapecó	803
Joinville	692
Criciúma	558
Itajaí	534
Lages	504
Balneário Camboriú	455
São José	450
Blumenau	443
Curitibanos	256
São Miguel do Oeste	228
Palhoça	209
Capital / Estreito	207
Brusque	193
Xanxerê	190
Tubarão	186
Rio do Sul	177
Jaraguá do Sul	165
Biguaçu	153
Gaspar	137

▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA SC

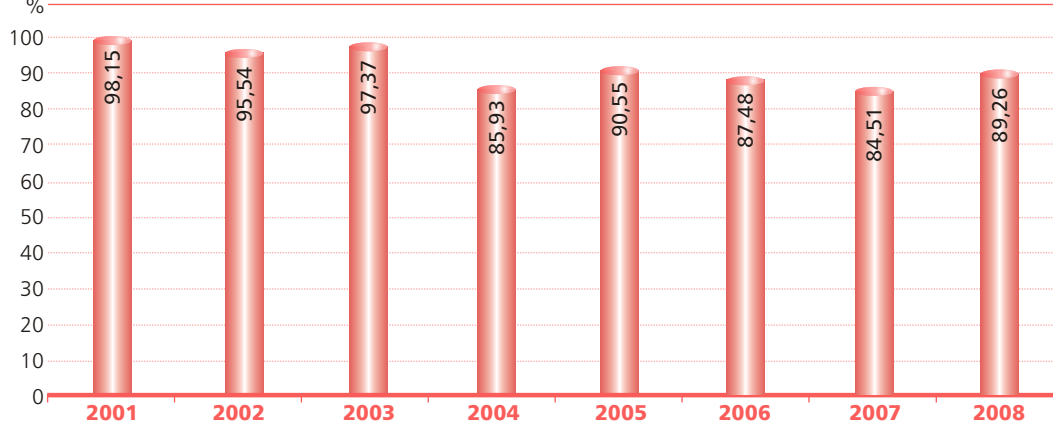
Processos distribuídos e julgados nos últimos anos



DIRETORIA JUDICIÁRIA

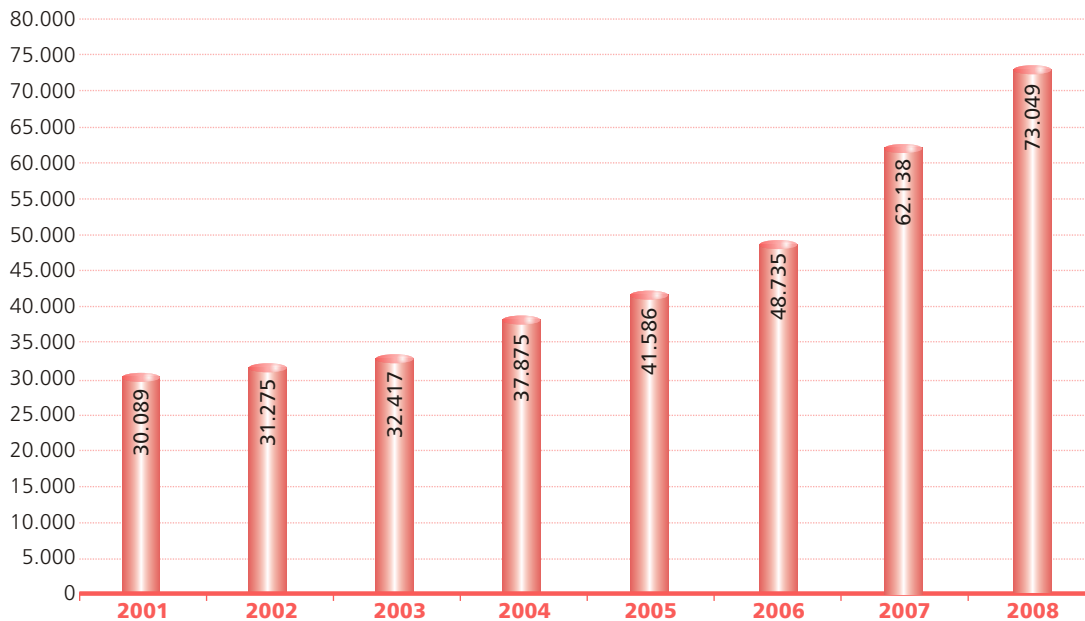
▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SC

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição nos últimos anos



▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

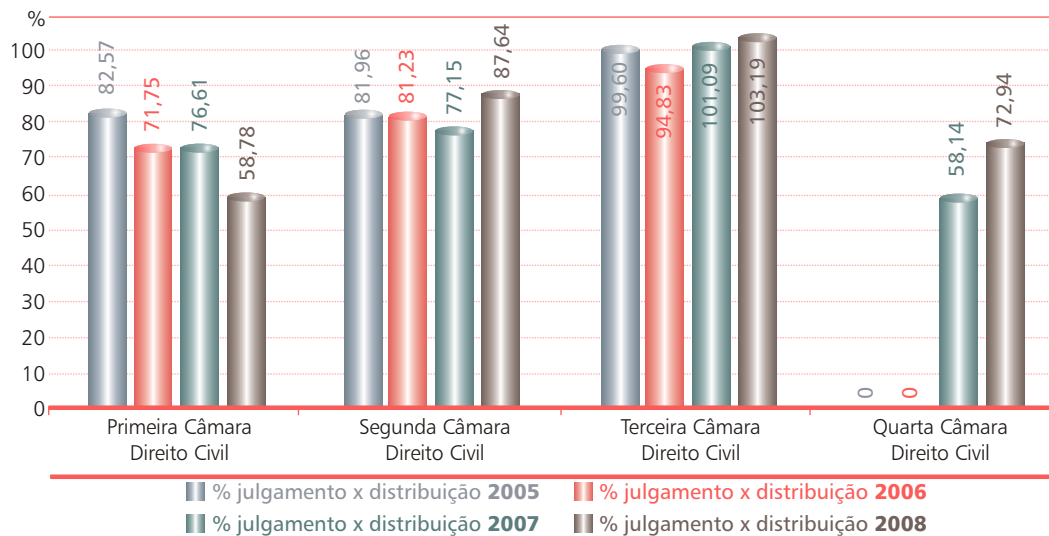
Demonstrativo de processos pendentes de julgamento nos últimos anos



DIRETORIA JUDICIÁRIA

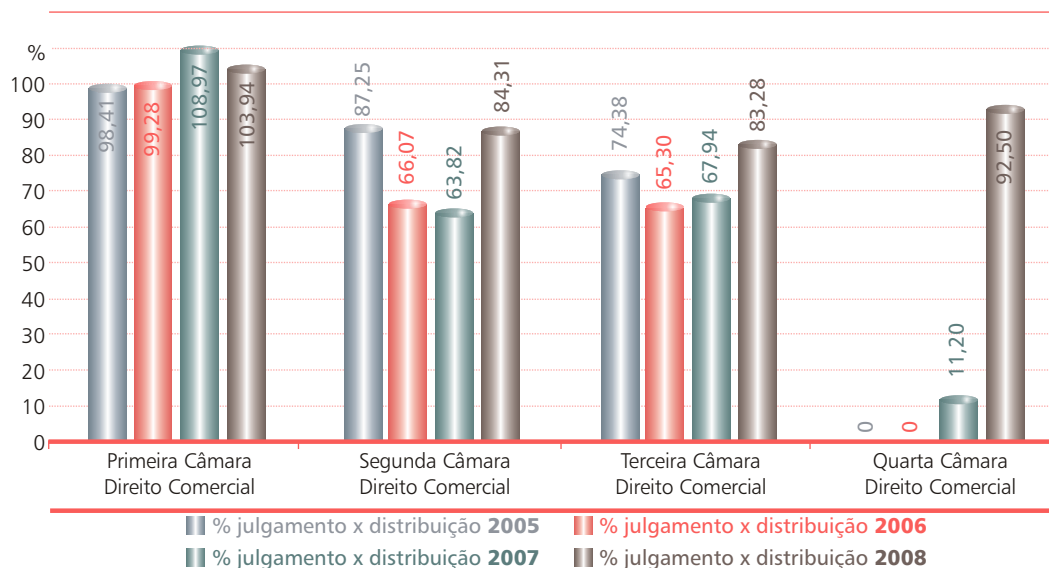
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Civil



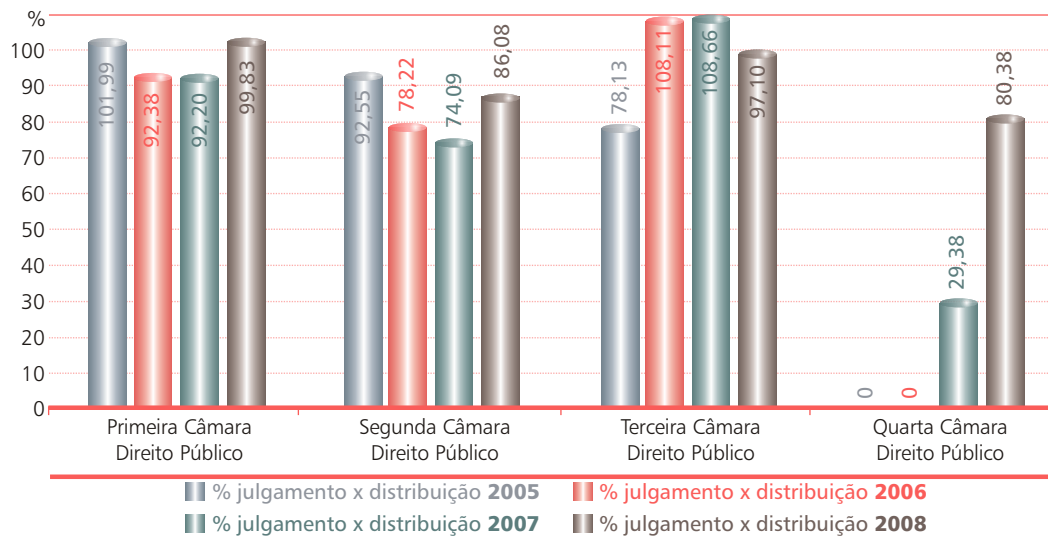
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Comercial



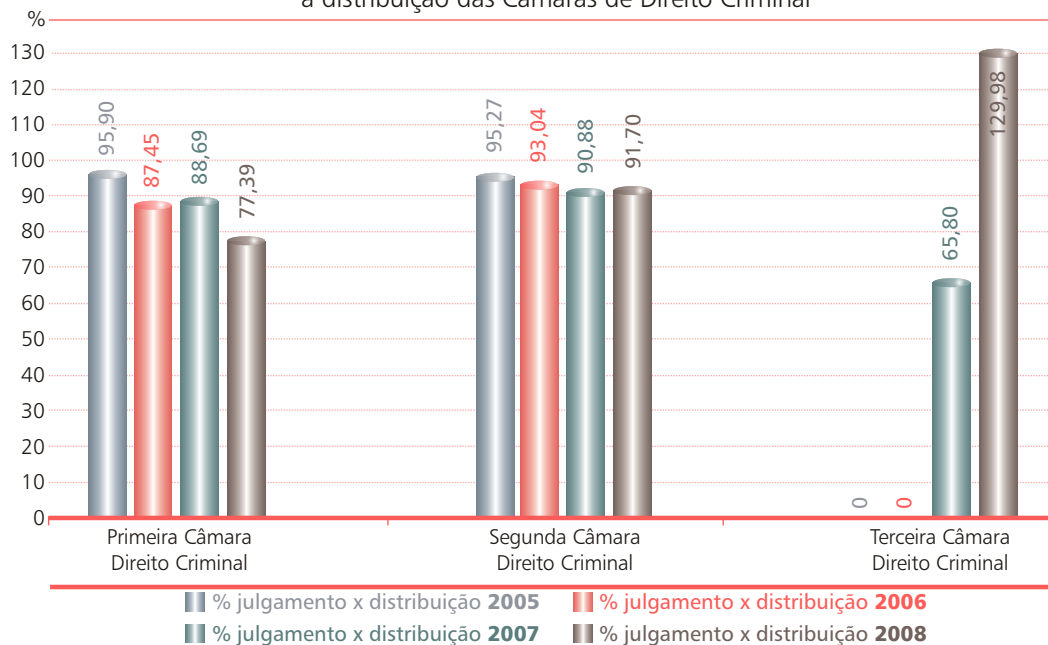
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Público



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Criminal



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	75	15	4	0	26	1	68
ALCIDES AGUIAR	11	0	3	10	2	6	2
AMARAL E SILVA	5	5	2	3	0	6	9
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0	0	0
CARLOS PRUDÊNCIO	20	5	2	1	11	2	15
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	2	0
PEDRO MANOEL ABREU	4	4	0	0	0	0	8
ORLI RODRIGUES	7	1	1	8	1	6	0
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	0
SOUZA VARELLA	3	2	0	1	2	1	2
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	0	5	1	1	0	1	5
NEWTON TRISOTTO	3	6	1	2	0	2	8
SÉRGIO PALADINO	8	1	0	5	0	3	4
SOLON D'EÇA NEVES	20	7	1	4	2	5	22
MAZONI FERREIRA	8	7	2	2	2	11	13
VOLNEI CARLIN	0	0	0	0	0	1	0
IRINEU JOÃO DA SILVA	10	3	1	2	1	1	11
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	7	3	2	7	0	10	5
VANDERLEI ROMER	13	7	1	19	0	4	2
ELÁDIO TORRET ROCHA	10	6	1	2	0	1	15
WILSON A. DO NASCIMENTO	6	5	1	3	2	2	7
NELSON SCHAEFER MARTINS	1	0	1	2	0	2	0
JOSÉ VOLPATO	12	5	1	5	0	5	13
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	7	2	0	4	0	4	5
MONTEIRO ROCHA	15	5	1	1	1	1	19
FERNANDO CARIONI	9	6	1	7	0	3	9
TORRES MARQUES	6	8	0	3	6	4	5
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	6	4	1	2	1	5	8
RUI FRANCISCO FORTES	11	2	0	3	0	2	10
GASTALDI BUZZI	10	8	0	6	0	6	12
MARCUS TÚLIO SARTORATO	10	5	0	5	0	3	10
CÉSAR ABREU	4	4	2	3	1	3	6
SALETE SILVA SOMMARIVA	15	8	2	9	3	11	13
RICARDO FONTES	2	8	2	8	1	9	3
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	6	5	0	3	1	4	7
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	5	3	2	5	1	5	4
EDSON UBALDO	19	3	1	2	0	4	21
CID GOULART	9	4	1	1	0	1	13
HILTON CUNHA JÚNIOR	17	5	1	0	0	0	23
JAIME RAMOS	3	3	0	4	0	2	2
ALEXANDRE D'IVANENKO	3	7	0	2	0	2	8
NEWTON JANKE	1	5	0	1	0	2	5
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	0	2	0	0	0	0	2
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	5	4	0	3	3	3	3
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	4	0	1	0	1	3
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	5	0	2	1	4	2
SÉRGIO IZIDORO HEIL	2	3	0	1	0	1	4
CARSTENS KÖHLER	0	5	0	1	2	1	2
JOÃO HENRIQUE BLASI	1	16	0	2	0	2	15
JORGE LUIZ DE BORBA	1	0	0	1	0	1	0
VICTOR FERREIRA	13	3	1	0	0	0	17
TOTAL	403	224	40	157	70	156	440

PROCESSOS TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Direta de Inconstitucionalidade	110	0	67	3	72
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Lim.	0	1	3	0	2
Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Agravo Art. 4º, Lei 4348/64 em Ped. Susp. Liminar	0	2	2	0	2
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	1	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em ADIN	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	12	4	0	4
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	0	2	1	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso Especial em Emb. Infringentes	0	2	2	0	2
Apelação Cível	0	0	1	0	1
Arguição de Inconstitucionalidade	12	0	20	0	11
Conflito de Competência	1	0	1	0	1
Consulta	1	0	0	0	0
Emb. à Execução Pedido de Exec. de Honorários Advocatícios	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em ADIN	0	10	9	1	9
Emb. Declaração em Reclamação	0	0	0	0	1
Emb. Declaração em Pedido de Intervenção Est. no Município	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	2	0	1	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	3	1	2	1
Exceção de Suspeição	1	0	0	1	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Inquérito	4	0	4	4	5
Inquérito Judicial	2	0	2	0	3
Interpelação Judicial	1	0	1	1	1
Mandado de Injunção	1	0	0	1	0
Mandado de Segurança	43	0	12	17	15
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	0
Medida Protetiva de Urgência	1	0	1	0	2
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão	1	0	0	0	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios	0	0	0	1	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN	0	0	0	1	0
Pedido de Explicações	2	0	0	2	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	0	0	0	5	0
Pedido de Intervenção Município	12	0	0	17	0
Pedido de Seqüestro	1	0	0	1	0
Pedido de Seqüestro em Pedido de Intervenção	0	0	0	0	0
Precatório (Agravo Regimental)	1	1	0	1	0
Procedimento Diverso	0	0	0	0	0
Processo Administrativo	8	0	6	0	6
Processo Crime	4	0	1	4	1
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	3	0	1	0	0
Queixa Crime	2	0	4	0	4
Reclamação	5	0	3	2	2
Recurso de Concurso	0	0	0	0	0
Recurso de Decisão	2	0	3	0	2
Recurso de Decisão Administrativa	0	0	0	0	0
Representação	3	0	1	0	2
Termo Circunstanciado	2	0	1	0	1
TOTAL	224	40	157	70	156

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos	DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
ANSELMO CERELLO	1	0	0	0	1	0	0	0
CARLOS PRUDÊNCIO	4	6	1	0	0	1	0	10
GASPAR RUBIK	5	0	0	5	0	0	0	0
PEDRO MANOEL ABREU	3	12	0	0	0	1	0	14
ORLI RODRIGUES	0	2	0	0	2	0	3	0
TRINDADE DOS SANTOS	4	0	0	0	4	0	4	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	10	6	3	5	3	1	3	10
NEWTON TRISOTTO	5	4	0	4	0	1	0	4
MAZONI FERREIRA	3	9	2	0	3	3	3	8
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	3	4	2	0	3	1	6	5
VANDERLEI ROMER	7	6	2	0	7	2	7	6
ELÁDIO TORRET ROCHA	6	5	2	0	3	4	3	6
WILSON A. DO NASCIMENTO	7	8	3	0	3	3	3	12
JOSÉ VOLPATO	6	6	2	0	7	0	6	7
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	3	4	0	0	5	1	5	1
FERNANDO CARIONI	5	6	1	0	5	1	5	6
MONTEIRO ROCHA	6	5	0	0	0	4	0	7
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1	8	2	0	2	0	4	9
RUI FRANCISCO FORTES	6	6	3	0	2	1	0	12
GASTALDI BUZZI	7	9	1	0	5	0	4	12
MARCUS TÚLIO SARTORATO	11	6	2	0	11	1	11	7
CÉSAR ABREU	10	7	4	0	9	1	13	11
RICARDO FONTES	5	6	2	0	2	5	2	6
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	3	6	3	0	5	2	5	5
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	5	6	2	0	5	5	5	3
EDSON UBALDO	9	9	0	0	2	2	2	14
CID GOULART	9	6	0	0	0	1	0	14
HILTON CUNHA JÚNIOR	9	5	0	0	0	1	0	13
JAIME RAMOS	0	6	0	0	1	2	0	3
NEWTON JANKE	3	8	2	0	0	1	2	12
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	0	7	0	0	1	1	1	5
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	0	0	0	0	0	1	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	6	2	0	4	1	4	3
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	6	0	0	0	1	0	5
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	7	0	0	0	0	0	7
CARSTENS KÖHLER	0	7	0	0	1	4	1	2
JOÃO HENRIQUE BLASI	2	6	0	0	1	1	0	6
JORGE LUIZ DE BORBA	2	7	3	0	2	1	2	9
VICTOR FERREIRA	2	4	0	0	0	0	0	6
REJANE ANDERSEN	0	4	0	0	0	0	0	4
JÂNIO MACHADO	0	1	1	5	7	0	6	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	2	1	0	3	0	3	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	7	1	5	0	1	0	12
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	0	1	0	1	0	0	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	0	0	4	4	0	3	0
TOTAL	162	235	48		114	55	117	276

PROCESSOS - SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	1	0	1	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1	0	0	0
Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Mandado de Segurança	0	3	1	0	1
Agravo de Instrumento	2	0	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	18	14	0	14
Apelação Cível	1	0	0	1	0
Apelação Cível (MS)	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	54	0	19	3	19
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	3	1	0	0
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	19	5	4	6
Emb. de Divergência	1	0	0	0	0
Emb. Infringentes	23	0	0	0	0
Mandado de Injunção	2	0	2	0	2
Mandado de Segurança	150	0	69	43	71
Medida Cautelar Incidentar	0	2	1	2	1
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	1	0	1	0
TOTAL	235	48	114	55	117

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009	Enviados/ Recebidos
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho			
CARLOS PRUDÊNCIO	36	1	3	23	2	17	15	0
GASPAR RUBIK	12	0	0	0	0	0	0	12
MAZONI FERREIRA	15	0	3	7	0	12	11	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	0	29	4	5	3	5	25	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	0	0	0	0	0	1	0	0
MONTEIRO ROCHA	13	1	1	4	1	4	10	0
FERNANDO CARIONI	6	2	2	5	2	8	3	0
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	6	3	0	3	1	6	4	1
MARCUS TÚLIO SARTORATO	20	2	1	9	0	9	14	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	0	0	0	0	4	0	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	8	1	1	8	1	9	1	0
EDSON UBALDO	10	0	3	3	1	3	8	1
NEWTON JANKE	1	0	0	1	0	2	0	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	1	0	0	0	0	1	0
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	0	0	0	0	1	0	0
VICTOR FERREIRA	0	6	0	1	0	1	5	0
JAIME LUIZ VICARI	0	0	0	1	0	1	0	1
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	1	3	4	0	4	12	12
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	0	0	1	0	1	0	1
TOTAL	127	47	21	75	11	88	109	

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	13	0	13	3	18
Agravo Art. 532 do CPC	0	2	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	2	3	0	3
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	3	2	0	4
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	7	10	1	9
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	3	4	1	3
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Emb. Infringentes	33	0	36	4	41
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	3
Incidente de Falsidade em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	1	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	1	1	2
TOTAL	47	21	75	11	88

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009	Enviados/ Recebidos
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho			
ALCIDES AGUIAR	0	0	0	0	0	1	0	0
WILSON A. DO NASCIMENTO	8	2	3	10	0	9	3	0
GASTALDI BUZZI	4	3	2	2	1	3	6	0
RICARDO FONTES	0	1	1	2	0	3	0	0
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	2	1	2	4	0	6	1	0
HILTON CUNHA JÚNIOR	8	0	0	0	0	0	8	0
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	0	1	0	0	0	0	1	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	2	2	0	1	3	6	0
MARLI MOSIMANN VARGAS	4	2	1	7	0	5	0	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1	1	1	1	1	1	1	0
CARSTENS KÖHLER	0	1	1	1	1	1	0	0
JORGE LUIZ DE BORBA	2	1	0	0	0	0	3	0
TOTAL	32	15	13	27	4	32	29	

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	1	0	4	1	53
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo do Art. 532 do CPC	0	6	5	1	6
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	14	0	14	1	19
Pedido de Execução do Acórdão	0	1	1	0	1
TOTAL	15	13	27	4	32

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009	Enviados/ Recebidos
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho			
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	29	0	0	29	0	3	0	0
PEDRO MANOEL ABREU	61	118	7	21	10	10	154	1
ORLI RODRIGUES	64	56	16	123	10	113	0	3
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	36	95	22	10	10	10	68	65
NEWTON TRISOTTO	100	107	20	106	18	70	80	23
VOLNEI CARLIN	1	0	0	1	0	6	0	0
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	70	131	33	183	26	262	25	0
VANDERLEI ROMER	87	132	36	152	27	110	57	19
JOSÉ VOLPATO	4	109	5	70	13	63	35	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	109	124	25	122	23	118	113	0
RUI FRANCISCO FORTES	112	100	18	161	16	176	53	0
CÉSAR ABREU	94	136	29	142	30	147	87	0
CID GOULART	176	123	13	153	7	144	151	1
JAIME RAMOS	20	128	20	107	27	91	32	2
NEWTON JANKE	39	84	2	26	1	22	98	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	46	7	37	17	37	0	1
JÂNIO MACHADO	0	54	2	90	31	89	0	65
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	3	1	4	5	4	0	5
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	8	6	46	10	41	0	42
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	1002	1554	262	1583	282	1516	953	

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	221	0	305	25	272
Agravo de Instrumento	3	0	4	0	4
Agravo Art. 532 do CPC	0	1	1	0	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	7	8	1	8
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	37	81	1	79
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	89	83	6	72
Apelação Cível	2	0	2	0	1
Apelação Cível (MS)	4	0	3	1	2
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	17	9	5	10
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	69	65	10	73
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	21	26	0	23
Emb. Infringentes	22	0	47	0	45
Habeas Data	1	0	2	0	2
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	5	2	1	1
Mandado de Injunção	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	1296	0	944	206	922
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Ordinária	3	0	0	3	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	15	1	19	1
Pedido de Reconsideração	0	1	0	1	0
Petição em Mandado de Segurança	0	0	0	1	0
TOTAL	1554	262	1583	282	1516

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
CARLOS PRUDÊNCIO	2121	1298	342	2	315	762	318	2682
GASPAR RUBIK	1996	114	17	2127	0	0	0	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	0	0	0	0	0	0	6	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	3	0	1	0	3	1	7	0
EDSON UBALDO	1452	1287	92	13	712	9	692	2097
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	1	0	0	0	1	0	2	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	4	0	3	4	3	4	0
JAIME LUIZ VICARI	0	1	0	1	2	0	1	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	656	1200	76	2126	750	22	740	3286
HENRY PETRY JÚNIOR	3	0	2	0	5	0	8	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	0	0	1	0	1	0	0
RODRIGO ANTONIO	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	12	1	11	24	0	23	0
TOTAL	6232	3916	531		1816	798	1801	8065

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Ação Rescisória	10	0	0	3	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	236	147	51	128
Agravo de Instrumento	564	0	401	223	406
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrum.	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	17	17	0	17
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	19	13	0	12
Apelação Cível	3237	0	999	431	1023
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Conflito de Competência	30	0	18	9	18
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	51	41	7	32
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	195	135	50	120
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	2	0	2
Habeas Corpus	56	0	38	6	38
Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Mandado de Segurança	13	0	1	12	1
Medida Cautelar	1	0	0	2	0
Medida Cautelar Incidental	0	8	1	1	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Petição em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Recurso Inominado	0	0	1	0	1
TOTAL	3916	531	1816	798	1801

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0	0	1	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	54	0
MAZONI FERREIRA	1837	1275	170	155	900	277	892	1950
MONTEIRO ROCHA	0	0	0	0	0	0	4	0
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1827	1261	139	157	957	182	883	1931
NEWTON JANKE	522	296	139	5	739	213	756	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1319	996	20	150	165	17	157	2003
JORGE SCHAEFER MARTINS	2	0	0	0	1	1	11	0
JAIME LUIZ VICARI	391	56	41	464	389	7	370	556
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	1	0	3	3	1	3	0
TOTAL	5898	3885	509		3154	698	3131	6440

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	8	0	9	5	9
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	72	55	3	37
Agravo de Instrumento	557	0	672	93	695
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	10	8	3	8
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	10	6	0	6
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	0	0	0
Apelação Cível	3237	0	1915	506	1892
Apelação Cível (MS)	0	0	0	0	7
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	0	0	1	0	0
Conflito de Competência	27	0	30	1	27
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	93	98	15	95
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	309	289	59	281
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	0	0	2	0
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Exceção de Impedimento	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	4	0	5
Habeas Corpus	42	0	43	1	42
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	9	0	10	4	12
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	10	6	5	7
Petição em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Reclamação	2	0	2	1	2
TOTAL	3885	509	3154	698	3131

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
FERNANDO CARIONI	128	954	173	25	1037	10	1088	183
MARCUS TÚLIO SARTORATO	524	966	254	3	1505	5	1603	231
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	0	0	0	0	0	177	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	598	942	171	14	911	103	912	683
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	1	0	0	0	1	0	0
HENRY PETRY JÚNIOR	633	1001	112	39	1117	28	1117	640
JAIME LUIZ VICARI	0	0	0	3	1	2	1	0
TOTAL	1883	3864	710		4571	149	4898	1737

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Ação Rescisória	11	0	15	4	15
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	8	8	0	8
Agravo de Instrumento	556	0	628	40	683
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	4	4	0	5
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	19	21	0	23
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	2	2	0	2
Apelação Cível	3193	0	3151	65	3371
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Conflito de Competência	37	0	31	1	35
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	85	92	5	92
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	575	551	11	593
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	4	3	1	4
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	47	0	45	5	46
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	2	0	2
Incidente de Falsidade em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	15	0	6	9	6
Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	2	2	2	2
Medida Cautelar Inominada	0	0	0	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Petição em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Reclamação	4	0	2	1	2
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Reclamação em Apelação Cível	0	5	0	4	0
TOTAL	3864	710	4571	149	4898

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
TRINDADE DOS SANTOS	392	258	41	8	585	98	624	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	1261	1301	63	16	646	97	641	1866
NELSON SCHAEFER MARTINS	35	7	0	0	39	3	41	0
MONTEIRO ROCHA	1107	1242	165	32	1177	74	1202	1231
VICTOR FERREIRA	885	1033	24	1	60	16	58	1865
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	1190	210	31	57	369	27	368	1092
TOTAL	4870	4051	324		2876	315	2934	6054

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	18	0	3	2	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	13	5	0	5
Agravo de Instrumento	607	0	539	115	540
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	13	10	2	10
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Apelação Cível	3318	0	2021	157	2050
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	39	0	30	1	29
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	38	19	4	26
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	252	204	9	225
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	2	0	2	0
Exceção de Suspeição	3	0	1	0	1
Habeas Corpus	45	0	37	9	38
Mandado de Segurança	14	0	1	9	1
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	4	3	2	3
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	1	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios	0	0	0	1	0
Reclamação	1	0	0	0	0
Reexame Necessário	2	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
TOTAL	4051	324	2876	315	2934

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos*	DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
RICARDO FONTES	504	2455	1102	0	2313	1436	2360	312
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	1440	2340	1369	679	2489	1302	2527	679
MARLI MOSIMANN VARGAS	1504	2439	512	378	2219	104	2250	1754
JÂNIO MACHADO	40	1	3	0	43	1	42	0
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	179	102	128	1057	930	26	919	510
TOTAL	3667	7337	3114		7994	2869	8098	3255

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
Ação Rescisória	1	0	3	0	3	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1373	1438	8	1475	
Agravo de Instrumento	510	0	560	112	570	
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	2	2	0	2	
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	18	32	0	32	
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	3	3	0	3	
Apelação Cível	6785	0	4410	2440	4457	
Conflito de Competência	20	0	18	10	18	
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	66	72	3	69	
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1648	1438	284	1451	
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1	
Exceção de Suspeição	1	0	0	1	0	
Habeas Corpus	10	0	8	1	8	
Mandado de Segurança	5	0	0	5	0	
Medida Cautelar	1	0	1	0	1	
Medida Cautelar Incidental	0	3	4	3	4	
Medida Cautelar Inominada	3	0	3	1	3	
Petição em Apelação Cível	0	0	1	0	1	
Reclamação em Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0	
TOTAL		7337	3114	7994	2869	8098

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	5	0
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	4	0
WILSON A . DO NASCIMENTO	2574	2445	495	241	2582	154	2584	2537
EDSON UBALDO	3	0	0	0	3	0	38	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	1684	2478	441	19	2262	47	2221	2275
SÉRGIO IZIDORO HEIL	695	914	159	1	1417	350	1422	0
JORGE LUIZ DE BORBA	1252	1497	340	186	371	35	354	2497
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	4	0	1	0	4	0	12	1
REJANE ANDERSEN	72	8	2	0	79	3	77	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	0	0	1	1	0	3	0
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	0	0	1	0	1	0	0
ROBSON VARELLA	417	16	35	445	94	38	41	781
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	30	0	0	28	2	29	0
TOTAL	6701	7388	1473		6841	630	6790	8091

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Ação Rescisória	3	0	4	1	3
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	2	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	160	120	1	120
Agravo de Instrumento	516	0	639	90	644
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	5	5	0	5
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	2
Apelação Cível	6826	0	4817	506	4774
Conflito de Competência	20	0	16	14	16
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	34	36	1	35
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1262	1182	6	1171
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	0	1	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Emb. de Terceiro em Apelação Cível	11	0	0	0	0
Exceção de Suspeição	0	0	0	3	0
Habeas Corpus	9	0	8	1	8
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	3	0	1	1	2
Medida Cautelar Incidental	0	5	7	4	6
Medida Cautelar Inominada	0	0	1	0	0
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Reexame Necessário	0	0	0	1	0
TOTAL	7388	1473	6841	630	6790

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
ALCIDES AGUIAR	6	0	0	0	2	4	48	0
GASTALDI BUZZI	1716	2336	708	0	2034	473	2054	2253
HILTON CUNHA JÚNIOR	2293	2420	1004	66	920	1889	925	2842
JORGE LUIZ DE BORBA	366	465	32	9	796	58	795	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	1222	751	293	24	1505	21	1536	764
REJANE ANDERSEN	2235	1259	314	6	221	5	312	3588
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	26	0	45	0	71	0	0
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	0	16	0	0	0	16	0	0
TOTAL	7838	7273	2351		5478	2537	5670	9447

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Ação Rescisória	2	0	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1213	1167	34	1170
Agravo de Instrumento	513	0	257	212	280
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	17	17	0	10
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	1	1
Apelação Cível	6716	0	3375	2077	3530
Apelação Cível (MS)	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	20	0	10	10	10
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	24	25	4	26
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1089	617	187	632
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	1	0	1	0
Exceção de Suspensão	1	0	0	0	0
Habeas Corpus	11	0	6	2	7
Mandado de Segurança	6	0	0	7	0
Medida Cautelar Incidental	0	4	2	2	3
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	0	0
Reclamação	1	0	1	0	1
TOTAL	7273	2351	5478	2537	5670

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	2165	2162	335	516	2186	133	2076	1827
CARSTENS KÖHLER	1970	2463	226	711	2082	4	2031	1862
JOÃO HENRIQUE BLASI	1687	2487	469	536	2199	214	2146	1694
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	1089	192	190	1763	1067	0	1064	2167
TOTAL	6911	7304	1220		7534	351	7317	7550

* Processos recebidos pelos membros da 4ª Câmara de Direito Comercial.

D PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Ação Rescisória	4	0	2	1	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	70	68	0	61
Agravo de Instrumento	513	0	619	44	616
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Apelação Cível	6743	0	5762	289	5628
Conflito de Competência	19	0	14	9	14
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	36	28	0	25
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1105	1020	2	950
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	1	1	0	1
Habeas Corpus	14	0	12	0	12
Mandado de Segurança	6	0	1	4	1
Medida Cautelar	3	0	1	1	1
Medida Cautelar Incidental	0	2	1	0	1
Reclamação	2	0	1	1	1
TOTAL	7304	1220	7534	351	7317

D QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
NEWTON TRISOTTO	760	1526	168	168	1276	273	1146	737
VOLNEI CARLIN	1	0	1	0	0	2	5	0
VANDERLEI ROMER	431	1540	272	152	1012	619	1010	460
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	783	1525	273	106	1183	794	1164	498
NEWTON JANKE	1	0	0	0	1	0	0	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	0	0	1	1	0	3	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	88	59	38	425	220	12	216	378
TOTAL	2064	4650	752		3693	1700	3544	2073

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	14	0	5	0	7
Ação Civil Pública	1	0	0	1	0
Ação Popular	0	0	1	0	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	265	253	35	256
Agravo Art. 522 do CPC	0	0	2	0	2
Agravo de Instrumento	447	0	388	150	378
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	2	2	1	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	4	6	0	6
Agravo Regimental em Reexame Necessário	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	10	9	0	9
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3435	0	2205	1150	2087
Apelação Cível (MS)	264	0	274	61	261
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	0	0	2	1	2
Conflito de Competência	4	0	2	1	2
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	28	27	4	28
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	365	297	49	287
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	59	37	6	38
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	2	1	1	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	7	4	1	5
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	0	2	0	2
Emb. Infringentes	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	5	0	1	0	1
Habeas Corpus	20	0	18	1	18
Habeas Data	0	0	0	0	0
Mandado de Segurança	17	0	7	15	7
Medida Cautelar	3	0	0	2	0
Medida Cautelar Incidental	0	2	0	1	0
Medida Cautelar Inominada	11	0	3	3	3
Ordinária	2	0	0	1	0
Reclamação	2	0	0	1	0
Reexame Necessário	283	0	69	164	66
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	142	0	72	49	69
TOTAL	4650	752	3693	1700	3544

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	0	0	15	0
ORLI RODRIGUES	522	364	40	16	791	119	789	0
CÉSAR ABREU	531	1595	204	83	979	481	974	787
CID GOULART	920	1721	168	278	937	306	949	1288
NEWTON JANKE	574	1028	63	231	129	104	127	1201
JAIME RAMOS	0	0	0	0	0	0	2	0
RICARDO JOSÉ ROESLER	505	223	105	591	848	33	845	543
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	0	0	17	15	2	15	0
TOTAL	3052	4931	580		3699	1045	3716	3819

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	1	0	0	0	0
Ação Rescisória	13	0	3	2	3
Ação Popular	0	0	0	1	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	112	100	1	100
Agravo de Instrumento	456	0	451	87	451
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	2	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	7	6	0	5
Apelação Cível	3722	0	2136	726	2152
Apelação Cível (MS)	281	0	304	28	298
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	2	0	2
Conflito de Competência	5	0	3	0	3
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	59	59	1	60
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	328	369	13	371
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	44	50	0	51
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	1	1
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	16	4	0	4
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	4	3	0	2
Exceção de Suspeição	0	0	2	0	2
Habeas Corpus	23	0	15	5	15
Mandado de Segurança	11	0	6	7	5
Medida Cautelar Incidental	0	2	0	1	0
Medida Cautelar Inominada	4	0	1	1	1
Reclamação	2	0	0	0	0
Reexame Necessário	284	0	98	147	100
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	128	0	80	24	85
TOTAL	4931	580	3699	1045	3716

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
PEDRO MANOEL ABREU	122	1236	36	30	382	12	361	970
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	215	1551	290	15	1327	342	1336	372
RUI FRANCISCO FORTES	823	1428	216	108	1030	337	970	992
CÉSAR ABREU	0	0	0	0	0	0	11	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	1521	434	333	146	1539	386	1588	509
JÂNIO MACHADO	0	58	6	7	67	4	65	0
TOTAL	2681	4707	881		4345	1081	4331	2843

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	15	0	2	1	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	203	222	5	229
Agravo de Instrumento	484	0	461	111	462
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	21	22	0	22
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3498	0	2506	660	2491
Apelação Cível (MS)	267	0	316	60	313
Conflito de Competência	4	0	2	1	2
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	76	78	0	80
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	507	500	31	498
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	57	55	6	56
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	6	4	2	2
Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	21	0	13	0	12
Mandado de Segurança	9	0	3	6	2
Medida Cautelar Incidental	0	3	0	1	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	2	2	2
Reexame Necessário	276	0	88	143	88
Reexame Necessário em MS	132	0	62	52	60
TOTAL	4707	881	4345	1081	4331

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	DISTRIBUÍDOS incidentes	Enviados/Recebidos*	DECISÕES por acórdão	DECISÕES por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
ANSELMO CERELLO	105	4	0	0	105	4	108	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	853	1227	64	231	218	50	218	1645
JOSÉ VOLPATO	997	1463	107	193	1009	86	1007	1279
JAIME RAMOS	947	1544	133	127	1467	110	1476	920
SÔNIA MARIA SCHMITZ	51	0	6	1	50	4	50	4
JÂNIO MACHADO	41	523	43	544	960	36	959	155
RICARDO JOSÉ ROESLER	0	30	0	6	36	0	36	0
TOTAL	2994	4791	353		3845	290	3854	4003

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	3	0	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	5	6	0	6
Agravo de Instrumento	469	0	460	98	468
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	2	0	2
Apelação Cível	3529	0	2597	85	2597
Apelação Cível (MS)	285	0	280	16	281
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	49	0	0	1	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	51	48	1	48
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	241	231	0	231
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	38	25	0	25
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	2	1	0	1
Habeas Corpus	20	0	17	2	17
Mandado de Segurança	18	0	0	10	0
Medida Cautelar	2	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	8	0	6	0
Medida Cautelar Inominada	3	0	0	3	0
Reexame Necessário	281	0	105	35	105
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	1	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	129	0	67	31	67
TOTAL	4791	353	3845	290	3854

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	0	0	0	0	79	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	0	0	0	0	1	0
VICTOR FERREIRA	1	0	0	0	1	0	0
REJANE ANDERSEN	0	766	64	61	259	61	0
JAIME LUIZ VICARI	1	0	0	1	0	3	0
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	1	84	0	0	85	0	0
DOMINGOS PALUDO	875	3768	435	166	1626	89	241
PAULO ROBERTO SARTORATO	870	3604	218	108	1105	105	2392
ROBSON VARELLA	874	1250	366	165	1414	143	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	294	8	1	253	1	0
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	0	93	0	0	18	0	74
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	0	1832	90	1	151	1	1652
TOTAL	2622	11691	1181	503	4912	483	4359

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL - 2008

DESEMBARGADORES	REDISTRIBUÍDOS CÂMARAS ISOLADAS		DESPACHOS DE EXPEDIENTE	
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	0	0	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	0	0	0
VICTOR FERREIRA	0	0	0	1
REJANE ANDERSEN	510	0	0	576
JAIME LUIZ VICARI	0	0	0	1
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	0	0	0	191
DOMINGOS PALUDO	3045	0	0	3651
PAULO ROBERTO SARTORATO	1087	0	0	625
ROBSON VARELLA	911	0	0	840
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	48	0	0	519
CARLOS ALBERTO CIVINSKI	118	0	0	193
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	1	0	0	17
TOTAL	5720	0	0	6614

PROCESSOS - CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	627	438	117	419
Agravo de Instrumento	11691	0	0	4382	0
Agravo Art. 532 do CPC	0	1	0	1	0
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	16	7	5	7
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	275	56	201	55
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	260	2	204	2
Pedido de Reconsideração	0	2	0	2	0
TOTAL	11691	1181	503	4912	483

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CRIMINAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		Enviados/ Recebidos	DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes		por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	5	24	1	0	19	0	20	11
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	1	0
SOUZA VARELLA	9	18	2	3	8	0	10	18
SÉRGIO PALADINO	4	19	2	0	23	0	23	2
SOLON D'EÇA NEVES	9	19	2	0	23	0	19	7
IRINEU JOÃO DA SILVA	6	19	4	0	23	1	22	5
TORRES MARQUES	2	21	1	0	5	16	5	3
SALETE SILVA SOMMARIVA	17	21	3	0	27	2	25	12
ALEXANDRE D'IVANENKO	5	20	0	0	12	2	12	11
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	21	22	0	0	27	1	24	15
CARSTENS KÖHLER	0	0	0	0	0	0	2	0
VICTOR FERREIRA	0	6	0	3	9	0	9	0
TÚLIO PINHEIRO	0	3	0	0	1	2	1	0
TOTAL	78	192	15	6	177	24	173	84

PROCESSOS - SEÇÃO CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Regimental em Revisão Criminal	0	1	0	1	0
Embargos de Nulidade	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	11	9	0	10
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	2	2	0	2
Emb. Infringentes	13	0	17	1	14
Habeas Corpus	1	0	0	1	0
Perda de Graduação	2	0	1	0	1
Revisão Criminal	176	0	148	21	146
TOTAL	192	15	177	24	173

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
AMARAL E SILVA	206	1028	25	20	653	9	661	577
JORGE MUSSI	0	0	0	0	0	0	1	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	37	0
SOUZA VARELLA	446	816	20	237	406	1	416	638
OLON D'EÇA NEVES	185	1036	32	45	860	6	882	342
VICTOR FERREIRA	0	247	12	242	500	1	501	0
JAIME LUIZ VICARI	0	0	0	10	9	1	9	0
ROBSON VARELLA	0	0	0	29	29	0	26	0
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	0	48	0	21	51	0	51	18
TOTAL	837	3175	89		2508	18	2584	1575

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	9	0	5	2	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Apelação Cível (MS)	3	0	0	0	0
Apelação Criminal	1924	0	1256	1	1293
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	58	0	42	0	42
Carta Testemunhável	4	0	3	0	3
Conflito de Jurisdição	10	0	13	0	13
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	5	5	0	5
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	59	61	1	60
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	10	10	0	11
Emb. Declaração em Inquérito	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	6	4	0	4
Exceção de Suspeição	6	0	1	5	0
Habeas Corpus	744	0	757	2	783
Inquérito	12	0	7	2	9
Mandado de Segurança	23	0	18	2	18
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	0
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Pedido de Desaforamento	3	0	4	0	4
Pedido de Explicações	1	0	1	0	1
Processo Crime	7	0	3	0	3
Queixa Crime	0	0	2	0	2
Reclamação	23	0	20	1	20
Recurso Criminal	232	0	178	0	189
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	2	1	0	1
Recurso de Agravo	105	0	107	0	106
Recurso de Habeas Corpus	3	0	1	0	2
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	2	0	1	0	1
Termo Circunstanciado	5	0	0	1	1
TOTAL	3175	89	2508	18	2584

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
SÉRGIO PALADINO	123	1004	28	55	880	12	881	208
IRINEU JOÃO DA SILVA	149	1011	38	45	855	11	853	287
TORRES MARQUES	1	0	1	0	0	2	3	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	370	1006	18	348	640	56	596	350
TÚLIO PINHEIRO	18	214	16	448	591	12	590	93
TOTAL	661	3235	101		2966	93	2923	938

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Agravo de Instrumento	6	0	4	1	4
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	1	0	1	0
Apelação Criminal	1929	0	1695	44	1675
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	62	0	54	0	53
Carta Testemunhável	3	0	2	0	2
Conflito de Jurisdição	10	0	9	0	8
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	4	4	0	4
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	75	72	1	68
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	8	7	1	7
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	9	10	0	10
Exceção de Suspeição	7	0	7	0	5
Habeas Corpus	786	0	727	23	720
Inquérito	13	0	7	3	7
Justificação Judicial	1	0	0	1	0
Mandado de Segurança	27	0	14	8	12
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Pedido de Desaforamento	6	0	5	0	5
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	1	1	0	1
Processo Crime	7	0	6	1	6
Queixa Crime	1	0	1	1	1
Reclamação	22	0	19	2	19
Recurso Criminal	235	0	219	2	214
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Recurso de Agravo	104	0	97	4	96
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	4	0	3	0	3
Termo Circunstanciado	8	0	1	0	1
TOTAL	3235	101	2966	93	2923

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Enviados/ Recebidos*	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	15	0
TORRES MARQUES	83	1061	44	49	836	190	834	113
ALEXANDRE D'IVANENKO	683	1081	29	0	1288	135	1291	370
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	588	1140	55	104	1326	137	1323	216
ROBERTO LUCAS PACHECO	591	39	7	153	576	4	576	210
TOTAL	1945	3321	135		4026	466	4039	909

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	ACÓRDÃOS publicados
Agravo de Instrumento	10	0	5	4	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	17	13	3	12
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	5	3	1	3
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	1	1
Agravo Regimental em Recurso Criminal	0	1	1	0	1
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Apelação Criminal	2029	0	2790	214	2803
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	65	0	75	2	75
Conflito de Jurisdição	10	0	9	0	9
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	2	1	1	1
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	87	79	10	76
Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	9	6	4	6
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	6	4	1	4
Exceção de Suspeição	2	0	1	2	1
Habeas Corpus	794	0	648	129	652
Incidente de Falsidade em Apelação Criminal	0	1	0	0	0
Inquérito	17	0	7	5	7
Mandado de Segurança	25	0	13	13	13
Medida Cautelar	0	0	0	1	0
Notícia Criminal	1	0	0	1	0
Pedido de Correição	1	0	1	0	1
Pedido de Desaforamento	1	0	1	0	1
Processo Crime	7	0	5	6	5
Queixa Crime	1	0	1	0	1
Reclamação	23	0	17	8	17
Recurso Criminal	225	0	250	29	251
Recurso de Agravo	102	0	83	27	82
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	2	0	2	1	2
Representação	1	0	0	1	0
Termo Circunstanciado	4	0	3	2	3
TOTAL	3321	135	4026	466	4039

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO - 2008

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2007	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados	PENDENTES PARA 2009
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
VICTOR FERREIRA	0	7	0	0	0	0	0
REJANE ANDERSEN	0	15	0	0	1	0	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	18	4	0	3	0	0
TÚLIO PINHEIRO	0	26	0	0	2	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	10	0	0	0	0	0
JÂNIO MACHADO	0	4	0	0	2	0	0
JAIME LUIZ VICARI	0	13	0	0	0	0	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	13	1	0	1	0	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	4	0	0	3	0	0
HENRY PETRY JÚNIOR	0	5	0	0	2	0	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	6	0	0	1	0	0
RODRIGO ANTÔNIO	0	10	0	0	1	0	0
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	0	16	0	0	2	0	0
RICARDO ROESLER	0	11	0	0	1	0	0
DOMINGOS PALUDO	0	27	1	0	2	0	0
PAULO ROBERTO SARTORATO	0	13	1	0	0	0	0
ROBSON LUZ VARELLA	0	23	0	0	1	0	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	0	17	1	0	2	0	0
CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN	0	34	0	0	0	0	0
TOTAL	0	272	8	0	24	0	0

D PROCESSOS - PLANTÃO JUDICIÁRIO, POR CLASSE - 2008

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS publicados
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	5	0	0	0
Agravo de Instrumento	82	0	0	9	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Habeas Corpus	140	0	0	5	0
Mandado de Segurança	45	0	0	8	0
Medida Cautelar	2	0	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Pedido de Suspensão de Liminar	1	0	0	0	0
Reclamação	1	0	0	0	0
TOTAL	272	8	0	24	0

RECURSOS NA SEGUNDA E TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIAS

RECURSOS	SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
Recurso Especial Admitido	433	888
Recurso Especial Negado	1778	3764
Recurso Extraordinário Admitido	113	14
Recurso Extraordinário Negado	635	351
Despachos Outros	1005	4498

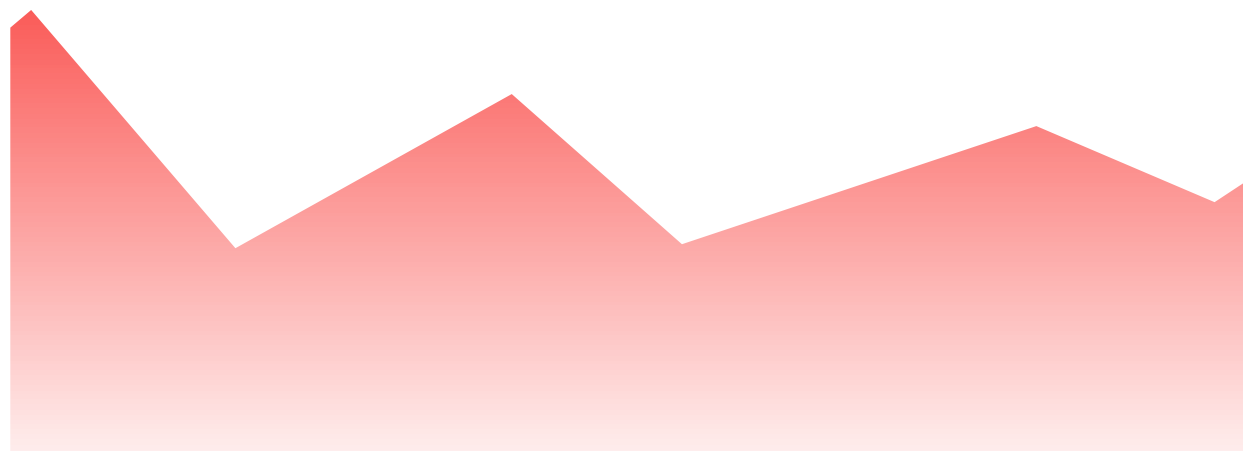
RELATÓRIO SINTÉTICO DIVISÃO DE RECURSOS DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
Baixa Interior/Capital	35.554
Processos Arquivados	16.002
Retorno do STF	448
Retorno do STJ	4.569
Remessa ao STF	1.208
Remessa ao STJ	6.076
Remessa Turma de Recursos	104
Remessa Distribuidor	60
Remessa Diligência	1.283
Remessa TRF 4ª Região	153
Remessa TRE	1
Remessa TRT	52
Remessa Justiça Federal	241
Aud. Justiça Militar	1
Presidentes Outros Tribunais	0
Ofícios Expedidos	26.585

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ALMIR TADEU PERES

Diretor



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ASSESSORIA TÉCNICA

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência).

Foi realizada uma atualização da infobase informatizada de acórdãos referente ao período de janeiro à novembro de 2008, com a disponibilização de aproximadamente 49.366 acórdãos com seu inteiro teor. Na rede interna, foi utilizado o Fólio Views.

Foram identificados 4.900 acórdãos como segredo de justiça, dentre os 49.366 apontados, com a respectiva abreviação dos nomes das partes – acórdãos estes já disponibilizados na infobase da intranet e internet.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de despachos das Vice-Presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Foi realizada uma atualização desta infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de aproximadamente 9.773 despachos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos

Foram realizadas 10 atualizações da infobase

informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de 4.884 acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e na internet, totalizando atualmente 16.608 acórdãos em seu inteiro teor, sendo:

1120	<i>da Primeira Turma de Recursos da Capital na sua forma integral</i>
261	<i>da Segunda Turma de Recursos de Blumenau na sua forma integral</i>
299	<i>da Terceira Turma de Recursos de Chapecó na sua forma integral</i>
1079	<i>da Quarta Turma de Recursos de Criciúma na sua forma integral</i>
340	<i>da Quinta Turma de Recursos de Joinville na sua forma integral</i>
972	<i>da Sexta Turma de Recursos de Lages na sua forma integral</i>
813	<i>da Sétima Turma de Recursos de Itajaí na sua forma integral</i>

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura.

Foram realizadas 20 atualizações da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 1.648 acórdãos em seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha.

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de Resoluções Administrativas.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Atualização diária da base de resoluções administrativas e o respectivo índice com a disponibilização na internet e intranet de 120 resoluções relativas ao ano de 2008, assim constituídas:

▶ Resolução AJ	01
▶ Resoluções TJ	45
▶ Resoluções RC	05
▶ Resoluções GP	26
▶ Resoluções CM	15
▶ Resoluções DOF	20
▶ Resoluções DGA	03
▶ Resoluções CEJUR	02
▶ Resoluções CG	02
▶ Resoluções CGM	01

As Resoluções estão disponíveis na intranet no endereço: Legislação-Interna-Resoluções, bem como o Índice das Resoluções gerenciado pelo software Index Server.

Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas.

Regimento Interno do TJSC – mês de novembro de 2008;

Atos Regimentais do TJSC – mês de novembro de 2008;

Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina – mês de novembro de 2008;

Súmula n. 22 – mês de julho de 2008;

Resoluções:

AJ/TJ/RC/GP/CM/DOF/DGA/CEJUR/CG e CGM;

Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionais e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade – até a Emenda Constitucional n. 47;

Lei nº 8.067/1990 – Fundo de Reparcelamento do Judiciário – outubro de 2008.

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na internet e bases internas).

Atendimento por e-mail Juris: 5/dia, 25/semana, 100/mês x 10 meses: 1.000 atendimentos.

Atendimento por e-mail JURIS: pesquisas jurídicas especializadas e outras informações solicitadas por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público em geral.

Resposta a dúvidas sobre forma de busca de acórdãos na internet e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação.

Remessa, por E-mail ou fax, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Produção do DVD-ROM, vol. 9, do acervo de acórdãos do TJSC.

Foi entregue o DVD-ROM, volume 9, do acervo de acórdãos do TJSC, contendo a jurisprudências cível e penal.

Produção do DVD da Jurisprudência Catarinense, Legislações e Normas do TJSC.

Produção do DVD Jurisprudência Catarinense para distribuição aos Magistrados Catarinenses e para as 110 Comarcas do Estado, contendo as seguintes infobases: Jurisprudência Cível, Jurisprudência Penal, Despachos da Vice-Presidência, Acórdãos das Turmas de Recurso, Legislação e Normas do TJSC, Provimentos e Circulares da Corregedoria, Constituição do Estado de Santa Catarina e Ementas do STJ.

Assessoria técnica e suporte aos TSIs das Comarcas para a distribuição e instalação do DVD da Jurisprudência Catarinense no servidor das 110 (cento e dez) Comarcas e nos demais micros dos Juízes e seus assessores.

Em junho de 2008, foi atualizada a pasta de arquivos dos Atos Regimentais, com remissão das suas respectivas modificações, bem como a legislação estadual específica, impressas na Gráfica do Tribunal.

Remessa de acórdãos para as revistas LEX, RT,

IBCCRIM e Ciência Jurídica – Total: 103 acórdãos.

Acompanhar a gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico, coordenando, avaliando o seu desenvolvimento, e garantindo a integração de recursos e esforços.

Interagir no processo da elaboração da proposta orçamentária da Diretoria, com base nos objetivos e nas metas estabelecidas, de acordo com as prioridades.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Centros de Atendimento e Informações

Implantação de novos Centros de Atendimento e Informações

Foram instalados 3 (três) novos Centros de Atendimento e Informações, nas comarcas de Joaçaba, Xanxerê e São Bento do Sul.

O Trabalho desenvolvido no Centro de Atendimento e Informações do Tribunal de Justiça

Instalado em 05 de maio de 2002, com o objetivo de proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou encaminhando-o aos setores competentes ou a

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça, informações processuais de 1º e 2º Grau; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de Sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense, do livro "Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC" e do Estatuto dos Servidores Públicos; recolher custas fora do expediente bancário, relativa a pagamentos de fotocópias, microfilmes, autenticações e CD da Jurisprudência Catarinense; receber e responder as consultas via e-mail do tjcenai@tj.sc.gov.br e do tjmail@tj.sc.gov.br.

Usuários: advogados, estudantes e o público em geral.

ESTATÍSTICA ATENDIMENTO

Pessoas atendidas	29.791
Informações prestadas	56.481

O Trabalho desenvolvido nos Centros de Atendimento e Informações instalados

ESTATÍSTICA ATENDIMENTO

Araranguá

Pessoas atendidas	11.755
Informações prestadas	12.393

Balneário Camboriú

Pessoa atendidas	15.205
Informações prestadas	37.046

Blumenau

Pessoas atendidas	17.206
Informações prestadas	15.841

Brusque

Pessoas atendidas	18.658
Informações prestadas	22.802

Campos Novos

Pessoas atendidas	10.702
Informações prestadas	10.702

Capital

Pessoas atendidas	76.177
Informações prestadas	76.424

Chapecó

Pessoas atendidas	24.619
Informações prestadas	34.450

Concórdia

Pessoas atendidas	20.214
Informações prestadas	22.127

Criciúma

não informou

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Curitiba

Pessoas atendidas	9.961
Informações prestadas	10.072

Itajaí

Pessoas atendidas	40.217
Informações prestadas	61.936

Jaraguá do Sul

Pessoas atendidas	19.777
Informações prestadas	20.983

Joaçaba (instalado em maio)

Pessoas atendidas	3.055
Informações prestadas	4.125

Lages

Pessoas atendidas	22.837
Informações prestadas	42.647

Laguna

Pessoas atendidas	16.370
Informações prestadas	18.582

Palhoça

Pessoas atendidas	16.829
Informações prestadas	19.117

São Bento do Sul (instalado em abril)

Pessoas atendidas	7.888
Informações prestadas	10.194

São José

Pessoas atendidas	31.751
Informações prestadas	48.272

Tubarão

Pessoas atendidas	33.556
Informações prestadas	38.985

Xanxerê (instalado em janeiro)

Pessoas atendidas	15.519
Informações prestadas	25.009

Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 57.000 pessoas, entre elas 3.000 advogados, 5.500 estudantes e 5.000 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

O software de controle de acesso DMP-ACCES, foi atualizado visando um controle efetivo que integra comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

Protocolo Administrativo**Estatística Processual**

30.097 processos administrativos
1.160 precatórios e
623 petições de precatórios.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Consultas de processos administrativos e precatórios – 4.410, em torno de 10 por dia.

Anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos – aproximadamente 1.800, em torno de 5 por dia.

Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça

O Protocolo Judicial Expresso foi criado em 2005, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade.

Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da Comarca de Capital e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado tenha que sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

Estatística de Recebimentos

32.521 processos de 1º grau

63.383 petições de 1º grau

8.464 processos de 2º grau e

28.998 petições de 2º grau.

Protocolo Judicial Expresso de Blumenau (instalado em janeiro)

O Protocolo Judicial Expresso foi criado com o objetivo de prestar atendimento aos advogados. Este serviço destina-se ao recebimento e ao protocolo de petições intermediárias destinadas ao Fórum da Comarca de Blumenau. Atua também como Protocolo Unificado. A utilização do Protocolo Expresso é facultativa complementando os serviços de distribuição do Fórum.

Estatística de Recebimentos

22.150 petições intermediárias e

4.931 petições do Protocolo Unificado.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

SEÇÃO DE REVISÃO

Neste ano, os trabalhos realizados pela Seção de Revisão foram, principalmente, a correção de acórdãos, a correção de documentos administrativos, a correção da revista Jurisprudência Catarinense e a elaboração do Guia Prático de Redação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Quanto aos acórdãos, foram revisados 6.534 documentos. A maior parte, 6.499 acórdãos, é proveniente de nove gabinetes de desembargador, conforme quadro abaixo:

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ACÓRDÃOS REVISADOS (POR DESEMBARGADOR)

DESEMBARGADOR	Nº ACÓRDÃOS
Fernando Carioni	669
Vanderlei Romer	1.064
Rui Fortes	545
Solon d'Eça Neves	670
Mazoni Ferreira	584
Salim Schead dos Santos	2
César Abreu	957
Luiz Carlos Freyesleben	735
Jaime Vicari	381
Jorge S. Martins	894
Moacyr M. Lima Filho	12
Newton Trisotto	6
Víctor Ferreira	5
Lédio Martins	7
Robson Varela	1
Hilton Cunha	2
TOTAL DE ACÓRDÃOS REVISADOS	6.534

Foram revisados 764 documentos administrativos. Estes foram: resoluções, atos regimentais, projetos, apostilas, matérias publicadas no site do PJSC, relatórios, panfletos, discursos, atas do Conselho da Magistratura e ofícios.

Os textos que formam as revistas Jurisprudência Catarinense números 114, 115 e 116 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520. A Seção de Revisão também fez a distribuição aos magistrados das

revistas Jurisprudência Catarinense números 111/112 e 113.

Durante o ano, foram levantados os principais erros encontrados nos documentos revisados pela Seção. Com isso, elaborou-se um guia prático de redação. Os conteúdos que formam os capítulos do guia foram discutidos com todos os revisores em reuniões que aconteceram ao longo do segundo semestre deste ano. Os últimos três capítulos do guia serão analisados e discutidos no início de 2009.

SEÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

Os servidores da Seção de Disponibilização de Dados trabalharam no projeto de padronização dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, conferiram todos os acórdãos assinados e propuseram melhorias no Sistema de Automação do Judiciário Gestão de Gabinetes (SAJ/GGS).

O projeto de padronização dos acórdãos do Tribunal de Justiça, concebido em 2006, estendeu-se por todo o ano de 2008. No primeiro semestre do ano, a Seção de Disponibilização de Dados realizou diagnósticos dos problemas encontrados nos acórdãos. Com isso, foi possível elaborar um quadro geral dos principais erros presentes nos acórdãos do Tribunal de Justiça.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Os levantamentos realizados visaram especialmente duas finalidades: orientar os servidores que trabalham nos gabinetes de desembargador e que assessoram a redação dos acórdãos; e propor melhorias no SAJ/GGS.

As atividades relacionadas à conferência dos acórdãos merecem destaque: foram conferidos pela Seção de Disponibilização de Dados 66.034 acórdãos³.

Desse número, 4.027 foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador para retificação do texto do acórdão, como por exemplo, a data de assinatura do acórdão ou a da sessão de julgamento, o nome das partes, a participação do julgamento, a decisão do acórdão, ortografia da ementa do acórdão, entre outros.

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

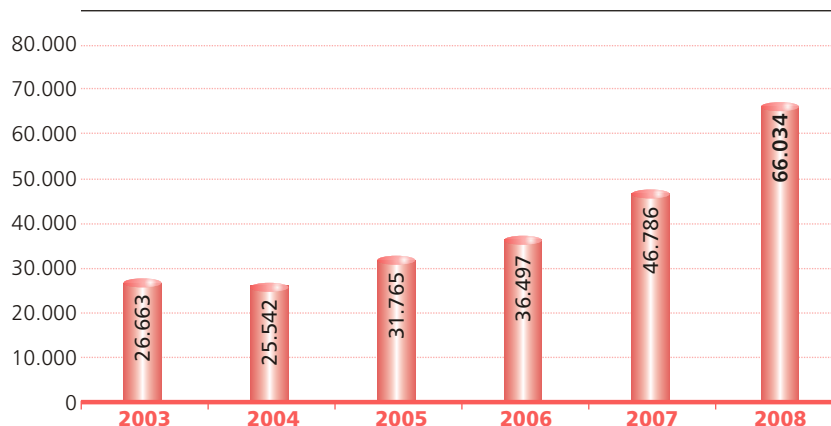
A Seção de Publicações destacou-se, principalmente, em duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e nova forma de consulta ao Diário da Justiça Eletrônico.

Até o mês de setembro de 2008, todos os acórdãos do Tribunal de Justiça eram fotocopiados e arquivados em coletâneas pela Seção de Publicações.

A partir desse mês, os acórdãos passaram a ser digitalizados e armazenados em banco de dados do Sistema de Automação do Judiciário Segundo Grau (SAJ/SG)⁴. Desde então⁵, foram digitalizados na Seção de Publicações 16.258 acórdãos, o que totalizou 151.481 páginas.

Antes disso, foram fotocopiados 47.867

NÚMERO DE ACÓRDÃOS ASSINADOS 2003 - 2008



³ Período: 21-11-2007 a 2-12-2008

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

acórdãos, e com estes foram confeccionadas 889 coletâneas⁶, que totalizaram 418.436 páginas.

Durante o ano, a Seção de Publicações publicou 138.718 matérias no Diário da Justiça Eletrônico, conforme gráfico abaixo.

Ainda nas atividades relacionadas ao Diário da Justiça Eletrônico, a Seção de Publicações auxiliou a Diretoria de Informática no desenvolvimento de uma nova ferramenta de consulta ao periódico, que está em fase de testes para os usuários da intranet do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Essa Seção também publicou aproximadamente 300 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça no Diário Catarinense e, uma matéria, no periódico A Notícia.

No Diário Oficial do Estado foram publicadas

17 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

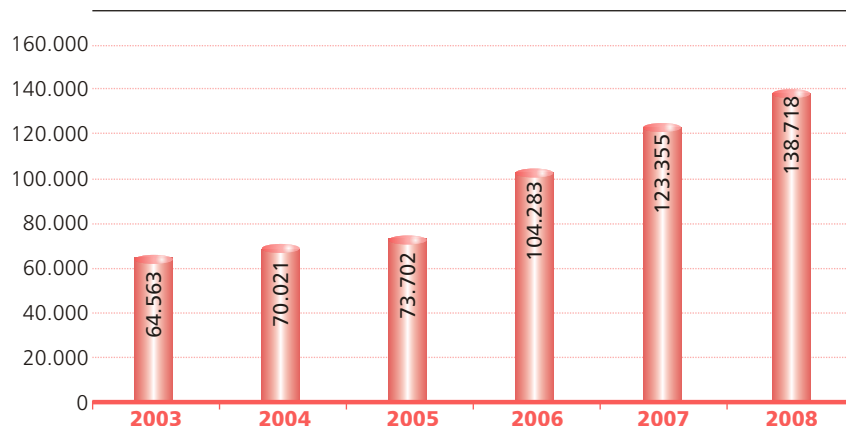
Seção de Preparo Técnico

Documentação Administrativa, recebida, organizada, indexada e arquivada, oriundas dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça (1.372 caixas de arquivo), de acordo com a discriminação a seguir:

Diretoria de Orçamento e Finanças

AR Negativos das Comarcas - 10 caixas
Alvarás de Ordem Bancária - 40 caixas
Boletim Financeiro - 63 caixas

► **NÚMERO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO DJE**
2003 - 2008



Dados computados até 27-11-08

4 Resolução n. 28-2008 TJ

5 18-9-2008

6 Número da última coletânea de acórdão: 7.740

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Conta Única - 50 caixas
 Empenho e Orçamento - 312 caixas
 Devolução de Custas - 18 caixas
 GECOF - 31 caixas
 Ordem Bancária - 80 caixas
 Precatórios - 59 caixas.
 Prestação de Contas - 76 caixas

Gabinete da Presidência

GRJR- 46 caixas
 Processos Administrativos - 49 caixas

Coordenadoria dos Magistrados

Processos Administrativos - 22 caixas

Conselho da Magistratura

Processos Administrativos - 19 caixas

Corregedoria-Geral da Justiça

Mapas Estatísticos- 2005/2006 -19 caixas
 Processos Administrativos - 23 caixas
 Demonstrativo das Custas - 7 caixas

Diretoria de Documentação e Informações

Diversos - 20 caixas
 Divisão de Atendimento ao Usuário - 24 caixas

Diretoria de Material e Patrimônio

Processos de Contratos e Convênios - 290 caixas
 Divisão de Almoxarifado – Diversos - 6 caixas

Diretoria de Saúde

Diversos - 40 caixas

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema de Protocolo - PPTC, 18.396 processos administrativos.

Diretoria Judiciária

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema SAJsg, 15.003 Processos Judiciais de 2º grau, transitados em julgado e, 5.876 Processos Judiciais arquivados temporariamente, conforme quadro abaixo:

PROCESSOS JUDICIAIS
 (DIRETORIA JUDICIÁRIA - 2008)

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS - TRANSITADOS EM JULGADO	PROCESSOS JUDICIAIS - ARQUIVO TEMPORÁRIO
JAN	751	384
FEV	1.121	495
MAR	1.015	666
ABR	1.691	732
MAI	1.286	621
JUN	1.457	246
JUL	1.955	1156
AGO	1.713	525
SET	1.422	442
OUT	1.327	221
NOV	1.265	388
TOTAL	15.003	5.876

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

**Documentação da Justiça de 1º grau –
Processos Judiciais**

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema SAJArq, 1.276.898 Processos Judiciais de 1º grau, conforme quadro abaixo.

PROCESSOS JUDICIAIS
(JUSTIÇA DE 1º GRAU - 2008)

MÊS	PROCESSOS CADASTRADOS	PROCESSOS MIGRADOS	PROCESSOS PRECATÓRIOS	TOTAL DE PROCESSOS CADASTRADOS + MIGRADOS + PRECATÓRIOS
JAN	4.218	433.200	-	437.418
FEV	2.461	69.016	-	71.477
MAR	2.494	89.105	-	91.599
ABR	4.334	86.023	-	90.357
MAI	6.530	83.830	-	90.360
JUN	5.588	70.462	-	76.050
JUL	7.679	81.874	-	89.553
AGO	7.145	62.677	-	69.822
SET	6.512	83.662	125	90.174
OUT	4.711	88.474	41	93.185
NOV	6.464	70.439	1.241	76.903
TOTAL	58.136	1.218.762	1.407	1.276.898

Transferência de 35.065 caixas de arquivo, equivalente a 1.051.950 processos judiciais (considerando 30 processos/caixa), conforme quadro a seguir.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

REMESSA DE CAIXAS DE ARQUIVO
ENVIADAS PELAS COMARCAS

COMARCA	CÓDIGO	QUANTIDADE
Abelardo Luz	01	348
Anchieta	02	302
Araquari	103	179
Araranguá	04	1405
Armazém	159	227
Ascurra	104	171
Balneário Camboriú	05	1360
Balneário Piçarras	48	148
Biguaçu	07	245
Blumenau	08	2735
Bom Retiro	09	87
Braço do Norte	10	621
Brusque	11	368
Caçador	12	216
Camboriú	113	255
Campo Belo do Sul	216	26
Campo Erê	13	263
Campos Novos	14	285
Capinzal	16	90
Capital	23	2507
Chapecó	18	1274
Concórdia	19	336
Coronel Freitas	85	110
Criciúma	20	906
Curitibanos	22	356
Dionísio Cerqueira	17	73
Estreito	82	42
Gaspar	25	487
Guaramirim	26	200
Herval do Oeste	235	78
Ibirama	27	308
Imarú	29	193
Imbituba	30	126
Indaial	31	197
Ipumirim	242	150
Ita	124	110
Itajaí	33	481
Itapema	125	153
Itapiranga	34	237
Itapoá	126	73
Ituporanga	35	191

REMESSA DE CAIXAS DE ARQUIVO
ENVIADAS PELAS COMARCAS (CONT.)

COMARCA	CÓDIGO	QUANTIDADE
Jaguaruna	282	149
Jaraguá do Sul	36	347
Joaçaba	37	984
Joinville	38	2283
Lages	39	1380
Laguna	40	646
Lauro Müller	87	80
Lebon Régis	88	312
Mafra	41	634
Modelo	256	30
Navegantes	135	353
Norte da Ilha	90	204
Orleans	44	123
Otacílio Luz	86	62
Palhoça	45	174
Papanduva	47	87
Ponte Serrada	51	15
Porto União	52	353
Rio do Oeste	144	202
Rio do Sul	54	595
Santa Cecília	56	30
Santa Rosa do Sul	189	260
Santo Amaro da Imperatriz	57	78
São Bento do Sul	58	382
São Domingos	60	50
São Francisco do Sul	61	444
São João Batista	62	157
São Joaquim	63	562
São José	64	805
São José do Cedro	65	327
São Lourenço do Oeste	66	150
Seara	68	121
Sombrio	69	161
Tijucas	72	372
Tubarão	75	1208
Urubici	77	300
Urussanga	78	473
Videira	79	434
Xanxerê	80	1695
Xaxim	81	124
TOTAL		35.065

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Seção de Controle Cadastral

Revisadas 42.791 caixas, correspondente a 1.144.074 processos judiciais de 1º grau, conforme quadro abaixo:

MÊS	QUANTIDADE DE CAIXAS	QUANTIDADE DE PROCESSOS
JAN	2.241	49.810
FEV	2.396	51.168
MAR	3.868	88.660
ABR	4.952	137.024
MAI	5.599	157.671
JUN	7.167	176.272
JUL	5.349	134.833
AGO	4.061	113.433
SET	6.153	168.327
OUT	5.086	152.937
NOV	4.492	151.591
TOTAL	51.364	1.381.726

Seção de Alocação e Localização

Foram desarquivados 49.431 e devolvidos 28.093 Processos Judiciais das comarcas, conforme quadro abaixo:

Foram realizadas 7.519 pesquisas na documentação textual do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:

PESQUISAS

DOCUMENTAÇÃO	TOTAL
ARQUIVO/TJ/Temporário	4.022
ARQUIVO TJ Judicial	2.617
Proc. Administrativo	867
Precatórios	13
TOTAL	7.519

TOTAL GERAL MENSAL MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

MÊS	REQUISITADO	ANDAMENTO	DESARQUIVADO	DEVOLVIDO
JAN	624	23	601	746
FEV	4.048	339	3.709	1.893
MAR	4.518	675	3.843	1.538
ABR	3.622	426	3.196	2.725
MAI	4.247	327	3.920	2.342
JUN	5.355	302	5.053	2.457
JUL	4.954	279	4.675	2.675
AGO	6.049	404	5.645	2.701
SET	5.176	466	4.710	3.306
OUT	5.284	610	4.674	3.253
NOV	5.554	687	4.867	4.457
DEZ	0	0	0	0
TOTAL	49.431	4.538	44.893	28.093

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Substituição de aproximadamente 3.000 caixas de arquivo que estavam danificadas devido aos inúmeros remanejamentos realizados visando otimizar o espaço.

Transportados pela EBCT- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 61.199,56 de processos judiciais, conforme quadro abaixo. Este contrato tem a finalidade de atender os desarquivamentos de processos judiciais solicitados pelas comarcas, bem como sua devolução à Divisão de Arquivo.

Seção de Pesquisa e Digitalização

Pesquisas em meio digital (escaner)

Documentos Escanerizados

(Preparação, escanerização, correção, indexação, gravação)

TOTAL GERAL MENSAL MALOTES

MÊS	SAÍDA	QUANTIDADE	CHEGADA	QUANTIDADE
JAN	2.753,500	476	1.346,560	348
FEV	2.502,766	482	1.843,500	372
MAR	2.446,681	497	1.805,640	395
ABR	4.212,888	808	2.909,690	576
MAI	3.571,420	747	2.364,380	504
JUN	2.833,892	600	2.563,190	510
JUL	2.315,232	453	2.190,950	386
AGO	4.612,360	784	2.346,100	512
SET	3.831,330	727	2.828,720	604
OUT	4.207,209	775	2.628,351	513
NOV	2.992,040	599	2.093,170	454
DEZ	0,000	0	0,000	0
TOTAL	36.279,318	6.948	24.920,251	5.174

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

PESQUISAS EM MEIO DIGITAL (ESCANER)

MÊS	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL	ACÓRDÃOS	DOCUMENTOS DIVERSOS	TOTAL
JAN	07	03	0	26	66
FEV	05	02	6	01	4
MAR	00	09	9	05	4
ABR	03	04	5	02	4
MAI	10	03	6	03	2
JUN	10	03	9	03	5
JUL	12	04	0	00	0
AGO	01	00	32	03	36
SET	01	00	38	00	39
OUT	06	00	48	01	55
NOV	03	04	41	02	50
TOTAL	58	32	194	46	265

DOCUMENTOS ESCANERIZADOS
(DOCUMENTOS ESCANERIZADOS)

MÊS	DOCUMENTO	PROCESSO JUDICIAL	QUANTIDADE DE PÁGINAS	QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS
JAN	-	-	-	-
FEV	-	-	-	-
MAR	-	-	-	-
ABR	Atas do Tribunal Pleno	1983 a 1993	1.838	--
MAI	Atas do Tribunal Pleno e Coletânea de Acórdãos	1994 a 2006	29.366	-
JUN	Coletânea de Acórdãos	2002 a 2004	27.338	-
JUL	Coletânea de Acórdãos / Portarias GP		70.706	-
AGO	Coletânea de Acórdãos (por Relator)	...até 1983	-	3.930
SET	Coletânea de Acórdãos (por Relator)	...até 1983	-	914
OUT	Coletânea de Acórdãos (por Relator)	...até 1983	-	1.059
NOV	Coletânea de Acórdãos (por Relator)	...até 1983	-	1.074
TOTAL				

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

PESQUISAS EM MICROFILME

MÊS	PESQUISA INTERNA TJSC	PESQUISA EXTERNA/ PÚBLICO EM GERAL
JAN	06	05
FEV	25	06
MAR	31	03
ABR	31	21
MAI	58	07
JUN	52	12
JUL	31	04
AGO	32	08
SET	41	02
OUT	48	06
NOV	36	22
TOTAL	391	96

DOCUMENTOS PREPARADOS E
ENCAMINHADOS AO CIASC
PARA MICROFILMAR

MÊS	ASSUNTO	SIGLA	PERÍODO
ABR	Diário oficial da União	DOU	2006
JUL	Atas do tribunal Pleno	ATAS	1986 a 2005
	Empenhos e Orçamentos	EO	1999

ROLOS DE MICROFILMES REVISADOS

MÊS	SIGLA	QUANTIDADE DE ROLOS
FEV	DOE / PDJ	04
MAI	DJU	02
AGO	DJU	29
TOTAL		35

ROLOS DE MICROFILME RECEBIDOS DO CIASC PREPARADOS E MICROFILMADOS

MÊS	QUANTIDADE DE ROLOS	SIGLAS	FOTOGRAMAS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS PREPARADOS	ROLOS DE MICROFILME NO ARQUIVO DO CIASC
JAN	-	DJU	-	-	-
FEV	-	DJU	-	-	-
MAR	15	ATA	73.130	73.130	-
ABR	23	DOU	87.070	87.070	-
MAI	08	ATA	75.800	75.800	3.038
JUN	05	DOU	24.750	24.750	3.043
JUL	01	DOU	5.000	5.000	3.044
AGO	04	ATA	17.300	17.300	3.048
SET	04	EO	22.000	22.000	3.053
OUT	01	EO	5.500	5.500	3.054
NOV	-	EO	-	-	-
TOTAL			274.550	274.550	3.054

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Seção de Museu

Atividades de difusão da memória

Exposições do acervo museológico em 2008

Atividades de controle e preservação da memória

Atividades de controle e preservação do acervo

EXPOSIÇÕES ACERVO MUSEOLÓGICO

PERÍODO	ATIVIDADE	Nº DE VISITANTES
1 a 30/08	Exposição das Atas históricas do TJSC	157
9/1 a 1/10	Exposição permanente no Anexo do Tribunal	969
1/10 a 13/10	Exposição comemorativa aos 117 anos do TJSC	319
12/11	Exposição itinerante do FONAJE no Centro de Eventos CENTROSUL- FPOLIS	302
JAN/DEZ	TOTAL DE VISITANTES AS EXPOSIÇÕES	1.747

ATIVIDADES DE CONTROLE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Restaurações de docs. históricos e objetos	111
Jan/Dez	Catálogo de docs. proc. e objetos históricos	615
Jan/Dez	Confecção de caixas protetoras de docs.	63
Jan/Dez	Inventário das fotografias históricas	701
Jan/Dez	Documentos históricos escaneados	5.250
	Pesquisas presenciais e virtuais atendidas	129
TOTAL	5 ATIVIDADES	1.642

DIVULGAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO NA MÍDIA

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Entrevistas concedidas TV Justiça e CBN Diário	3
Jan/Dez	Palestras a escolas de ensino fundamental e médio visitantes à exposição permanente do Museu	7
Jan/Dez	Visitas de Faculdades de Direito ao Museu	13
TOTAL DE ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO DO ACERVO		23

ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Wokshop de Organização de Arquivos e o Método Histórico – Local: Arquivo Municipal	2
Jan/Dez	Oficina de Gestão e Documentação de Acervos – Local: Museu Víctor Meirelles	2
Jan/Dez	Fórum Nacional de Museus – Local: UFSC	1
TOTAL	3 ATIVIDADES	2 (participantes)

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

▶ **ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DO ACERVO**

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Jan/Dez	Elaboração de Projeto de Inventário do bens	1
Jan/Dez	Projeto experimental de indexação de docs. processuais históricos – Simulação folioviews	1
Jan/Dez	Elaboração de Projeto para implantação de banco de dados digital – Biblioshop	1
TOTAL		3

- Complementação da estrutura de porta-pallets, em fase de Licitação.
- Substituição de 10 computadores no Arquivo da BR-101.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

QUADRO ESTATÍSTICO

LIVROS PREPARADOS PELA BIBLIOTECA DO TJ/ SEÇÃO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO		2.249
Periódicos para Biblioteca do TJ		495
Indexação de artigos de periódicos		2.018
Livros preparados e encaminhados pela Seção de Bibliotecas Setoriais a Gabinetes de Magistrados, Academia Judicial, Cartórios e demais setores do TJ		25.785
Fotocópias de artigos de periódicos aos Magistrados das Comarcas do interior		287
Empréstimos de obras aos Magistrados das comarcas do interior		151
Fotocópias para Magistrados e para serviços interno e particular (período abril a outubro/2008)		44.300
Total de multas pagas pelos usuários		R\$ 10.647,77
Empréstimo de obras/Seção de Pesquisa e Referência		44.283
Cadastro de novos usuários		172
Frequência de usuários (média mensal)		5.500
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da Academia Judicial		155
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Araranguá		198
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Balneário Camboriú		296
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Blumenau		285
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Chapecó		187
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Concórdia		165
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Criciúma		88
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Itajaí		170
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Joinville		211
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Lages		196
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Laguna		218
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de São José		281
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Tubarão		196
Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Xanxerê		248

Neste ano, disponibilizamos aos nossos usuários através da internet mais uma fonte de pesquisa, os recortes de jornais, até então acessíveis apenas aos frequentadores da Biblioteca.



◀ **DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA** ▶

◀ **SUZETE OPILHAR** ▶

Diretora-Geral Administrativa



DIREÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA

A Direção-Geral Administrativa tem como função primordial a supervisão das atividades e projetos do Poder Judiciário relacionados às Diretorias sob sua coordenação (Diretoria de Orçamento e Finanças; Diretoria de Material de Patrimônio; Diretoria de Recursos Humanos; Diretoria de Saúde; Diretoria de Infra-Estrutura; Diretoria de Informática e Diretoria de Engenharia e Arquitetura), além de praticar atos administrativos que importem a aplicação de recursos orçamentários e deliberar sobre questões administrativas relativas aos servidores do Poder Judiciário.

Destaca-se, ainda, que, no período de 1º de Janeiro a 15 de dezembro do ano de 2008, foram recebidos e analisados por esta Direção-Geral (Gabinete e Assessoria Jurídica) 8.616 processos (relacionados por classe, na forma do Sistema de Protocolo deste Poder) e 20.793 documentos encaminhados/despachados aos diversos setores, conforme mostra o Relatório Estatístico 2008.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2008

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
DOCUMENTOS	
EMPENHOS/ DOF	17.501
AUTENTICAÇÃO DOCUMENTOS	1.170
AUTORIZ. VIAGEM AÉREA E TERRESTRE-E-MAIL/DEA	305
PRECATÓRIOS - AUTORIZAÇÃO E PAGAMENTOS/DOF	523
REGISTROS DE PREÇOS - ATA / DMP	29
DOCUMENTOS ENCAMINHADOS	1.265
TOTAL	20.793
PROCESSOS	
TRANSPOSIÇÃO	2
ENGENHARIA	9
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	31
RECADASTRAMENTO	35
DISPOSIÇÃO	83
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	101
APOSENTADORIA	128
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	190
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	217
REMOÇÃO	310
CONCURSOS	828
GERAL	1.362
PAGAMENTOS	1.538
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	1.642
CONTRATUAL	2.140
TOTAL	8.616

◀ DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA ▶

◀ AVANY CAMACHO JUNIOR ▶

Diretor



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRAS CONCLUÍDAS

OBRA	CONTRATO Nº	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Conclusão da reforma global do prédio do Fórum de Joaçaba	134/2007	2.624,08	546.981,51	02/07/2008
Conclusão da construção e reforma do prédio do Fórum de Criciúma	184/2007	7.480,84	649.011,36	06/11/2008
Construção do Protocolo Expresso do Fórum Antigo de Blumenau	194/2007	38,13	111.183,95	11/07/2008
Construção do Fórum da Comarca de Piçarras	44/2007	1.534,24	1.905.472,53	07/07/2008
Construção do Fórum da Comarca de Guaramirim	45/2007	1.534,24	1.997.040,61	07/07/2008
Construção do Fórum da Comarca de Pinhalzinho	107/2007	1.509,52	2.212.389,91	04/08/2008
Construção do Fórum da Comarca de Catanduvas	65/2007	1.534,24	2.630.108,53	24/04/2008
Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Bom Retiro	154/2007	466,90	299.750,86	28/04/2008
Reforma global do Auditório e Tribunal Pleno do prédio do TJSC	339/2007	817,80	660.923,76	06/02/2008
Reforma parcial do Almojarifado e Gráfica do PJ - Cercamento	234/2007	-	363.157,10	11/09/2008
Recuperação global de fissuras/trincas e pintura externa do Fórum de Rio do Sul	299/2007	1.542,00	34.662,75	31/03/2008
Reforma parcial do prédio do Tribunal de Justiça (pavtos: 1º, 2º, 3º, 4º e 7º)	<i>Executada com os contratos de fornecimento de materiais e serviços, conforme planilha anexa.</i>			
Pintura global externa do prédio do Fórum da Comarca de Caçador, com correção de trincas	empenhos nº 8230 e 8232	1.475,00	8.910,14	-
Construção da Casa da Cidadania de Rio das Antas	289/2007	403,71	750.596,64	12/11/2008
Reforma parcial do Fórum de Quilombo - Cercamento	24/2008	335,00	73.814,35	23/05/2008
Reforma parcial do Fórum de Santa Cecília	44/2008	3.740,00	55.556,00	16/06/2008
Reforma parcial do Fórum da Comarca de Lages - aplicação de piso laminado de madeira	36/2008	1.117,70	74.198,78	29/07/2008
Reforma parcial Almojarifado Central e Gráfica - Instalações elétricas e segurança	94/2008	-	190.429,68	18/09/2008
Pintura global externa do prédio do Fórum da Comarca de Fraiburgo	41/2008	1.475,00	25.360,00	23/04/2008
Supervisão e acompanhamento dos serviços de instalações elétricas no prédio do Anexo do Fórum da Capital	169/2007	-	8.450,00	30/07/2008
Reforma, adaptação e ampliação das bancadas e mesas do Tribunal Pleno - TJSC	322/2007	-	83.000,00	17/01/2008
Implantação do sistema de climatização (split) no 3º e 4º pavimento - TJSC	346/2007	-	54.260,00	11/01/2008
Reforma parcial do restaurante do TJSC	73/2008	-	29.999,91	27/05/2008
Substituição de mobiliário - restaurante do TJSC	Pregão nº 77/2008	-	42.415,38	03/09/2008
Implantação do sistema de climatização (split) no 1ª, 2º e 7º pavimento - TJSC	86/2008	-	77.596,37	18/06/2008

OBRAS EM ANDAMENTO

OBRA	CONTRATO Nº	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Construção do Fórum da Comarca de São Domingos	383/2007	1.534,24	2.564.142,62	previsão - 12/01/2009
Reforma global do prédio Anexo do Fórum da Comarca da Capital	47/2007	5.724,05	6.893.772,13	-
Reforma parcial do Salão do Júri do Fórum da Comarca da Capital	203/2007	440,00	32.926,18	previsão - 06/02/2009
Construção do Fórum da Comarca de Otacílio Costa	43/2008	1.534,24	2.216.808,35	previsão - 24/02/2009
Construção do Fórum da Comarca de Palhoça	83/2008	5.939,78	10.585.157,28	previsão - 21/01/2010
Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Maravilha	85/2008	1.795,54	2.274.992,94	previsão - 28/05/2009
Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Içara	71/2008	1.353,76	982.410,21	previsão - 29/03/2009
Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de Capinzal	38/2008	1.049,01	1.166.739,04	previsão - 24/05/2009
Reforma dos sistemas de climatização (2ª e 3ª etapas) do Fórum da Capital	72/2008	-	2.000.000,00	previsão - 29/12/2008
Realização de serviços de demolição no antigo prédio do Fórum de Joinville	155/2008	-	115.856,51	previsão - 25/12/2008
Colocação de piso cerâmico na laje de cobertura do salão do Júri, área cívica, rampas e escadas - Fórum Norte da Ilha	156/2008	-	39.253,14	OS não emitida
Impermeabilização da laje de cobertura do salão do Júri e área cívica - Fórum Norte da Ilha	191/2008	-	39.475,22	previsão - 02/03/2009
Reforma parcial do prédio do Fórum de Jaraguá do Sul	202/2008	-	64.275,55	previsão - 24/12/2008
Construção da Casa da Cidadania de Piratuba	74/2008	403,71	618.242,72	previsão - 19/01/2009

MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR ANUAL (R\$)
Blumenau	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	4.440,00
Brusque	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	20.407,68
Campo Erê	118/2007	manutenção do sistema de calefação	8.967,77
Chapecó	053/2007	manutenção do sistema de ar condicionado central	25.694,40
Florianópolis	104/2008	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização	25.063,01
Itajaí	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	3.600,00
Jaraguá do Sul	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	1.664,88
Joinville	330/2004	manutenção do sistema de ar condicionado central	3.191,04
Norte da Ilha	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	3.748,32
São Joaquim	084/2007	manutenção do sistema de calefação	25.080,24
São José	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	5.616,00
Tribunal de Justiça	268/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	36.872,28
Tribunal de Justiça	111/2008	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização da Torre II	21.474,18
Tribunal de Justiça, Academia Judicial, Fórum da Capital (incluindo Estreito, Norte da Ilha, Juizado Especial e VIJ), São José	78/2008	manutenção corretiva, c/ fornecimento de peças, em aparelhos condicionadores de ar, tipo janeleiro	32.341,45
Tribunal de Justiça, Academia Judicial, Fórum da Capital (incluindo Estreito, Norte da Ilha, Juizado Especial e VIJ), São José	91/2008	manutenção preventiva, s/ fornecimento de peças, em 1000 aparelhos condicionadores de ar, tipo janeleiro	34.400,00
Tubarão	259/2004	manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split)	3.330,00
Urubici	094/2007	manutenção do sistema de calefação	7.592,00

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO ELEVADORES

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR ANUAL (R\$)
Araranguá	007/2006	manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória	2.646,00
Balneário Camboriú	105/2007	manutenção s/ peças, em dois elevadores	6.314,56
Blumenau	003/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	8.746,80
Brusque	241/2004	manutenção s/ peças, em um elevador	5.634,00
Chapecó	175/2005	manutenção s/ peças, em dois elevadores	9.304,80
Concórdia	036/2007	manutenção s/ peças, em dois elevadores	8.163,76
Criciúma	002/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	7.951,56
Florianópolis	009/2006	manutenção s/ peças, em três elevadores	19.685,76
Itajaí	004/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	7.951,56
Joaçaba	001/2006	manutenção s/ peças, em dois elevadores	5.322,60
Joinville	246/2005	manutenção s/ peças, em três elevadores	13.249,20
Lages	176/2005	manutenção s/ peças, em um elevador	3.591,60
Laguna	008/2006	manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória	2.602,92
Mafra	144/2004	manutenção s/ peças, em uma plataforma elevatória	2.679,96
Norte da Ilha	225/2005	manutenção s/ peças, em um elevador	4.296,96
São Francisco do Sul	144/2004	manutenção s/ peças, em uma plataforma elevatória	2.679,96
São José	133/2004	manutenção s/ peças, em dois elevadores	11.667,00
Tribunal de Justiça	002/2005	manutenção s/ peças, em cinco elevadores	78.981,48
Tribunal de Justiça - Academia Judicial	149/2008	manutenção s/ peças, em um elevador	805,09
Tribunal de Justiça - Anexo	035/2007	manutenção s/ peças, em quatro elevadores	16.308,05
Tribunal de Justiça - Auditório	105/2008	manutenção preventiva em plataforma vertical	1.099,33
Videira	049/2006	manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória	2.691,48

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO PREDIAL

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR ANUAL (R\$)
Florianópolis e Anexos	109/2007	manutenção das instalações elétricas do Fórum da Capital e seus anexos	22.659,20
Florianópolis e Anexos	197/2008	manutenção das instalações elétricas do Fórum da Capital e seus anexos	51.575,00
Tribunal de Justiça	022/2008	instalação de vidros em paredes divisórias e esquadrias de alumínio	14.000,00
Tribunal de Justiça	109/2008	manutenção predial (paredes de alvenaria, revestimento, pavimentação, forração, esquadrias, ferragem, pintura, instalações hidrossanitárias, sistema hidráulico preventivo e equipamentos sanitários)	811.643,04
Tribunal de Justiça	112/2008	instalação de piso vinílico	315.000,00
Tribunal de Justiça	37/2008	aquisição e instalação de paredes divisórias de madeira e portas (c/ ferragem completa), paredes divisórias de gesso acartonado e portas de giro de madeira (c/ ferragem completa), portas de correr de madeira (c/ ferragem completa), e serviços especializados de montagem e desmontagem, s/ vidro, de paredes divisórias de madeira e manutenção e regulagem de portas - Torres I e II	599.780,65
Tribunal de Justiça	68/2008	fornecimento e instalação de forros, incluindo mão-de-obra - Torres I e II	240.000,00
Tribunal de Justiça	77/2008	aquisição, c/ instalação, de piso laminado de madeira	265.000,00
Tribunal de Justiça	81/2008	serviços de manutenção preventiva e corretiva no grupo gerador	2.500,00
Tribunal de Justiça	87/2008	aquisição, c/ instalação, de 310 m ² de persianas verticais - torre I	10.385,00
Tribunal de Justiça e Anexos	108/2007	manutenção das instalações elétricas do Tribunal de Justiça e seus anexos	95.687,54

DIVERSOS

COMARCA	CONTRATO Nº	OBJETO	VALOR ANUAL (R\$)
Camboriú	Empenho nº 5617	Fornecimento de persianas	5.626,50
Chapecó	Empenho nº 974	Colocação de películas	55.000,00
Pinhalzinho	145/2008	Fornecimento de persianas	5.530,52
Pinhalzinho	148/2008	Confecção e instalação de Comunicação Visual	11.000,00
Poder Judiciário	Reg. Preço nº 157/2008	Fornecimento de Persianas	192.000,00
Poder Judiciário	Reg. Preço nº 159/2008	Confecção e instalação de Comunicação Visual	975.000,00
Poder Judiciário	Empenho nº 6915	Fornecimento de materiais elétricos	38.231,70
Tribunal de Justiça	03/2008	Cópia de projetos	4.740,12
Tribunal de Justiça	33/2008	Plotagem de projetos	7.441,20
Tribunal de Justiça – Torre I	87/2008	Fornecimento de persianas para os pavimentos 1 e 2.	10.385,00
Tribunal de Justiça – Torre I	Empenho nº 7981	Colocação de película nas janelas dos pavimentos 1 ao 4 e 7.	19.800,00
Tribunal de Justiça – Torre II	Empenho nº 5616	Fornecimento de persianas	6.750,00

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EM LICITAÇÃO

COMARCA	OBJETO
Balneário Camboriú	Reforma da escadaria de acesso ao Salão do Júri
Braço do Norte	Reforma do prédio do Fórum
Fórum da Capital	Instalação do sistema de alarme contra incêndio
Fórum da Capital	Manutenção preventiva e corretiva para o gerador de energia instalado no prédio do Fórum
Fórum da Capital – Anexo	Manutenção do sistema de climatização
Joinville	Reforma do antigo prédio do Fórum
Poder Judiciário	Aquisição de aparelhos de ar condicionado
Poder Judiciário	Fornecimento de placas de bronze
Pomerode	Reforma do prédio do Fórum
São Joaquim	Reforma do prédio do Fórum
Tribunal de Justiça	Reforma do 10º pavimento

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

COMARCA	OBJETO
Balneário Camboriú	Reforma do prédio do Fórum
Blumenau	Reforma do prédio do Fórum
Forquilha	Construção do prédio do Fórum
Rio Negrinho	Construção do prédio do Fórum
Romelândia	Construção da Casa da Cidadania
Tribunal de Justiça	Reforma do 11º e 12º pavimentos
Turvo	Construção do prédio do Fórum
Urussanga	Reforma do prédio do Fórum

◀ DIRETORIA DE INFORMÁTICA ▶

◀ GIOVANNI MORESCO ▶

Diretor



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Tecnologia da Informação (TI) assumiu papel de significativa importância nas organizações públicas e privadas. Em um ambiente corporativo, onde a exigência de informação atualizada aumenta exponencialmente, a TI atua em praticamente todos os processos da empresa, fornecendo os subsídios para a celeridade dos procedimentos e para a ágil e precisa tomada de decisão. Na era do conhecimento, a fim de lidar com a complexidade do desenvolvimento tecnológico, a organização do processo de inovação requer mais do que um corpo coerente de estratégias, técnicas e ferramentas de gestão. Para tanto, torna-se fundamental a existência de um efetivo trabalho gerencial que permita a integração entre as diversas áreas que compõem a Tecnologia da Informação, além da gestão proativa dos conceitos e práticas emergentes nesse campo de conhecimento, atividade à qual a literatura técnica denomina “governança de TI”.

O objetivo da governança de TI é assegurar que as ações tecnológicas estejam alinhadas com o negócio da organização, agregando-lhe valor. O desempenho da área deve ser medido (o que no Poder Judiciário acontece por meio de métodos como o *Balanced Scorecard*), os

recursos devidamente alocados e os riscos, reduzidos ou eliminados. Assim, é possível gerenciar e controlar as iniciativas de TI nas organizações para garantir o retorno de investimentos e a adoção de melhorias nos processos organizacionais. A governança adequada visa ainda, garantir a correta aplicação dos recursos empregados em tecnologia da informação e se torna cada vez mais importante, tendo em vista o orçamento dispensado ao setor.

Nesse sentido, o Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) e a Diretoria de Informática têm investido em pesquisa e desenvolvimento de ferramentas de Gestão do Conhecimento e Inovação Tecnológica, áreas que mesclam a utilização de recursos de tecnologia com a valorização do capital humano e da experiência dos colaboradores do Poder Judiciário. Tal investimento constante tem permitido que o Estado de Santa Catarina permaneça como referência tecnológica no Judiciário brasileiro.

Aprimorar o equilíbrio entre recursos financeiros, tecnologia, cultura organizacional e qualidade na prestação de serviços à população, tem-se apresentado como o desafio a ser superado. Empregar a tecnologia como facilitador em todo esse processo é o trabalho que vem sendo

realizado pela área de informática do Poder Judiciário catarinense, tomando o devido cuidado de, por um lado entender as novas tecnologias e, por outro, a dinâmica organizacional, atuando neste contexto de forma a extrair o melhor dos recursos tecnológicos para empregar em benefício do cidadão.

Contando com cinco divisões, duas assessorias e uma secretaria, a Diretoria de Informática atua no projeto, desenvolvimento e manutenção de sistemas e da infra-estrutura necessária ao seu adequado funcionamento. O presente relatório descreve os atendimentos prestados, sistemas desenvolvidos e atualizados e o parque de equipamentos tecnológicos, além dos projetos em destaque conduzidos pela informática do Poder Judiciário Catarinense no ano de 2008 (1º/02/08 a 30/11/08).

> EQUIPAMENTOS

Para manter o Poder Judiciário catarinense na vanguarda tecnológica, além da qualidade do parque instalado, a Diretoria de Informática providencia periodicamente a aquisição e distribuição de equipamentos para as diversas unidades judiciárias. Visando eliminar a obsolescência do parque de informática e atender às novas demandas, mantendo os estoques em níveis seguros, foi efetuada a aquisição de microcomputadores, impressoras,

monitores de vídeo e outros equipamentos destinados aos usuários internos. Em 2008, foram distribuídos:

- 2.600 novos microcomputadores;
- 75 notebooks para novos Magistrados;
- 1.125 monitores LCD;
- 374 impressoras e
- 525 *pen-drives*.

Ainda no que se refere à instalação e configuração de equipamentos, foram distribuídos 16.436 peças e acessórios para equipamentos de TI. Apenas no prédio do Tribunal de Justiça foram instalados 3.200 equipamentos de TI.

Obviamente, o trabalho relativo a equipamentos não se resume à distribuição dos mesmos pelas unidades jurisdicionais. Com o constante processo de mudança física de unidades, aliado à criação e inauguração de Fóruns e Varas, a Diretoria de Informática atua de forma proativa nas mudanças e novas instalações, providenciando o desligamento da estrutura atual e novas instalações e configurações. Assim, foram atendidas 6 mudanças de Fórum, 23 mudanças de Gabinete de Desembargadores e Juízes de 2º Grau, além de 14 novas Varas. Como principal decorrência desse trabalho, foram efetuadas 15.500 transferências patrimoniais de bens de informática.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Por fim, atendendo à função social do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática preparou ainda 2.200 equipamentos que foram encaminhados à doação para entidades governamentais e de assistência, destacando-se a transferência de 1.600 computadores à Secretaria da Educação.

> BANCOS DE DADOS

Já no início da gestão, foram instalados e configurados os servidores de banco de dados para validação do sistema de Peticionamento Eletrônico, cuja implantação em todo o Estado foi concluída em novembro. Ainda no atendimento aos sistemas da área fim da organização, foi realizada a preparação da base de dados de todas as Comarcas do Estado para instalação da versão 3.2 do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), viabilizando assim a implantação da Gerência de Cobrança de Custas Finais Centralizada (GECOF).

Com a atualização de versão dos sistemas e o crescimento exponencial das informações armazenadas, surgiu a necessidade de um controle mais eficiente dos bancos de dados institucionais, o que foi atingido com a instalação, nas 110 Comarcas, de uma ferramenta para gerenciamento denominada Oracle Enterprise Manager. Mais que isso,

foram criadas bases de dados para novas aplicações, além dos testes e homologação de sistemas.

> SERVIDORES DE REDE

Durante o ano, foram realizadas especificações para aquisição de novos servidores para o Tribunal de Justiça e as Comarcas, visando atender à demanda crescente por esse tipo de equipamento e também melhorar o desempenho dos serviços prestados. Além do processo de aquisição, foram substituídos os servidores de rede de 28 Comarcas, proporcionando maior capacidade de processamento e agilidade. Foi também instalado um servidor de acesso remoto na Comarca de Joinville com o sistema Go-Global, para viabilizar a utilização do SAJ/PG na UNIVILLE, cujo acesso é realizado através de *link* de comunicação. Ainda com relação ao gerenciamento de servidores, foram criados 38 discos departamentais, de forma a atender à solicitação de diversos setores e organizar a informação institucional. Buscando atender aos requisitos de segurança e proporcionar maior automação na realização de *backups*, foi ampliada a abrangência da “biblioteca automática de fitas”, a qual efetua cópias de segurança sem a intervenção humana e com a racionalização dos recursos.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

> REDES E TELECOMUNICAÇÕES

Uma das atividades relacionadas a TI que mais cresce atualmente, o segmento de redes e telecomunicações mereceu especial atenção da Diretoria de Informática e CGInfo. Dentre os serviços sob sua responsabilidade, pode-se destacar a administração da rede de dados que interliga todas as Comarcas ao Tribunal de Justiça, acesso a Internet com filtro de conteúdo com serviço de Proxy (cache), gerência da solução de segurança dentre eles o pacote de antivírus e administração do *Firewall*. As atividades relativas ao setor em 2008 são apresentadas a seguir, com destaque ainda a migração de parte da telefonia convencional do Poder Judiciário para a telefonia VoIP (voz sobre IP), gerando economia deste item orçamentário na ordem de 15 no valor das ligações efetuadas.

> INFRA-ESTRUTURA DE REDE LÓGICA

- Ligação de fibra na Comarca de Blumenau para interligar Fórum à unidade avançada (FURB), liberando o servidor Go-Global para outra Comarca, além de retirar a Central Telefônica da Unidade Avançada, com o Sistema VOIP, com economia mensal de R\$ 760,00;
- Instalação da fibra ótica do Executivo Fiscal da Comarca da Capital, aumentando a velocidade de transmissão de dados de 1

para 100mbps, viabilizando, ainda, o processo virtual com segurança, além de melhorar sensivelmente o acesso ao SAJ.

Esse sistema permitirá também a economia média mensal de R\$ 1.400,00;

- Migração de São José, Estreito, Norte Ilha e Juizado Infância e Juventude para o anel de fibra ótica instalado pelo CIASC, com uma economia anual de R\$ 29.791,20 (São José: R\$ 10.038,72; Estreito: R\$ 6.584,16; Norte Ilha: R\$ 6.584,16; Juizado Infância e Juventude: R\$ 6.584,16);
- Iniciada interligação em fibra ótica do Almoxarifado Central, Arquivo Central ao TJSC, Joinville a Unidade Avançada Univille e ao antigo prédio que será reativado, conforme convênio com o CIASC;
- Instalação de rede de fibra ótica entre o Tribunal de Justiça e o novo Fórum Eduardo Luz, com *link* de dados e telefonia;
- Instalação de cabeamento em fibra ótica na sala de servidores, o que permitirá a migração para uma rede de backbone mais veloz e de manutenção menos onerosa;
- Instalação de *switches* gerenciáveis nos gabinetes do 1º e 2º andares do Tribunal de Justiça, proporcionando maior performance com ligação via Gigabit Ethernet com o Switch Backbone;
- Iniciado projeto de migração da Rede Lógica do CPD, propiciando migração da

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

estrutura de rede para um sistema mais seguro e confiável com DMZ;

- Iniciado projeto de migração do endereçamento de rede do TJSC para adequação à rede do Governo/CIASC, visando a implantação de link redundante de saída para internet, bem como a ampliação de 100Mbps para 1Gbps, gerando banda para atender aos projetos futuros.

> TELEFONIA CONVENCIONAL E MÓVEL

- Testes de sistema modular de celular, no sistema VoIP, gerando uma economia para o Tribunal de Justiça nas ligações para celular de aproximadamente 50%.
- Ampliação do DDR (Discagem Direta a Ramal) de 100 para 300, na comarca de Itajaí;
- Instalação e implantação do monitoramento eletrônico das Centrais Telefônicas de todas as comarcas;
- Instalado *wireless* para Corregedoria-Geral da Justiça, com a mesma segurança da Torre II;
- Migração das Centrais do Norte da Ilha, Agronômica, Estreito e São José para a Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, gerando economia nas ligações entre os prédios com o cancelamento de feixes E1 das Comarcas citadas. As ligações

passam a ser entre ramais, passando a fazer ligações VOIP para todo o Estado, aproveitando todos os recursos da Central do TJ;

- Licitação de 94 telefones sem fio, para atender aos TSI de todas as comarcas que se deslocam constantemente pelo Fórum;
- Atualização de todos os celulares de uso a serviço à disposição do PJSC.

> IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA VOIP

- Conclusão da ligação em fibra ótica na Comarca de Itajaí (Fórum – Univali), proporcionando uma economia mensal de R\$ 548,00 e viabilizando a instalação da telefonia VoIP entre as unidades;
- Implantação do sistema VoIP na Comarca da Capital;
- Instalação da central VOIP na comarca de Catanduvas;
- Implantação do sistema VOIP na Comarca de Joinville;
- Implantação do sistema VOIP na Comarca Brusque e Balneário Camboriú, gerando economia anual de R\$ 10.680,00 para cada localidade;
- Instalação da Central VOIP em Tubarão, com cancelamento do circuito de voz, gerando economia anual de R\$ 9.576,00;
- Implantação do sistema Asterisk nas Comarcas de Concórdia e Pinhalzinho;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Na Comarca de Ibirama, foi realocada uma Central NEC IPs, que fala VOIP com as demais centrais NEC e faz ligação local entre elas e com o TJSC. Economia de 5 à 10 % conforme demanda;
- Instalação da Central VOIP do Almojarifado Central;
- Instalação da Central VOIP em Palhoça, para atender a criação da nova Vara;
- Migração da Central do TJSC para telefonia VoIP;

> SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em um cenário em que as instituições públicas e privadas dependem cada vez mais das informações e da Tecnologia da Informação para a continuidade e excelência de suas atividades, e considerando que o próprio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina se encontra em fase de modernização e expansão nesta área, é de suma importância que se direcionem e busquem efetivas ações que visem garantir a irrestrita, adequada e precisa segurança das informações reais, tecnológicas e virtuais. Nesse sentido o CGInfo e a Diretoria de Informática, cientes de sua responsabilidade sobre o assunto, iniciaram em 2008 estudos e discussões acerca da criação e implantação de uma política de segurança da informação para o Poder Judiciário catarinense. Essa política norteará a implementação de

ações de proteção que deverão ser aplicadas a toda e qualquer informação e à infra-estrutura tecnológica que é disponibilizada, independentemente de onde ela se encontre, produzidas pelos sistemas de informação deste Tribunal e suas Comarcas, com vistas ao resguardo da sua imagem e dos seus objetivos institucionais.

Como passo inicial desse projeto, foi contratada uma consultoria externa, que avaliou a situação atual em conjunto com os técnicos do Tribunal de Justiça e, após os estudos preliminares, apontou as áreas com maior necessidade de atuação e também redigiu os princípios básicos da política de segurança. Passo seguinte, a Diretoria de Informática vêm estudando as normas internacionais que regem o tema, de forma a prover subsídios para o fortalecimento dessa política. A gerência de segurança da informação visa identificar os riscos e implantar medidas que de forma efetiva tornem estes riscos gerenciáveis e minimizados. É importante destacar que o trabalho de implantação de uma política de segurança da informação não se restringe às áreas técnicas relacionadas com a TI. É necessário o engajamento de toda a instituição, atuando de forma participativa no processo. Através do estudo realizado ao longo do ano de 2008, detectou-se a necessidade de uma estrutura

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

específica com responsabilidades sobre a definição, implantação e fiscalização da política, uma vez que o tema vem adquirindo relevância e essa especialização é uma tendência nas organizações modernas. No conjunto das atividades operacionais e implantação de mecanismos relacionadas à segurança da informação, podemos destacar:

- A identificação de espaço físico e especificação de equipamentos para aquisição de Sala Cofre, conforme estabelecido pelas normas brasileiras para a instalação de ambientes de TI protegidos;
- A contratação de *Cyber Datacenter*, o qual irá operar como *site backup* para as informações críticas da instituição, como é o caso do processo virtual e do peticionamento eletrônico, garantindo a disponibilidade dos serviços em regime de 24x7;
- Implantação do sistema *Keypass* para armazenamento criptografado das senhas de acesso aos servidores;
- Testes do novo *firewall* Cisco para melhoria da performance do serviço;
- Migração dos certificados Web para ICP-Brasil já no novo domínio tjsc.jus.br, além dos certificados para PDDE;
- Adequação do contrato dos sistemas de antivírus;
- Instalação do IMSS 7, possibilitando no

futuro o acesso a quarentena de usuário por usuário, novas atualizações do antivírus de e-mail e mais segurança para a estrutura computacional;

- Instalação de mais 3 servidores do Filtro de Conteúdo Web (Dansguardian), melhorando a performance da navegação na Web;
- Migração dos Sistemas de Segurança do Tribunal de Justiça e das Comarcas, com a versão mais robusta e mais eficaz;
- Testes do WSUS, que faz atualizações na rede interna para o Windows XP e Vista, garantindo segurança para máquinas quanto a falhas de segurança;
- Estudo dos *softwares* Zabbix, GroundWorks, Hp-openview, Prtg, Cacti, Nagios, What'S up, Op Manager para monitoramento de rede;
- Estudo dos requisitos para criação de uma Autoridade de Registro (AR), de uma Autoridade Certificadora (AC), e por fim, dando apoio com manuais de como cadastrar para distribuição dos certificados do BB.

> IDENTIDADES DIGITAIS

Em 24 de março, o Tribunal de Justiça firmou o contrato com o Banco do Brasil para a prestação de serviços financeiros, incluindo a disponibilização de 6 mil Certificados Digitais Certisign Pessoa Física e-CPF em smart card,

vinculados a ICP-Brasil. As identidades digitais terão validade de três anos e poderão ser aplicadas no processo virtual; na remessa de documentos eletrônicos, como *e-mail* e ofícios, e no serviço Infojud, acessíveis por meio da Corregedoria-Geral da Justiça.

A primeira identidade digital do Poder Judiciário catarinense, foi recebida pelo presidente do Tribunal de Justiça e outras 107 foram, disponibilizadas para os Desembargadores, Juízes de 2º grau, diretores e servidores do TJ.

> GESTÃO DO CONHECIMENTO

A Gestão do Conhecimento, é segmento da área de tecnologia fundamental no processo de adaptação da cultura organizacional ao processo tecnológico e, porque não dizer, da tecnologia à cultura organizacional. As atividades desenvolvidas em 2008, cuja relação é apresentada a seguir, foram no sentido de prospectar, entender e indicar novos produtos e processos que venham corroborar para uma melhor disseminação da informação, do conhecimento e do aprimoramento do processo de comunicação interna do Poder Judiciário Catarinense.

- Definição de Metodologia de Gerenciamento de Projetos, bem como de Desenvolvimento de Software;
- Análise de orçamentos de softwares de

Gerenciamento de Projetos;

- Acompanhamento e formalização do processo de desenvolvimento de software;
- Projeto de Implantação de ITIL;
- Planejamento, execução e acompanhamento do projeto de implantação da Central de Serviços;
- Análise de softwares para Central de Serviços e desenvolvimento dos processos para implantação desta e Gerência de Configuração (ITIL);
- Atendimento a usuários da Agenda Corporativa e *Webmail*;
- Análise dos processos de atendimento ao usuário;
- Planejamento e acompanhamento do projeto de alteração de contas de email, devolução dos 2.200 micros substituídos, implantação da versão 5.0 do SAJ/PG e SAJ/SG, implantação de cartório remoto, desenvolvimento do novo sistema de Recursos Humanos, entre outros;
- Análise e testes do software de colaboração Zimbra;
- Testes e início da parametrização da ferramenta OcoMon;
- Elaboração de edital para aquisição da ferramenta da Central de Serviços;
- Elaboração do Plano de comunicação do projeto de Implantação da Central de Serviços e do software de colaboração Zimbra;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Acompanhamento e elaboração das políticas de segurança da informação;
- Relatórios mensais sobre as atividades da diretoria;

> DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

A atividade de desenvolvimento de sistemas ocupa papel estratégico nas políticas de gestão da informação e tecnologia do PJSC, trazendo para a responsabilidade da equipe interna, sempre que possível e em número cada vez maior de situações, o desenvolvimento de soluções em sistemas de informação com o uso de alta tecnologia, reduzindo a dependência deste Poder em relação aos fornecedores desses tipos de produtos.

Mais que isso, é tarefa que utiliza diretamente a *expertise* dos servidores, cujo conhecimento da cultura e dos processos do Poder Judiciário facilitam o desenvolvimento dessas soluções e, entre outros benefícios, economizam recursos financeiros que podem então ser aplicados na atividade fim.

Relatamos, a seguir, as principais atividades relacionadas com desenvolvimento de sistemas em 2008, agrupadas por afinidade dos sistemas.

> SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO (SAJ 5)

A constituição de um Grupo de Trabalho,

criado especialmente para o desenvolvimento e aplicação das rotinas cartorárias em processos eletrônicos, permitiu a conclusão do projeto referente à automação do fluxo de execução fiscal. Este fluxo foi instalado na vara de Execução Fiscal da Capital, onde tramitam mais de 40.000 processos exclusivamente em meio digital, gerando-se, em apenas 03 dias mais de 5.000 despachos, bem como o encaminhamento de mais de 9.000 processos à Procuradoria Geral do Município.

Referido projeto deverá ser complementado com a implantação do Cartório Remoto, onde passarão a tramitar os processos executivos fiscais, inicialmente dos Municípios de Florianópolis e Lages.

Na unidade do Executivo Fiscal do Município de Lages, além dos processos de Execução Fiscal Estadual, também estão sendo protocoladas 30.000 execuções fiscais municipais em meio eletrônico.

Quanto ao procedimento do Juizado Especial Cível, foram apresentados os fluxogramas das rotinas do andamento processual.

O Grupo, em paralelo, está trabalhando na adequação do sistema SAJ 5 a fim de permitir que o mesmo sistema possa operar também com processos físicos, tendo sido eleita a Comarca de Camboriú como piloto deste projeto.

> PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

Com a migração para a versão 3.2 do SAJ, o Tribunal de Justiça pode implementar o sistema de peticionamento eletrônico, inclusive para operação com o processo físico. Esse sistema, em conformidade com a Lei 11.419 do Governo Federal, possibilita aos advogados o encaminhamento de peças iniciais e/ou intermediárias em meio digital.

Durante o segundo semestre de 2008, implantadores visitaram todas as comarcas do Estado, visando à capacitação para a utilização do sistema de peticionamento eletrônico, trabalho este concluído em novembro.

> GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

O projeto para a gravação de audiências em meio eletrônico (som e imagem), iniciou, com a instalação na comarca de Joinville, no dia 19 de agosto, mediante utilização de tecnologia fornecida pela empresa Kenta, especializada nesse serviço, inclusive com experiência em outros órgãos do Poder Judiciário.

Os resultados apontados pelo Juiz daquela comarca destacam inúmeros reflexos positivos, tais como: diminuição do tempo das audiências, economia de papel, agilização dos processos com a possibilidade de prolação de sentença em audiência, a fidelidade dos depoimentos e em especial o enxugamento da pauta de audiências em até 50%.

O mesmo sistema foi instalado nas Comarcas de Braço do Norte e Santa Rosa do Sul, com resultados similares os já mencionados. A gravação das audiências, integrada ao sistema SAJ, será instalada juntamente com a nova versão do sistema (SAJ 5) na Comarca de Camboriú.

> INTEGRAÇÃO COM MINISTÉRIO PÚBLICO

Membros do CGInfo, Corregedoria-Geral da Justiça e representantes do Ministério Público delinearão a integração dos sistemas SAJ e SIG, que permite a transferência de dados entre os sistemas utilizados pelo Tribunal de Justiça (SAJ) e pelo Ministério Público (SIG).

A integração passa a gerar a remessa de cargas de processos e disponibilização de documentos e pareceres na consulta processual, a partir dos dados enviados pelo MP. A partir da implantação do SAJ 5, será possível identificar o promotor com vistas do processo e receber documentos e pareceres virtualmente.

> RESOLUÇÃO N. 46 DO CNJ

Para atendimento das normas contidas na resolução n. 46 do CNJ, foram providenciadas adequações nos sistemas SAJ de primeiro e segundo grau, referente às tabelas de classe, assuntos e movimentações. Objetivando a correta utilização do sistema, foram realizados os seguintes cursos:

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Mais de 100 distribuidores do 1º Grau, divididos em duas turmas, foram capacitados através de ensino à distância e, presencialmente em 2 dias, com palestras e atividades práticas nas dependências da Academia Judicial.
- Os Distribuidores (cadastradores) do 2º Grau, também em duas turmas, receberam a capacitação através de curso efetivado nas dependências do TJ.

> OUTROS SISTEMAS JURÍDICOS

- Publicação Eletrônica: primeira versão do aplicativo, com as funcionalidades básicas, foi colocado em testes junto a Assessoria de Imprensa;
- Consulta Web de Jurisprudência: a importação foi encerrada e a consulta disponibilizada para testes pela DDI e pelos gabinetes;
- Melhorias no aplicativo CAPTURA: destaque para a integração com as matérias do 2º grau, permitindo a notificação de publicação ao usuário, e a associação do número do diário com cada matéria;
- Levantamento de melhorias do aplicativo MAP, junto a DDI;
- Recurso Extraordinário-STF – análise e projeto do sistema; desenvolvimento de todo o módulo para cadastramento dos RES a serem remetidos ao STF;
- Sistema de Distribuição de Títulos de Protesto - implantação em Lages e ajustes no sistema.
- Sistema de Automação do Extrajudicial – iniciados os estudos e preparação da apresentação inicial do projeto para o extrajudicial (SAE);
- Diário da Justiça Eletrônico:
 - Alteração no procedimento de notificação da publicação de matérias no DJE;
 - Suporte aos usuários (não recepção de arquivos enviados via MAP; Problema no gerenciamento das permissões do usuário);
 - Análise da solicitação da OAB para publicação de matérias;
 - Disponibilizada consulta do Diário da Justiça Eletrônico com novos parâmetros de pesquisa, que permite a busca por palavras-chave, frases existentes no documento e intervalo de datas. Além disso, o novo sistema possibilita que seja visualizada apenas a página do DJE que contém o texto pesquisado, evitando o *download* de todo o documento. As inovações otimizam o tráfego na rede de dados e reduzem o tempo de acesso ao documento e as interferências deste serviço nas demais consultas.
- Sistema de Envio de Recurso Extraordinário/STF - Implantação e treinamento do sistema para envio dos

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

recursos extraordinários a serem remetidos ao STF;

- Protocolo Unificado – PGE:
 - reuniões e produção da especificação técnica do recurso;
 - implementada forma de controle sobre os Protocolos Unificados a serem cobrados da PGE, aproveitando a estrutura disponível do controle de custas judiciais e o controle de acesso aos órgãos externos ao PJSC;
 - Testes e comunicação com os usuários para teste e aprovação do protótipo. Aguardando assinatura do convênio.
- Sistema de Envio de Recursos:
- Desenvolvimento com incrementos da infraestrutura e recursos técnicos;
- Testes e alterações no projeto para viabilização do retorno das informações do STF;

> SISTEMAS DE COMPRAS E FINANÇAS**a) CONTA ÚNICA**

- Estudo e proposta de uma solução para o uso da assinatura digital no sistema de Conta Única;
- Alterações na conta única para a nova versão do Bacen-Jud;
- Validação da proposta da forma de implementação da assinatura digital na Conta Única com a DOF e apresentação da mesma a um grupo de trabalho com 2 juízes e 5 escrivães (GT do SAJ);
- Implementação visando restringir a validação dos saques antes de efetuar os depósitos;
- Trabalho para identificação de processo e subconta de valores existentes nas contas poço do BESC;
- Cruzamento de informações sobre valores não retirados existentes nas contas poço no BESC;
- Bacen-Jud, levantamento de valores não condizentes com os totais, detecção da origem do problema e comunicação aos usuários das providências a solicitar ao BESC para solução;
- Elaboração da especificação técnica do recurso para atender à resolução 14/08-GP, aprovação com os usuários e início da implementação;
- Remoção dos negritos e do brasão nas impressões. Brasão mantido apenas no alvará e no comprovante de abertura de subconta;
- Alterações visando aspectos de segurança;
- Estudos da tecnologia que será utilizada para a o alvará de saque virtual assinado digitalmente;
- Geração de diversos levantamentos solicitados pela Diretoria de Orçamento e Finanças para melhoria de procedimentos e

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- solução de situações indesejadas como valores parados nas contas recibo;
- Preparação do código do sistema para iniciar a implementação dos dispositivos necessários à resolução 14/2008 GP;
 - Solução de problemas técnicos relativos à compilação nos novos micros;
 - Implementação do dispositivo para transferência de subcontas pela própria comarca;
 - Planejamento para a implementação do alvará eletrônico;
 - Estudo da tecnologia a ser utilizada para assinatura do alvará, visto que assinatura que já utilizamos, para documentos pdf, não atende às necessidades da aplicação.
 - Disponibilização da nova versão para as comarcas e apoio na elaboração das orientações;
 - Alteração do recurso para informar o IRRF para permitir que o chefe de cartório altere o valor calculado pelo sistema;
 - Implementação da simulação de saldo da subconta no módulo da comarca;
 - Plano emergencial para contornar o problema da exclusão do BESC do Sistema BacenJud.
 - Processamento manual de arquivos, desenvolvimento de ferramenta paliativa para o período de ajuste;
 - Busca de inconsistências referentes às

transferências BacenJud ocorridas através do BESC desde setembro.

- Sequência da implementação da res. 14/2008-GP (prejudicada pelos imprevistos relativos ao BacenJud);
- Atendimento a usuários, ajuste do cadastro das nossas varas e criação do cadastro das varas de outros órgãos para detectar transferências indevidas recebidas via BacenJud.

b) DIRF

- Reimportação para DIRF dos dados do CIASC, ajustes foram necessários no sistema devido a situações não previstas;
- Acompanhamento na Divisão de Contabilidade para as primeiras retificações e envio da primeira DIRF retificadora;
- Sistema Centralizador da DIRF - envio da reDIRF com as últimas correções do CIASC, apoiando usuários da DOF;
- Sistema Centralizador da DIRF - reimportação da DIRF e emissão de REDIRF devido a um erro na importação posterior à correção do arquivo do CIASC sobre adiantamentos.

c) CONTRATOS

- Ajuste do sistema de numeração de contratos para vislumbrar os subtipos;
- Retomada do SCC; reuniões com o usuário

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

e internas para definição da licitação para contratação do desenvolvimento; estudo de editais e ajuste da especificação técnica do módulo a ser licitado do SCC;

- Sistema de Contratos e Convênios - Módulo Básico - preparada e enviada a solicitação para licitação de desenvolvimento do (Documentação elaborada com reuniões internas para definição do perfil da empresa, tecnologias a serem utilizadas e aprimoramento da especificação técnica existente);
- Revisão do edital para licitação do serviço de desenvolvimento do módulo inicial do sistema.
- Participação na avaliação do novo módulo de contratos do SIGEF apresentado pela empresa Politech no Centro Administrativo do Estado.

d) ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

- Instalação de melhorias nos *softwares* de auditoria dos sistemas de Gestão de Patrimônio e Gestão de Almojarifado;
- Finalização do desenvolvimento do Módulo de Gestão de Bens de Informática; desenvolvimento do Módulo de Alienação de Bens; Apoio para geração dos arquivos para o E-Sfinge;
- Implantação da Alienação de Bens Móveis;
- Finalização do Controle de Equipamentos

de Informática pelos TSI's, com os ajustes propostos na apresentação prévia do Aplicativo, como a inclusão de bens excedentes, campo observação (ou ressalvas);

- Consulta de Equipamentos de Informática do Magistrado 1º Grau pelo Secretário (ou TSI) da Comarca onde está lotado;
- Desenvolvimento do aplicativo Almojarifados Setoriais;
- Alienação de Bens - ajustes e correção;
- Transferência de Equipamentos de Informática;
- Gestão de Equipamentos de Informática pelo TSI – piloto com a Divisão de Equipamentos.
- Implementação de rotina para auditoria patrimonial;
- Criação de controle de logs em tabelas e aplicativos;
- Suporte relativo ao coletor;
- Implementação da auditoria patrimonial;
- Criação de controle de log nos aplicativos.

e) PRECATÓRIOS

- Levantamento das alterações necessárias no sistema para implementar as novas formas de cálculo de precatórios;
- Validação com o usuário sobre a solução proposta para as novas formas de cálculos de precatórios. Elaboração do planejamento

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- de execução;
- Ajustes na nova versão do sistema;
- Especificada a funcionalidade de cálculo dos juros de cada período no relatório detalhado;
- Ajustes nos novos modelos de distribuição (modelo 4 e 5);
- Apuração das diferenças entre o Sistema de Precatórios e SAJ/Custas;
- Disponibilizada consulta em ordem cronológica dos precatórios por órgão;
- Definição com o usuário sobre a forma que o sistema deve proceder para efetuar parcelamentos conforme a nova resolução 10/2008 – CM;
- Finalização da implementação da nova forma de parcelamento conforme a nova resolução 10/2008 – CM;
- Implementação da priorização das custas no pagamento;
- Correção do relatório "Planilha de Cálculo" para permitir uma planilha por vez.

f) OUTROS SISTEMAS DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

- Migração Besc para Banco do Brasil;
- Fim da utilização de GRJ-R: preparação e ajustes em sistemas da Contabilidade (Sistema Centralizador de Custas) e em páginas WEB.
- Preparação dos sistemas de orçamento,

- tesouraria e selo para geração do arquivo de transferências bancárias no novo formato utilizado pelo Banco do Brasil;
- Novo Sistema de Controle de Diárias:
 - Seqüência do treinamento da utilização da forma padronizada de implementação estabelecida pela Diretoria de Informática;
 - Confecção de protótipos;
 - Mapeamento de tabelas dos bancos de dados para uso do JPA.
- Sistema de Recolhimento do FRJ - iniciados os projetos com definições preliminares e levantamento de requisitos em andamento;
- Novo Sistema de Diárias - reunião na ASPLAN sobre o projeto, apresentação da solução proposta e feitos os encaminhamentos para em seguida planejar a implementação;
- Sistema Centralizador de Custas Judiciais – Levantamento de custas relativas a fotocópias.

> SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS

a) SISTEMAS ATUAIS

- Férias: levantamento de dados funcionais inconsistentes no que se refere a saldo de férias para melhorias no fluxo de férias;
- Implementação do módulo de provimento de cargos comissionados;
- Importação de dados do SHF (dados

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- funcionais e movimento de nomeação);
- Finalização da implantação e acompanhamento do módulo de concursos de remoção;
- Manutenção do sistema de promoções (SAF);
- Finalização e envio de arquivos de concursos para o E-Sfinge;
- Participação nas reuniões de definição de prioridades de manutenção do SHF;
- Acompanhamento da criação de funções Caché para manutenção de tabelas (KTAB);
- Mapeamentos CACHE em apoio ao desenvolvimento pelas outras seções (*workflow*, rh);
- Apoio em atividades envolvidas na migração do Besc2BB;
- Manutenção corretiva (DRH) nas consultas WEB (vencimentos, informações funcionais, etc), Bolsa de Estudos, Promoção, Banco de Talentos).
- *Workflow* de Férias - reformulado e simplificado;
- Apostila de proventos, em desenvolvimento, que permitirá cálculos precisos de aposentadoria;
- Funções para integrar o sistema do DRH em desenvolvimento com o atual;
- Apostila de proventos em desenvolvimento, proporcionará cálculos precisos de aposentadorias;
- Cálculo e pagamento dos atrasados de magistrados;
- Manutenção corretiva visando a recuperação de nomeações indevidas;
- Desenvolvimento de rotina para recuperar o movimento de "Férias pagamento" de 85 servidores, visando identificar o possível pagamento duplicado de Férias;
- Manutenção corretiva nas função utilizada pelo *Workflow* na suspensão de férias;
- Desenvolvimento de funções que recuperam o fim do estágio probatório e movimentos por matrículas;
- *Workflow* – Correções no fluxo de substituição. Levantamentos e correções dos problemas com o lançamento dos pagamentos de férias;
- Sistema de Controle de Bolsas de Estudo - acompanhamento do novo processo de renovações de bolsa e solução de problemas pontuais;
- Marcação de Férias – definição do cronograma de marcação de férias e início da implementação das melhorias;
- Programa para concessão automática de licença prêmio;
- Desenvolvimento da apostila de proventos; •
Elaboração dos atrasados de magistrados dos processos 291091-2007.8 e 309218-2008.6;
- Disponibilização de consulta na Intranet dos atrasados de magistrados dos processos

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- 291091-2007.8 e 309218-2008.6;
- Suporte a DAMF relativas a informações cadastrais incorretas;
 - Treinamento do usuário para correta utilização do módulo de avaliação e promoção;
 - Mapeamento de globais caché para o sistema de DRH;
 - Implementação do módulo de marcação de férias;
 - Acompanhamento na geração e correção do ato de promoção que atualizou as promoções pendentes até 18 de agosto de 2008;
 - Alterações no sistema de progressão funcional, para adaptar os novos cargos criados e a mudança dos níveis para fins de promoção e avaliação;
 - Correções nas rotinas de atualiza e desfaz atualização no cadastro em relação a dados de promoção (histórico funcional, dados funcionais, dados folha de pagamento);
 - Desenvolvida rotina no caché de auditoria das alterações dos dados do cadastro funcional (KCF) quando atualiza dados de promoções;
 - *Workflow* de Férias – geração automática de mais de 2.500 fluxos de solicitação de gozo de férias;
 - Alterações no modelo de dados e adequações no programa de Pesquisa de Satisfação;

- Auxílio na solução de problemas na parte de remoções, devidos à evolução de alguns cargos;
- Alteração da GFIP, SEFIP para ajuste ao novo *layout*;
- Programa para relacionar servidores que receberam indevidamente gratificação de TSI;
- Novo programa para cálculo de substituição.

b) NOVO SISTEMA

- Implementação do módulo de provimento de cargos comissionados:
 - integração com o fluxo do processo;
 - implementação do recebimento de documentos web;
 - finalização da indicação de comissionados web;
 - finalização do cadastro do colaborador web.
- Finalização das rotinas de importação de movimentos;
- Início das rotinas de processamento dos movimentos importados de movimentação funcional;
- Implementação do gerenciador de tarefas para módulos em Delphi;
- Alteração do sistema para solução de problemas de performance, memória, etc.;
- Integração das aplicações Flex com os serviços do SEG;
- Suporte a usuários da remoção com relação a atualização do cadastro (servidores novos);

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Criação de um componente para mostrar os processos do sistema aos usuários nas aplicações web;
- Criação da visualização do processo (pós barra de tarefas) no aplicativo Delphi;
- Finalização do mapeamento dos movimentos Cache;
- Criação de procedimento para importação automática de movimentos;
- Construção de rotinas de processamento dos movimentos;
- Consolidação da interface de consulta e atualização de dados usando Flex e Java.
- Suporte a usuários da remoção com relação a atualização do cadastro (servidores novos);
- Finalização e validação do procedimento para importação automática de movimentos;
- Construção de rotinas de processamento dos movimentos; d) execuções e testes de importação e processamento dos movimentos.
- Levantamento, especificação e execução de processamentos de movimento;
- Revisão/refinamento da especificação do módulo de provimento de bolsistas/estagiários;
- Alteração no módulo de remoção: adaptação à resolução que proíbe servidores em estágio probatório de realizar inscrição;
- Alteração no módulo de concurso: publicação da situação dos concursos;
- Criação de serviço para disponibilizar informações funcionais;
- Correção dos últimos problemas e criação da lista de inscritos do concurso para serviço notarial e registral;
- Levantamento, especificação e execução de processamentos de movimento;
- Geração de relatórios de inconsistência de movimentos;
- Definição de roteiros de teste para o processamento de movimentos;
- Validação da importação de movimentos;
- Refinamento da especificação do módulo de provimento de bolsistas/estagiários;
- Disponibilização do serviço de informações funcionais para a Academia Judicial;
- Importação de informações funcionais (dados bancários);
- Atualização do módulo de convocação de candidatos de concurso público;
- Criação e atualização de lotações;
- Atualização de dados de lotações para viabilizar marcação de férias para 2009;
- Importação de informações funcionais (correção da escolaridade);
- Envio de dados para o E-Sfinge.
- Testes de processamentos de movimento;
- Correção de problemas de migração (grupo/referência/nível);
- Construção da ferramenta para validação da migração;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Preparação do repasse da atividade de validação;
- Implementação do módulo de provimento de comissionados;
- Atualização de dados de lotações para viabilizar marcação de férias para 2009.

> SISTEMAS DE APOIO ADMINISTRATIVO

- Consulta de Ramais: criação de filtros para melhor visualização;
- Testes e preparação para implantação da nova versão do Pergamum (Biblioteca);
- Nova geração de arquivos para importação pelo sistema dmpAcesso, para atender aos ajustes realizados pela DIMEP;
- Desenvolvimento do software para controle de fotocópias para todo o Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Colocado em produção o novo sistema de acesso ao prédio do TJ. Embora o sistema seja terceirizado, houve uma grande interação com as Divisões da Diretoria de Informática para a adaptação do software e migração de dados;
- Sistema de Fotocópias – ajustes no módulo das comarcas; alteração e acompanhamento dos serviços (Jobs) de centralização dos dados; finalização do módulo da DIE;
- Requisição de Farmácia;
- Controle de Notícias – Novo Sistema de Cadastro de Notícias apresentado para usuários e colocado em teste. Aguardando avaliação da Assessoria de Imprensa para disponibilizar em produção. Desenvolvidas melhorias na visualização das notícias.
- Expedição - acompanhamento da instalação do SIGEP (Sistema dos Correios para gerenciamento de postagem) na Seção de Expedição;
- Sistema de Informações Gerenciais – Integração da consulta de faturas de Água e Esgoto com a base de dados do sistema SCT;
- Sistema de Gerenciamento de Despesas - instalado o módulo de controle de consumo/gastos com água na Divisão de Comunicação e Transporte; treinamento dos usuários; migração de dados e ajustes no sistema;
- Sistema de Controle de Fotocópias – a) Relatórios para cobrança das cópias emitidas pela PGE e TRE; b) Adaptações decorrentes da unificação da tabela de lotações.
- Sistema de Requisição de Obras Bibliográficas – a) importação do resultado do edital de registro de preços de livros; b) adequações do sistema; c) ajustes nos saldos dos magistrados; d) liberação para operação.
- Sistema de Controle de Acesso – Alteração no sistema para contemplar as novas catracas instaladas na Torre II;
- Sistema de Controle de Despesas - Desenvolvimento dos relatórios das evoluções

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

das faturas, de *ranking* de consumo/gastos, de média irregular de consumo/gasto, de imóveis locados pelo Poder Judiciário, de imóveis cedidos a terceiros ou obras.

> APOIO AO DESENVOLVIMENTO

- Levantamento de sistemas em produção nos servidores tjsc5 e tjsc6, resgate dos códigos-fontes para controle de versão, descarte de sistemas obsoletos, documentação inicial visando futuras padronização e facilidade de manutenção;
- Pesquisa de *frameworks* Java: levantamento preliminar das facilidades de desenvolvimento utilizando JSF na perspectiva da ferramenta visual de desenvolvimento web do netbeans e eclipse;
- Prospecção da tecnologia Java para avaliar mecanismos como JPA, JSF e Flex;
- Metodologia de desenvolvimento de Software: apoio na sua definição, através de reuniões e avaliação de ferramentas;
- Prospecção de tecnologias WEB, em especial para desenvolvimento de design e de padrões;
- Refinamentos do processo de desenvolvimento de software; Definições de uso do SEG para aplicação nos novos sistemas web;
- Implantação do apontamento de horas utilizando o *Visual Source Safe*;
- Levantamento e publicação do horário de

trabalho dos colaboradores da Divisão de Desenvolvimento de sistemas;

- Desenvolvimento do modelo de implementação Java/Flex;
- Especificação de novos mecanismos no sistema SEG;
- Auxílio aos desenvolvedores para várias finalidades (instalação do VSS, utilização do *framework*, etc.).
- Curso interno de Adobe Flex;

> SUPORTE A USUÁRIOS

Com o aumento do número de serviços e da quantidade de usuários de TI, é natural que a demanda por suporte também cresça na mesma proporção. Durante o ano de 2008, foi realizada consultoria para aplicação das melhores práticas de mercado e a busca da excelência no atendimento através dos princípios preconizados pelo ITIL (Information Technology Infrastructure Library), uma biblioteca que busca promover a gestão com foco no cliente e na qualidade dos serviços.

Como conclusão desse trabalho detectou-se a urgência de criar na Diretoria de Informática um setor específico para o atendimento centralizado de solicitações de suporte, vez que na estrutura atual os chamados são atendidos de forma descentralizada, o que exige uma logística mais elaborada, além de submeter o usuário à necessidade de saber exatamente o setor que

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

resolverá seu problema, em função da inexistência de um ponto único para atendimento geral.

Todos os sistemas e serviços providos pela área de TI pressupõe uma manutenção e atendimento aos usuários, que pode ser na forma de treinamento, atendimento telefônico, criação de manuais de procedimentos ou ainda

por *instant messenger* e correio eletrônico. Por vezes, a tarefa de suporte extrapola o horário de expediente e estende-se pelo final de semana, quando são geralmente feitas as atualizações mais críticas dos sistemas, especialmente do SAJ/PG e SG. A seguir, a relação das principais demandas atendidas pelo suporte em TI:

PRINCIPAIS DEMANDAS ATENDIDAS PELO SUPORTE EM TI

SISTEMA/PROJETO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
SAJ-PG	Criação de varas	1
	Atualização de versão de sistemas	112
	Atualização para o GECOF	112
	Criação de usuários	24
	Geração de relatórios não atendidos pelo sistema	Diversos
	Abertura de Solicitações de Atendimento	Diversos
	Desmembramentos de comarcas	1
SAJ-SG	Treinamentos de Juízes Vitaliciandos	1
	Atendimento aos usuários	155
	Solicitações à Softplan	136
	Testes de atualização do sistema	21
	Elaboração de manual aos TSI	1
	Relatório de distribuição para Gabinete da Presidência	1
	Treinamentos para Secretários de Câmara	2
SAJ-GGS	Testes de atualização do sistema	21
	Testes de atualização do sistema	21
	Elaboração de manual aos TSI	1
	Treinamento de servidores de gabinetes	9
Expedição	Elaboração de manual e treinamento aos TSI	1
MAP	Elaboração de manual e treinamento aos TSI	1
Peticionamento Eletrônico	Implantação	92
Central de Serviços	Atendimento de Chamados Técnicos	10.875

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Suporte aos TSI do Tribunal de Justiça e Comarcas;
- Atendimento aos usuários, internos e externos, dos sistemas:
 - PJSC-PUSH;
 - Assistência Judiciária;
 - Tarifador;
 - Mutirão;
 - Totem;
 - Família SAJ/pg;
- Manutenção do wiki do SAJ/GGS, com atualização de informações;
 - Suporte aos seguintes sistemas:
 - SAJ/SG – Diretoria Judiciária;
 - SAJ/SG – Turmas de Recursos do Estado;
 - SAJ/SG – Secretaria do Tribunal Pleno;
 - SAJ/SG – Conselho da Magistratura;
 - SAJ/SG – Núcleo de Conciliação;
 - Expedição;
 - MAP;
- Manutenção e Suporte aos Sistemas:
 - Publicação do Diário On Line
 - DRH
 - Fotocópias
 - Gestão de Patrimônio
 - Gestão de Almoxarifado
 - Repositório de Jurisprudência
 - Recepção
 - Internet
 - Diárias
 - Orçamento, tesouraria, GRJ e DRH
 - Precatórios
 - Distribuição de Títulos para Protestos
 - Biblioteca
 - DJ eletrônico
 - *Workflow* de férias
 - SIG
 - Protocolo Unificado
 - Consultas disponíveis via Web (vencimentos, informações funcionais, etc);
 - Estágio Probatório;
 - Lotações;
 - Cargos Vagos;
 - Bolsa de Estudos;
 - Promoção;
 - Banco de Talentos;
 - Sistema de Acompanhamento de Licitações;
 - Sistema atual de diárias;
 - Promoção;
 - Remoção;
 - Sistema de Almoxarifado – coletor de dados;
 - Sistema de Acompanhamento de Licitações;
 - Sistema de Protocolo Administrativo e Controle de Distribuição de Processos;
 - Sistema de Controle de Acesso;
 - Sistema de Tarifação;
 - Tesouraria, Orçamento e Ressarcimento de Combustível,

> OUTROS PROJETOS

- Desenvolvido e disponibilizado o portal eletrônico da Infância e da Juventude, através do site do Poder Judiciário de Santa Catarina, com o objetivo de facilitar o acesso às informações relacionadas à criança e ao adolescente.
- Atendendo à normatização imposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram instalados e configurados em 2008 dois servidores com o serviço DNSSEC, que permitiram que o Poder Judiciário catarinense pudesse responder pelo novo “domínio” sugerido. Com essa medida, o endereço do Tribunal de Justiça na internet passou a também ser acessado através do endereço <http://www.tjsc.jus.br>;
- Início da consultoria em PCN (Plano de Continuidade dos Negócios) que capacitará ainda mais os servidores para o rápido restabelecimento dos serviços de rede em caso de qualquer problema;
- Disponibilizado aos magistrados no início do segundo semestre o novo repositório de acórdãos do Tribunal de Justiça, com mecanismos de atualização diária, obtida dos sistemas SAJ/SG e SAJ/GGS. Novas funcionalidades foram agregadas ao serviço de consulta: inclusão dos campos ‘Órgão Julgador’, ‘Foro’, ‘Classe’ e ‘Relator’; criação de um link para a consulta processual do

acórdão, além de botões para consulta do acórdão na íntegra e download da sua versão em formato RTF; limitação de 300 acórdãos por resultado da pesquisa, que preserva a performance e a alta disponibilidade dos recursos tecnológicos e evita buscas onerosas no mecanismo; adição de mais um canal de comunicação com o setor de suporte da Diretoria de Informática. Durante a confecção do novo repositório foi possível identificar mais de 244 mil documentos e constituir um banco de dados com mais de 283 mil acórdãos.

◀ DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA ▶

◀ ALBERTO PIZZOLATTI REMOR ▶

Diretor



1. GABINETE DO DIRETOR

Atividades e projetos desenvolvidos pelo Gabinete, com o apoio da Assessoria Técnica, Chefes de Divisão e de Seção:

- I** – Continuidade do Projeto, iniciado em 2006, cujo objetivo é a redução dos custos com o consumo de água mineral por meio da substituição de garrafas plásticas por garrafão (bombonas) de 20 litros. Cumprindo cronograma estabelecido, no decorrer do ano de 2008 o projeto foi estendido a 44 (quarenta e quatro) comarcas, além de 12 setores do TJSC, com a distribuição de 167 (cento e sessenta e sete) bebedouros elétricos;
- II** – Projeto de modernização das copas, com novas instalações das copas do 2o andar (Torre I) e do Ático (Torre II);
- III** – Continuidade do Projeto, iniciado em 2006, cujo objetivo é a redução dos gastos com a aquisição de leite e café por meio da substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas. Cumprindo cronograma estabelecido, no decorrer do ano de 2008 foram distribuídas máquinas para as 76 comarcas de entrância inicial, além das Comarcas de Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Curitiba, Florianópolis- Norte da Ilha, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, São Bento do Sul, Tijucas, Videira e Xanxerê;
- IV** – Implantação do Projeto de Coleta Seletiva no Tribunal de Justiça. Com o projeto, no decorrer do ano de 2008 foram recolhidas em média 4,2 toneladas/mês de material reciclável (janeiro a outubro). Apresentação deste projeto no Conselho Nacional da Justiça, Supremo Tribunal Federal e diversos órgãos estaduais e municipais;
- V** – Criação oficial da CIPA (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes) na Divisão de Artes Gráficas;
- VI** – Projeto de criação da Brigada Contra Incêndio, a fim de dotar o Poder Judiciário de Santa Catarina de equipes de combate à incêndio, bem como manter todos os equipamentos em perfeito estado de conservação e uso;
- VII** – Projeto para contratação dos serviços de controle de pragas no prédio do Tribunal de Justiça, Torres I e II e Fórum Central da Capital;
- VIII** – Projeto para modernização da transmissão das sessões do egrégio Tribunal Pleno e instalação do sistema nos

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

demais órgãos julgadores do Tribunal de Justiça;

IX – Fornecimento de 4.271 (quatro mil, duzentos e setenta e um) carimbos às comarcas e unidades do Tribunal de Justiça, até dez/08;

X – Expedição de autorização para aquisição de 362 passagens aéreas;

XI – Expedição de autorização para realização de 9 mudanças de magistrados;

XII – Projeto para substituição de todo o parque de máquinas fotocopadoras do Poder Judiciário de Santa Catarina, através de locação de equipamentos novos, incluídos assistência técnica e fornecimento de insumos.

2. DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

Visto ser um caso peculiar no serviço público, esta Divisão merece uma atenção diferenciada, pois que se equipara a uma indústria, onde uma legislação deve ser observada no sentido de dar condições seguras de trabalho e de resguardar a integridade física dos colaboradores e das pessoas que adentram ao parque gráfico.

Sendo assim, foram implementadas algumas ações necessárias ao cumprimento da legislação, como aquisição de Equipamento de Proteção Individual – EPI, implementação da

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, apresentação aos colaboradores do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, treinamentos de Prevenção e Combate a Incêndios, entre outros, explicando a todos os riscos existentes no local de trabalho.

Quanto à produção, o total de impressos realizados na Divisão em 2008 foi de 5.462.787, o qual representa uma média de 500.000 impressos por mês.

Para cumprir as exigências, acompanhar o aumento da demanda, bem como os prazos de entrega cada vez mais curtos neste segmento, foram adquiridos alguns equipamentos.

- Máquina perfuradora de papel automática, equipamento adquirido em novembro/08, na modalidade Pregão Presencial, com capacidade para quatro furos simultâneos. Este equipamento além de proporcionar mais rapidez na produção exigirá menos esforço repetitivo dos colaboradores, pois seu acionamento é através de pedal.
- Impressora ofsete 4 cores, marca Shinohara, modelo 52 IV, equipamento adquirido em dezembro/07, na modalidade Pregão Presencial, já está em pleno funcionamento. O referido equipamento otimiza o tempo de realização de

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

determinadas tarefas de 20 para 4 horas de trabalho, aproximadamente.

A seguir, relatório das atividades desenvolvidas pelas Seções que compõem esta Divisão:

2.1 SEÇÃO DE CRIAÇÃO E FOTOLITOGRAFIA TRABALHO DE CRIAÇÃO

TIPO	QUANTIDADE
Agenda 2008	01
Agenda de bolso	02
Apostila/ Manuais	07
Banners	02
Blocos de anotações personalizados	19
Boletim Informativo	03
Capas gerais	112
Cartilhas	12
Cartões	112
Caixa de Papelão	01
Cartolinas A4	10
Capas de CD e DVD	07
Calendários	01
Cartazes	23
Crachás	05
Certificados	12
Convites	47
Criação de Logomarcas	02
Diplomas	03
Envelopes	14
Encadernação	01
Encartes	02
Etiquetas	58
Fichas	20
Folhas de Ofício	05
Folders	16
Guarda Agenda	01
Livros	10
Livretos	02
Mapas	06
Marcadores de páginas	10
Pastas	10
Papel Timbrado/ rascunhos/ata	16
Tarjetas	02
Selos	02
TOTAL DE SERVIÇOS	555

2.1 SEÇÃO DE CRIAÇÃO E FOTOLITOGRAFIA TRABALHO DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA

TIPO	QUANTIDADE
Montagem de Fitolito	1255
Gravação e Revelação de Chapas	1255
Laser filme A4	2530
Jurisprudência Catarinense nº 113, 114 e 115	03
Laser filme A3	410
Metros de fotolito eletrônico	305
Chapas para Impressora off-set Shinohara	830
Chapas para Impressora off-set Catu 660	525
Telas Serigráficas	06

2.2 SEÇÃO DE IMPRESSÃO IMPRESSÃO DIGITAL PB E COLORIDA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE IMPRESSÃO
Impressora KONICA	300.000
Impressora CANON IR – 105 – 1	105.673
Impressora CANON IR – 105 – 2	548.438
Impressora CANON IR – 105 – 3	867.682
TOTAL	1.821.793

2.2 SEÇÃO DE IMPRESSÃO IMPRESSÃO OFFSET

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE IMPRESSÃO
off-set Catu	2.629.129
off-set Shinohara	1.011.865
TOTAL	3.640.994

2.3 SEÇÃO DE ACABAMENTO GRÁFICO

TIPO	QUANTIDADE (UNID.)
Blocagem	7.775
Cintagem	90.068
Colagem	414.276
Contagem	1.353.206
Corte e refile	447.050
Corte e vinco	677.885
Dobra	426.088
Empacotamento	108.270
Encadernação	27.609
Grampeador	14.384
Intercalação	341.203
Perfuração	29.160
Plastificação	2.097.594
Serrilhadeira	1.309.009

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PRODUTOS CONFECCIONADOS

DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

TIPO	QUANTIDADE (UNID.)
Agendas Telefônicas de Bolso	251
Agenda Miolo 2009	3.200
Blocos para Eventos	6.475
Boletins Informativos	3.958
Calendário	9.500
Capas de Processo	1.500.000
Cartões de Visita	13.306
Cartazes	8.841
Convites	20.046
Certificados	6.226
Crachás Diversos	2.212
Etiquetas	920.000
Estatuto da Criança e Adolescente	1040
Encartes	6.794
Envelopes Especiais	10.300
Folders Diversos	27.898
Jurisprudência	4.500
Livros/Livretos/Apostilas	6.286
Marcadores de Páginas	2.500
Organização de Material no Palete	72
Pastas para Eventos	4.775
Relatório Estatístico	350
Selos, Rótulos, Adesivos Especiais	107.456
Tarjetas Impressas	157.500

3. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

1. Acolhimento a mais de sessenta novos colaboradores que passaram a integrar as diversas seções da Divisão.
2. Reuniões freqüentes com os chefes de seções para relatório sobre o andamento dos serviços e do comportamento e do relacionamento interpessoal .
3. Observação do exercício da liderança de cada chefia, com feedback sempre que necessário.

4. Distribuição de tarefas de acordo com as exigências da demanda e com as atribuições de cada setor.
5. Continuidade da execução da política de supressão do uso de garrafas térmicas em gabinetes e outros setores em que haja máquinas de café ou são atendidos por garçom.
6. Reunião com servidores substitutos das chefias, para treinamento e capacitação.
7. Controle dos pedidos de confecção de chaves, fechaduras e consertos em geral.
8. Confecção de formulário para controle da entrega das chaves pela equipe da limpeza aos policiais.
9. Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato de terceirização na equipe da Divisão (freqüência, substituições etc.).

3.1 Seção de Condução e Manutenção de Elevadores

1. Fiscalização do funcionamento dos elevadores, com chamados às empresas responsáveis pela manutenção.
2. Orientação aos usuários.
3. Condução dos Desembargadores e/ou Juízes de Segundo Grau aos respectivos andares e atendimento permanente aos seus chamados.
4. Controle de entrada/saída no setor de carga

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

e descarga.

5. Solicitação de instalação de circuito fechado de TV nos elevadores.
6. Instalação de contrapeso nos três elevadores da Torre II, com exceção do privativo.
7. Fiscalização do cumprimento das cláusulas do contrato de terceirização.

3.2 Seção de Fotocópia e Apoio Operacional

- Distribuição dos serviços entre os funcionários, a fim de garantir sua eficácia e eficiência.
- Verificação constante das condições das máquinas, com chamamento da empresa responsável pela manutenção dos equipamentos.
- Controle dos pedidos de reprodução de materiais diversos.
- Modificação no leiaute da sala para adequação do espaço.
- Fiscalização do cumprimento das cláusulas do contrato de terceirização.

A seguir, quadros das quantidades de fotocópias por máquina e encadernações, no período de janeiro a novembro de 2008.

► FOTOCÓPIAS

MÊS	QUANTIDADE (UNID.)
JANEIRO	201.515
FEVEREIRO	272.458
MARÇO	249.441
ABRIL	235.705
MAIO	230.151
JUNHO	282.901
JULHO	287.882
AGOSTO	307.764
SETEMBRO	251.720
OUTUBRO	228.219
NOVEMBRO	199.420
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	2.747.176

(*) Quantidade não contabilizada

► ENCADERNAÇÕES E UNIBIND

MÊS	ENCADERNAÇÃO	UNIBIND
JANEIRO	250	00
FEVEREIRO	195	03
MARÇO	133	03
ABRIL	163	10
MAIO	179	02
JUNHO	138	03
JULHO	168	01
AGOSTO	386	09
SETEMBRO	330	19
OUTUBRO	206	00
NOVEMBRO	253	01
DEZEMBRO	(*)	(*)
TOTAL	2.401	51

(*) Quantidade não contabilizada

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

Quadro do número de atendimentos aos gabinetes e demais órgãos do Tribunal de Justiça, em 2008.

▶ ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	1.085
FEVEREIRO	1.843
MARÇO	1.694
ABRIL	2.313
MAIO	2.137
JUNHO	2.353
JULHO	2.361
AGOSTO	2.306
SETEMBRO	2.355
OUTUBRO	2.265
NOVEMBRO	2.034
DEZEMBRO	(*)
TOTAL	22.746

(*) Quantidade não contabilizada

3.3 Seção de Conservação e Limpeza

1. Participação em 5 mutirões de limpeza realizados durante o ano, e por ocasião da mudança de outros gabinetes da Torre I para a Torre II.
2. Procedimentos de descupinização, desinsetização e desratização, realizadas 2 no corrente ano.
3. Atendimento às 1037 solicitações para os serviços de chaveiro.

3.4 Seção de Copa e Cozinha

1. Acompanhamento e fiscalização dos

projetos elaborados pela DIE de readequação dos serviços de copa com vistas ao estabelecimento de um padrão de qualidade e à redução de gastos com leite, café e água.

2. Instalação de cafeteira para a copa do 2º andar da Torre I, a fim de funcionar como distribuidora para a copa do 9º andar.
3. Reavaliação dos setores servidos por garrafas e garçons.
4. Aquisição de materiais necessários ao melhor equipamento de cada copa.

4. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

4.1 Seção de Custos e Controle Operacional

Água, coleta de esgoto e energia elétrica: neste ano tivemos grande auxílio com o desenvolvimento de Sistema computacional para Controle de Custos, estando em operação o módulo de controle das faturas de água e esgoto. Anteriormente, todas as faturas desta natureza eram analisadas em planilha Excel, ferramenta de pouca praticidade. Perdia-se muito tempo cadastrando a massa de dados de todas as unidades do Poder Judiciário, deixando em segundo plano sua efetiva análise, que é na verdade seu objetivo primordial. Com o

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

sistema, cerca de 70% das faturas passaram a ser importadas de arquivo encaminhado pela empresa CASAN.

Em comparativo, tomamos o período de janeiro a outubro de 2007, quando foram gastos R\$ 456.404,19, equivalentes a 90.753 m3. No mesmo intervalo de 2008, despendeu-se o montante de R\$ 540.713,83 (93.505m3) o que representa um acréscimo de 18,5%. No cálculo, não foi considerado o mês de novembro tendo em vista ainda não estar completo.

Os gastos com energia elétrica, entretanto, permanecem em planilha Excel. Entre janeiro e outubro de 2007, R\$ 3.739.785,02 (12.591.922 kWh); no mesmo período de 2008, R\$ 3.485.303,12 – pequena redução de valores, na ordem de aproximadamente 7%. Apesar do reduzido conhecimento técnico na área, em 2007 passou-se a zelar pelas demandas contratadas das unidades com fornecimento de energia em alta tensão. Periodicamente, alertamos a Diretoria de Engenharia e Arquitetura quanto à ultrapassagem dos valores contratados, bem como quaisquer outras alterações notáveis. Apesar da precariedade da ferramenta utilizada, esta atitude promoveu uma economia de R\$ 77.598,96 em relação ao exercício anterior.

Em anexo, relatório analítico das despesas de água, coleta de esgoto e energia elétrica.

Despesas de consumo de água e coleta de esgoto - de janeiro a novembro de 2008

► DESPESAS COM ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

MÊS	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	39.705,83
FEVEREIRO	53.524,99
MARÇO	61.361,33
ABRIL	56.918,52
MAIO	54.529,14
JUNHO	53.320,61
JULHO	49.330,21
AGOSTO	56.578,63
SETEMBRO	57.511,23
OUTUBRO	57.933,34
NOVEMBRO	54.319,75
TOTAL	595.033,58

Despesas de consumo de energia elétrica - de janeiro a novembro de 2008

► DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA

MÊS	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	337.811,39
FEVEREIRO	415.688,59
MARÇO	394.601,23
ABRIL	369.186,25
MAIO	348.103,72
JUNHO	303.022,00
JULHO	302.604,43
AGOSTO	340.017,63
SETEMBRO	334.795,94
OUTUBRO	339.471,94
NOVEMBRO	288.534,77
TOTAL	3.773.837,89

Coleta de lixo: em acordo com a Diretoria de Material e Patrimônio, os pagamentos de taxas de coleta de lixo (excluídos os casos em que o valor é cobrado juntamente com IPTU dos

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

imóveis locados) ficarão em 2009 sob os cuidados desta Seção. Até então, havia dúvidas quanto à qual setor cabia sua responsabilidade, sendo o serviço fragmentado em vários setores sem devida troca de informações e em muitos casos deixando-se lacunas por falta de ciência e definição da competência.

Diárias: Cumpre a esta Seção adiantar verbas referentes a viagens dos Agentes Operacionais de Serviços Diversos. Tendo em vista a implantação de sistema de gerenciamento e, principalmente, a renovação da frota, os valores reduziram-se quase exclusivamente ao pagamento de diárias, sendo insignificantes as situações em que a Administração deste órgão autorizou ressarcimento de serviços ou material de consumo – foram 6 ocorrências durante o ano, todas incidentes até abril, quando não foi possível viabilizar por meio do sistema TicketCar.

Foram movimentados R\$ 235.482,25, no período de 09/01 a 05/12, valor equivalente a 1.392,5 diárias no exercício de 2008, 6 diárias remanescentes de 2007 e R\$582,25 de despesas acima mencionadas.

Multas: foi dada entrada na autuação de 49 infrações de trânsito, cometidas por Agentes Operacionais de Serviços Diversos e servidores usuários dos veículos da frota. Neste ano,

importante alteração foi feita nos procedimentos de identificação/pagamento das penalidades. A Direção-Geral Judiciário autorizou que essas passassem a ser quitadas pelo próprio TJSC, que se ressarciria dos valores posteriormente, via desconto em folha do condutor infrator. Esta mudança evitou situações em que o licenciamento anual obrigatório era prejudicado em função de existirem valores vencidos, aguardando seu pagamento por quem responsável.

Documentação relativa à frota: não obstante os veículos estarem espalhados por diversas garagens (Fóruns) do Estado, as providências quanto à documentação estão aqui concentradas. Periodicamente, autua-se processo de pagamento do seguro DPVAT, única taxa obrigatória para regularização anual dos veículos, visto que o TJSC é isento de IPVA e taxa de licenciamento. Zela-se também para que os microônibus (2 Master, 1 Sprinter e 2 Marcopolo Sênior) estejam sempre em situação regular junto ao DETER, buscando todos os documentos necessários à renovação da “Licença para Transporte de Passageiros sem Fins Comerciais”. Ainda, anualmente sugere-se a especificação para contratação de seguro coletivo para o exercício seguinte, etapa que inicia procedimento licitatório. O Pregão n. 225/2008 procedeu a contratação para 2009,

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

no qual teve a proposta vencedora a empresa "UNIBANCO AIG SEGUROS S/A", no valor de R\$72.600,00.

Acidentes de trânsito: foram autuados 12 boletins de ocorrência de acidentes de trânsito. Felizmente, não houve vítimas ou grandes danos materiais nos veículos deste Poder e, sendo serviço de natureza burocrática, busca-se apurar responsabilidade e ressarcir este TJ dos gastos com reparos.

4.2 Seção de Manutenção da Frota

Embora criada no ano de 2007, somente neste ano é que a Seção recebeu um espaço físico adequado, com ar condicionado, equipamentos de informática e melhorias no sistema de controle da frota de veículos do Poder Judiciário.

Manutenção e abastecimento da frota:

Foram gastos R\$ 408.715,95 com combustíveis e R\$ 121.076,11 com manutenções (realizadas somente pela TicketCar) no período de janeiro a novembro de 2008. Em 2007, mesmo período, gastos na ordem de R\$ 398.657,38 e R\$ 178.750,87, respectivamente. A comparação deve levar em conta o significativo aumento da frota e a mudança de seu perfil, efetivado através das constantes aquisições de novos

veículos e baixa, com realização de leilões, dos que ultrapassaram a vida útil econômica, o que reduz significativamente os custos com manutenção.

A seguir, quadros referentes às despesas com manutenção e abastecimento da frota de veículos - de janeiro a novembro de 2008

► DESPESAS COM MANUTENÇÃO

MÊS	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	1.826,48
FEVEREIRO	5.377,27
MARÇO	4.532,69
ABRIL	7.856,59
MAIO	6.572,60
JUNHO	7.587,85
JULHO	18.274,42
AGOSTO	13.935,43
SETEMBRO	24.116,63
OUTUBRO	16.203,45
NOVEMBRO	14.792,70
TOTAL	121.076,11

► DESPESAS COM ABASTECIMENTO

MÊS	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	24.668,51
FEVEREIRO	25.493,74
MARÇO	33.528,92
ABRIL	38.558,04
MAIO	40.331,31
JUNHO	37.150,93
JULHO	38.922,99
AGOSTO	42.158,53
SETEMBRO	44.181,68
OUTUBRO	43.191,43
NOVEMBRO	40.529,87
TOTAL	408.715,95

4.3 Seção de Gerenciamento da Frota

Renovação da frota: a partir do final do exercício de 2007, foram adquiridos 63 veículos, conforme relação abaixo:

RENOVAÇÃO DA FROTA

CONTRATO	MOD. ADQUIRIDO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)
305/2007	COROLLA	4	68.800,00
306/2007	SCENIC PRIVILEGE	6	64.156,00
348/2007	MASTER MINIBUS	1	102.985,00
348/2007	SCENIC PRIVILEGE	1	63.440,00
377/2007	COROLLA	1	62.800,00
378/2007	SCENIC PRIVILEGE	1	64.156,00
385/2007	MEGANE DYNAMIQUE	10	57.665,78
25/2008	PALIO FIRE	25	35.000,00
70/2008	MEGANE DYNAMIQUE	12	61.500,00
193/2008	CAMINHÃO 815E - FORD	2	170.000,00

Está em procedimento licitatório a aquisição de 5 veículos, categoria minivans e 1 veículo, categoria utilitário, (Processo administrativo n. 318213-2008.4).

Foram baixados 50 veículos da frota e realizados dois leilões, cuja arrecadação chegou a R\$ 570.200,00 (Processos administrativos n. 271335-2007.7 e 305983-2008.9).

4.4 Seção de Recebimento e Expedição de Correspondências

Esta Seção sofreu, ao longo deste ano, um processo de revitalização que compreendeu: seleção e treinamento de 8 novos terceirizados

com perfil para atuar neste setor; racionalização do fluxo de trabalho, rodízio das atribuições e novo leiaute do ambiente. Isto proporcionou um ganho na qualidade dos serviços prestados e de tempo na execução das diversas atribuições do setor.

Relatório de correspondências expedidas em 2008

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS

Peso Transportado Via Malote (Janeiro a Novembro/2008)	330.724,60 kg
Correspondências Emitidas pelo Poder Judiciário (Janeiro a Novembro/2008) – Correios	1.013.250 unidades

Relatório de Processos Recebidos e encaminhados à origem em 2008

PROCESSOS RECEBIDOS

Baixa à Origem	33.485 processos
Processos Recebidos no TJSC	88.217 processos

Valores relacionados às despesas com correspondências e processos expedidos e recebidos pelo Poder Judiciário.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

▶ **DESPESAS COM CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS (R\$)**

MÊS	SEDEX, TELEGRAMAS, CORRESP. SIMPLES E REGISTRADA	MALOTE	TOTAL
JANEIRO	196.364,96	19.838,56	216.203,52
FEVEREIRO	478.974,92	56.537,76	535.512,68
MARÇO	576.409,58	55.937,15	632.346,73
ABRIL	608.208,90	67.289,88	675.498,78
MAIO	632.772,76	59.598,10	692.370,86
JUNHO	681.339,30	88.431,33	769.770,63
JULHO	661.737,32	90.400,14	752.137,46
AGOSTO	696.329,23	84.289,32	780.618,55
SETEMBRO	675.496,68	62.319,06	737.815,74
OUTUBRO	633.713,71	102.528,20	736.241,91
NOVEMBRO	606.753,71	70.081,53	676.835,24
DEZEMBRO	700.000,00	80.000,00	780.000,00
TOTAL	7.148.101,07	837.251,03	7.985.352,10

Relatório de Correspondências Internas do TJSC, Recebidas e Enviadas em 2008.

SETORES	UNIDADE	SETORES (CONT.)	UNIDADE
Academia Judicial	1.237	Diretoria Jud – Divisão Recursos e Agravos	271
Assessoria de Imprensa	73	Diretoria Jud – Divisão Secretaria de Câmaras	3.801
Assessoria de Planejamento	38	Divisão de Arquivo Central	32
Assessoria de Relações Públicas	1.366	Divisão de Capacitação	244
Associação Servidores Tribunal Justiça	311	Divisão de Comunicação e Transporte	130
Auditoria Interna	3.040	Divisão de Remuneração e Benefícios	20
Biblioteca – Div. de Pesquisa Informação	3.437	Divisão de Serviços Gerais	305
Casa Militar	118	Gabinete da Presidência	4.909
Comissão de Gestão de Informática	309	Gabinetes Desembargadores	7.156
Corregedoria-Geral da Justiça	8.926	Hospital de Custódia Trat. Psiquiátrico	24
Dir. Judiciária – Divisão de Informações	25.902	IPESC	12
Direção Geral Administrativa	673	Junta Médica	732
Direção Geral Judiciária	464	Museu	80
Diretoria de Documentação e Informação	1.083	Núcleo de Conciliação	945
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	921	Ouvidoria	52
Diretoria de Informática – 12º andar	319	Para Cadastrar	1.591
Diretoria de Informática – Térreo	1.358	Seção de Custos e Controle Operacional	1.117
Diretoria de Infra Estrutura	493	Seção de Farmácia – Divisão Médica	1.177
Diretoria de Materiais e Patrimônio	8.847	Seção de Protocolo	8.710
Diretoria de Orçamento e Finanças	6.456	Seção de Redes de Telefonia	260
Diretoria de Recursos Humanos	17.483	Secretaria do Conselho Gestor	256
Diretoria Jud – Divisão de Cartório	1.084	Secretaria do Tribunal Pleno	654
Diretoria Jud – Divisão Processual	1.084	TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS	117.500

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DETOR JOSÉ ZORZI

Diretor



DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DA DIREÇÃO**1.1 – Secretaria****1.1.1 – DADOS ESTATÍSTICOS**

Processos cadastrados no gabinete: 1.290

Processos tramitados no gabinete: 2.790

1.2 Assessoria**1.2.1 – DADOS ESTATÍSTICOS**

Pareceres técnicos e jurídicos: 1102

Análise de editais: 529

Análise de minutas de contratos e aditivos: 562

Análise de minutas de convênios: 132

Aprovações: minutas, contratos e convênios: 1035

2. DIVISÃO DE COMPRAS**2.1 – DADOS ESTATÍSTICOS****• AQUISIÇÕES DIRETAS**

Número de requisições: 9.216

Valor gasto em aquisições diretas R\$ 2.188.770,67

Número de contratos de fornecimento: 83

Número de notas fiscais/faturas tramitadas: 10.112

• REGISTRO DE PREÇOS

Número de atas: 29

2.2 – DADOS FINANCEIROS**REGISTRO DE PREÇOS**

Valor empenhado: R\$ 5.367.142,11

Valor a empenhar: R\$ 1.282.334,67

Valor Total: R\$ 6.649.476,78

3. DIVISÃO DE LICITAÇÃO**3.1 – DADOS ESTATÍSTICOS****• MINUTAS CONTRATUAIS**

Confecção de minutas de editais: 529

Confecção de minutas contratuais: 228

• PROCESSOS LICITATÓRIOS

Concessão de uso: 3

Convite: 19

Tomada de Preço: 13

Concorrência: 10

Dispensa de Licitação: 26

Inexigibilidade de Licitação: 25

Leilão: 1

Pregão: 164

Modalidade ainda não definida: 26

Total: 287

• CONDIÇÕES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Licitações ainda não concluídas: 120

Licitações com êxito: 164

Licitações revogadas: 2

Licitações desertas: 5

Licitações anuladas: 4

Licitações fracassadas: 6

Licitações canceladas: 11

**• PROCESSOS LICITATÓRIOS COM CONCLUSÃO
PREVISTA PARA ATÉ 19/12/2008.**

Convite: 7

Tomada de Preço: 7

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Concorrência: 6

Dispensa de licitação: 10

Inexigibilidade de Licitação: 10

Leilão: 1

Pregão: 61

Modalidade não definida: 18

3.2 – DADOS FINANCEIROS

- VALOR GLOBAL RESERVADO EM 2008,
EXCLUSIVE REGISTRO DE PREÇOS:

R\$ 63.932.604,88.

DESTE VALOR, TEMOS:

R\$ 32.694.017,50 para processos concluídos
(54,14% do valor global reservado)

R\$ 27.241.973,99 para processos em andamento
(42,61 % do valor global reservado)

R\$ 3.996.613,39 para processos fracassados,
desertos, revogados e cancelados (6,25 % do
valor global reservado).

- DOS PROCESSOS CONCLUÍDOS, TEMOS:

- NA MODALIDADE DE PREGÃO:

Valor reservado: R\$ 29.510.031,80

Valor pago: R\$ 23.604.820,12

Economia: R\$ 5.905.211,68

(20,01% de economia em relação ao valor de mercado).

- OUTRAS MODALIDADES:

Valor reservado: R\$ 3.183.985,70

Valor pago: R\$ 2.833.344,77

Economia: R\$ 350.640,93 (11,01% de economia
em relação aos valores reservados).

- DOS PROCESSOS EM ANDAMENTO – COM
CONCLUSÃO ATÉ 20/12/2008.

Reserva orçamentária (Pregão): R\$ 15.542.704,00

Reserva orçamentária (Outras modalidades):

R\$ 11.699.269,99

4. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.1 – DADOS ESTATÍSTICOS

- Movimentação de processos – Entradas: 1.552
- Movimentação de processos – Saídas: 1.808
- Contratos elaborados: 150
- Convênios elaborados: 47
- Comodatados: 13
- Cessões de uso: 2
- Termos aditivos elaborados: 204
- Contratos prorrogados: 140

4.2 – DADOS FINANCEIROS

- Prestação de Serviços

Consultoria na área de informática: R\$ 720.280,00

ADSL: R\$ 532.000,00

Internet: R\$ 77.700,00

Serviços diversos na área de informática: R\$
965.996,00

Plano de Saúde: R\$ 7.000,00

Produção e veiculação de programas de televisão:
R\$ 270.000,00

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Confecção de selos: R\$ 610.000,00
 Monitoramento eletrônico: R\$ 38.000,00
 Coleta de lixo: R\$ 8.000,00
 Serviço de cobrança de tarifas: R\$ 1.400.000,00
 Locação de mão-de-obra: R\$ 17.926.000,00
 Serviços postais: R\$ 8.815.000,00
 Transporte de mercadorias: R\$ 507.000,00
 Administração da conta única: R\$ 4.387.000,00
 Serviços de reprodução fotostática: R\$ 6.000,00
 Serviços de plotagem: R\$ 7.441,00
 Mudança de magistrados: R\$ 90.000,00
 Outros: 8.078.583,00

• **Aquisições (materiais permanentes)**

Mobiliário: R\$ 846.000,00
 Equipamentos: R\$ 5.568.000,00
 Veículos: R\$ 1.953.000,00

• **Aquisições (materiais de consumo)**

Combustíveis: R\$ 606.000,00
 Gêneros alimentícios: R\$ 774.000,00
 Materiais de consumo: R\$ 1.686.000,00

• **Telefonia**

Telefonia fixa: R\$ 1.440.000,00
 Telefonia móvel: R\$ 104.000,00

• **Manutenção**

Em informática: R\$ 1.967.000,00
 Em equipamentos: R\$ 1.568.960,00
 Elevadores: 381.040,00

• **Imóveis**

Locações: R\$ 1.980.000,00
 Construção: R\$ 11.100.000,00
 Reforma: R\$ 5.600.000,00

• **Outros**

Passagens aéreas: R\$ 345.000,00
 Cursos: 277.000,00
 Concurso: 119.000,00

5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

5.1 – DADOS ESTATÍSTICOS

• **Requisições**

Requisições de materiais processadas: 17.176
 Requisições de compras: 252

• **Inclusões no estoque**

Por compra: 4.768
 Formulários gráfica (resmas planas): 406

• **Movimentação de materiais (por item)**

Materiais movimentados: 100.439

• **Volume transportado**

Número de remessa para as comarcas: 2.480
 Metragem cúbica transportada (m³): 48.358
 Peso materiais transportados (Kg): 764.922
 Valor das Mercadorias Transportadas:
 R\$ 11.453.425,62

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

5.2 - DADOS FINANCEIROS

• Valor dos materiais movimentados

Materiais de consumo: R\$ 9.238.277,35

Materiais permanentes: R\$ 16.061.540,02

• Valor dos materiais estocados

Materiais de consumo: R\$ 2.631.791,98

Materiais permanentes: R\$ 3.419.487,55

6. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

• Incorporações de bens móveis

Veículos: 58

Máquinas, motores e aparelhos: 8.598

Materiais bibliográficos: 28.864

Equipamentos e instalações: 70

Utensílios: 1.552

Mobiliários: 5.396

• Incorporações de bens imóveis

Terrenos: 6

Edifícios: 3

• Bens móveis transferidos

Máquinas, motores e aparelhos: 8.749

Materiais bibliográficos: 4

Equipamentos e instalações: 11

Utensílios: 397

Mobiliário Geral: 4.462

• Bens móveis consertados

Equipamentos diversos e mobiliário em geral: 688

• Bens móveis baixados

Veículos: 49

Máquinas, motores e aparelhos: 835

Materiais bibliográficos: 1.118

Equipamentos diversos: 12

Utensílios: 533

Mobiliário Geral: 1.884

• Alienação de bens

Processos de baixa e doação: 106

Processos de inutilização: 6

Transferidos a outros órgãos: 6

Entidades atendidas: 112

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ZENAIDE TERESINHA IRBER

Diretora



1. ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

1.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD;

b - Receita proveniente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça; e

c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 14.080, de 08 de agosto de 2007, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2008, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art. 25... "considera-se Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123 inciso V da Constituição Estadual, o total da Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados oriundos de taxas que, por legislação específica, devem ser alocados a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio da previdência dos servidores, da cota-parte do

Salário-Educação, da cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos"), mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar da Justiça e Serventuário da Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a Fazenda Estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta Única) e 2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados. Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

Do Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, constam os

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, equipamento e

reequipamento, e manutenção e custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

ORÇAMENTO INICIAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	8.226.405,00	1,11%
Administração de Recursos Humanos (1)	570.998.078,00	77,39%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	34.674.742,00	4,70%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.000.000,00	2,58%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	37.156.184,00	5,04%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	14.606.000,00	1,98%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	11.810.000,00	1,60%
Ampliações de Fóruns (4)	2.800.000,00	0,38%
Reformas de Fóruns (4)	7.910.000,00	1,07%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	2.372.400,00	0,32%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	11.572.776,00	1,57%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	9.061.086,00	1,23%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	6.040.360,00	0,82%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	500.000,00	0,07%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.100.000,00	0,15%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	-	0,00%
TOTAL	737.828.031,00	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.2 ORÇAMENTO FINAL

O total de créditos orçamentários apresentado no orçamento final é da ordem de R\$ 860.602.193,87, conforme quadro abaixo:

ORÇAMENTO FINAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	9.093.005,00	1,06%
Administração de Recursos Humanos (1)	623.274.174,69	72,42%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	46.674.742,00	5,42%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	27.517.414,12	3,20%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	64.124.596,17	7,45%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	16.622.000,00	1,93%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	11.779.796,98	1,37%
Ampliações de Fóruns (4)	2.330.000,00	0,27%
Reformas de Fóruns (4)	11.621.689,54	1,35%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	3.997.183,41	0,46%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	17.204.791,20	2,00%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	17.682.488,22	2,05%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	4.530.312,54	0,53%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	2.000.000,00	0,23%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.550.000,00	0,18%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	600.000,00	0,07%
TOTAL	860.602.193,87	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

1.3 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Na execução orçamentária de 2008, o orçamento inicial do Poder Judiciário foi suplementado em R\$ 263.310.744,89 e anulado em R\$ 140.536.582,02, conforme Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, a seguir especificado:

▶ 1.3 DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

1 - Orçamento Inicial (em R\$)	737.828.031,00
2 - Suplementações	263.310.744,89
2.1 - Excesso Arrecad. da RLD (7,4%)	26.650.000,00
2.1.1 - Excesso Arrecadação do Poder Executivo (Precatórios)	10.000.000,00
2.2 - Excesso Arrecadação do FRJ	14.000.000,00
2.3 - Excesso Arrecadação da Conta Única	2.678.424,59
2.4 - Superávit Financ. TJ	16.903.258,48
2.4.1 - Superávit Financ. do Poder Executivo (Precatórios)	2.000.000,00
2.5 - Superávit Financ. Conta Única	12.014.945,37
2.6 - Superávit Financ. FRJ	19.820.682,10
2.7 - Por anulações de dotações - 7,4% RLD	93.129.540,27
2.7.1 - Por anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios)	2.000.000,00
2.8 - Por anulações de dotações - Conta Única	7.178.356,79
2.9 - Por anulações de dotações - FRJ	17.034.142,02
2.10 - Descentralização de créditos do MPSC	600.000,00
2.11 - Descentralização de créditos do IPREV	53.301.395,27
3 - Anulações	140.536.582,02
3.1 - Anulações de dotações - 7,4% RLD	93.129.540,27
3.1.1 - Anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios)	2.000.000,00
3.2 - Anulações de dotações - Conta Única	7.178.356,79
3.3 - Anulações de dotações - FRJ	17.034.142,02
3.4 - Anulações para IPREV - 7,4% RLD	11.650.395,27
3.5 - Anulações de desc. de créditos IPREV	11.544.147,67
4 - Orçamento Final	860.602.193,87

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.4 DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2008, foi de R\$ 763.386.241,37, abaixo discriminada:

DESPEZA EMPENHADA TOTAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	7.154.900,48	0,94%
Administração de Recursos Humanos (1)	612.869.144,30	80,28%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	10.966.230,01	1,44%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	27.483.575,96	3,60%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	53.254.314,46	6,98%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	9.882.277,75	1,29%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	5.792.155,38	0,76%
Ampliações de Fóruns (4)	704.255,99	0,09%
Reformas de Fóruns (4)	3.204.710,57	0,42%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	379.320,78	0,05%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	12.319.090,90	1,61%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	13.048.854,28	1,71%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	3.002.299,53	0,39%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	1.719.832,89	0,23%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.005.278,09	0,13%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	600.000,00	0,08%
TOTAL	763.386.241,37	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

1.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

O saldo orçamentário total, durante o exercício de 2008, foi de R\$ 97.215.952,50, abaixo discriminado:

D SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	1.938.104,52	1,99%
Administração de Recursos Humanos (1)	10.405.030,39	10,70%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	35.708.511,99	36,73%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	33.838,16	0,03%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	10.870.281,71	11,18%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	6.739.722,25	6,93%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	5.987.641,60	6,16%
Ampliações de Fóruns (4)	1.625.744,01	1,67%
Reformas de Fóruns (4)	8.416.978,97	8,66%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	3.617.862,63	3,72%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	4.885.700,30	5,03%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	4.633.633,94	4,77%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	1.528.013,01	1,57%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	280.167,11	0,29%
Construções de Casas da Cidadania (5)	544.721,91	0,56%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	-	0,00%
TOTAL	97.215.952,50	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reparcelamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

2. ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD, durante o exercício de 2008, foi de aproximadamente R\$ 7.559.758.728,10. A RLD arrecadada em 2008, em valores históricos, apresentou crescimento de 14,64% em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrativo abaixo:

RECEITA 2007	6.594.350.383,21
MÊS	RLD ARRECADADA (R\$)
JAN	616.042.222,04
FEV	582.299.357,01
MAR	576.072.572,88
ABR	602.517.863,80
MAI	608.171.452,18
JUN	628.181.245,08
JUL	590.850.395,83
AGO	657.473.090,63
SET	632.450.539,58
OUT	686.330.042,10
NOV	704.369.946,97
DEZ (1)	675.000.000,00
TOTAL	7.559.758.728,10
% VARIAÇÃO	14,64%

(1) valor estimado pela Secretaria de Estado da Fazenda

2.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, dos recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em R\$ 661.173.447,00, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	8.226.405,00	1,24%
Administração de Recursos Humanos (1)	570.998.078,00	86,36%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	34.674.742,00	5,24%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.000.000,00	2,87%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	11.572.776,00	1,75%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	9.061.086,00	1,37%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	6.040.360,00	0,91%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	500.000,00	0,08%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.100.000,00	0,17%
TOTAL	661.173.447,00	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.2 ORÇAMENTO FINAL

O orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça corresponde ao montante de R\$ 749.526.927,77, conforme especificado abaixo.

No exercício de 2008, o orçamento inicial foi suplementado em R\$ 211.855.920,77 e anulado em R\$ 123.502.440,00.

ORÇAMENTO FINAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	9.093.005,00	1,21%
Administração de Recursos Humanos (1)	623.274.174,69	83,16%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	46.674.742,00	6,23%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	27.517.414,12	3,67%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	17.204.791,20	2,30%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	17.682.488,22	2,36%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	4.530.312,54	0,60%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	2.000.000,00	0,27%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.550.000,00	0,21%
TOTAL	749.526.927,77	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.3 - DESPESA EMPENHADA

A despesa total empenhada do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 689.569.206,44, conforme abaixo discriminado:

A despesa com pessoal, ativo e inativo, importou em R\$ 612.869.144,30, representando 88,88% dos repasses provenientes da participação na RLD. Já os gastos com manutenção/capacitação/informática da máquina administrativa judiciária totalizaram R\$ 35.525.145,19, equivalente a 5,15% da transferência supramencionada.

▶ DESPESA EMPENHADA

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	7.154.900,48	1,04%
Administração de Recursos Humanos (1)	612.869.144,30	88,88%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	10.966.230,01	1,59%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	27.483.575,96	3,99%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	12.319.090,90	1,79%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	13.048.854,28	1,89%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	3.002.299,53	0,44%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	1.719.832,89	0,25%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.005.278,09	0,15%
TOTAL	689.569.206,44	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(5) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

2.4 - SALDO ORÇAMENTÁRIO

O saldo orçamentário total do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 59.957.721,33, conforme abaixo discriminado:

► SALDO ORÇAMENTÁRIO

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	1.938.104,52	3,23%
Administração de Recursos Humanos (1)	10.405.030,39	17,35%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	35.708.511,99	59,56%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	33.838,16	0,06%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	4.885.700,30	8,15%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	4.633.633,94	7,73%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	1.528.013,01	2,55%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	280.167,11	0,47%
Construções de Casas da Cidadania (4)	544.721,91	0,91%
TOTAL	59.957.721,33	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.5 - RENDIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000. O patrimônio líquido do Fundo de Investimento registrou, em 31/12/2008, saldo de R\$ 1.043.632.363,57. No ano de 2008, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou o seguinte rendimento:

CONTA ÚNICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2008	1.043.632.363,57
Rendimento da Conta Única (spread):	42.188.344,32
Rendimento das aplicações financeiras:	2.756.972,02

2.6 - PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2008 não foram quitados, tendo sido pagos parcialmente no montante de R\$ 18.571.361,93 referente a precatórios de exercícios anteriores, consoantes aos recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo.

Em 30/11/2008, o saldo dos precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a

Fazenda Estadual, considerando a administração direta e indireta, apresentava o montante de R\$ 386.743.867,88, sendo:

PRECATÓRIOS

PARTE	EXERCÍCIO(S)	VALOR (R\$)
Poder Executivo	2001/2008	216.399.242,45
IPESC	2003/2008	123.924.389,34
DEINFRA	1999/2008	46.420.236,09
TOTAL		386.743.867,88

2.7 - SALDO FINANCEIRO

No ano de 2008 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R\$ 560.034.938,59; referente à participação no Fundo Social, a quantia de R\$ 14.441.407,54; outras receitas patrimoniais, no montante de R\$ 13.262.000,00, totalizando R\$ 587.738.346,13. Por conta destes repasses acima referidos, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R\$ 5.717.568,55. Em 31/12/2008, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R\$ 43.349.402,56. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 2.643.720,74 referentes às obrigações (precatórios movidos contra prefeituras,

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

consignações, restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 40.705.681,82 (superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram em 31/12/2008 saldo financeiro de R\$ 31.632.724,88. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 5.323.379,14 (restos a pagar de 2008), apresentando assim, superávit financeiro de R\$ 26.309.345,74.

3 - ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 - RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2008, foram estimadas em R\$ 76.654.584,00. As receitas arrecadadas do FRJ, no ano de 2008, totalizaram R\$ 104.712.486,03, assim discriminadas:

RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA - 2008		% REC. ARRECADADA
	ORÇADA INICIAL	ARRECADADA	
Custas Extrajudiciais	8.642.000,00	6.711.576,15	6,41%
Custas Judiciais	45.176.000,00	57.923.390,48	55,32%
Indenizações e Restituições	-	-	0,00%
Receita da Dívida Ativa	-	164.685,66	0,16%
Receitas Diversas	2.858.433,00	6.658.050,96	6,36%
Rendim. Aplic. Financ.	4.238.503,00	5.497.699,59	5,25%
Selo de Fiscalização	14.606.000,00	21.600.772,04	20,63%
Outras Rec. Patrimoniais	-	4.000.000,00	3,82%
Repasse MPSC	-	600.000,00	0,57%
Taxa Judiciária	1.133.648,00	1.556.311,15	1,49%
TOTAL	76.654.584,00	104.712.486,03	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.2 - ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

O orçamento inicial do FRJ totalizou R\$ 76.654.584,00, conforme abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	37.156.184,00	48,47%
Coord. Selo de Fiscalização	14.606.000,00	19,05%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	11.810.000,00	15,41%
Ampliações de Fóruns	2.800.000,00	3,65%
Reformas de Fóruns	7.910.000,00	10,32%
Ampliação Palácio da Justiça	2.372.400,00	3,09%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	-	0,00%
TOTAL	76.654.584,00	100,00%

3.3 - ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Os créditos orçamentários do Fundo de Reparelhamento da Justiça totalizaram R\$ 111.075.266,10, abaixo especificados:

ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	64.124.596,17	57,73%
Coord. Selo de Fiscalização	16.622.000,00	14,96%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	11.779.796,98	10,61%
Ampliações de Fóruns	2.330.000,00	2,10%
Reformas de Fóruns	11.621.689,54	10,46%
Ampliação Palácio da Justiça	3.997.183,41	3,60%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	600.000,00	0,54%
TOTAL	111.075.266,10	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Durante o exercício de 2008, as dotações orçamentárias do Fundo de Reparelhamento da Justiça foram suplementadas em R\$ 51.454.824,12, sendo, R\$ 19.820.682,10 referentes ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2007; R\$ 17.034.142,02 provenientes de anulações de outras dotações orçamentárias; R\$ 14.000.000,00 relativos ao excesso de

arrecadação apurado no exercício de 2008; e R\$ 600.000,00 provenientes do Convênio com o Ministério Público Estadual.

3.4 - DESPESA EMPENHADA FRJ

A despesa empenhada no exercício de 2008 foi de R\$ 73.817.034,93, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

DESPESA EMPENHADA FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	53.254.314,46	72,14%
Coord. Selo de Fiscalização	9.882.277,75	13,39%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	5.792.155,38	7,85%
Ampliações de Fóruns	704.255,99	0,95%
Reformas de Fóruns	3.204.710,57	4,34%
Ampliação Palácio da Justiça	379.320,78	0,51%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	600.000,00	0,81%
TOTAL	73.817.034,93	100,00%

3.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

O saldo orçamentário do exercício de 2008 foi de R\$ 37.258.231,17, apurado nos seguintes projetos/atividades:

ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	10.870.281,71	29,18%
Coord. Selo de Fiscalização	6.739.722,25	18,09%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	5.987.641,60	16,07%
Ampliações de Fóruns	1.625.744,01	4,36%
Reformas de Fóruns	8.416.978,97	22,59%
Ampliação Palácio da Justiça	3.617.862,63	9,71%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	-	0,00%
TOTAL	37.258.231,17	100,00%

3.6 - SALDO FINANCEIRO FRJ

Em 31/12/2008, o saldo financeiro disponível do FRJ apresentou a quantia de R\$ 74.156.359,65, sendo R\$ 48.981.291,50 referente às custas judiciais e R\$ 25.175.068,15 referentes aos recursos do selo de fiscalização. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 9.975.198,44 referente a obrigações diversas e restos a pagar (despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 64.181.161,21 (superávit financeiro).

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ **ANEXOS** ▶



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)

ANEXO 1

CONCLUSÕES, CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES DE PRÉDIO DE FÓRUMS	AÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	DESPEZA EMPENHADA
CONCLUIR FÓRUM DE CRICIÚMA - TJ	6563	567.866,18	541.094,11
CONSTRUIR FÓRUM DE FORQUILHINHA - TJ	6609	200.000,00	-
CONSTRUIR FÓRUM DE CATANDUVAS - TJ	6613	304.915,18	304.915,18
CONSTRUIR FÓRUM DE GUARAMIRIM - TJ	6621	210.227,66	210.227,66
CONSTRUIR FÓRUM DE SÃO DOMINGOS - TJ	6624	2.600.000,00	2.590.627,29
CONSTRUIR FÓRUM DE OTACÍLIO COSTA - TJ	6631	2.600.000,00	851.310,24
CONSTRUIR FÓRUM DE PIÇARRAS - TJ	6643	154.970,50	154.970,50
CONSTRUIR FÓRUM DE PALHOÇA - TJ	6652	4.134.000,00	806.835,23
CONSTRUIR FÓRUM DE RIO NEGRINHO - TJ	6657	200.000,00	-
CONSTRUIR FÓRUM DE PINHALZINHO - TJ	6675	340.000,00	314.357,71
CONCLUIR FÓRUM DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - TJ	6680	500.000,00	-
CONSTRUIR FÓRUM DE TURVO	6696	200.000,00	-
CONSTRUIR PROT. EXPR. COMARCA DE BLUMENAU - TJ	6698	17.817,46	17.817,46
TOTAL		12.029.796,98	5.792.155,38

ANEXO 2

AMPLIAÇÕES	AÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	DESPEZA EMPENHADA
AMPLIAR E REF. O PRÉDIO DO FÓRUM DE IÇARA - TJ	6582	1.145.000,00	288.257,80
REFORMAR E AMPLIAR O FÓRUM DE MARAVILHA - TJ	6616	2.500.000,00	731.011,74
REFORMAR E AMPLIAR O FÓRUM DE BOM RETIRO - TJ	6672	39.811,82	39.811,82
REFORMAR E AMPLIAR O FÓRUM DE GASPARG - TJ	6681	500.000,00	-
TOTAL		4.184.811,82	1.059.081,36

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 3

REFORMAS	AÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA EMPENHADA
Reformar o Prédio do Fórum de Urussanga - TJ	6573	500.000,00	-
Reformar o Prédio do Fórum de Timbó - TJ	6580	-	-
Ampliar e Reformar o Prédio do Fórum de Içara - TJ	6582	1.145.000,00	288.257,80
Reformar o Fórum de Blumenau - TJ	6602	250.000,00	-
Reformar e Ampliar o Fórum de Maravilha - TJ	6616	2.500.000,00	731.011,74
Reforma no Sistema de Climat. do Fórum da Capital	6651	2.350.000,00	2.000.000,00
Reformar o Fórum de Braço do Norte - TJ	6655	700.000,00	12.862,00
Reformar o Fórum de Biguaçu - TJ	6669	150.000,00	-
Reformar e Ampliar o Fórum de Bom Retiro - TJ	6672	39.811,82	39.811,82
Reformar o Fórum de Joaçaba - TJ	6676	82.877,72	64.683,88
Reformar o Fórum de Pomerode - TJ	6677	500.000,00	-
Reformar o Fórum de São Joaquim - TJ	6678	714.000,00	3.600,00
Concluir Fórum de Balneário Camboriú - TJ	6680	500.000,00	-
Reformar e Ampliar o Fórum de Gaspar - TJ	6681	500.000,00	-
Reformar o Prédio do Almoxarifado Central e Gráfica - TJ	6682	100.000,00	-
Reformar o Fórum de Correia Pinto - TJ	6686	100.000,00	-
Reformar o Fórum de Capinzal - TJ	6699	1.070.000,00	603.392,81
Reformar o Prédio anexo ao Fórum da Capital	6702	2.000.000,00	1.719.832,89
Reformar o Antigo Fórum de Joinville	9279	3.000.000,00	165.346,51
TOTAL		16.201.689,54	5.628.799,45

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 4

DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO	ELEMENTO DESPESA	GERAL TJ	GERAL FRJ	GERAL SCU	TOTAL	% TOTAL
Diárias - Pessoal Civil	339014	2.560.256,92	74.267,00	19.373,50	2.653.897,42	3,67%
Material de Consumo	339030	2.507.925,01	6.302.126,23	314.050,47	9.124.101,71	12,62%
Passagens	339033	355.414,51	-	-	355.414,51	0,49%
Serviços de Consultoria	339035	800,00	8.000,00	447.000,00	455.800,00	0,63%
Outros Serviços Terceiros-PF	339036	33.867,43	3.947.529,91	30.838,00	4.012.235,34	5,55%
Locação de Mão-de-Obra (FRJ)	339037	-	16.735.951,83	-	16.735.951,83	23,15%
Outros Serviços Terceiros-PJ	339039	801.487,28	23.209.304,07	5.906.353,05	29.917.144,40	41,38%
Obrigações Trib. e Contributivas	339047	16.218,98	160.966,00	77.090,77	254.275,75	0,35%
Desp. de Exerc. Anter. (Consumo)	339092	127.757,32	602.793,61	8.019,11	738.570,04	1,02%
Equip. e Material Permanente	449052	751.173,03	1.831.902,09	5.087.923,27	7.670.998,39	10,61%
Desp. de Exerc. Anter. (Perm.)	449092	-	381.473,72	706,00	382.179,72	0,53%
TOTAL		7.154.900,48	53.254.314,46	11.891.354,17	72.300.569,11	100,00%

ANEXO 5

DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO	ELEMENTO DESPESA	CAPAC.	INFORMÁTICA	TOTAL	% TOTAL
Diárias - Pessoal Civil	339014	522.984,00	361.157,00	884.141,00	6,40%
Material de Consumo	339030	191.973,36	258.827,32	450.800,68	3,26%
Passagens	339033	73.986,52	-	73.986,52	0,54%
Serviços de Consultoria	339035	-	138.280,00	138.280,00	1,00%
Outros Serviços Terceiros-PF	339036	353.927,02	25.676,02	379.603,04	2,75%
Outros Serviços Terceiros-PJ	339039	353.376,80	6.497.534,16	6.850.910,96	49,57%
Desp. de Exerc. Anter. (Consumo)	339092	255,00	518.266,46	518.521,46	3,75%
Equip. e Material Permanente	449052	5.222,04	4.519.349,94	4.524.571,98	32,74%
TOTAL		1.501.724,74	12.319.090,90	13.820.815,64	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 6

DESPESA EMPENHADA COM PESSOAL ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	ATIVOS	INATIVOS	VALOR TOTAL	%
Salário-Família	319009	112,50	-	112,50	0,00%
Vencim. e Vantagens Fixas	319011	346.948.235,60	-	346.948.235,60	56,61%
Obrigações Patronais	319013	6.895.961,02	-	6.895.961,02	1,13%
Outras Despesas Variáveis	319016	18.208.201,12	-	18.208.201,12	2,97%
Desp. de Exercícios Anteriores	319092	32.137.291,83	-	32.137.291,83	5,24%
Indenizações e Restit. Trab.	319094	63.674,68	-	63.674,68	0,01%
Obrigações Patronais	319113	59.977.756,94	567.333,82	60.545.090,76	9,88%
Despesas de Exercícios Anteriores	319192	3.993.776,98	-	3.993.776,98	0,65%
Aposentadorias e Reformas	339001	-	69.185.534,16	69.185.534,16	11,29%
Outros Benefícios Assistenciais	339008	1.950.021,19	57.218,03	2.007.239,22	0,33%
Salário-Família	339009	-	1.237,50	1.237,50	0,00%
Outros Serviços Terceiros-PF	339036	3.349.176,35	-	3.349.176,35	0,55%
Locação de Mão-de-Obra (TJ)	339037	3.815.610,97	-	3.815.610,97	0,62%
Outros Serviços Terceiros-PJ	339039	275.373,80	-	275.373,80	0,04%
Auxílio-Alimentação	339046	39.430.503,57	2.632.470,64	42.062.974,21	6,86%
Desp. de Exercícios Anteriores	339092	-	17.737.674,37	17.737.674,37	2,89%
Indenizações e Restituições	339093	5.641.979,23	-	5.641.979,23	0,92%
TOTAL		522.687.675,78	90.181.468,52	612.869.144,30	100,00%

◀ DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS ▶

◀ AFONSO HOELTGEBAUM FILHO ▶

Diretor



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

SERVIDORES APOSENTADOS

Todos os servidores que se aposentaram em 2008 receberam homenagem, num gesto de reconhecimento pelos serviços prestados ao Poder Judiciário, sendo agraciados com um troféu comemorativo.

BOLSA DE TRABALHO

O Programa de Bolsa de Trabalho destina-se ao atendimento de estudantes carentes de recursos financeiros, vinculados a instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça.

Os estudantes são selecionados pelas instituições de ensino e encaminhados ao Tribunal de Justiça para contratação.

Há no Poder Judiciário **407** postos de bolsa de trabalho, distribuídos nas comarcas e na Secretaria do Tribunal de Justiça.

ESTÁGIO REMUNERADO

O Programa de Estágio Remunerado visa propiciar aos estudantes do curso de Direito oportunidade de prestarem serviços nos Gabinetes dos Desembargadores, de Juízes de Direito e nas unidades jurisdicionais, num total de **1.135** estagiários.

BOLSA DE ESTUDOS

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados

e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por meio do programa são custeados pelo Tribunal de Justiça **70%** (setenta por cento) dos valores das mensalidades escolares.

Neste ano o programa sofreu algumas alterações, sendo que atualmente, para efeito de concessão de bolsas de estudo, não existe mais distinção entre servidor da Justiça de Primeiro Grau e servidor do Tribunal de Justiça.

BOLSA DE ESTUDO

CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
Graduação	345
ESMESC	55
TOTAL	400

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados **21** magistrados, **135** servidores com cursos na área jurídica e **23** nas demais áreas.

GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2007 cerca de **1.975** servidores

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para **2.403** no corrente ano, o que corresponde ao aumento de **21,67%** em relação ao total do ano anterior.

O benefício corresponde a **55,54%** do total de servidores ativos do Poder Judiciário.

TERCEIRIZAÇÃO

O Tribunal de Justiça mantém contratos de trabalho com empresas prestadoras de serviço,

visando atender especialmente à demanda de trabalho das áreas de vigilância, cozinha, conservação e limpeza e outros serviços de apoio nas comarcas e no Tribunal. Trata-se de um procedimento que vem sendo adotado nos últimos anos, com a finalidade de recompor a força de trabalho das referidas áreas.

Atualmente existem **1.233** postos de trabalho terceirizado, quantidade superior à do exercício anterior.

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2008

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tribunal de Justiça	760	762	773	776	776	781	783	791	793	793	799	803
Justiça do 1o Grau	3.199	3.226	3.257	3.300	3.316	3.381	3.403	3.417	3.441	3.453	3.486	3.524
Trib. de Just. Apos.	182	183	182	182	183	183	183	183	184	185	185	185
Just. 1o. G. Apos.	346	345	342	342	342	346	347	348	348	349	349	352
Mag. Ativos	410	410	429	430	435	435	436	436	436	435	434	434
Mag. Inativos	144	144	144	144	144	144	144	144	143	144	144	144
Militares	165	161	161	158	158	160	159	159	158	156	156	155
Estagiários	1.205	1.193	1.231	1.298	1.298	1.313	1.315	1.251	1.276	1.338	1.289	1.275
A Disposição	51	51	51	49	48	48	48	48	48	48	48	48
Extrajudiciais Inat	520	525	518	518	517	516	513	509	505	503	500	498
TJ Ap. sem paridade	11	10	11	11	11	11	10	10	10	10	10	10
1º Grau Ap. sem paridade	25	29	32	32	30	31	31	31	30	31	31	32
TJ comissionados	294	306	303	309	306	306	301	299	304	304	309	306
1º Grau comissionados	297	298	289	306	317	326	320	320	324	325	325	321
Residência Judicial	10	8	8	6	10	10	9	10	9	3	3	3
TOTAIS	7.619	7.651	7.731	7.861	7.891	7.991	8.002	7.956	8.009	8.077	8.068	8.090

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

VALE-TRANSPORTE

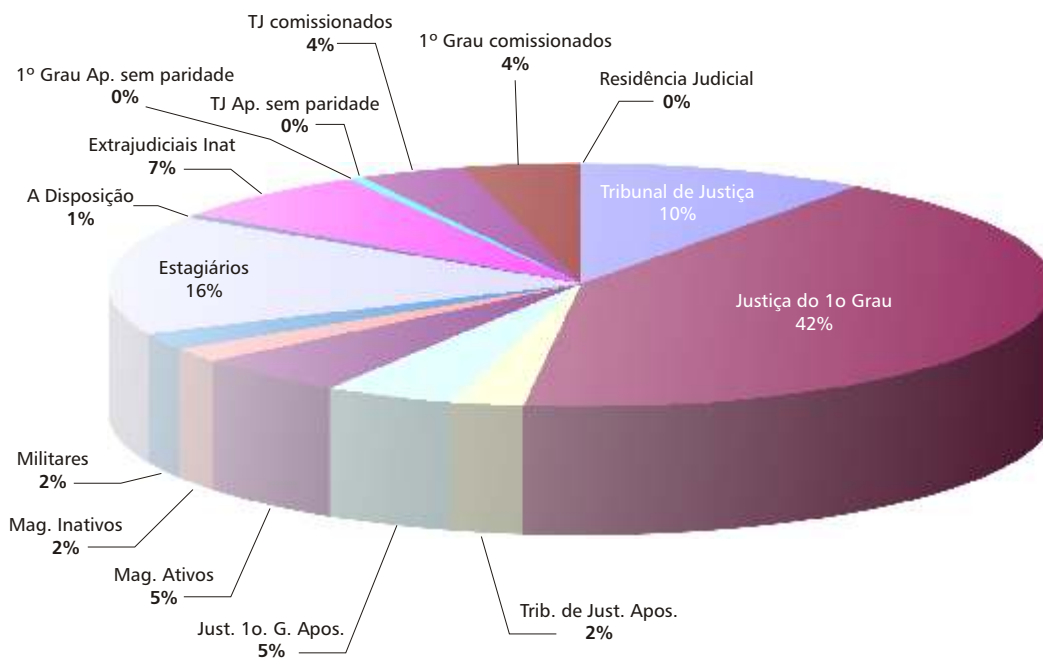
O vale-transporte é um benefício concedido aos servidores que gastam mensalmente com transporte mais de 6% (seis por cento) da remuneração. O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2007, foram contemplados com o benefício **135 servidores**, o que

corresponde a **4,04%** do total de servidores do Poder Judiciário.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Tramitaram na Diretoria de Recursos Humanos, neste ano, **15.969** processos administrativos, o que corresponde à média mensal de **1.330** processos.

▶ MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2008

◀ **DIRETORIA DE SAÚDE** ▶

◀ **RENATO GRILLO FLACH** ▶

Diretor



O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2008 (janeiro a novembro).

Através do convênio firmado com a SOS UNIMED para atendimento de urgência nas áreas do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital, Almoarifado/Patrimônio-Gráfica, Almoarifado/Patrimônio-Galpões e Arquivo, constam registrados 3 atendimentos em 2008.

A empresa PROACTIVA, através de convênio firmado com a Diretoria de Saúde para recolhimento e fim adequado ao lixo tóxico utilizado pelos setores dessa diretoria, vem realizando a coleta duas vezes na semana.

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2008

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2008, por meio de Pregão, o SESI, aplicou 3.974 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

2. ATENDIMENTOS MÉDICOS

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dr. Cassio Chaves Vieira	171
Dr. José Carlos Nascimento	729
Dra. Leisa Maria Leal	688
Dr. Luiz Alberto Neves May	508
Dr. Renato Grillo Flach	714
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	653
TOTAL	3.463

2.1. Relatório da Seção Psicosocial Ambulatorial

A Seção Psicosocial Ambulatorial, em mais um ano trabalhando com três psicólogas na Seção, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2008:

- Atendimento e acompanhamento psicológico de servidores e cônjuges;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Orientação psicológica a servidores contratados;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde;
- Apresentação de palestras sobre o tema "Depressão", "Depressão Pós-parto" e "Stress" nas Comarcas de Santo Amaro da Imperatriz e Canoinhas.

▶ ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS
Dra. Liliane Cardoso Pereira	405
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi	365
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	393
TOTAL	1.163

2.2. Relatório de atividades do Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2008, em sua maioria, são referentes à elaboração de estudos e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que inclui todo o estado catarinense.

- Pareceres elaborados para Junta Médica - **127**

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

- Entrevistas – **343**
- Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e Locais de Trabalho – **69**
- Cidades visitadas - **32**

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento

como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta, contatos freqüentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

- Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento do servidor em tratamento - **61**

O serviço social da Diretoria de Saúde está disponível para atender os servidores, esclarecer direitos e deveres referentes as situações de saúde e suas implicações.

- Atendimento ao servidor – emergência - **80**

Durante este período foram também realizadas atividades junto à Seção Psicossocial através de atendimentos de forma conjunta de situações relativas aos servidores, visando a integração das áreas e buscando a realização de ações preventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Judiciário Catarinense.

2.3. Relatório da Seção de Medicina do Trabalho

A Divisão de Medicina do Trabalho – DMT – realizou durante o período de março a

DIRETORIA DE SAÚDE

novembro de 2008 a estruturação das rotinas de seus serviços.

Conta em sua estrutura com uma ergonomista, o apoio de dois médicos do trabalho e três profissionais da área da saúde em curso de especialização de ergonomia (1), engenharia de segurança do trabalho (1) e medicina do trabalho (1). Em seu organograma conta com duas seções, quais sejam, a Seção de Ergonomia e a Seção de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT.

Percebida a dificuldade para documentar a avaliação de ambientes, foi criado o Relatório de Análise Ambiental – RAA – e adquirido uma câmara fotográfica digital somando-se aos já existentes medidor de nível de pressão sonora e medidor de iluminância. Padronizou a resposta processual, modelou os programas de saúde ocupacional, desenvolveu material educativo, avaliou, testou e definiu os modelos de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – bem como seu controle de distribuição, uso e substituição. Esteve a frente do atendimento do PPRA da Divisão de Artes Gráficas, desenvolvendo a CIPA e treinando os cipeiros para exercerem suas atribuições, bem como elaborou o PPRA 2008/2009 desta; visitou cinco fóruns onde entrevistou os servidores, assessores, terceirizados e bolsistas quanto a qualidade do mobiliário, a postura física no

posto de trabalho, o domínio sobre as ferramentas de trabalho quanto aos sistemas que melhoram a postura e a ergonomia, deslocando para os casos mais relevantes mobiliário mais adequado ao trabalhador além de outros acessórios ergonômicos.

A DMT tem, atualmente, foco voltado ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, ao Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO, à avaliação de ambientes de trabalho, à caracterização, controle e melhoria dos ambientes insalubres e ao acompanhamento dos números resultantes dos motivos de afastamento dos servidores por Licença para Tratamento de Saúde – LTS – visando futuramente poder avaliar o resultado das ações de prevenção.

As atividades realizadas no período estão resumidas na tabela abaixo.

► MEDICINA DO TRABALHO

AÇÃO	QUANTIDADE
Avaliação ambiental	33
Parecer	22
Resposta processual	19
Programa de Controle de Saúde Ocupacional	02
Palestras de orientações	03
Distribuição de EPI	56
Desenvolvimento e Registro de CIPA	01
Elaboração de PPRA	01
Acidentes de trabalho comunicados	13

2.3.1. Relatório da Seção de Ergonomia

As ações preventivas realizadas pela Seção através da ergonomia, ciência que visa adaptar o trabalho ao homem e que busca a melhoria do ambiente e da organização do trabalho, associadas aos programas de qualidade de vida no trabalho, são ferramentas utilizadas que mudam a postura de atuação na área da saúde da organização.

A Seção de Ergonomia, diante da necessidade de ações preventivas, realizou visitas aos servidores em seus postos de trabalho, com intuito de melhorar as condições laborais esclarecendo o servidor sobre postura e a utilização dos meios disponíveis para melhorá-la e mantê-la, verificando situações onde existe a necessidade da mudança dos meios de trabalho e sugerindo as ações e disponibilizando, dentro da estrutura atual do Judiciário Catarinense, os meios para tal.

Postos de Trabalho Visitados: 244
Relatórios, Pareceres Elaborados e
Sugestões Efetuadas: 21

As principais ações realizadas no exercício de 2008 são apresentadas a seguir de forma quantitativa:

- Setores / Comarcas que receberam materiais

ergonômicos:

1º Grau - **41** 2º Grau – **45**

- Distribuição de equipamentos ergonômicos:
apoio de teclado - **300**
apoio de mouse – **300**
apoio de pé – **70**

Encaminhamento através da Diretoria de Informática de equipamento para acomodação de CPU, resultado de trabalho conjunto com a diretoria citada – **170**.

A Seção de Ergonomia considerando que, a saúde não é somente a não doença, mas o equilíbrio das diversas dimensões, que compõem o indivíduo, biológico, psicológico e das relações sociais e que as relações sociais se dão também através do trabalho, e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do servidor e a qualidade dos serviços prestados por ele, realizou ações pontuais como:

- Análise de dados estatísticos referentes a saúde dos que compõem organização para planejamento e fundamentação das atividades
- Avaliação de mobiliário atual para mudança dos padrões
- Elaboração de especificação de materiais ergonômicos para encaminhamento de licitação
- Participação junto ao Poder Executivo de Grupo de Trabalho para composição de Decreto referente a determinações relativas a dependência química e o Servidor Público.

2.3.2. Relatório da Seção de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Projetos realizados

- Vacinação ocupacional dos colaboradores (42) da Diretoria de Saúde contra Hepatite B, Sarampo, Caxumba, Rubéola, Tétano e Difteria.
- Capacitação funcional em Biossegurança e Esterilização de Materiais aos colaboradores da Enfermagem e auxiliares em Odontologia.
- Protocolo de atendimento de acidentes com exposição à material biológico.
- Sinalização de segurança na Enfermagem e Odontologia.
- Viabilização da Campanha de Vacinação contra a Rubéola e Sarampo da Secretaria Municipal de Saúde para todos os colaboradores com idade entre 20 e 39 anos no TJ e Fórum da Capital.
- Treinamento dos membros da CIPA da Gráfica do TJ.

Projetos em andamento

- Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde PGRSS da Diretoria.

Projetos elaborados

- Reformulação das atribuições do SESMT.
- Acompanhamento do cronograma de limpeza dos condicionadores de ar do TJ.
- Capacitação funcional dos Odontólogos em

Biossegurança.

- Vacinação ocupacional para 2009.
- Programa de controle da obesidade.
- Programa de combate ao diabetes.
- Programa de saúde ocular.
- Programa de combate ao fumo.
- Programa de combate ao câncer de próstata.
- Programa de prevenção as doenças cardiovasculares.

Avaliações postos de trabalho

- Gráfica do TJ.
- Setor de Expedição do TJ .
- Fórum Capital - 4ª Vara Civil.
- Fórum de Santo Amaro da Imperatriz.
- Divisão de Serviços Gerais do TJ.
- Arquivo do TJ.
- Seção de Fotocópias e Apoio Operacional.
- Seção de Expedição.
- Fórum da Capital – Seção de Expedição.

Intervenções em postos de trabalho

- Sinalização quanto ao uso proibido de toalhas coletivas na Divisão Médica e Odontológica.
- Adequação das lixeiras existentes na Seção de Enfermagem e Odontologia de acordo com as normatizações da ANVISA.
- Intervenção ergonômica em 12 postos de trabalho na 4ª Vara Civil do Fórum da Capital.
- Intervenção ergonômica em todos os postos de trabalho do Fórum de Santo Amaro da

Imperatriz.

- Intervenção ergonômica em 4 postos de trabalho na Junta Médica do TJ.
- Entrega de EPIs e treinamento quanto ao uso adequado para os colaboradores da Enfermagem e auxiliares da Odontologia.
- Entrega de EPIs e treinamento quanto ao uso na Gráfica do TJ.
- Sinalização quanto ao uso de EPIs na Gráfica do TJ.
- Treinamento quanto ao uso de EPIs para os colaboradores da Seção de Fotocópias do TJ.

Criação de ferramentas de trabalho e material de apoio

- Criação de adesivo de resíduo infectante para sinalização nas lixeiras que acondicionam material biológico na Seção de Enfermagem e Odontologia.
- Elaboração de formulário para avaliação de postos de trabalho.
- Elaboração de formulário para informações de produtos químicos.
- Criação de folder informativo sobre patologias diversas e qualidade de vida.
- Elaboração de formulários para gerenciamento de EPIs.

2.4. Relatório da Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2008, desenvolveu

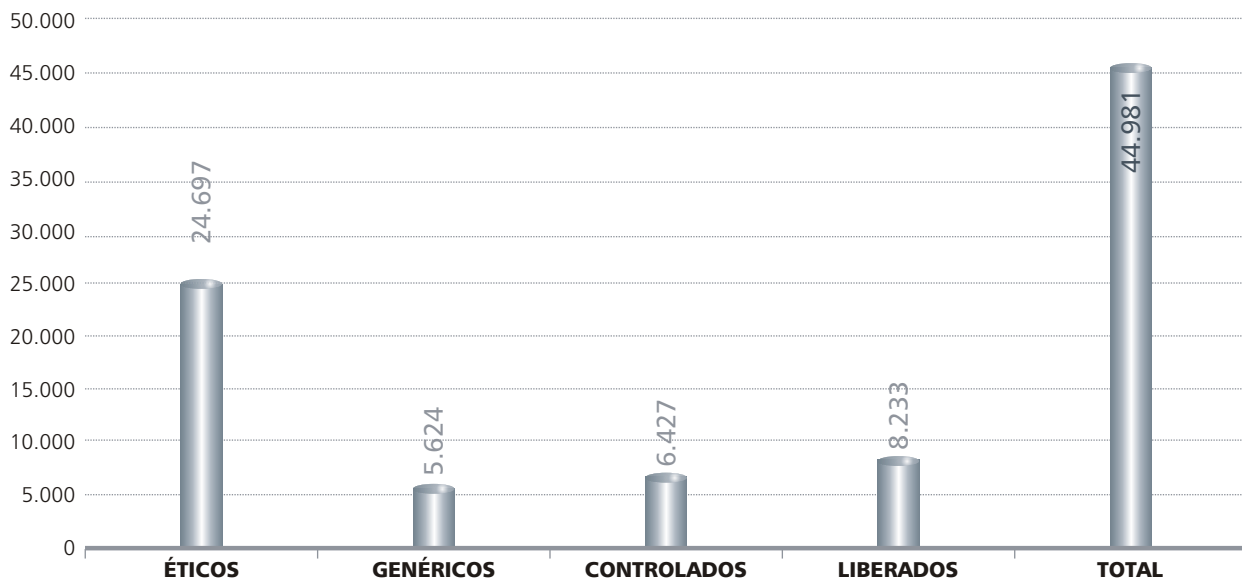
orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas a seguir no quadro abaixo:

PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

1	EMERGÊNCIAS	
1.1	Atendidas pela enfermagem	284
1.2	Encaminhadas ao médico	256
2	EXAMES REALIZADOS	
2.1	Eletrocardiograma (ECG)	12
3	CUIDADOS REALIZADOS	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	07
3.2	Nebulização	124
3.3	Verificação de pressão arterial (P.A.)	2.370
3.4	Curativo	559
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	24
3.6	Imobilização	18
4	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
4.1	Endovenoso (EV)	95
4.2	Intramuscular (IM)	362
4.3	Subcutâneo (SC)	75
4.4	Via Oral (VO) administrados no local	
4.4.1	– doses	76
4.4.2	– comprimidos	2.829
4.4.3	– controlados (Lexotan 6mg)	09
5	MEDICAMENTOS FORNECIDOS	
	sob prescrição e autorização	-
5.1	Frascos	06
5.2	Comprimidos	1.428
	TOTAL DE PROCEDIMENTOS	8.534

2.5 SEÇÃO DE FARMÁCIA

Produtos adquiridos pela Farmácia do Poder Judiciário - 2008



3. RELATÓRIO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Licença para tratamento de saúde	955
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	244
Licença para tratamento de saúde em prorrogação	261
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família em prorrogação	25
Gestação	49
Readaptação	24
Restrição de função	2
Admissão	625
Aposentadoria por invalidez	8
Insalubridade	1
Isenção de imposto de renda	15
Remoção	17
Outros	154

4. ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

DENTISTA	PACIENTES	PROCEDIMENTOS	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	202*	38*	159
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	152*	199*	135
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	640	1306	209
Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística)	353	688	141
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	722	1244	200
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	334	1721	216
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	625	1445	164
TOTAL*	3.028	6.640	1.224

Índice de aproveitamento (estimativa)**

6,89 procedimentos/dia/dentista

(*) Resultados parciais devido a não inserção de dados do software Prodent por parte dos profissionais.

(**) Os valores parciais marcados com * não entraram no cálculo do índice de aproveitamento.

4.1. RELATÓRIO DA SEÇÃO DE PRÓTESE

01 - Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	104
02 - Prótese Sobre Implante	38
03 - Confeção de Provisórios (elementos)	81
04 - Confeção de Modelos	332
05 - Placa de Registro	12
06 - Aplicação em Cerâmica (elementos)	62
07 - Moldeira Individual	16
08 - Placa de Clareamento	103
09 - Confeção de Tróqueis	35
10 - Placa de Proteção Noturna	14
11 - Confeção de Inceram	11
12 - Confeção Targis-Vectris	4
13 - Confeção de Núcleos	13
14 - Ponte Parcial Removível (PPR)	10
15 - Prótese Total	2
16 - Prótese Protocolo	-
17 - Prótese Parcial Fixa	3
18 - Onlay	10
19 - Guia Cirúrgico Acrílico	1
20 - Protetor Bucal	1
21 - Fundição Direta de Núcleo	9
TOTAL GERAL	861

JUSTIÇA MILITAR

JUIZ GETÚLIO CORRÊA

Juiz Auditor



▷ FORO DA CAPITAL - MOVIMENTO FORENSE
(JANEIRO A NOVEMBRO 2008)

VARA - AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	
Em andamento início do período	1120
Entrados por distribuição	1002
Entrados por redistribuição	6
Saídos por redistribuição	25
Total de entrados	983
Média mensal de entrados	89,36
Sentenciados	208
Arq. definitivamente (no período)	1071
Rem. para outro trib. (no período)	108
Em grau de recurso (no período)	36
Arq. admin. (no período)	0
Suspensos (no período)	100
Em andamento final do período	842



► RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2008 - TJSC

Produção: Assessoria de Planejamento
Impressão e acabamento: Divisão de Artes Gráficas do TJSC
Tiragem: 350 exemplares

TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3221.1000 fax: (48) 3221.1200
tjmail@tj.sc.gov.br www.tj.sc.gov.br

 **gráfica|tjsc** Florianópolis, janeiro de 2009.

O conteúdo integral deste relatório está disponível também na Internet: acesse www.tj.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Poder Judiciário

